

MARIA DE FÁTIMA DA CUNHA DE MOURA FERREIRA

O CASAMENTO CIVIL E O DIVÓRCIO 1865-1910

DEBATES E REPRESENTAÇÕES

UNIVERSIDADE DO MINHO
1993

MARIA DE FÁTIMA DA CUNHA DE MOURA FERREIRA

O CASAMENTO CIVIL E O DIVÓRCIO 1865-1910

DEBATES E REPRESENTAÇÕES

**UNIVERSIDADE DO MINHO
1993**

Este trabalho foi realizado no âmbito da dissertação do I Mestrado em História das Populações do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Não gostaria de o apresentar sem expressar o meu agradecimento a todos aqueles que contribuíram, directa e indirectamente, para a sua concretização.

Menção particular deve ser feita ao Professor Fernando Catroga, do Instituto das Histórias das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a quem desejo manifestar o meu sincero apreço pela receptividade calorosa com que aceitou orientar o presente trabalho e pela disponibilidade evidenciada no decurso do mesmo. Os seus ensinamentos, sugestões e críticas revelaram-se essenciais na corporização do trabalho que hoje apresentamos.

Por seu turno, a Professora Doutora Maria Norberta Amorim, directora do Mestrado, forneceu-me um contributo valioso para as reflexões sobre a problemática do casamento e da família e, igualmente, tendo-me sempre demonstrado um particular e estimulante empenho no que respeita à prossecução do trabalho.

Gostaria ainda de recordar os restantes professores de Mestrado, em particular o Dr João Arriscado Nunes e o Professor Doutor João Pina-Cabral, pela possibilidade que me ofereceram de alargar e enriquecer parâmetros teóricos e analíticos.

Por último, impõe-se registar o apoio institucional do Instituto de Ciências Sociais da Universidade, não só do ponto de vista material e logístico, mas sobretudo no que se refere à disponibilidade e ao interesse manifestados pelo Professor José Viriato Capela, sem o qual este trabalho não teria sido possível.

E à Lena pela sua amizade sem limites ...

ABSTRACT

The main purpose of this dissertation is the analysis of the debate on Marriage and Divorce Secularization that has been developed between 1865 and 1910.

To achieve the objectives of our investigation we have used a variety of documental sources, specially those related to the discourses that social and political elites produced, along that historical period.

Some of these discourses have been intensively analysed, namely the juridical, political, feminist and literary ones.

Although no conclusion can be drawn upon this scientific issue, it is important to summarize two ideas which have given way to our interpretative analysis.

The first fundamental one was, undoubtedly, the strong ideological accent of the debate, simultaneous to the appropriation of the campaign for the divorce by vanguard political movements, all revealing the important place ascribed to the family, as a prominent social institution.

The other one refers to the public concerns, expectations -and pressures- about illegitimacy and non-recognized familiar types of relationships.

Both led finally to the promulgation of the divorce law (3-XI-1910) after the republican revolution.

CASAMENTO CIVIL E DIVÓRCIO, 1865-1910

Debates e Representações

Introdução

O título do presente trabalho corporiza a problemática que delineámos como objecto de estudo. Visámos, assim, apreender a trajectória histórica que pautou a emergência e o desenvolvimento de novas concepções sobre o casamento, nas últimas décadas de oitocentos, a qual nos remeteu para a centralidade da secularização do casamento e do divórcio, vertentes de uma mesma realidade: a **concepção contratual do matrimónio**.

A escolha dos marcos cronológicos corresponde aos expoentes dessa problemática: 1865 representa o início da polémica sobre o casamento civil associada ao projecto de elaboração do Código Civil Português, momento particularmente significativo, visto permitir-nos aceder aos termos iniciais do conflito e das representações a partir dele/nele produzidas; 1910 simboliza, por seu turno, o culminar e o desfecho do processo, ilustrado pela promulgação da lei do divórcio, em 3 de Novembro de 1910, pelo Governo Provisório da República Portuguesa.

Ao longo deste período, a temática do casamento é objecto de diferentes abordagens, cujo sentido último se relaciona

directamente com as alterações que atravessam o contexto político e ideológico português.

Assim, se partirmos dos anos 60 caracterizados pela consolidação do regime constitucional-monárquico, mas integrando sinais de reflexão crítica, em relação aos rumos do liberalismo português, manifestados por figuras do regime (concretamente, no que diz respeito ao processo de secularização da sociedade civil), assistimos, a partir da década seguinte, à emergência paulatina de sintomas de contestação ao sistema, protagonizados por forças políticas externas ao regime (republicanos e socialistas) animadas por projectos de transformação da sociedade de fundo laicizador. Nestas circunstâncias, o debate inicial em torno do casamento civil, inserido no processo complexo de secularização da sociedade, tende a assumir novas roupagens, associadas aos novos contextos ideológicos, fundamentados nos movimentos culturalmente significativos da época (positivismo e cientismo) que assumem a sua expressão plena com a revolução do 5 de Outubro.

É à luz deste quadro que se nos afigura inteligível a reconstituição da trajectória relativa às novas concepções sobre o casamento. Com efeito, o conflito entre visões da sociedade conjugal representa, em suma, um prolongamento do conflito entre duas concepções de sociedade: a primeira dominada pela relevância conferida ao catolicismo na consubstanciação da sociedade política liberal; a segunda caracterizada pela assunção plena dos princípios de fundo secularizador (mais tarde laicizadores) na delimitação entre as esferas do poder civil e religioso.¹

¹Na sua fase mais terminal, o conflito tende a extremar-se, materializando-se no confronto entre duas concepções do mundo diametralmente opostas, a religiosa-eclésiástica e a laicizadora, ambas perseguindo propósitos

A noção de conflito apresenta-se, assim, capital para o nosso estudo, dado que as inúmeras peças documentais produzidas sobre a temática só se tornam plenamente compreensíveis se perspectivadas como manifestações que visam consolidar uma determinada concepção de casamento.

O termo 'debates', presente no sub-título, visa, precisamente, sugerir essa realidade de conflituosidade, subjacente às diversas produções discursivas sobre a temática casamento e divórcio. Deverá, nesta linha, ser interpretado em sentido amplo, em consonância com as manifestações e, em particular, com as repercussões sociais relativas à problemática em causa, centrada, por excelência, no conflito entre as elites culturais e políticas da época.

Nestas circunstâncias, fomos levados a direccionar a abordagem do trabalho para o estudo das representações sobre o casamento, e por inerência sobre o divórcio, porventura a via mais profícua para uma análise interpretativa das mesmas.

Para operacionalizar um conceito como 'o de representação, no âmbito dos objectivos que nos propusemos, a conceptualização de Roger Chartier afigurou-se-nos extremamente heurística. Vale a pena reproduzir um pequeno extracto da introdução de *A História Cultural, entre Práticas e Representações*, ilustrativa das suas posições teóricas:

"As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares e políticas) que tendem a impor uma autoridade

hegemónicas. Mais concretamente, a primeira procura preservar o seu lugar social, enquanto a segunda intenta alargar o seu campo de actuação.

*à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e as suas condutas. Por isso [supõem-se] as representações (...) como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas económicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do grupo social, os valores que são os seus, e o seu domínio."*²

A selecção do material documental orientou-se, naturalmente, pelos propósitos definidos. Assim, num primeiro momento, privilegiámos uma análise dos discursos. Num segundo momento, impunha-se seleccionar como eixo analítico estruturante aqueles discursos que configuraram, afinal, os termos do debate, isto é, os grandes vectores do combate em torno do casamento e do divórcio, quer nos seus pressupostos teórico-doutrinários de partida, quer nas condições de possibilidade da sua materialização.

Assim, atribuímos particular ênfase às produções discursivas elaboradas pelas élites. Através delas foi possível apreender as principais tónicas ideológicas em confronto, e, ao mesmo tempo, reconstituir as estratégias argumentativas destinadas a legitimar as respectivas posições. Concretamente, estas consubstanciaram-se em modalidades discursivas particulares, adequadas aos contextos ideológico-culturais em causa, patenteadas nos discursos 'religioso-político' e 'filosófico-político', característicos da polémica do

²In Roger Chartier, *A História Cultural, entre Práticas e Representações*, Lisboa, Difel, 1988, p. 17.

casamento civil, e nos discursos 'filosófico-científico' e 'teológico-religioso', relativos aos novos desenvolvimentos do debate sobre o casamento e o divórcio, verificados a partir dos anos 80.

Se, como referimos, o nosso objecto se centra fundamentalmente na trajectória da secularização do casamento e do divórcio, surge justificada a centralidade conferida ao debate sobre o divórcio, nomeadamente, atendendo ao facto de a polémica sobre o casamento civil já ter sido analisada por Samuel Rodrigues.³

Impunha-se, nestas circunstâncias, acompanhar os processos de desenvolvimento das novas expressões associadas à secularização do casamento, que viriam a desaguar (forçosamente) no debate sobre a dissolubilidade matrimonial, tradução plena dos princípios contratualistas.⁴

Nesta linha, partimos de uma breve caracterização do debate sobre a secularização do casamento, com o fim de apreender as expressões nucleares do mesmo no tocante às concepções sobre o casamento e família, exploradas a partir dos "folhetos" então produzidos, visando, identicamente, captar as primeiras manifestações relativas à temática do divórcio, conteúdos que enformam o primeiro capítulo do presente trabalho.

Efectuámos, no segundo capítulo, uma breve digressão, ilustrativa das repercussões sócio-culturais da prática da secularização do casamento -apoiada no levantamento dos registos civis dos casamentos celebrados nas cidades de Lisboa e do Porto,

³Samuel Rodrigues, *A Polémica em torno do Casamento Civil (1865-1867)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.

⁴Ver Fernando Catroga, *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal, 1865-1911* (Coimbra, 1988), obra cujas grandes coordenadas relativas ao movimento laicizador e à sua apropriação por parte das forças políticas de vanguarda, balizam este trabalho.

entre 1878-1905- articulada com os novos desenvolvimentos relativas a esta temática.

Só então estaríamos em condições de avançar, efectivamente, na exploração das vertentes do debate em torno do divórcio.

É no terceiro capítulo -o mais aprofundado teórica e empiricamente- que se processa a reconstituição dos vários intervenientes naquele debate, salientando-se, em particular, as expressões discursivas balizadas pelas instâncias ideológicas - científica, política e religiosa- enformadoras do seu conteúdo.

Importava, porém, relevar o papel exercido pelos agentes propagandadores, por excelência, do debate, jornalistas e publicistas, susceptíveis de lhe conferir uma maior amplitude social. A sua intervenção materializou-se, por sua vez, em discursos formalmente particulares, que designámos por 'discurso publicista' e 'discurso político-partidário', os quais, não deixaram de influir, a seu modo, nos rumos do debate, em última instância, corroborando as posições delineadas pelos representantes das elites em confronto. Finalizámos a reconstituição do debate pelo exame da contribuição do movimento feminista na campanha em prol do divórcio, com o fim de evidenciar, em particular, a especificidade discursiva subjacente aos respectivos materiais documentais.

Do exposto ressalta a centralidade que conferimos à análise das diferentes modalidades discursivas, através das quais se plasmou o debate em torno do casamento e do divórcio, com o fim de apreendermos os vectores nucleares do mesmo. Esta opção conduziu-nos a privilegiar as produções documentais autónomas (concretamente, livros e revistas) em detrimento de análises exaustivas a periódicos -confinadas a sondagens pontuais- facto

que, em nossa opinião, se terá repercutido na impossibilidade de reconstituir integralmente os diversos participantes no debate sobre o divórcio.

Explorámos, em capítulo autónomo (IV), as repercussões da temática em estudo na literatura, concretamente na dramaturgia, na medida em que esta tendeu a ser apropriada como instrumento propagandístico pelas correntes políticas de vanguarda, constituindo, por conseguinte, uma expressão particular, mas nem por isso menos significativa, sobre o debate em torno do casamento e do divórcio.

O trabalho encerra com uma breve análise sobre os perfis subjacentes às diversas propostas relativas à legislação divorcista, culminando, pela análise da lei do divórcio (capítulo V).

CAPÍTULO I

VISÕES DA SOCIEDADE CONJUGAL E FAMILIAR À LUZ DO DEBATE SOBRE A SECULARIZAÇÃO DO CASAMENTO (1865-1867)

Enquadramento do debate no processo de elaboração do Código Civil

O debate sobre o casamento civil, despoletado pelo projecto de elaboração do Código Civil Português, representa um marco essencial para o estudo a que nos propomos, uma vez que constitui um momento privilegiado, ao nível das representações sobre o casamento e a família. Pretendemos, assim, captar as principais linhas do discurso sobre essas instituições, e, simultaneamente, sobre o divórcio, tema que, tendo tido então a sua aparição pública, nos remete para a emergência da problemática casamento/divórcio enquanto construção histórica.

Produto de um liberalismo pacificado -ainda que não alheio de tensões, motivadas pela presença de um sector católico ultramontano activo- a promulgação do Código Civil¹ insere-se no

¹Sobre as vicissitudes que marcaram o movimento da codificação do direito civil, cujo processo se arrastou cerca de um século, veja-se, por ex., Mário Reis Marques, *O Liberalismo e a Codificação do Direito Civil em Portugal*, Separata do vol. XXIX do Suplemento ao Boletim da Faculdade de Direito da

processo de consolidação da ordem social burguesa², a que não é estranha a amplitude assumida pelo movimento de codificação³, observado no decurso da segunda metade do século XIX. Alicerçado na defesa da propriedade e no reforço da família, o novo ordenamento jurídico consigna as aspirações do grupo social dominante⁴, instituindo um direito de cariz individualista e liberal⁵

Universidade de Coimbra, Coimbra, 1987.

²Joel Serrão enquadra o movimento legislativo e os sintomas da transformação económica em curso durante a Regeneração no sentido da afirmação da sociedade burguesa e capitalista "*Nesta perspectiva, o Código Civil é tão importante como o lançamento das vias férreas e como a abolição dos morgadios ... Tudo influiu para a total alodialidade da riqueza fundiária, para a criação de um mercado nacional, para a legitimidade da propriedade individual -para a instalação do burguês.*" "*Regeneração*", *Dicionário de História de Portugal*, Joel Serrão (dir.), Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, vol. V, p. 255. Veja-se, ainda, Mário Júlio de Almeida e Costa, "*Enquadramento Histórico do Código Civil*", *Separata do Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, 1962.

³A origem do movimento da codificação remonta a 1833 com a publicação do Código Comercial, de Ferreira Borges. O movimento acelera-se na segunda metade do século, prolongando-se a outros ramos do direito. Para além da promulgação do Código Civil -monumento legislativo de maior relevo e impulsionador do próprio movimento- salientam-se, ainda, as publicações do Código Penal em 1852, (reformado em 1886), do Código de Processo Civil em 1876 (segundo projecto de Alexandre Seabra) e a edição do novo Código Comercial, em 1888, de autoria de Veiga Beirão. Cf. Fernando Andrade Pires de Lima e João de Matos Antunes Varela, *Noções Fundamentais do Direito Civil*, vol. I, 4ªed., Coimbra, Coimbra Editora, 1957, pp. 123,124.

⁴Mais precisamente, o direito actua num duplo sentido: através da construção da nova ordem social e jurídica burguesas e na manutenção da mesma, ao prescrever a superioridade da lei e "*o dogma da plenitude lógica do ordenamento jurídico*". In António Manuel Hespanha, "*Prática Social, Ideologia e Direito nos séculos XVIII e XIX*", *Separata de Vértice*, nº 340 e 341-342, 1972, p. 42

⁵A que escapa, porém, genericamente o direito de família, avaliável pelo estatuto de inferioridade legal da mulher casada, possibilitado, entre outras factores, pela desvirtualização da filosofia subjacente à doutrina contratual no caso do matrimónio, ao basear-se na amputação do princípio da igualdade dos cônjuges. Cf. idem, p. 15 e ss. Ver ainda, Fernando Catroga, "*A Laicização do Casamento e o Feminismo Republicano*", in *A Mulher na Sociedade Portuguesa, Visão Histórica e Perspectivas Actuais*, Actas do Colóquio, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras, vol. 1, 1986, pp. 135-152, em particular, pp. 136-138. Para o caso francês, fonte modelar dos códigos civis europeus, Adeline Daumard, "*A mulher na sociedade burguesa em França no século XIX*", *Ler História*, 20 (1990), pp. 109-130; Nicole Arnaud-Duc, "*Les Contradictions du Droit*", in Georges Duby e Michelle Perrot (dir.), *Histoire des Femmes en Occident*, vol. IV- Le XIX^e-siècle, (IV vol. dir. por Geneviève Fraisse e Michelle Perrot), Plon, 1991, pp. 87-116, Geneviève Fraisse, "*La double raison et l'unique nature; fondaments*

-inspirado nos princípios orientadores do direito moderno: a doutrina do direito natural e o "individualismo crítico"- encarado como 'ameaçador' aos olhos da Igreja.

A secularização do casamento constituiu a questão mais polémica do projecto do Código Civil avaliável pelas suas repercussões públicas e pela intensidade do diferendo, em contraposição à ressonância modesta de outras matérias. Recentemente, em 1987 (data de publicação), Samuel Rodrigues elegeu-o como tema de tese de doutoramento intitulada, precisamente, *A Polémica sobre o Casamento Civil, (1865-1867)*⁶. Mediante a reconstituição das intervenções das várias instâncias que participaram no debate⁷, o autor analisou exemplarmente a controvérsia gerada a propósito da introdução do casamento civil facultativo no ordenamento jurídico português, concluindo que a polémica em causa representou, apenas, um episódio do conflito político-ideológico da época, centrado na delimitação do poder e do lugar da Igreja na sociedade, em benefício do Estado. Neste contexto, a natureza do debate sobre o casamento civil foi dominada pelo peso dos imperativos políticos e ideológicos em jogo, donde resultou o seu empobrecimento, sob o ponto de vista doutrinal⁸.

de la différence des sexes", in Irène Théry e Christian Biet (dir.), *La Famille, La Loi, L'Etat de la Révolution au Code Civil*, Paris, Centre Georges Pompidou/Imprimerie Nationale Éditions, 1989, pp. 45-52. Sobre as fontes doutrinárias do Código Civil Português consulte-se Marques, Mário Reis, *O Liberalismo e a Codificação do Direito Civil em Portugal*, ob. cit., capítulos, II a IV.

⁶Samuel Rodrigues, *A Polémica em torno do Casamento Civil (1865-76)*, Lisboa, I.N.I.C., 1987.

⁷Comissão de Revisão do Projecto do Código Civil, Parlamento, imprensa, hierarquia eclesiástica, papado e, ainda, as tomadas de posição expressas em termos individuais e colectivos, ilustradas, respectivamente, através dos 'folhetos' escritos por figuras públicas, e pelo envio de Representações ao Parlamento.

⁸Em suma,"(...) não se pode afirmar que o debate, do ponto de vista das razões invocadas por ambos os lados, tenha atingido qualidade elevada: faltava

Opinião idêntica é partilhada por Fernando Catroga⁹, que vem evidenciar ainda, a ausência de qualquer propósito reformador ou revolucionário referente à família, nesta polémica. Não obstante, manifestam-se nela visões distintas relativas ao casamento e à família, directamente relacionadas com as posições assumidas face à questão do casamento civil, pelo que se impõe partirmos de uma caracterização (ainda que breve) do debate, de forma a integrarmos as visões acima apontadas no seu devido contexto¹⁰.

A polémica do casamento civil emerge no interior da Comissão de Revisão do Projecto do Código Civil Português, dominada exclusivamente por juristas (à excepção de Alexandre Herculano), homens de formação académica elevada, de cujos currículos constam, ainda, o exercício de cargos públicos e políticos de relevo, relacionados com a magistratura, administração pública, funções governativas e parlamentares. Serão estes membros das élites do poder que darão corpo ao debate, a partir das oposições¹¹ surgidas a propósito da definição de matrimónio, da regulamentação jurídica desta instituição e da obrigatoriedade da declaração da filiação

doutrina e sobejavam ataques, insultos, tiradas retóricas e chavões de alcance partidário; se de um lado, se falava em nome da 'santa religião', acenava-se do outro com a ideia da intocável 'santa liberdade', transformando em panaceia ambos os valores; em certos momentos a polémica assemelhou-se a uma disputa entre filiados em clubes rivais.", in Samuel Rodrigues, ob. cit., p. 259.

⁹Cf. "A Laicização do Casamento e o Feminismo Republicano", in *A Mulher na Sociedade Portuguesa, Visão Histórica e Perspectivas Actuais*, ob. cit., pp. 135-138.

¹⁰A caracterização do debate apoia-se directamente no estudo de Samuel Rodrigues citado e na exploração dos folhetos então produzidos.

¹¹A pronunciada oposição interna existente na Comissão faz-se sentir, inclusivamente, no arrastamento temporal do exame da matéria relativa ao casamento, objecto de duas complexas revisões doutrinárias, bastante espaçadas no tempo. A primeira teve lugar entre Novembro e Dezembro de 1861, sendo retomada em Abril e Maio de 1864; a segunda ocorreu entre Novembro a Dezembro de 1864; uma terceira revisão, desta vez apenas de redacção, realizou-se em Fevereiro de 1865. Cf. Samuel Rodrigues, ob. cit., pp. 36-44.

religiosa dos contraentes. A ideologização do debate nasce, assim, no seio da Comissão, pelo confronto entre, por um lado, os adeptos do casamento religioso -que vêem neste sistema o meio exclusivo de adequar o regime jurídico do casamento ao quadro constitucional, preservando assim o *modus vivendi* entre o Estado e a Igreja (António Luíz de Seabra)- e os defensores do casamento civil facultativo -que o reivindicam à luz dos princípios liberais, consagrados nas liberdades de consciência¹² e religiosa (Alexandre Herculano, Vicente Ferrer Neto Paiva, Oliveira Marreca, José Júlio). Assim, dito de outro modo, ambas as facções mobilizam argumentos de natureza política (não obstante partilharem um modelo de sociedade liberal basicamente idêntico) de forma a sustentarem as suas divergências no tocante às fronteiras relativas ao lugar do Estado e da Igreja sobre esta matéria: os adversários do casamento civil advogam o respeito pelo perfil da sociedade política consubstanciado no princípio do Catolicismo como religião do Reino (art.º 6º da Carta Constitucional), enquanto a facção contrária preconiza uma tendência secularizadora, mediante a absorção gradual pelo Estado da regulamentação de esferas da vida social até então sob o controlo -pelo menos parcial- da Igreja¹³.

¹²Expressa no artigo 145º §4º da Carta Constitucional.

¹³Por seu turno, a posição de Roma sobre a matéria foi clara: "*ha quasi cem annos, os Pontifices romanos, desde Pio VI a Leão XIII, desde 28 de Maio de 1793 até 10 de Fevereiro de 1880, não cessam de protestar contra as leis civis, que vieram alterar a constituição religiosa da sociedade de família.*" Manuel de Azevedo de Araujo e Gama, *Estudo sobre o Casamento Civil*, Dissertação Académica para o concurso a uma das vagas na Faculdade de Theologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, Imprensa Académica, 1881, p. XII. E ter-se-á conservado idêntica no tocante ao casamento civil, mas com algumas alterações, a avaliar pelas palavras de Philippe Lécrivain "parece desenhar-se uma evolução em *Familiaris consortio* (1981), onde João Paulo II, reconhecendo a secularização, parece atribuir-lhe pelo menos um valor social." In Philippe Lécrivain, "Uma Travessia Difícil", in Marcel Bernos *et al*, *O Fruto Proibido*, Lisboa, Edições 70, 1991, p. 285.

Nesta linha, a proposta de introdução do casamento civil enquadra-se na estratégia regalista prosseguida pelo Estado liberal¹⁴, na sequência da sua expressão no período Pombalino (a que não é estranha, aliás, a intenção de alargar a influência do poder temporal à esfera do casamento), correlata do processo de construção do Estado Moderno, pautado pela afirmação do princípio da autonomia e da supremacia da ordem política sobre a ordem religiosa¹⁵. Não surpreenderá, por conseguinte, que, uma vez transposto para o domínio público, o diferendo sobre o casamento venha a revestir as tensões ainda existentes sobre o processo secularizador¹⁶ -bastará recordar, a este título, o episódio das

¹⁴Ilustrada, designadamente, pelas medidas decretadas na primeira fase do Liberalismo, como são exemplo a legislação promulgada por Mouzinho da Silveira e Joaquim de António de Aguiar contra o clero secular ou a ideia da criação do registo civil obrigatório (dec. 16 de Maio de 1832, art.^{os} 69º e 70º), também de autoria do primeiro, como forma de subtrair o controlo da população, até então exclusivo da administração eclesiástica.

¹⁵O conflito político que se desenhou, inevitavelmente, entre as duas entidades, Estado e Igreja, é alheio, porém, a qualquer motivação de índole anti-religiosa ou de contestação à Igreja, na sua condição de representante do catolicismo. Testemunha-o a valorização do elemento religioso por parte da corrente liberal portuguesa, evidenciada na relevância atribuída a este factor ao nível do universo sociabilitário, em especial, da sociedade familiar. Cf. Fernando Catroga, *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal, 1865-1911*, Coimbra, Ed. do Autor, 1988, vol.1, pp. 6-14, Ana Isabel Buescu, "Crença, Religião e História. Reflexões sobre o Anticlericalismo em Alexandre Herculano" *Revista de História Económico-Social*, nº 15, Jan.-Junho, 1985, pp. 71-81.) Esta interpretação mantém a sua validade, não obstante a proposta inicial, sustentada por Vicente Ferrer, Herculano e Oliveira Marreca no seio da Comissão Revisora, consistir no casamento civil obrigatório (cf. Samuel Rodrigues, ob. cit. p. 54).

¹⁶Tendo presente, obviamente, que a polémica se insere num contexto mais global, pautado pela difusão, à escala europeia, da instituição do casamento civil, correlativa, regra geral, da consolidação da ordem liberal. Nesta linha, o debate não será alheio aos ecos exteriores sobre a questão -na realidade, alvos de manipulação, por ambos os campos- em especial, o exemplo francês, afinal o seu precursor mais directo. Com efeito, remontando as origens do casamento civil à Reforma e correlativa afirmação da liberdade de cultos entre as nações protestantes, é, no entanto, com a Revolução Francesa que pela primeira vez é instituído a título obrigatório e como modalidade única reconhecida pelo Estado (Constituição de 1791, título 2º, art.º 7º, regulado pela lei de 20 de Setembro de 1792, que consagra, identicamente, o direito do divórcio).

Irmãs da Caridade (1858-1862) ou as repercursões da proposta apresentada no Parlamento por Levy Maria Jordão relativa à liberdade dos cultos (1864)¹⁷ - em especial, atendendo ao lugar particular do matrimónio na estruturação da vida social e ao significado sócio-simbólico do mesmo. É ainda à luz deste contexto (i.e., do processo de construção do Estado moderno) que deverá ser inteligido o accionamento, por parte de alguns apologistas da inovação legislativa, das teses regalistas sobre o matrimónio (difundidas em França a partir do século XVII) com o fim de legitimar a jurisdição temporal sobre a matéria e, simultaneamente, combater o principal argumento da Igreja contra o casamento civil: a tese da indivisibilidade dos elementos -contrato e sacramento- presentes no matrimónio, meio de sustentar a sua supremacia exclusiva sobre a matéria, atendendo à natureza sacramental do mesmo.¹⁸

O conflito é claramente percepcionado por alguns dos autores, nomeadamente por Alexandre Herculano e Visconde de Seabra¹⁹, mas agravado pela presença de sectários do liberalismo entre as facções dos partidários da Igreja, factor propiciador da sua

¹⁷Cf. L. Cabral de Moncada, *O Liberalismo de Vicente Ferrer Neto Paiva (1798-1886), a época, o homem, o filósofo, o jurista e o político*, Coimbra, Oficinas Coimbra Editora, 1947, p. 37.

¹⁸Inversamente, é com base na doutrina da separação dos elementos que compõem o casamento, que os teólogos e juristas regalistas, inspirados nos autores galicanos, fundamentam a jurisdição temporal incidente apenas sobre o elemento contrato. Cf. Samuel Rodrigues, ob. cit., pp. 11-18.

Em Portugal as teses regalistas reflectiram-se, nomeadamente, em Pombal, influenciado, ainda, o pensamento do Visconde de Seabra (ver nt. 37), Alexandre Herculano, explicitando-se de forma clara, no contexto da polémica, em Santos Carneiro, *O Casamento Civil e seus Adversarios*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1866.

¹⁹Cf. Alexandre Herculano, *Casamento Civil, primeira carta*, Lisboa, Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1866 e Visconde de Seabra, *Duas Palavras sobre o Casamento pelo redactor do Código Civil*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866.

politização.

Nesta linha, a bipolarização sobre a matéria matrimonial traduzir-se-á em discursos diferenciados, um de cariz religioso-político (protagonizado pela facção adversa à secularização do casamento), outro predominantemente filosófico-político (de iniciativa dos apologistas da inovação legislativa), os quais, como veremos, se irão reflectir em concepções identicamente distintas de casamento e família.

Transposta para o domínio público, a polémica amplia-se, com a participação de outras instâncias que lhe conferem, aparentemente, uma maior dimensão social, traduzida nas campanhas da imprensa, no movimento da opinião pública consubstanciado nas Representações enviadas às Cortes²⁰, na intervenção eclesiástica materializada nos protestos individuais dos bispos portugueses dirigidos ao monarca e nas tomadas de posição de figuras públicas, através de folhetos, elas próprias símbolos de pertença aos grupos ideológicos em confronto.

Ao nível do conteúdo do debate são reproduzidas as estratégias argumentativas formuladas no seio da Comissão Revisora, acrescentando-se, apenas, dois novos elementos. Por um lado, exploram-se os efeitos sociais decorrentes da inovação legislativa. Alerta-se a opinião pública e os órgãos do poder para a inevitabilidade do relaxamento dos laços conjugais derivado da suposta equiparação entre o casamento legítimo e o concubinato, acompanhado pela consequente desvalorização da família, que viria

²⁰A amplitude do movimento de oposição ao casamento civil é incontestável. Samuel Rodrigues estima que o montante de assinaturas tenha atingido o valor de 50.000, sendo provenientes "*um pouco de toda a parte, exceptuando o sul do país, [com especial incidência], nas actuais províncias do Minho e do Douro Litoral (...).*" Ob. cit., p. 78.

abrir as portas ao divórcio.²¹ Por parte da facção favorável ao casamento civil, por seu turno, mobiliza-se a História. Abel Maria Jordão Paiva Manso, membro da Comissão Revisora, avança com o argumento da antiguidade do casamento civil, fazendo remontar a sua origem às velhas leis nacionais medievais preservadas nas Ordenações, tese posteriormente explorada por Herculano²².

Desmontando as filiações dos agentes prolongadores do debate, ficamos reduzidos a dois grupos: o das élites políticas e o do poder eclesiástico, ele próprio enquadrado parcialmente no primeiro. A solução final da polémica caberá aos órgãos do poder: Governo e Cortes. O Governo, então nas mãos de um ministério de coligação (composto por regeneradores e históricos²³) opta por uma atitude simultaneamente neutra e cautelosa, apresentando, por intermédio do ministro dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, Barjona de Freitas, o Projecto do Código Civil Português como produto do seu redactor, António Luiz Seabra, e da Comissão Revisora nomeada. Por

²¹A estratégia argumentativa apontada foi desenvolvida pela imprensa conservadora, reproduzindo-se, ainda, no conteúdo das Representações de diversas freguesias e localidades enviadas às Câmaras, assim como nas dos bispos dirigidas ao monarca ou ao Parlamento. Assistiu-se, assim, a uma mera transposição dos argumentos utilizados em outros países sujeitos ao mesmo fenómeno, como foi o caso do Brasil e do Reino de Piemonte-Sardenha.

²²Cf. Samuel Rodrigues, ob. cit., p. 120. Este argumento será objecto de um estudo exaustivo por parte de Herculano (*Estudos sobre o Casamento Civil*, Lisboa, 1866) transformando-se na "peça mais importante da polémica", tanto do ponto de vista doutrinal como ao nível do seu impacto sobre a opinião pública (p. 164). Sobre a infundamentalidade da tese de Herculano, ver Isaías da Rosa Pereira, "Considerações em torno do Livro de Herculano 'Estudos sobre o casamento civil'", in *Alexandre Herculano à Luz do Nosso Tempo*, Lisboa, 1977, pp. 93-139, além de outros, nomeadamente, Cabral Moncada, "O casamento em Portugal na Idade Média", in *Estudos de História do Direito I*, Coimbra, 1948, pp. 37-82; Espinosa Gomes da Silva, *História do Direito Português* (Lições universitárias), Lisboa, 1969, pp. 487-493.

²³Referimo-nos ao *governo da fusão* que se manteve no poder entre Setembro de 1865 a Janeiro de 1868. Os trabalhos parlamentares reiniciaram-se nos primeiros dias de Novembro, momento em que tem lugar a apresentação do documento legislativo. Cf. Samuel Rodrigues, ibidem, pp. 57-58.

outro lado, adia a discussão e aprovação do Código, as quais virão a realizar-se apenas nas vésperas do encerramento da sessão parlamentar do ano seguinte ao da apresentação do projecto²⁴. O atraso legislativo vem, assim, permitir superar a oposição reinante no interior do Governo²⁵, e atenuar o movimento da opinião pública sobre a matéria. Adormecida a polémica, abre-se espaço a uma reformulação, ainda que "ambígua", dos sistemas de casamento,²⁶ acabando o Código Civil por ser objecto de uma breve discussão,²⁷ que culmina com a aprovação por unanimidade do projecto. Idêntico processo ocorre na Câmara dos Pares: acelera-se a aprovação do projecto, que contará, apenas, com o voto de oposição do Marquês de Valada²⁸. Oficialmente, o Parlamento pauta a sua intervenção pelo silêncio, contrastando com a amplitude da

²⁴O longo hiato que medeou entre a apresentação do projecto de lei para a discussão do Código Civil, ocorrida a 9 de Novembro de 1865, e a respectiva aprovação, realizada entre 21 e 22 de Junho de 1867, correspondeu, de facto, a uma modesta intervenção do Parlamento sobre a matéria do casamento. Com efeito, exceptuando as reacções imediatas de alguns deputados, ilustrativas do diferendo sobre a questão, a que se seguiu um pedido de esclarecimento ao governo, a análise do articulado sobre o casamento ocorre na comissão de legislação da Câmara dos Deputados. Cf. idem, ibidem, pp. 62 e ss..

²⁵Cf. idem, ibidem, p. 232.

²⁶Com efeito, a comissão parlamentar de legislação eleita para o ano de 1867, sob proposta de lei do governo, altera o conteúdo dos artigos referentes aos sistemas de casamento, ao instituir que os católicos celebrarão casamento de acordo com a fórmula da Igreja católica (art. 1057º do Código civil de 1867). Persiste, porém, a possibilidade de os católicos contraírem casamento segundo a fórmula civil -e daí a ambiguidade- ao proibir-se a indagação da religião dos contraentes (art. 1072º do Projecto Final da Comissão Revisora de 1867). Cf. idem, ibidem, p. 236-239.

²⁷Participam na discussão um número restrito de deputados, entre os quais se salienta Dias Ferreira, pelo teor da sua intervenção. Os restantes elementos centram-se, fundamentalmente, no elogio da obra legislativa, lamentando a precipitação da discussão. Ver Samuel Rodrigues, ob. cit., pp. 240-244 e *Diário de Lisboa*, 3 de Julho de 1867, nº 145.

²⁸Os bispos não participam na Sessão da Câmara dos Pares, contrariando a estratégia há muito definida (em contactos com o Nuncio) de aí resistirem abertamente à aprovação do articulado sobre o casamento. Samuel Rodrigues aponta "*a forma ardilosa adoptada para fazer aprovar o Código Civil*" como uma das razões explicativas dessa ausência. No entanto, conclui que a intervenção dos bispos no conjunto da polémica se saldou por uma participação "*frouxa e não determinante*", idem, ibidem, p. 229.

polémica em termos de opinião pública. Reflexo de jogos do poder? Sem dúvida. Mas, simultaneamente, reflexo da especificidade da relação do poder com a sociedade civil de então.

O Discurso religioso-político sobre o casamento e a família

O argumento nuclear do combate contra o casamento civil reside no desrespeito deste sistema pela doutrina da Igreja, mais especificamente, pela fórmula do matrimónio-sacramento instituída pelo Direito Canónico²⁹. A invocação deste argumento por si só revela-se, porém, insuficiente, levando os adversários da inovação legislativa à necessidade de demonstrarem as razões da superioridade do modelo religioso sobre o civil. Nos múltiplos discursos então produzidos subjazem representações relativas às sociedades conjugal e familiar que explicitaremos.

Assim, segundo os opositores da secularização do matrimónio, a sociedade conjugal funda-se no seu carácter divino, fonte última da sua dignidade e perpetuidade. Demarcando-a do domínio estritamente humano, a Igreja reconhece-lhe fins superiores,

²⁹Desta forma, conserva-se o modelo de casamento cristão ocidental oriundo da Idade Média, instaurado entre os séculos IX e XII, do qual constam como principais elementos: o consentimento mútuo dos esposos, a indissolubilidade e a monogamia. Este modelo será ampliado nos séculos seguintes, em particular com o Concílio de Trento (24ª sessão, 11 de Novembro de 1563), ao qual é acrescentado o carácter de cerimónia pública, a obrigatoriedade da presença de um padre na cerimónia, o registo do acto e a competência exclusiva da Igreja em matéria de causas matrimoniais. Ver, a este propósito, Philippe Ariès, "O Casamento Indissolúvel", in Ph. Ariès e André Bejin (ed.), *Sexualidades Ocidentais*, Lisboa, Contexto Editora, 1983, pp. 138-157, Georges Duby, *Le Chevalier, la Femme et le Prêtre*, Paris, Hachette, 1981, Jean-Louis Flandrin, *Le Sexe et l'Occident*, Paris, Éd. du Seuil, 1981 (em particular pp. 101-108), François Lebrun, *A Vida Conjugal no Antigo Regime*, Lisboa, Ed. Rolim, 1983 (em especial o capítulo I, pp. 19-29).

capazes de arrancar o homem das suas fraquezas, devolvendo-lhe os meios necessários para que este cumpra adequadamente as suas funções.

"[O matrimónio] é união santa e permanente que liga não tanto os corpos quanto os espiritos e os corações dos conjugues para gerarem filhos para Deus e creal-os de maneira que possam ser uteis a Si e aos seus semelhantes. Não basta portanto que os Pais ministrem aos filhos o pão do corpo: é mister que lhe aperfeiçoem o espirito desenvolvendo nelles por meio de uma educação religiosa fundada na piedade e no santo temor a Deus os germen da virtude com que o mesmo Senhor os prendou".³⁰

Seja pelo temor a Deus, pela repressão ou pela imutabilidade dos seus dogmas, a Igreja, na opinião dos defensores do casamento canónico, garante a imobilidade e o controlo social, favoráveis ao Estado. Na ausência deste quadro disciplinador e valorativo, ela prevê, ainda, os efeitos sociais mais catastróficos: degeneração da raça no plano físico³¹ e moral, degradação da família, pela

³⁰Representação do Bispo da Guarda dirigida ao rei, documento transcrito na íntegra in Samuel Rodrigues, ob. cit. p. 376 (sublinhado nosso). Note-se que esta concepção da sociedade conjugal é partilhada unanimemente pela hierarquia eclesiástica.

³¹Há quem invoque o discurso médico, imbuído de considerações religioso-morais, como é o caso do Arcebispo da Baía. Citando o *Tratado especial de Hygiene da Familia nas suas relações com o Matrimonio no physico e no moral*, de autoria do médico francês Dr. Francis Devay, mostra como o casamento religioso é uma exigência da natureza humana: "*Está escripto no fundo do coração humano, que a Religião deve intervir no Matrimonio; tal foi o sentimento da humanidade por toda a parte e sempre; é este ao mesmo tempo o grito da consciencia e o voto da natureza. O homem, que recusa a intervenção da Religião na sua alliança com a mulher, (...) se revolta contra a natureza, elle perde seus direitos á dignidade de homem e se torna semelhante ao bruto.*" Acrescenta ainda o valor da indissolubilidade do matrimónio atendendo aos seus efeitos civilizadores, tanto no plano moral como higiénico. (In *Representação do Arcebispo de Bahia às Camaras Legislativas do Império do Brasil ácerca da proposta do governo sobre o casamento civil*, Lisboa, 1865, pp. 34-35.) Note-se, contudo, que o lugar do discurso médico nas argumentações desenvolvidas sobre o casamento e a família é ainda marginal.

propensão à poligamia e ao incesto derivada da instabilidade nascida do divórcio (complemento legislativo tido como inerente ao casamento civil), declínio, por fim, da unidade familiar pela faculdade de os seus membros adoptarem comportamentos contrários à vontade dos pais, entrando em conflito com os valores sociais dominantes.

*"Só Deus, arbitro Supremo dos destinos do homem a quem servir e obedecer é reinar, segundo a frase da Santa Igreja, pode pôr legítimas condições ao homem e dizer-lhe: 'não és obrigado a casar, mas se o fizeres, esse matrimónio é indissolúvel porque Eu sou Deus e tu és creatura minha, e o que Deus junta não pode o homem separá-lo. 'Só Deus pode constranger legitimamente a vontade do homem porque lhe é superior (...). [A lei civil] como poderá constranger os casados a viverem unidos contra sua vontade, como evitará o adulterio, a polygamia do homem, a prostituição da mulher, como conseguirá a criação e educação dos filhos e a moralidade da Família?! (...) Que direito tem a Sociedade para se intrometer nestes contractos, que todos podem ter por fim a propagação da especie humana, cousa em si justa e louvável."*³²

A lei de Deus impõe-se aos homens, tornando a família a sua realidade primeira e última. Ela absorve tudo e todos nos seus fins, ao ponto de a individualidade humana deixar de ter significado autónomo, fora do seu quadro.

A superioridade do casamento religioso, como fonte de estabilidade da família e da sociedade, é ainda sublinhada por outros adversários da proposta do casamento civil, nomeadamente por D. António da Costa, Pereira Coutinho, Visconde de Seabra e

³²Representação do bispo de Leiria ao rei, documento transcrito na íntegra in Samuel Rodrigues, ob. cit., p. 395.

Amorim Barbosa,³³ entre outras figuras que expressam publicamente as suas posições, mediante a publicação de 'folhetos'.³⁴ A identidade argumentativa seguida entre estes e os representantes da Igreja não obsta à existência de posturas mais marcadamente religiosas ou jurídicas, em função da qualidade dos protagonistas em presença, nem a uma abordagem distinta do próprio elemento religioso. Deste modo, os primeiros escamoteiam a vertente da submissão dos homens à lei de Deus, aceitando-a como um pressuposto implícito, o qual, por si só, conduz à valorização do elemento religioso. Daqui decorre o seu discurso mais 'optimista', onde o factor divino é encarado como benção, dádiva de Deus, e, assim, acompanhado por uma imagem menos aterradora da sujeição do Homem aos seus desígnios. Os dignatários da Igreja, diferentemente, não hesitam em salientar o carácter impositivo da lei de Deus, que submete inexoravelmente os homens. Amorim Barbosa baseia precisamente a distinção entre o casamento religioso e o casamento civil em torno desse elemento: "*O casamento religioso*

³³Visconde de Seabra, *Duas Palavras sobre o Casamento pelo redactor do Código Civil*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866, D. António da Costa, *O Casamento civil. Resposta ao sr. Alexandre Herculano*, Lisboa, 1865; idem, *O Casamento civil perante os principios*, Lisboa, 1866; idem, *O Casamento civil perante a Carta Constitucional*, Lisboa, 1866; Manuel da Cruz Pereira Coutinho, *Breves reflexões sobre o casamento civil*, Coimbra, 1866; José de Freitas Amorim Barbosa, *O Casamento civil*, Lisboa, 1866.

³⁴A lista das personalidades que manifestaram a sua oposição ao casamento civil através da publicação é bem mais extensa. Salientamos os autores citados pela maior profundidade doutrinal com que abordam a matéria, excluindo outros dado o carácter repetitivo da argumentação utilizada: invocação sistemática da doutrina da Igreja através do recurso a longas citações de teólogos e de individualidades da Igreja sobre a matéria; empolamento dos efeitos sociais das uniões; e a citação do exemplo de outros países, destacando-se a particularidade do caso francês (P. José de Sousa Amado, *Carta sobre o Casamento Civil*, dirigida ao Dr. Vicente Ferrer Neto Paiva, Lisboa, 1865, Marquez de Lavradio, *Algumas Observações sobre o Casamento Civil*, Lisboa, 1865, Representação do Arcebispo de Bahia às Camaras Legislativas do Império do Brasil ácerca da proposta do governo sobre o casamento civil, Lisboa, 1865, Duque de Saldanha, *Carta sobre o casamento civil dirigida ao Exmo. Presidente do Conselho de Ministros*, Lisboa, 1865, entre outros).

prende os casados um com o outro (**duo in carne una** na base da Igreja) e ambos com o Céu."³⁵ O compromisso da união solidifica-se ao participar, ainda, do modelo de união de Cristo com a Igreja. Oposta à primeira, a segunda modalidade de casamento é obra dos homens, resumindo-se a uma "mancebia oficial"³⁶, desprovida de valores morais. O domínio desta visão pejorativa do casamento como contrato é relativizado, nomeadamente, por Luiz Augusto Seabra, quando este salienta, precisamente, a dignidade associada ao aspecto contratual (não obstante, de qualquer forma, à presença obrigatória do elemento religioso).³⁷

Os adversários do casamento civil legitimam, por último, a superioridade do casamento religioso com base na impotência do poder civil para sustentar a natureza humana dominada pelo império do sensualismo e do efêmero³⁸. A razão dessa impotência radica no

³⁵J. F. Amorim Barbosa, ob. cit., p. 2, col. 2 (* * em itálico no original)

³⁶Idem, p. 2. "*O philosopho, e o político só vêem n'elle a união do macho com a fêmea para o gozo e a procreação*" Idem, ibidem.

³⁷Cf. Visconde de Seabra, ob. cit., pp. 17-18. Este autor defende, em última instância, a articulação entre as esferas civil e religiosa pelos efeitos benéficos decorrentes dessa associação para o exercício do poder temporal. A posição de Seabra, comparativamente a outros autores partidários da mesma corrente, apresenta-se mais complexa dada a distinção que o autor faz dos pontos de vista teórico e prático, na abordagem ao problema. Em termos meramente teóricos, Seabra advoga a distinção no casamento entre o contrato e o sacramento, elementos sujeitos a jurisdições distintas (reflexo da sua adesão parcial às teses regalistas). Na prática, manifesta-se mais cauteloso, como constatamos, ao defender a adequação da jurisdição de acordo com a realidade sócio-política nacional, apoiando-se, para o efeito na doutrina de Portalis, figura de relevo na elaboração do Código Civil francês de 1804, Código que realiza um compromisso entre a legislação revolucionária e legislação antiga. Ver a este propósito, Irène Théry, Christian Biet, "Portalis ou l'esprit des siècles, la rhétorique du mariage dans le Discours préliminaire au project de Code Civil" in *La Famille, la Loi, l'Etat de la Révolution au Code civil*, Paris, Coed. Imprimerie Nationale et Centre Georges Pompidou, 1989, pp. 104-121), cf. Samuel Rodrigues, ob. cit., p. 9-16.

³⁸"...Como o contracto civil é regulado por uma lei humana, virão outros legisladores declarando e ordenando que não póde haver contractos, como não há leis perpetuas! e ahi ficaria a humanidade reduzida ao estado selvagem, ou á religião dos turcos. Poderão acaso os legisladores e os escribentarios actuaes provar-nos que não virão depois d'elles, e ainda n'este seculo, outros legisladores, e novos fadistas, que desfaçam o que se tem feito, e

carácter intrínseco das leis civis, por essência mutáveis. Como nos expressa o redactor do Código Civil: "*Sem a religião e sem a moral religiosa, quero dizer a moral ensinada em nome da divindade, como uma emanação directa da sua sabedoria e do seu amor, as leis civis, ainda as mais perfectas, não serão nunca mais que uma coacção servil, á qual nos subtrahiremos logo que o possamos fazer.*"³⁹ Contrariamente, as leis civis inspiradas na moral religiosa, e portanto decorrentes da autoridade divina, são respeitadas pelos homens "*sem coacção e sómente pelas inspirações do amor e da fé.*"⁴⁰ Neste contexto, o casamento religioso, ao eleger os valores espirituais como fins últimos da união, possibilita a satisfação dos interesses humanos, evitando que estes se afirmem como potenciais desagregadores da sociedade e da união familiares. A Igreja contribui, desta forma, para os desígnios/interesses do Poder, numa aliança que a instauração do casamento civil vem ameaçar. Como alertam os seus opositores, na eventualidade de serem instituídos dois códigos reguladores dos comportamentos conjugais e familiares, quebra-se a homologia discursiva entre o poder religioso e o poder político,⁴¹ abrindo-se espaço ao conflito e à contestação

se está fazendo? Por quantas revoluções não tem o mundo passado já em nossos dias?" J. F. Amorim Barbosa, ob. cit., p. 3, col.1.

³⁹Visconde de Seabra, ob. cit., pp. 21-22.

⁴⁰Idem, p. 21.

⁴¹Ideia sistematicamente invocada pelos adversários do casamento civil, expressa nas palavras do bispo de Leiria: [Na eventualidade de a lei ser aprovada] "*... d'aqui resultaria que a Igreja condemnaria aquillo que as Leis do Paiz approvariam e portanto que o Estado estaria em guerra com a Igreja dando armas aos maos filhos da mesma Igreja para a combaterem e guerrearem. O Estado teria como legitimamente casados para todos os effeitos temporaes aquelles que a Igreja não poderia deixar de considerar como vivendo em escandalosa mancebia. Em quanto esta procurasse empregar todos os meios ao seu alcance para os converter ao verdadeiro caminho da salvação, o Estado os alentaria á desobediencia (...) contrariando d'este modo a benefica acção da Igreja. E que seria isto senão uma lucta?*" Representação do Bispo de Leiria ao rei, documento transcrito na íntegra in Samuel Rodrigues, ob. cit., p. 392-393.

das autoridades. O efeito dessa contestação é duplo. Por um lado, representa um potencial factor de declínio do poder da Igreja; por outro, veicula um elemento desagregador da sociedade civil, reflectindo-se, em última instância, no enfraquecimento do poder político.

Sobressai, por fim, nestes discursos múltiplos mas unos, a raridade das considerações afectivas a respeito da sociedade conjugal e familiar. Sentimento, felicidade, amor, prazer, são noções abafadas⁴² pela preponderância do dever (a Deus e/ou à sociedade), sintoma da herança da concepção moral-cristã do casamento oriunda da Idade Média.⁴³

⁴²Abafadas mas não ausentes. O amor dignifica-se pela participação divina. "O casamento tendo por princípio o amor, e por fim a procreação, tem uma origem natural e divina; só essa, o sacramento, lhe pode dar a perpetuidade". V. da C. Alves Ribeiro, *O Casamento Civil reprovado pela Carta Constitucional*, s.l., Typ. Panorama, 1866, p. 17. Ver ainda M. C. Girão, *Algumas Palavras sobre o Casamento Civil*, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1866, pp. 10-11. Note-se, no entanto, que a valorização isolada do amor não é frequente entre os adversários do sistema civil.

⁴³Concepção que a sociedade do Antigo Regime consolidará, ao apresentar "(...) *une forte propension à voir dans le mariage l'institution sociale plus que la traduction juridique de la volonté de deux personnes de vivre une vie de couple.**", Jean Gaudemet, "L'engagement conjugal -Le regard des canonistes à la veille de la Révolution" in *La Famille, la Loi, l'Etat de la Révolution au Code civil*, ob. cit., pp. 91-103 (*sublinhado nosso). Cf. bibliografia indicada na nota 17.

Discurso político-filosófico sobre o casamento e a família:

No centro da argumentação a favor do casamento civil facultativo encontra-se a exigência de a sociedade política assumir a competência legislativa sobre o casamento, dada a centralidade desta instituição na criação da "*molécula social*"⁴⁴, elemento fulcral da vida das sociedades. Cabe ao Estado garantir o exercício dos direitos dos cidadãos, sendo à luz deste princípio geral que se justifica a instauração do casamento civil, como meio de afirmar o direito à constituição legítima de família, em acordo, por sua vez, com a filosofia implícita nos princípios constitucionais consubstanciados nas liberdades de consciência e religiosa. Invoca-se, assim, a diversidade de cultos patente na sociedade portuguesa, quer na metrópole quer nas colónias, a constatação do agnosticismo entre algumas faixas da população, bem como a presença no território de numerosos estrangeiros que professam outras religiões que não a católica, como argumentos favoráveis da instauração da fórmula civil⁴⁵.

O reforço (aparente)⁴⁶ da sociedade familiar que preconizam, decorrente da proposta de um novo enquadramento legal, vem

⁴⁴"A constituição de família é a formação da *molécula social*, e a *molécula social* não póde ser exclusivamente fabricada pelos ministros de nenhuma religião. Se assim fosse, a sociedade civil seria apenas uma prolação dos gremios religiosos, quando pelo contrario, ella precedeu a todas as suas actuaes religiões positivas." Alexandre Herculano, *Casamento Civil, primeira carta*, Lisboa, Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1866, 2ªed., p. 8. Note-se que tese idêntica -o princípio da família como fundamento da sociedade civil- é também partilhada pelos seus adversários, apenas lhe atribuindo uma origem divina. Cf. J.J. d'Almeida Braga, *Brados contra o Casamento Civil*, 2ª parte, Porto, Livraria e Typographia de F. G. da Fonseca, 1866, pp. 5-54.

⁴⁵Cf. Alexandre Herculano, *Casamento Civil, primeira carta*, ob. cit., pp. 9-10.

⁴⁶Falamos em aparência atendendo ao teor político-ideológico da polémica em causa, perceptível no carácter marginal da reflexão sobre a família que então é produzida.

também servir, em última instância, os desígnios da secularização gradual, em consonância com os pressupostos nucleares da ideologia liberal⁴⁷.

A análise das produções discursivas promovidas pelos apologistas da secularização,⁴⁸ permite-nos evidenciar visões sobre a sociedade conjugal que nos remetem para enunciados mais ou menos abrangentes dessa realidade, em função das abordagens adoptadas.

A perspectiva filosófico-jurídica, explorada nomeadamente por Herculano, conduz forçosamente a uma análise do casamento circunscrita aos elementos exteriores que o regulam, com o consequente desprezo pela componente subjectiva do acto. À luz do Direito Natural, o casamento define-se como um contrato, ainda que distinto, pela sua essência, de outros contratos humanos, porque sujeito à perpetuidade e indissolubilidade (qualidades cuja origem remonta à doutrina cristã, reconhecida como uma das fontes que presidem à concepção do casamento civil⁴⁹). Simultaneamente, a experiência histórica reforça a visão do casamento presente no Direito Natural, uma vez que as leis que regulam o casamento e a família são "*sempre filhas das circunstancias dos tempos, dos logares e mesmo [das] pessoas*"⁵⁰. Esta vertente historicista é

⁴⁷ Invocam-se, ainda, factores morais como meio de legitimar a secularização do casamento. "*Se os contraentes não são catholicos, forçal-os a penetrar a porta d'um templo que não frequentam, e a receberem benções, em cuja santidade não crêem, seria ou condemnal-os a um celibato forçado, ou incital-os ao escandalo do concubinato, ou obrigar-os a um acto de hipocresia.*" Alexandre Herculano, idem, p. 34.

⁴⁸ A amplitude da campanha a favor do casamento civil foi menor, avaliada a partir dos meios accionados pelos seus partidários, salientando-se apenas a imprensa e a publicação de folhetos em número mais reduzido relativamente aos produzidos pela facção contrária. A listagem das publicações é indicada na Bibliografia.

⁴⁹ Cf. Alexandre Herculano, *Casamento Civil, primeira carta*, ob. cit., , p. 11.

⁵⁰ L. M. Prado d'Azevedo, *Defesa do Casamento Civil*, oppusculo offerecido ao

reforçada, ainda, pela tese desenvolvida por Herculano, já apontada, relativa à presença do casamento civil na antiga legislação portuguesa⁵¹.

Em paralelo a esta visão predominantemente jurídica, filosófica e historicista, Santos Carneiro introduz uma abordagem baseada na natureza multiforme do casamento. Assim, partindo da constatação da complexidade desta instituição, traduzida na multiplicidade de elementos que a compõem -desde o religioso ao natural, passando pelo espiritual, jurídico, moral e mesmo económico⁵²- rejeita toda a análise reduccionista, nomeadamente a tese Kantiana, que se circunscreve ao contrato civil e exclui a esfera moral. Casamento e família são vistos, assim, como realidades complexas que visam o cumprimento de fins vários, de acordo com a diversidade da natureza humana. O amor encontra-se na origem do casamento, representando o seu "*fundamento primordial*"⁵³. Santos Carneiro associa este facto à presença intrínseca do elemento 'contrato', dependente dos princípios da liberdade e da vontade, e sujeito à

snr. Alexandre Herculano, Porto, Typographia Portuense, 1866, p. 11. Um dos argumentos centrais dos defensores do casamento civil reside na demonstração da da separabilidade dos elementos presentes no casamento, contrariando assim, a interpretação oficial da Igreja sobre a matéria.

⁵¹Nem todos os adeptos do casamento civil subscrevem a tese de Herculano, Santos Carneiro, nomeadamente, contesta-a, alegando a fragilidade das suas bases interpretativas. Sugere, em alternativa, o recurso à análise comparativa dos códigos jurídicos das "nações cultas" com o fim de averiguar a pertinência da instituição que se pretende implantar. Cf. Santos Carneiro, "Carta ao Senhor Duque de Saldanha" in *O Casamento Civil e seus Adversarios*, ob. cit., pp. 47-52.

⁵²"[Como instituição] religiosa, é um santuario em que Deos accende a chamma de tudo quanto é celeste. Como instituição da natureza, é uma harmonia do dualismo produzido pela opposição dos sexos. Como sociedade espiritual, é uma fonte perenne, onde os esposos podem beber vigor de pensamento, delicadeza de sentimento e energia de vontade, e completarem e harmonisarem, assim, as faculdades de suas almas. Como sociedade juridica, é um contracto dependente da liberdade." Idem, p. 43.

⁵³Idem, ibidem, p. 44.

regulamentação do Estado⁵⁴. O casamento não se esgota, porém, segundo ele, no seu carácter natural, fonte do poder civil. Contém ainda o elemento espiritual, a cargo da Igreja, mas condicionado, em última instância, pela vontade individual, à luz das liberdades de consciência e religiosa.

A autonomia do elemento "contrato" repercute-se no discurso relativo ao casamento e à família, que adquire um carácter eminentemente humanista, de inspiração liberal, a que não é estranha a atmosfera romântica que envolve a produção cultural e literária do período. Ao reflectir-se nas representações sobre a mulher e o amor então preponderantes, o Romantismo vem inevitavelmente repercutir-se sobre as concepções de casamento e família⁵⁵. O conteúdo subjacente à invocação de noções como liberdade, consciência individual e amor testemunham, precisamente, a ressonância destas correntes. Santos Carneiro sobressai, neste contexto, pela valorização da componente afectiva:

⁵⁴É de competência do Estado regulamentar o livre exercício dos contratos civis, princípio geral tanto mais necessário quanto os interesses envolvidos no casamento se ligam prioritariamente a questões sociais. Correlativamente a esta ideia, alguns autores concebem como fim primordial do casamento a procriação. Salienta-se neste campo A. L. Alcoforado, pela visão médico-naturalista através da qual perspectiva o casamento, levando-o a advogar que a legislação sobre o casamento integre os respectivos avanços da medicina. Cf. A. L. Alcoforado, *A lei e o Clero na questão do casamento civil*, Lisboa, 1866, pp. 14-15.

⁵⁵Mais do que a dualidade da imagem romântica sobre a mulher, importa vincar a fragilidade que lhe era atribuída, tida como inerente à natureza emotiva da mesma, concepção legitimadora da "natural" protecção masculina que lhe era reservada. Cf. Fernando Catroga, "A Laicização do Casamento e o Feminismo Republicano", ob. cit., p.137-138; Joel Serrão, *Notas sobre a situação da mulher portuguesa oitocentista*, p.

Não surpreenderá, por conseguinte, a condenação do sector liberal face à intervenção feminina na polémica -inserida na corrente de oposição à proposta de inovação legislativa- visto esta não se coadunar com a natureza das mulheres confinadas, por excelência, ao universo do privado sobre a protecção paterna ou marital. Cf. M. C. C. F., (Maria Candida Collaço Falcão), *O Casamento civil e as Senhoras*, Lisboa, 1866; Samuel Rodrigues, ob. cit. pp. 105-107, síntese das reacções ao protesto feminino.

"É o sentimento do amor, a riqueza das faculdades da alma, que arreigam mais fundamente a felicidade domestica. Quando o lar da familia não se aquece ao calor dos grandes sentimentos que vasam do coração dos esposos, debalde a egreja e o estado trabalham por encher o vazio moral. Cahe a semente em terreno safaro. As solemnidades ecclesiasticas e civis são preciosas, mas não criam a ventura conjugal, se a natureza moral dos conjuges não aviventa a letra do preceito. É necessario não derivar tudo das formas externas, e dar mais valor ao fogo sagrado, que inflamma o peito dos conjuges. (...) A sociedade não faz a familia. (...) A auctoridade da lei imprime [não obstante] um cunho authenticico sobre as promessas conjugaes, garantindo os esposos da fragilidade e caprichos da vontade humana."⁵⁶

Podemos identificar, nesta passagem, sintomas de modernidade referentes a uma nova concepção de casamento, baseada na valorização do casal e do amor conjugal⁵⁷. Em todo o caso, os

⁵⁶Santos Carneiro, "Resposta ao auctor do folheto intitulado 'Nem tanto ao mar nem tanto á terra'", in *O casamento Civil e seus adversarios*, ob. cit., p. 129.

⁵⁷É notório o avanço desta concepção relativamente ao modelo tradicional de casamento, dominado pelo factor religioso e pela aliança entre famílias. De qualquer forma, encontramos-nos ainda longe da concepção moderna de casamento, assente na igualdade entre os cônjuges, no amor recíproco, e na liberdade, cuja primeira materialização remonta ao período revolucionário francês. Cf. Francis Ronsin, *Le Contrat sentimental - débats sur le mariage, l'amour, le divorce, de l'Ancien Régime à la Restauration*, Paris, Aubier, 1990, pp. 108-109. Em Portugal, Vicente Ferrer Neto Paiva advoga, do ponto de vista teórico, esse modelo na sua obra *Elementos de Direito Natural ou de Philosophia de Direito*, 2ªed. correcta e augmentada, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1850, pp. 166-176. As reflexões desenvolvidas pelo autor a propósito da família e do casamento, nomeadamente na secção concernente às condições necessárias à formação da sociedade familiar, testemunham a apologia do modelo citado: "... sómente as pessoas, que têm o amor*, fundamento do matrimónio podem fazer a declaração de que têm vontade (...). O amor exige uma relação d' igualdade." (Ob. cit., p. 169, * em itálico no original). Curiosamente, e apesar do paralelismo que transparece entre a concepção de casamento deste autor e a de Santos Carneiro -as linhas de força são comuns a ambos, v.g., a defesa do carácter multiforme da sociedade matrimonial e a eleição do amor como fundamento desta sociedade (cf. Vicente Ferrer Neto Paiva, ob. cit., pp. 167-168 e Santos Carneiro, ob. cit., pp. 43-46)- nenhuma alusão é produzida sobre o pensamento ou obra do

imperativos familiares, bem como os sociais, são ainda preponderantes. O idealismo subjacente ao discurso de Santos Carneiro está longe de ser partilhado unanimemente pelos defensores da secularização do casamento, dado que, numa mesma abordagem humanista, estes contrapõem à centralidade dos interesses individuais o peso de considerações de carácter social. Ilustram-no, por exemplo, a reivindicação do controlo do Estado sobre a família (dado o papel central desta instituição) e a afirmação do efeito moralizador do casamento civil, susceptível de diminuir as relações ilícitas pela reconversão das mesmas em ligações sancionadas pela lei, cujos efeitos se prolongam aos filhos ilegítimos⁵⁸.

Encontramo-nos, assim, perante duas imagens relativas ao casamento e à família: uma dominada pela centralidade de Deus, patente no discurso religioso-político, outra baseada em preocupações humano-sociais, inerentes ao discurso filosófico-político⁵⁹. Em ambas, a presença constante de considerações

professor de Coimbra no folheto citado. Com efeito, Santos Carneiro (porventura discípulo do primeiro) socorre-se preferencialmente das doutrinas originais das personalidades de relevo da filosofia de direito -entre elas, Ahrens, Krause e Darimon- no intuito de fundamentar os seus pontos de vista sobre o casamento, mas circunscritos à defesa da tese maior -a secularização do casamento. Manifesta-se, mais uma vez, o carácter restritivo que a abordagem sobre a família e o casamento assumiu no debate público: accionaram-se as doutrinas 'modernas' dos grandes mestres da filosofia do direito, mas num quadro delimitado por considerações de estratégia política. Daí o silêncio sobre temas mais controversos avançados, do ponto de vista teórico, alguns anos antes por Vicente Ferrer, com base nos referidos mestres, nomeadamente, a questão da igualitarização dos cônjuges na sociedade matrimonial e os fins últimos do casamento.

⁵⁸Ideia presente nas argumentações de todos os autores que temos vindo a citar, meio de demonstrar a necessidade social da promulgação do casamento civil. Cf. João Bonança, ob. cit., pp. 23-24, Santos Carneiro, ob. cit., pp. 34-35, entre outros.

⁵⁹Das visões expostas sobre o casamento e a família ressalta, claramente, o carácter tipificado das mesmas. Pretendemos, antes de mais, identificar as

político-ideológicas. Globalmente, a polémica é marcada pela ausência de uma reflexão sociológica sobre o casamento e, secundariamente, sobre a família. Em termos analíticos é precisamente este vazio que se nos afigura dever ser salientado, não obstante (e sublinhe-se) este repousar nos respectivos horizontes sócio-históricos de então.⁶⁰ Assim, colocamos a hipótese da existência de um outro tipo de ausência: a de um 'espaço social'

especificidades inerentes a cada 'modelo', mediante uma opção analítica que presidiu a esta 're-construção'. Neste contexto definimos, como critérios orientadores, a centralidade dos elementos apresentados e a intensidade da invocação dos mesmos, entre os vários discursos. Simultaneamente, abstraímos-nos de divergências pontuais entre os produtores discursivos de uma mesma facção, assim como de eventuais incoerências argumentativas detectadas, desde que irrelevantes face ao âmago da nossa abordagem. Contudo, parece-nos de sublinhar em termos de uma análise global e sob pena de criarmos uma imagem deformada do nosso objecto de estudo, a ausência de um discurso cabalmente consolidado, exceptuando, porventura, o discurso dogmático da Igreja Católica. Com efeito, denotam-se imprecisões e ambiguidades, reflexo provável do contexto particular em que estes discursos se inserem, prolongando-se o seu efeito à desvalorização da componente teórica sobre estas instituições. Uma última chamada de atenção: ambas as correntes postulam a essencialidade da família ao nível da organização da sociedade civil. Alguns autores, entre os quais Alexandre Herculano e Almeida Braga, afirmam-no explicitamente**, apesar de extraírem deste princípio interpretações distintas, até mesmo antagónicas.

Desta forma, e não obstante as divergências apontadas, ambas as visões de família repousam sobre uma concepção conservadora segundo a qual o fundamento da sociedade civil reside na família (e não no indivíduo acrescentaríamos nós, questão que oportunamente exploraremos).

**Herculano intitula-a molécula social. (Ver nt. 30). J. J. d'Almeida Braga, no folheto *"Resposta á carta do sr. Alexandre Herculano ácerca do Casamento Civil"*, contra-argumenta: *"O que é a sociedade civil? Um aggregado de familias. Portanto a familia é anterior á sociedade civil; e se é anterior, como póde a sua constituição pertencer á sociedade, que é posterior?...As familias é que pertence a formação das sociedade civil ... porque a familia já existia antes d'ella."* (In *Brados contra o Casamento Civil*, 2ª Parte, Porto, Liv. e Typ. F. G. da Fonseca, 1866, pp. 54-55). O autor advoga, assim, a origem divina da família uma vez que *"a verdadeira religião deve ser coeva do genero humano"* (Idem, p. 54.) Interpretação intermédia a estas é veiculada no folheto *Brado Catholico contra o Casamento Civil*: *"O casamento é o fundamento da familia como as familias são o fundamento das sociedades (...). Na sua origem [o casamento] foi um simples contrato como necessidade da propagação do genero humano na sua infancia; mas a ideia religiosa não deixava de presidir á união matrimonial."* In *Brado Catholico contra o Casamento Civil*, Porto, Typ. Portuense, p. 8.

⁶⁰Com efeito, parece-nos insuficiente justificar tal ausência com base no facto de o ponto central da polémica ter residido na definição da(s) forma(s) de constituição da família.

que permitisse alimentar esta reflexão. Nesta ordem de ideias, interrogamo-nos sobre até que ponto a sociedade portuguesa dos anos sessenta do século XIX se permitiria equacionar como problemática a realidade conjugal e familiar, situando-se para além de considerações de carácter meramente filosófico, moral, religioso e político.

Admitindo, a título de hipótese e objecto de exploração ao longo deste trabalho, que paulatinamente se tenha aberto lugar à sua problematização, ainda que a uma escala social restrita, procuremos auscultar em que medida a nova conjuntura política, ideológica e cultural, encetada nos anos 70, terá potenciado a exploração do conflito até então latente entre representações dominantes e representações emergentes sobre casamento e família. Neste contexto, valerá a pena indagarmos sobre o papel desempenhado pela prática do casamento civil neste conflito⁶¹. Questões a que pretendemos dar resposta no decurso deste trabalho.

O lugar do divórcio na polémica sobre o casamento civil: a emergência da problemática casamento/divórcio enquanto construção histórica

A primeira abordagem do divórcio, em termos públicos, inserida na polémica sobre o casamento civil, surge, precisamente, pela mão dos seus detractores que, ao promoverem a omissão

⁶¹Como complemento à análise sobre a polémica do casamento civil procurámos avaliar o impacto e o significado da instauração da fórmula civil ao nível das práticas matrimoniais, realizando, para o efeito, o levantamento dos casamentos civis celebrados nas cidades de Lisboa e Porto, entre 1879 e 1905 (Capítulo II).

intencional da natureza particular do contrato que regula o casamento, são levados a sustentar a inevitabilidade da sua instauração.

Na realidade, a questão da dissolubilidade dos laços conjugais era estranha ao âmbito inicial do debate que se desenhou no seio da Comissão Revisora, uma vez que, o princípio de perpetuidade do matrimónio nunca foi contestado pelos seus membros. Não obstante, os adversários da instauração do casamento civil foram levados a advogar a ameaça de ruptura do vínculo conjugal, à luz da aplicabilidade da doutrina geral dos contratos, nomeadamente do seu princípio essencial, neste caso particular, o da contratualidade bilateral⁶². Em paralelo, recorrem a outros argumentos, como é exemplo, o da experiência legislativa francesa durante a época agitada que se seguiu à Revolução de 1789, como forma de demonstrarem, uma vez mais, a associação estreita entre as duas instituições: a instauração do casamento civil como sendo susceptível de trazer, por arrastamento, o divórcio⁶³. Em complemento do quadro justificativo da inevitabilidade do divórcio, invocam a mutabilidade das leis humanas, sujeitas às novas ideias e à acção 'incontrolada' dos homens, impotentes para garantirem a

⁶²Cf. Samuel Rodrigues, ob. cit., p. 95, nt. 51.

"Estabelecer o casamento civil é auctorizar desde logo o divorcio porque é principio corrente em jurisprudencia que todas as coisas se desfazem pelo mesmo modo porque têm sido feitas." Representação do Arcebispo de Évora ao rei, documento transcrito na íntegra in idem, p. 386. Sobre a desvirtualização da doutrina contratualista na regulação da matéria matrimonial veja-se António Manuel Hespanha, ob. cit. .

⁶³"Não vae um passo do casamento civil ao divorcio? Não abrirá o matrimonio civil uma brecha na ordem moral e na ordem social? Cita-se de continuo a França na questão do casamento civil. É o casamento francez que se quer? (...) Legisladores das camaras, deveis saber o que é a familia franceza fundada pelo casamento civil. Povo portuguez, vós ainda não o sabeis, pois o que ledes nos romances que de lá chegam, ou o que vedes traduzidos nos theatros desnacionalizados, só vos dá um longe da realidade". In D. António da Costa, *O Casamento civil, resposta ao sr. Alexandre Herculano*, Lisboa, 1865, p. 17.

ordem estabelecida, em claro contraste com o carácter impositivo e permanente do dogma.

Concebido como símbolo por excelência da desagregação conjugal⁶⁴ e familiar, ao divórcio imputam-se doenças sociais dramáticas como o adultério e a poligamia, sendo-lhe associada, ainda, a desvalorização do estatuto da mulher. O divórcio corresponde, assim, ao culminar de um processo de degradação moral e familiar iniciado com a instauração do casamento civil, primeiro responsável pela desvalorização da união conjugal através da exclusão do seu elemento dignificante. A assimilação destas duas realidades, sob o ponto de vista discursivo, é evidente. São-lhes apontados os mesmos efeitos, apenas agravados, no caso do divórcio, pela sanção oficial à dissolução do vínculo conjugal. Podemos concluir, assim, pela inexistência de um discurso autónomo sobre o divórcio, uma vez que o recurso a este tema se encontra inteiramente subordinado ao combate contra o casamento civil. O carácter moralista que este revestiu estende-se às referências sobre o divórcio, isentas de 'qualquer consideração social, que o apresentam, simplesmente, como uma espécie de 'praga' ou 'epidemia', susceptível de desencadear, por si só, graves malefícios sociais⁶⁵. Ele não representa porém, ainda, uma real ameaça, e os responsáveis pela sua instrumentalização têm inteira

⁶⁴A imagem do divórcio então produzida pouco tem de original, alimentando-se dos discursos 'catastróficos' elaborados no exterior, provenientes de países como a França e a Itália.

⁶⁵"Admitir como Lei do Estado o Casamento Civil (...) seria multiplicar as apostasias, sancionar os incestos, fomentar os concubinatos, introduzir a polygamia, a incerteza da paternidade, a justa e natural auctoridade do direitos paternos, a incerteza das successões, a facilidade dos divorcios, a corrupção dos costumes, o escandalo á moral pública, e a inquietação das consciencias". Representação do Arcebispo de Braga ao rei, documento transcrito na íntegra em Samuel Rodrigues, ob. cit., p. 370.

consciência deste facto⁶⁶. Trata-se, apenas, de explorar o imaginário colectivo, procurando, pela simples invocação do divórcio, mobilizar a opinião pública contra o casamento civil⁶⁷. O carácter elementar - quase panfletário- da produção discursiva sobre a questão testemunha-o. Em poucas linhas, e tendo como desnecessária qualquer fundamentação teórica, apontam-se os terríveis efeitos derivados da instauração do divórcio, como se o importante consistisse em acenar, apenas, com o peso dessa palavra.

Inversamente, o divórcio ocupa um lugar marginal no discurso dos defensores do casamento civil, fenómeno que se nos afigura enquadrar-se no espírito da estratégia argumentativa destes. Ao teor moralista do discurso político-religioso dos seus adversários, contrapõem, como dissémos, uma argumentação predominantemente filosófico-política. Por outro lado, socorrem-se da legitimação jurídica para demonstrarem a dignidade inerente ao sistema do casamento civil. Neste sentido, tendem a desvalorizar as acusações, tidas como panfletárias, dos seus adversários, (nomeadamente aquelas que se relacionam com os efeitos catastróficos derivados da instauração do casamento civil), através de estratégias várias: desde o silêncio/indiferença⁶⁸, passando pelo ataque/'insulto' político-

⁶⁶"Comquanto não concordassemos na generalisação da fôrma acatholica; não nos convencemos que taes casos [ex. situações de dolo ou fraude por motivos religiosos, as quais não podem ser invocadas para anulação do casamento civil] se podessem dar no reino; e ainda tivessemos por phantastico aquelle receio, pois que sufficientemente se achavam acautelados nas leis geraes que vedam o divorcio, a polygamia, o incesto (...)." In Visconde de Seabra, ob. cit., p. 45.

⁶⁷"[O casamento civil] sendo um puro concubinato,(...) produzirá necessariamente nas raças defeitos tanto na parte numerica, como na falta de robustez; e facilmente se poderá escorregar para o divorcio, para a polygamia, para o communismo, e para uma desorganização geral, fonte de uma infinidade de desordens inevitaveis." In Marquez do Lavradio, *Algumas Observações sobre o Casamento Civil*, Lisboa, 1865, p. 15.

⁶⁸Segundo Herculano, os ataques dirigidos pelos seus adversários resumem-se "a chamar-nos pedreiros livres, impios, inimigos da religião, destruidores

partidário ("conservadores", "inimigos da liberdade", "reacionários"), até à resposta directa, esta última bastante menos frequente. Em contrapartida, afirmam sistematicamente os princípios de perpetuidade e de indissolubilidade do casamento.⁶⁹

Santos Carneiro, em "Resposta à Nação e ao Bem Publico",⁷⁰ pronuncia-se abertamente sobre o divórcio, sem deixar de afirmar, de forma sintomática, que os seus adversários "*parece que desejariam que o código não admitisse a sua perpetuidade, para poderem atacal-o por este lado.*"⁷¹

Desmontando os argumentos dos seus opositores, Santos Carneiro mostra que "*a dissolubilidade do vinculo matrimonial não é corollario forçoso da sua natureza de contracto, mas é regido por principios superiores, que não consentem a sua dissolução. É um contracto especial, porque tem por objecto a união muito especial da personalidade humana.*"⁷² Nesta ordem de ideias, o princípio da perpetuidade do casamento, ainda que prescrito textualmente no Código, recebe a sua fundamentação última não tanto no Direito, mas na "*natureza, fundamento e fim*"⁷³ do casamento. Santos

da familia, conspiradores contra o altar e o throno, demonios incarnados". In Alexandre Herculano, *Casamento Civil, segunda carta*, Lisboa, 1865, pp. 4-5.

⁶⁹Veja-se Vicente Ferrer, *O Casamento Civil, Colecção das Cartas do Snr. Vicente Ferrer em resposta ao Snr. Visconde de Seabra, 3ª Carta*, Porto, J.L. de Sousa, 1866, p. 37.

⁷⁰In *O Casamento Civil e os seus adversarios*, ob. cit., pp. 55-85.

⁷¹Idem, pp. 61-62.

⁷²Idem, ibidem, p. 61.

⁷³Idem, ibidem, p. 62. Nesta ordem de ideias, Santos Carneiro minimiza o papel das considerações religiosas e morais que intervêm na perpetuidade do casamento ao afirmar que "*a lei não proíbe o divorcio por considerações puramente moraes e religiosas, mas sim por motivos bebidos na própria natureza da união matrimonial, e inspirados por conveniencias da ordem social. A lei que proíbe o divorcio é expressão genuína dos proprios principios do direito, não é consecrario exclusivo do character religioso do matrimonio.*" Idem, p. 80. Herculano advogando a mesma doutrina, atribui, explicitamente, a paternidade do princípio de indissolubilidade ao Catolicismo. Cf. Alexandre Herculano, *Casamento Civil, primeira carta*, ob. cit., p. 11.

Carneiro invoca, para o efeito, o reconhecimento deste princípio por parte de pensadores não católicos, nomeadamente por Michelet e Eugenio Pelletan, e mesmo por Ahrens (apesar de o ilustre especialista da Filosofia do Direito admitir o divórcio, em casos extremos). Por outro lado, cita o caso da legislação francesa de então,⁷⁴ demonstrativo da não associação obrigatória entre a secularização do casamento e o divórcio. Alega, por último, a relevância dos interesses sociais presentes no casamento e na família, que actuam no sentido da conservação da indissolubilidade conjugal. Porém, não deixa de perspectivar esta matéria sob o ponto de vista humano-individual, à semelhança do observado no tocante à abordagem do casamento, afirmando que "*a perpetuidade do matrimonio ... [é] um facto de consciência.*"⁷⁵

A partir da documentação por nós compulsada, verificámos que apenas Alexandre Lobo Alcoforado⁷⁶ se pronuncia a favor do divórcio, atitude, no entanto, marginal ao contexto da polémica. Com efeito, atendendo às suas posições 'radicais' quanto à religião, dificilmente o poderemos integrar no espírito da argumentação desenvolvida pelos defensores da secularização do casamento. No entanto, formalmente, a lógica que preside à explanação das suas teses é idêntica à dos intervenientes no debate: o confronto de enunciados ideológicos torna-se, mais uma vez, prioritário (senão

⁷⁴Com efeito, o divórcio (instituído pela lei de 20 de Setembro de 1792 e conservado no Código Civil Francês de 1804) foi revogado no período da Restauração, através da lei de Bonald (8 de Maio de 1816). Frustradas as sucessivas propostas de restabelecimento apresentadas no Parlamento entre os anos 30 e 40 (1830, 1831, 1832, 1834, e 1848), a campanha a seu favor reacende-se em finais dos anos 70 (em 1876 é apresentado novo projecto), liderada pelo deputado e químico Alfred Naquet alcançando êxito através da lei de 27 de Julho de 1884. Cf. Duarte Roboredo Sampaio e Mello, *Família e Divórcio*, Lisboa, Livraria Clássica e Editora, 1906, pp. 265-266.

⁷⁵Santos Carneiro, ob. cit., p. 62.

⁷⁶A *Lei e Clero na Questão do Casamento Civil*, ob. cit..

exclusivo), em detrimento de quaisquer considerações de carácter sociológico.

Alexandre Lobo Alcoforado sustenta, como pressuposto central, a ideia de que as religiões são em si um absurdo, ridicularizando-as em face da ciência, concluindo que elas são impeditivas do avanço da humanidade e do progresso da civilização. Neste sentido, compete "*aos poderes públicos (...) anunciar-lhes que morreram, e tiral-as da constituição das sociedades, começando pela família.*"⁷⁷ Proclama, assim, a reforma da família realizada no quadro da completa exclusão do elemento religioso, tanto ao nível das relações entre os seus membros como ao nível da sua regulamentação. Em suma, reivindica a exclusividade do poder civil na regulação do casamento, traduzida no reconhecimento do direito de constituição de família a todos os cidadãos, e na proclamação do divórcio,⁷⁸ à luz da justiça e da defesa dos interesses individuais.

A ideia da dissolubilidade do matrimónio apresenta-se, assim, estranha aos defensores do casamento civil (com excepção do caso de Alcoforado). Todavia, parece-nos que a questão estaria longe de revestir a aparente linearidade que os partidários da secularização teriam procurado imprimir nas suas intervenções sobre a matéria. Com efeito, afigura-se-nos significativo o cariz defensivo da argumentação desenvolvida por estes, dado que, se por um lado se acumulam 'provas' tendentes a demonstrar a dissociação do par casamento civil/divórcio, por outro, o silêncio sobre a matéria, ou a sua desvalorização, não deixam de actuar num mesmo sentido. Na

⁷⁷Idem, p. 30.

⁷⁸Na perspectiva do autor que vimos citando, a instauração do divórcio visa suprimir "*a contradição que existe entre a separação judicial e a indissolubilidade do casamento.*" Idem, ibidem, p. 30.

realidade, dificilmente descortinamos qual a visão que os defensores do casamento civil partilham sobre o divórcio. O âmago do problema parece residir, precisamente, neste ponto: no não equacionamento da natureza do divórcio, numa abordagem que procura apenas evidenciar a injustificação da ameaça da sua instauração⁷⁹. Do exposto, parece-nos lícito concluir pela complexidade que a questão então apresentava, sem invalidar, porém, a ideia de que, efectivamente, a instituição do divórcio se apresentaria extemporânea aos partidários do casamento civil, dado o tradicionalismo da sociedade portuguesa (devidamente ilustrado nas repercussões ocorridas em torno da polémica do casamento civil). Nesta linha, fomos levados a interpretar, a título de hipótese, as 'precauções' que presidiram ao exame da matéria do divórcio, como indiciadoras da existência de posturas teóricas não forçosamente coincidentes com as posições assumidas publicamente. Procurámos examinar esta questão sob um duplo ângulo, indo além da análise das produções discursivas surgidas sob o impulso da polémica do casamento civil, visando, assim, indagar até que ponto as posições assumidas publica e politicamente por alguns dos defensores da secularização do matrimónio corresponderiam, ou não, a eventuais concepções teóricas que os mesmos tenham avançado, fora do contexto sócio-político da sociedade portuguesa de então.

Vicente Ferrer Neto Paiva propõe-nos, na sua qualidade de jurista, uma demarcação entre duas dimensões, a do direito natural e a do direito positivo, este último consubstanciado na ordem

⁷⁹Interpretação idêntica poderá ser aplicada à preocupação em delimitar as fronteiras da polémica por parte dos partidários do casamento civil, meio de contornarem o equacionamento do divórcio.

política. À luz dos princípios da filosofia do direito natural o autor defende o divórcio, admitindo um largo leque de razões justificativas da separação, as quais vão desde os motivos tradicionais assentes na falência das condições que o originaram até à aceitação da incompatibilidade intelectual ou moral entre os cônjuges.

*"As condições para a conservação do matrimonio e consequimento dos seus fins são: 1ª a monogamia; porque o amor, obrigando os conjuges a uma communhão de vida physica e moral exclue a polygamia simultanea: 2ª que nenhum dos conjuges commetta adulterio: 3ª que os actos da cohabitação sejam manifestações livres do amor dos conjuges; porque a força os tornaria indignos da natureza moral do homem: 4ª que o marido e a mulher se considerem como iguaes relativamente ao poder familiar: 5ª que, segundo a diversa aptidão do marido e da mulher, aquelle dirija os negocios exteriores, e esta os interiores da familia: 6ª que entre elles haja communhão de bens, como resultado da communhão absoluta da vida physica e moral dos conjuges."*⁸⁰

A modernidade do seu pensamento, que naturalmente estaria longe de ser partilhada de forma unânime pela comunidade jurídica de então, prolonga-se à defesa da igualdade dos cônjuges ao nível da sociedade familiar, bem como à defesa de um modelo de igualdade entre os sexos nos planos físico e intelectual, assente na demarcação entre as esferas pública, reservada 'pela natureza' ao homem, e privada, pelas mesmas razões destinada à mulher.⁸¹

⁸⁰Vicente Ferrer Neto Paiva, *Elementos de Direito Natural ou de Philosophia de Direito*, ob. cit., pp. 169-170.

⁸¹Cf. idem, p. 170. A sua modernidade observa-se, ainda, na concepção de casamento traduzida no seu "*fim geral, deduzido do amor, fundamento*

O mesmo autor reconhece, porém, que a instauração do divórcio se pauta por considerações de natureza política, sendo, em última instância, da competência deste domínio⁸². Adverte, no entanto, que na sua opinião, a admissibilidade do divórcio, uma vez admitida a separação judicial, decorre do conflito potencial entre os interesses individuais e os interesses sociais, o qual poderá obstar à sua proclamação.

Em nenhum momento da polémica do casamento civil deparamos com um discurso desta natureza, denunciador da existência de posturas teóricas mais avançadas relativamente àquelas que então foram divulgadas⁸³. Reflexo, em suma, da modernidade que caracterizava o pensamento de parte da elite jurídica portuguesa de então, e, simultaneamente, da consciência do seu desfasamento face à realidade da sociedade⁸⁴. Daí, porventura, a exigência de reformulação prévia de algumas das concepções vanguardistas advogadas, de acordo com os horizontes sócio-políticos em presença. No mesmo sentido parecem apontar outras tensões, surgidas na época, relativas ao direito de família, não

essencial do matrimonio, [como] união, não parcial, mas completa que se estende ao espirito, ao corpo e aos bens de fortuna, e abrange toda a vida moral e physica dos conjuges." Idem, ibidem, p. 167.

⁸²"É nossa opinião, que a Política pôde modificar a liberdade do divorcio, segundo as circunstancias da nação (...).Ao Direito Positivo, invocados os principios da Política, pertence o decidir, se a lei ha de obstar á felicidade dos conjuges, ao interesse social, e ao voto da natureza." Idem ibidem, pp. 172-173.

⁸³"Ferrer era mais radical ainda em matéria de secularização da família. Em 1843, no Curso de direito natural, fiel a Martini e a Ahrens, chegara já a defender o divórcio. Mas era ainda cedo, e a situação histórica da nação, por então, não comportava mais. Fez o que pôde. Restava à República de 1910 tirar das suas doutrinas a última conclusão. Aqui, porém, nesta actuação de Ferrer em torno da questão do casamento civil, não era já tanto o filósofo nem mesmo o jurista que apareciam, como sobretudo o político*." In L. Cabral de Moncada, *O Liberalismo de Vicente Ferrer Neto Paiva (1798-1886), a época, o homem, o filósofo, o jurista e o político*, ob. cit., p. 41 (*sublinado nosso).

⁸⁴Partilhadas, nomeadamente, por Dias Ferreira (cf. *Diario de Lisboa* de 3 de Julho de 1867) e Santos Carneiro.

circunscritas à regulamentação do casamento. Com efeito, outras matérias dividiram os juristas, -ainda que acompanhadas de uma menor repercussão pública, confinada, por excelência, aos especialistas-, como são exemplo as concernentes à partilha do direito paternal pelas mães e a questão do estatuto dos filhos ilegítimos⁸⁵, passando pelo reconhecimento público da inferioridade legal a que era sujeita a mulher casada.

O Código Civil institui, com efeito, um modelo de família conservador, enquadrado no clima cultural do período e no espírito dominante da legislação europeia sobre a matéria -baseado na centralidade dos interesses da família legítima e na supremacia marital⁸⁶- orientação que se afastava substancialmente do pensamento modernizante que enformava franjas do corpo jurista português mais progressista,⁸⁷ pelo menos em termos de coerência

⁸⁵A título ilustrativo, refira-se que, uma das questões mais debatidas na *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, imediatamente após a promulgação do Código Civil e ao longo do ano de 1868, consistiu nas distintas interpretações relativas às alterações ao poder paternal. O 'debate' é iniciado em Maio de 1868 e aparentemente solucionado em Março do ano seguinte, por acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 12 de Março de 1869. (Cf. *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, 1º Ano, nº 5, 30 de Maio de 1868, pp. 68-69 e números ss., bem com, o nº 48, de 27 de Março de 1869, pp. 756-761). Identicamente, a matéria relativa à aos filhos ilegítimos desencadeou 'protestos', nomeadamente, por parte do Dr. Joaquim José Paes da Silva, e partilhados por outros juriconsultos. Veja-se, por exemplo, Joaquim José Paes da Silva, *Observações sobre o Projecto do Código civil*, e a revista citada ou a posição crítica de Vicente Ferrer em *O Casamento Civil, Colecção das Cartas do Snr. Vicente Ferrer em resposta ao Snr. Visconde de Seabra*, 3ª Carta, ob. cit., pp. 32-33.

⁸⁶Apesar deste último aspecto desvirtuar a filosofia subjacente à doutrina contratual reguladora da matéria matrimonial. Veja-se bibliografia nt. 5.

⁸⁷Sintomático desta postura é o dualismo subjacente nas palavras de Dias Ferreira, jurista e membro da comissão de legislação da Câmara dos Deputados, a respeito do espírito do direito de família consignado no Código Civil (e corroborado, posteriormente, pelo Código Penal): "*Vê-se claramente que este Código (Civil) foi redigido só por homens, e que na sua redacção nenhuma intervenção tiveram as mulheres. Não gosto de ver aqui a doutrina de que deve protecção á mulher e a mulher obediência ao marido. Isto é velho, é mau, mas enfim pode ir.*" (Excerto da intervenção de Dias Ferreira sobre a discussão do Código Civil, na Câmara dos Deputados na sessão de 21 de Junho de 1867, *Diário de Lisboa*, 3-VII-1867, p. 2092.) Apesar do pioneirismo que

teórica.

O equacionamento do divórcio encontrar-se-ia, ainda, longe dos horizontes dos membros das élites do poder. Testemunham-no o carácter dominantemente pejorativo a ele associado e, particularmente, o lugar reduzido reservado à sua reflexão na polémica do casamento civil. Porém, ao postular-se a natureza secular e contratual do casamento, abria-se espaço à sua abordagem.⁸⁸

perpassa na postura crítica do ilustre jurista -traduzido na explicitação/denúncia dos processos de produção da ordem político-jurídica sobre a sociedade familiar- este não obsta a que, em simultâneo, se expresse a concordância última relativamente à ordem conservadora veiculada no direito de família, justificada pela exigência de implementar um quadro legal que fortaleça a instituição conjugal e familiar. Posição, em todo o caso, legitimamente fundamentada pelo autor, através do accionamento e articulação particulares dos princípios consubstanciados no direito natural e na própria corrente liberal.

⁸⁸Vale a pena sistematizar as disposições legislativas quanto esta matéria consagradas no Código Civil. Na senda da orientação legislativa anterior e no quadro do Direito Canónico, o Código não reconhece o princípio da dissolubilidade matrimonial senão por morte de um dos cônjuges ou por anulação do matrimónio nos tribunais, segundo motivos fundados na legislação eclesiástica. Possibilita, no entanto, a suspensão da sociedade conjugal, por solicitação do cônjuge inocente (art.º 1205º), através do sistema de separação de pessoas e bens (art.º 1203º), em conformidade com os princípios do Direito canónico, expressos nas fórmulas da separação de pessoas *quoadum thorum et habitationem* (a primeira dispensando os cônjuges da vida conjugal e a segunda da obrigação de viverem juntos), justificada, segundo Dias Ferreira, pelo "*interesse da paz da família*." Como causas legítimas de separação judicial são estipuladas: o adultério masculino e feminino em condições desigualitárias (visto o primeiro só constituir motivo fundador de separação se acompanhado por circunstâncias agravantes: escândalo público, desamparo da mulher ou pela presença de "concubina teúda e manteúda no domicílio conjugal"); a condenação a pena perpétua, e por sevícias e injúrias (art.º 1204º). Em síntese o Código faculta três modalidades de separação -de pessoas e bens; de bens; de pessoas sem partilha de bens (modalidade excepcional e punitiva fundada no adultério feminino, art.º 1210, § único)- que inibem, em todo o caso, a realização de um novo casamento. Cf. Dias Ferreira, *Commentario ao Código* [...], Tomo II, ob. cit., p. 431 e ss. .

Balanço Jurídico-Político da Polémica em torno da Secularização do Casamento

Em termos estritamente jurídicos, o debate saldou-se pela definição secular do casamento traduzido no artigo 1056º como *"contracto perpetuo feito entre duas pessoas de sexo diferente, com o fim de constituírem legitimamente a família."* Correlativamente, o Código Civil institui a fórmula civil de casamento, prescrevendo-a apenas para os não católicos: *"Os catholicos celebrarão os casamentos pela forma estabelecida na egreja catholica. Os que não professarem a religião catholica celebrarão o casamento perante o official do registo civil, com as condições, e pela forma estabelecida na lei civil"* (art. 1057º). Na prática, porém, o casamento civil materializa-se em regime facultativo, decorrente da salvaguarda do princípio da liberdade de consciência, consubstanciado na lei, ao proibir-se que os oficiais do registo civil indagassem os contraentes sobre matéria religiosa (art. 1081º).⁸⁹

Objecto de jurisdição particular⁹⁰, o casamento civil resume-se, no plano cerimonial e cumpridas as formalidades legais, à leitura dos artigos 1056º e 1057º do Código (citados anteriormente) pelo oficial do registo, e à confirmação da resolução dos contraentes de contraírem casamento de acordo com essa fórmula e segundo a lei (art. 1081º). Conteúdo que se nos afigura sugestivo e revelador, a

⁸⁹Interpretação defendida, entre outros, por Dias Ferreira, Marnoco e Sousa e Samuel Rodrigues mas não inteiramente coincidente com a de Araujo e Gama. Cf. Samuel Rodrigues, ob. cit. p. 255; Jose Dias Ferreira, *Código Civil Portuguez Annotado*, 2ª ed., Tomo I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1894, p. IX; Manuel de Azevedo de Araujo e Gama, *Estudo sobre o Casamento Civil*, Dissertação Academica para o concurso a uma das vagas na Faculdade de Theologia da Universidade de Coimbra, ob. cit., pp. 192-193.

⁹⁰Ver Código Civil, Título II, sub-Secção II, artºs. 1072º a 1082º.

seu modo, do 'respeito' último da classe dirigente pela hegemonia do catolicismo na sociedade portuguesa, e, identicamente, do rumo do liberalismo característico da Regeneração. Como contraponto, em termos concretos, instituiu-se o registo civil voluntário (Código Civil art.os. 2441 a 2491), negligenciando-se, por outro lado, o significado político-administrativo inerente à sua implementação obrigatória, na linha da iniciativa de Mouzinho da Silveira e prolongada nos Códigos Administrativos de Passos Manuel e de Costa Cabral⁹¹. Frustrada a proposta da comissão revisora do projecto do Código Civil tendente à criação de um registo geral e único da população, opta-se por uma solução de compromisso, expressa na jurisdição sobre o casamento civil para os não católicos e sobre o registo civil dos nascimentos e óbitos, curiosamente sem qualquer restrição.

⁹¹A primeira referência legislativa sobre o registo civil remonta à Regência de D. Pedro, mais precisamente, ao decreto que instituía as Juntas de Paróquia (art. 17º §13, dec. nº25, 26-XI-1830). Mouzinho da Silveira completa a medida ao estabelecer o registo civil obrigatório, pelo decreto de 16 de Maio de 1832, art. os. 69 e 70, disposição conservada na reforma administrativa de 18 de Julho de 1835 e nos Códigos Administrativos de Passos Manuel (art. 132 §15) e de Costa Cabral (art. 255) então em vigor. Não obstante, a medida não passou de letra morta dada a ausência de regulamentação sobre a mesma. (Cf. Fernando Catroga, *A Militância Laica e a Descristianização* [...], ob. cit., pp. 285-286.) A questão do registo civil reacende-se, precisamente, a propósito do debate sobre a secularização do casamento, desdobrando-se em novo diferendo no seio da comissão revisora do Projecto do Código Civil. O Visconde de Seabra advoga a criação de dois registos de casamentos, um para católicos a cargo dos párocos e outro para não católicos, enquanto a Comissão propõe um registo geral e único. Cf. Vicente Ferrer em *O Casamento Civil, Colecção das Cartas do Snr. Vicente Ferrer Resposta ao Snr. Visconde de Seabra*, 3ª Carta, ob. cit., pp. 34-37 e Visconde de Seabra, *Duas Palavras sobre o Casamento Civil* [...], ob. cit. pp. 46-49. Sobre o significado político da iniciativa de Mouzinho da Silveira inserida no projecto de edificação do Estado Liberal consulte-se, entre outros, Maria de Fátima Brandão e Rui Graça Feijó, "O discurso reformador de Mouzinho da Silveira", in *O Século XIX em Portugal, Comunicações ao Colóquio organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, s.d., pp. 267-288 e António Pedro Manique, *Mouzinho da Silveira, Liberalismo e Administração Pública*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

CAPÍTULO II

REFLEXOS SÓCIO-CULTURAIS DA PRÁTICA DO CASAMENTO CIVIL

A prossecução do combate em prol da seculari- zação do casamento:

A introdução do casamento civil no ordenamento jurídico português, ocorrida na sequência da aprovação do código civil datada de 1 de Julho de 1867, não correspondeu, porém, ao desfecho da contenda em torno da matéria. A questão veio a reacender-se, em meados dos anos 70, em estreita conexão com as alterações que atravessam o panorama político e cultural, no decurso deste período, ilustradas, designadamente, pela aparição de agrupamentos políticos exteriores ao regime constitucional-monárquico e pelas ressonâncias culturais derivadas da recepção das novas propostas filosóficas -positivismo e cientismo- e literárias no nosso país, consubstanciadas pela *geração de 1865-1870*. Com efeito, sob o impulso da crise de finais dos anos 60, patenteada nos sintomas de contestação ao modelo sócio-económico da Regeneração e nas perturbações políticas desenhadas em torno da Janeirinha (1868) (reflectidas, nomeadamente, na fragmentação do universo das forças do regime e no arrastamento da instabilidade), gerou-se

uma conjuntura propiciadora ao questionamento, ainda que ténue, do sistema vigente. Em idêntico sentido, actuaram as repercussões dos acontecimentos ocorridos em Espanha (associados à revolução de 1868) e em França (implantação da III República), favorecendo, no seu conjunto, a animação das correntes republicana e socialista. O retorno à aparente normalidade realizado pelo relançamento do bipartidarismo, desta vez entre regeneradores e progressistas (nascidos, estes últimos, da fusão, em Setembro de 1876, dos partidos Histórico e Reformista operada pelo Pacto da Granja), contou, porém, com o alargamento do espectro político-partidário às forças contestárias do regime. Com efeito, assiste-se, então, à criação do Partido Socialista em 1875, e, simultaneamente, desenvolvem-se esforços tendentes à unificação das correntes republicanas - traduzidos, num primeiro momento, na efémera formação do Centro Republicano Democrático de Lisboa, em Março de 1876-, indiciadores da alteração do quadro político vigente através da quebra de unanimidade do sistema¹. Em paralelo, sob o estímulo desta conjuntura política e social, assiste-se, nos inícios dos anos 70, ao reanimar da questão religiosa, a que não são alheias as repercussões dos acontecimentos externos de índole mais marcadamente religiosa, exemplificados na Questão Italiana e nas directrizes anti-liberais do Vaticano I. Indicadores diversos atestam o recrudescimento da campanha anti-clerical observável pela multiplicação dos ataques públicos relativos a matérias de natureza

¹Para uma descrição detalhada do período veja-se Joaquim de Carvalho, "Regime Político dos Pequenos Partidos" e "Estabelecimento do Rotativismo", in Damião Peres *et al.*, *História de Portugal*, vol. 7, Barcelos, Portucalense Editora Lda, 1935, respectivamente, pp. 380-400 e 401-411; Cf. Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal, da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991, 1º vol., pp. 12-19, no tocante à conjuntura propiciadora da emergência das correntes políticas exteriores ao regime.

religiosa ou correlatas, exemplificados, entre outros, pelo conteúdo do debate sobre as Conferências do Casino (1871)², pelos apelos contra a entrada dos Jesuítas pronunciados no Comício no Salão das Portas do Sol (1872), ou pela reivindicação do registo registo civil obrigatório reclamada por republicanos no *meeting* do Casino Lisbonense (1876). Identicamente, assiste-se à reactivação da literatura contestária (tanto erudita como de índole mais propagandística) centrada na exploração de temas religiosos polémicos (tese da infalibilidade do poder papal, celibato eclesiástico, delimitação das esferas do poder temporal e religioso³), esboçando-se, ainda, esforços tendentes à criação de uma frente liberal com o fim de vigiar as investidas do clero⁴, traduzida na fundação, em Coimbra, da Associação Liberal (1876) a que se seguiram, mais tarde, iniciativas idênticas no Porto e na Covilhã⁵. A atmosfera de agitação anti-clerical prolonga-se, por sua vez, ao universo literário, em especial à dramaturgia accionada como

²Recorde-se que foi a pretexto do anúncio da conferência de Salomão de Saraga, *Historiadores críticos de Jesus*, que o governo tomou a resolução de encerrar as Conferências, alegando que estas prosseguiam fins subversivos ao contestarem os fundamentos da sociedade, entre eles o valor do catolicismo. Cf. José Augusto França, *Conferências do Casino no Parlamento*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973, pp. 81-84.

³Consulte-se Fernando Catroga, *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal, 1865-1911*, ob. cit., pp. 503-538.

⁴E da Igreja no seu conjunto. Recorde-se que datam de então os primeiros passos tendentes ao lançamento do Associacionismo Católico -sob o impulso do Conde de Samodães, personalidade de relevo do sector católico liberal- de acordo com as disposições de Roma, ilustrados pela criação, no Porto, em 1870, da primeira Associação Católica, a que se seguiram outras, em 1873, nas cidades de Guimarães, Braga e Lisboa, visando fortalecer a presença do catolicismo e da Igreja na sociedade portuguesa. Por outro lado, renovam-se iniciativas com o fim de alargar a presença de obras assistenciais no nosso país, como é exemplo a introdução das Conferências de São Vicente de Paulo. Cf. Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1980, pp. 59-63.

⁵Cf. Fernando Catroga, *A Militância Laica e a Descristianização [...]*, ob. cit., p. 422.

instrumento de intervenção social e de combate⁶, expressão, a seu modo, do radicalismo subjacente ao período em análise.

É precisamente no interior desta conjuntura que se observa o relançar da temática sobre a secularização do casamento, associada à campanha em prol da sua regulamentação -disposição prevista no Código, mas descurada até então- e integrada na propaganda anti-clerical que então se desenvolve⁷. Materializada em iniciativas diversas -como são exemplo a criação da Associação Promotora do Registo Civil (18-XI-1876) com o fim expreso de pugnar pelo seu estabelecimento, alheio a qualquer consideração religiosa, e a sensibilização dos órgãos de soberania, rei e Parlamento⁸- a campanha (ampliada aos actos do ciclo de vida) emerge, porém, conotada com os novos movimentos políticos exteriores ao regime, em particular, e numa primeira fase, com a facção republicana federalista. Testemunham-no a presença de alguns dos seus elementos como impulsionadores da citada Associação Promotora do Registo Civil -Teófilo Braga, Carrilho Videira, Teixeira Bastos, Eduardo Maia- bem como a expressão desta reivindicação, a par de outras medidas congéneres de natureza cultural, nos programas políticos dos agrupamentos republicanos⁹ e socialista datados dos

⁶Veja-se capítulo IV, introdução.

⁷Aponte-se, a este propósito *Casamento Civil, Comedia-drama em 4 actos*, de Cypriano Jardim, peça inserida na dramaturgia de combate, na qual a defesa do carácter contratual e profano do casamento e a crítica sub-reptícia à indissolubilidade matrimonial se conjugam com os temas tradicionais do anti-clericalismo exemplificados na ausência de espiritualismo que pauta a vivência religiosa, na acção maléfica do jesuíta, e na exigência de instruir a mulher. O quadro completa-se pela invocação da ciência e da educação meios susceptíveis de eliminar o obscurantismo e a ignorância concebidos como inerentes ao catolicismo.

⁸A reconstituição dos momentos mais significativos da prossecução do combate a favor do casamento civil apoia-se directamente em Fernando Catroga, *A Militância Laica e a Descristianização* [...], ob. cit., ob. cit. pp. 290-339.

⁹Sobre os conteúdos dos programas políticos formulados pelas correntes

anos 70.

As primeiras referências encontram-se no Programa do Centro Federal de Lisboa de 1873, súmula das propostas preconizadas pela corrente federalista elaborada pelo positivista Horácio Esk Ferrari.¹⁰ No tocante à matéria que nos ocupa, advogavam o sufrágio universal para ambos os sexos a partir dos 18 anos (ponto V), reivindicando a secularização do casamento (ponto VII¹¹), a separação completa da Igreja face ao Estado correlata do princípio da liberdade dos cultos (ponto XIX), e a obrigatoriedade e laicização do sistema escolar (pontos XIX e XXV)¹². Precise-se, porém, que estas reivindicações "*eram comuns a todas as correntes republicanas, pelo que ajudam a caracterizar a estratégia cultural do movimento, no seu todo, mas constituem uma nota qualificadora da opção federalista quando se releva a ênfase que colocou na luta em prol da laicização da sociedade.*"¹³ Nesta linha, proposições idênticas apreendem-se nos programas da corrente democrática, datados de 12 de Outubro de 1873, de autoria de Latino Coelho e Elias Garcia, e de Junho de 1878¹⁴. Importa, contudo, sublinhar a expressão mais vinculada reservada às exigências laicizadoras no projecto de 1878, na sequência da campanha de cariz anti-clerical

republicanas consulte-se Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal, Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, ob. cit., vol. I, cap. segundo.

¹⁰Cf. Joaquim de Carvalho, "Formação da Ideologia Republicana (1820-1880)", in Luís de Montalvor et al., *História do Regimen Republicano em Portugal*, Lisboa, 1932, vol. I, pp. 251-252, transcrição do respectivo programa publicado em *O Rebate*, I ano, nº 1, 30-VI-1873.

¹¹"Queremos a abstenção completa da lei em matéria de casamento, considerando este como um simples contrato entre o homem e a mulher, contrato livremente consentido, ficando á lei apenas a vigilância para obrigar os contraentes ao cumprimento das condições a que houverem sujeitoado." Idem, p. 251.

¹²Idem ibidem, pp. 251-252.

¹³In Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal, Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, ob. cit., p. 69.

¹⁴Cf. idem ibidem, pp. 71-72.

que se desenhara desde os inícios da década de 70, a que se associou o movimento a favor da regulamentação do casamento civil (justificado, precisamente, pela invocação dos princípios de liberdade de consciência e de religião).¹⁵ Em termos concretos, os enunciados de princípios¹⁶ cedem lugar a reivindicações pragmáticas, como são exemplo a da regulamentação do registo civil facultativo e a instauração da instrução popular gratuita e laica¹⁷. Por seu turno, o Partido Socialista manifesta mais tardiamente a tradução das preocupações laicistas, ao nível de conteúdos programáticos, dada a ausência das mesmas no Programa Provisório de 1877, aprovado no I Congresso Nacional Socialista. Razões de ordem estratégica e de postura política, relacionadas com a ênfase colocada nas reivindicações sócio-económicas da classe trabalhadora explicam, provavelmente, o "atraso" apontado¹⁸. Todavia, a questão não era alheia ao movimento, tendo a temática do registo civil constado da ordem de trabalhos do I Congresso Nacional Socialista (ponto IX)¹⁹, realizado em Lisboa, entre 2 a 4 de Fevereiro de 1877, e acompanhada no II Congresso, celebrado no Porto no ano

¹⁵Cf. idem ibidem, pp. 76-79.

¹⁶Com são exemplo: "*Liberdade de consciencia; igualdade de cultos; casamento civil; registo civil; liberdade de imprensa e de ensino; [...] ensino obrigatorio*". In programa do partido republicano de 1876 transcrito em Trindade Coelho, *Manual Politico do Cidadão Portuguez*, 2ª ed. (*actualisada e muito augmentada*) Porto, Typographia da Empresa Litteraria e Typographica, 1908, p. 667, nt. 1.

¹⁷Cf. Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal, Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, ob. cit., pp. 78-79.

¹⁸Não surpreenderá, por conseguinte, que a menção particular às mulheres se confine à reivindicação da igualdade de salário e de carga horária de trabalho entre os sexos, enquanto no atinente à matéria de instrução, a cargo dos municípios, se estipula apenas o apoio sócio-económico às crianças desfavorecidas. Cf. Programa do Partido Socialista, aprovado no I Congresso Nacional Socialista, 2 a 4 de Fevereiro de 1877, in *O Protesto*, nº 72, Dezembro de 1876, transcrito em Carlos da Fonseca, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal- II Os Primeiros Congressos Operários , 1865-1894*, Lisboa, Publicações Europa América, 1982, pp. 101-107.

¹⁹Idem, p. 101.

seguinte, pela aprovação de uma resolução reveladora da intenção do empenhamento socialista na campanha a favor da secularização dos actos do ciclo de vida²⁰.

Do exposto, sublinhe-se a inserção da exigência da regulamentação do casamento civil (alargada ao registo civil) num projecto social mais vasto e globalizante de raiz laicizador, emergente em meados dos anos 70 e consolidado em termos teórico-doutrinários e reivindicativos nas décadas seguintes. Animado, em particular, pelas forças externas ao regime, o projecto não era, contudo, redutível às mesmas, visto ser partilhado por outros sectores, nomeadamente por liberais e monárquicos progressistas, fiéis à tradição da Revolução Francesa, apologistas da demarcação das esferas entre o religioso e o político, na linha da corrente anti-clerical liberal de cariz secular. Diríamos, assim, seguindo Fernando Catroga, que o "anti-clericalismo tradicional" foi objecto de novos desenvolvimentos, ao transformar-se numa das componentes nucleares do movimento laico, assumindo propósitos mais radicais -e.g. a descristianização da população ou a irradicação da religião da esfera pública- consentâneos com os fundamentos ideológicos que animavam os seus paladinos²¹.

Retomando a trajectória da campanha a favor da

²⁰"Que os membros das associações operárias que não tivessem preocupações religiosas fizessem declarações em como queiram ser enterrados civilmente, e que os conselhos do partido propusessem todos os meios tendentes a conseguir-se o estabelecimento do registo civil". In *O Protesto*, nº 130, Fevereiro de 1878, transcrito em Carlos da Fonseca, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal -II Os Primeiros Congressos Operários, 1865-1894*, ob. cit., p. 113.

²¹Atendendo a que as elites republicanas e socialistas se irão evidenciar como os principais agentes da dinamização da luta anti-clerical, não surpreenderá que as vicissitudes que pautaram o processo irregular de afirmação dessas forças ao nível da realidade sócio-política (dada a parca expressão social que revestiam nos inícios da década de 70) se tenham repercutido, a seu modo, no percurso da campanha em prol da secularização do casamento.

regulamentação do registo civil, esta vem a revelar-se auspiciosa, uma vez que a tradução legislativa da medida reivindicada se vem a verificar a breve trecho, por iniciativa do governo regenerador, então no poder. Com efeito, a 12 de Abril de 1878, o ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, Augusto César Barjona de Freitas, apresenta ao Parlamento um projecto de regulamentação do registo civil, que virá a ser aprovado, a 28 de Novembro de 1878, cuja execução terá início a 1 de Janeiro de 1879. Do relatório que antecede o Decreto de 28 de Novembro de 1878, assinado pelo ministro da Justiça interino, Thomaz Antonio Ribeiro Ferreira, consta um curto historial sobre esta instituição, 'nascida' da revolução liberal, e justificada, no seu entender, por razões administrativas, mas que a realidade tinha mostrado ser desnecessária, até então. A salvaguarda dos direitos dos cidadãos não católicos explica, porém, a "*urgencia [d]o remedio a que teem direito incontestavel*"²², alegando-se, por outro lado, a impossibilidade de instituir o registo civil geral, separado do eclesiástico, atendendo ao estado das estruturas administrativas e judiciais vigentes. Desta forma, o registo paroquial conserva os seus efeitos civis, prescrevendo-se, apenas, para os não católicos, o registo civil²³, a cargo da administração dos concelhos (e dos

²²Decreto de 28 de Novembro de 1876, in Apendice ao Codigo Civil Portuguez, 1899, p. 420.

²³Nestas circunstâncias, o decreto de 28 de Novembro de 1878 amplia a natureza restritiva do registo civil ao confiná-lo apenas à população não católica, ao contrário do disposto no código civil que apenas estipulava essa condição no tocante ao casamento civil. Afigura-se-nos, porém, insuficiente a interpretação avançada por Trindade Coelho de acordo com a qual o decreto de 1878 "*é mais reaccionario*" do que o Codigo, uma vez que o enquadramento legal da matéria consignado neste último, nomeadamente no referente ao registo de nascimento/baptismo, se encontrava em contradição manifesta com os pressupostos político-religiosos subjacentes à matéria matrimonial. (Cfr. Latino Coelho, *Manual Político do Cidadão Portuguez*, ob. cit., p. 354, nt.1 e pp. 351-362.) Parece-nos, assim, de relevar a ideia de que o articulado

administradores dos Bairros, no caso das cidades de Lisboa e do Porto) visto que, na opinião do legislador "*são poucos e residem todos ou quasi todos, nas grandes cidades*".²⁴

Contudo, as repercussões político-ideológicas decorrentes da regulamentação do registo civil irão revelar-se díspares. No plano doutrinal as divergências persistem, avaliáveis, nomeadamente, pelos ecos académicos suscitados por impulso da contenda, denunciadores da actualidade que a questão revestia ainda. Em 1881, Manuel de Azevedo Araujo e Gama, propõe-se abordá-la como tema da sua dissertação académica para o concurso de uma das substituições vagas na Faculdade de Teologia intitulada, *Estudo sobre o Casamento Civil*,²⁵ iniciativa que se segue à publicação, no ano anterior, da obra de Luis de Magalhães, *O Casamento (sobre o artigo 1056 do Codigo Civil) Contractibilidade-Legitimidade-Divorcio*,²⁶ a título de dissertação para a 9ª Cadeira da Faculdade de Direito. Expressões de posturas filosóficas e teóricas distintas, os estudo citados poderão ser considerados como demonstrativos das concepções 'dominantes' sobre a matéria, nos inícios da década de 80. É na condição de teólogo e de partidário da doutrina da Igreja que Araujo e Gama se propõe reexaminar a questão do casamento

legislativo expresso no monumento jurídico sobre o registo civil reproduz, a seu modo, as vicissitudes que pautaram o debate sobre a matéria centrado exclusivamente na temática matrimonial.

²⁴Decreto de 28 de Novembro de 1876, *idem*.

²⁵ Manuel de Azevedo Araujo e Gama, *Estudo sobre o Casamento Civil, Dissertação Academica para o concurso a uma das substituições vagas na Faculdade de Theologia da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa Academica, 1881. Saliente-se que do ponto de vista teológico esta obra constitui, porventura, a melhor peça elaborada sobre o tema, transformando-se em referencial obrigatório nos estudos religiosos posteriores sobre o casamento e a família.

²⁶Luis (Cipriano Coelho) de Magalhães, *O Casamento (sobre o artigo 1056 do Codigo Civil) Contractibilidade-Legitimidade-Divorcio*, Dissertação para a 9ª Cadeira da Faculdade de Direito, Porto, Imprensa Portuguesa, 1880.

civil. Não surpreenderá, por conseguinte, que a conclusão primeira do seu trabalho se paute pela refutação da lei do casamento civil entre as nações cristãs e correlata defesa da hegemonia do matrimónio religioso, justificada, entre outras razões, como meio de fortalecer a presença da Igreja nas sociedades e, através dela, garantir a moralidade pública e a consolidação da família. Contudo, "*julg(a) admissível*"²⁷, em termos globais, a jurisdição portuguesa sobre os sistemas de matrimónio visto esta se coadunar com o texto constitucional, e, em última instância, não existir, no nosso país, "*rigorosamente, o casamento civil, isto é, a secularização do matrimónio e da família*"²⁸. Nesta linha, retoma-se o discurso apologético sobre o catolicismo -componente essencial na fundamentação do casamento e da família- articulando-o porém com uma estratégia de defensividade relativa ao lugar da religião, ilustrada na proposta de mobilização de dispositivos legais susceptíveis de o proteger, em particular contra o eventual fenómeno de descristianização associado à modernidade. Diversa é a perspectiva seguida por Luis de Magalhães, ao propôr-se abordar a noção jurídica de casamento como contrato, expressa no código civil, à luz da concepção positivista de família. (Como veremos, a supremacia do debate religioso/secular no exame sobre a matéria do casamento, cede lugar ao império paulatino da sociologia positivista, enformador doutrinário do segundo termo da relação.²⁹)

²⁷In Manuel de Azevedo Araujo e Gama, *Estudo sobre o Casamento Civil*, [...], ob. cit., p. 192.

²⁸Idem, p. 193.

²⁹Na sequência da adesão de franjas da intelectualidade progressista ao sistema positivista reflectida em estudos vários sobre a temática da família, como são exemplo Teixeira Bastos, "Origens da Família", *O Positivismo*, *Revista de Philosophia*, Theophilo Braga e Julio de Matos (dir.), Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz Editores, 1879, 1º vol., pp. 255-268; Consiglieri Pedroso, *A Constituição da Família Primitiva, These para o*

Salientam-se como vectores de força que perpassam na análise de Luis de Magalhães, a relativização da concepção contratual e jurídica do casamento (questão já superada)³⁰, em contraposição à ênfase atribuída a pressupostos naturalistas e cientistas enformadores das concepções de casamento e família, à luz do pensamento sociológico. Nesta linha, e numa perspectiva orgânico-evolucionista da sociedade, o autor conclui sobre a legitimidade de intervenção que assiste ao organismo social na regulação destas instituições com vista ao progresso civilizacional, atendendo aos fins que lhe são reservados: a procriação e a conservação da espécie humana. Tradução, enfim, de duas posturas distintas no modo de conceber o papel da sociedade civil na regulamentação do casamento: à preocupação de Araújo e Gama de o restringir em benefício do poder religioso-eclesiástico, em Luis de Magalhães a delimitação proposta justifica-se com base na natureza complexa desta instituição (prolongada à família), a qual reveste fins superiores no processo civilizacional, irreduzíveis a uma mera concepção jurídica.

Por seu turno, como dissémos, ao nível do universo mais estritamente político e ideológico, a regulamentação do casamento civil foi acompanhada por efeitos desiguais. Se, por um lado, a medida se saldou pelo reforço da coerência do estado liberal, por outro, a materialização dos pressupostos seculares ou laicos (em função dos propósitos perseguidos pelos seus animadores)

Concurso da Cadeira de Historia Universal e Patria no Curso Superior de Letras, 1878; Alexandre da Conceição, "O Amor e o Casamento", *O Positivismo*, ob. cit., 1º vol., pp. 171-175.

³⁰Com efeito, o autor concebe-a como elemento acessório e resultado de uma mera prescrição social estabelecida em determinada fase do processo evolutivo da civilização humana.

subjacentes à sua reivindicação são modestos. Com efeito, atendendo à influência ancestral do catolicismo ao nível da esfera dos comportamentos individuais, e, em especial, ao significado sócio-simbólico aliado aos actos do ciclo de vida a cargo da Igreja, a receptividade social à prática do registo civil revela-se extremamente diminuta.

Nestas circunstâncias, o combate pela secularização do casamento irá prosseguir segundo novas direcções, encetando-se, a partir dos anos 80, a par da reivindicação da obrigatoriedade do registo civil o movimento a favor da divulgação social da sua prática. Porém, apenas em meados da década seguinte se prefiguram sintomas da intensificação social do movimento avaliáveis pelo 'lançamento' da Associação de Beneficiencia Propagadora da Lei do Registo Civil (5-VIII-1895) -com o objectivo primeiro de pugnar pela obrigatoriedade do registo civil, ainda que enquadrada nos horizontes mais latos do movimento laicizador³¹- assim como pela ampliação da frente de combate a outros agrupamentos. Nesta linha, salientam-se, para além da presença das forças tradicionais, o envolvimento mais activo da Maçonaria³², e de

³¹Cf. Fernando Catroga, *A Militância Laica e a Descristianização* [...], ob. cit., pp. 316-317; A. H. de Oliveira Marques, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, Lisboa, Editorial Delta, 1986, vol. 1, cols. 115-116.

Realce-se o desempenho activo da citada Associação na promoção de cerimónias civis de acordo com o art.º 2º dos seus estatutos aprovados em Novembro de 1899. No atinente ao movimento matrimonial civil, a Associação terá sido responsável pela realização de cerca de um quarto dos casamentos celebrados entre Agosto de 1895 a 31 de Dezembro de 1899 -de acordo com cálculos efectuados sob nossa responsabilidade a partir do quantitativo (68 registos) indicado por Trindade Coelho. Cf. Trindade Coelho, *Manual Político do Cidadão Português*, ob. cit., p. 354, nt. 2.

³²Na sequência da incorporação gradual dos fundamentos laicizadores pela respectiva associação visível a partir de 1897, não obstante a adesão oficial ao programa laicizador datar apenas de 1906 através do Manifesto de 14 de Maio de 1906 dirigido pelo Conselho do Grande Oriente Lusitano Unido ao povo maçónico. Cf. Fernando Catroga, *A Militância Laica e a Descristianização* [...], ob. cit., pp. 473-474; Latino Coelho, *Manual Político do Cidadão Português*, ob.

grupos inspirados em propósitos livres-pensadores, com especial destaque para os Círios Cívicos (agrupamentos anti-clericais criados sob o impulso de socialistas), em consonância, aliás, com a expressão mais acabada das exigências laicizadoras evidenciada nos programas políticos das correntes de oposição externa ao regime. O pioneirismo do partido republicano, já constatado quanto a esta matéria, conserva-se no Programa de 1891, de autoria de Azevedo e Silva, Bernardino Pinheiro, Francisco Homem Christo, Jacintho Nunes, Manuel de Arriaga e Teófilo Braga e publicado pelo Directório do Partido Republicano a 11 de Janeiro de 1891. Com efeito, este contempla para além das reivindicações tradicionais (igualdade e liberdade de todos os cultos; registo civil obrigatório; liberdade, obrigatoriedade e secularização do ensino; secularização dos cemitérios; a que se acrescenta a "*criação d'um Pantheon nacional para as honras cívicas*") a temática relativa à educação gradual da mulher, bem como, o reconhecimento do exercício da sua "*capacidade politica em correlação com as obrigações civis a que estiver sujeita*", na tradição da herança federalista.³³ No atinente ao Partido Socialista, pela primeira vez são expressas no programa de 1882 (aprovado na I Conferência Nacional Socialista, realizada em Lisboa, entre 11 a 15 de Fevereiro de 1882) as preocupações laicizadoras de indôle idêntica às exigências republicanas de então. (Registe-se que já então o sector radical do republicanismo, afastado do respectivo movimento, manifestando a sua total

cit., p. 345.

³³Cf. Programa do Partido Republicano de 1891, transcrito em Trindade Coelho, *Manual Politico do Cidadão Portuguez*, ob. cit., pp. 667-669; idem, p. 668 e Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal [...]*, ob. cit., p. 86. Cf. Programa do Partido Socialista Portuguez, transcrito em Trindade Coelho, *Manual Politico do Cidadão Portuguez*, ob. cit., pp. 669-675.

concordância ao programa socialista não deixou de sugerir o seu alargamento a outras matérias, entre as quais, a "emancipação civil da mulher.")³⁴ Em contrapartida, o Programa de 1895, redigido por Azedo Gneco e aprovado na II Conferência Nacional Socialista, celebrada em Tomar entre 14 a 16 de Outubro de 1895, manifesta um conteúdo mais radical sobre a matéria, em consonância com a estratégia de reforço anti-clerical então definida pelo partido, ao reivindicar um conjunto de medidas pragmáticas de teor claramente descristianizador. Apontem-se como propostas mais inovadoras a criação de um museu nacional de religiões comparadas, extinção dos seminários e dos institutos de ensino religioso apoiados pelo Estado, bem como da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra e irradiação dos padres e membros de organismos religiosos do ensino público, entre outras.³⁵ Quanto aos agrupamentos anarquistas, de acordo com o espírito do movimento expresso no 1º Manifesto de 1887 do grupo comunista-anarquista, rejeitavam toda e qualquer intervenção do Estado e da Igreja tendente à legalização da família em benefício da livre associação dos indivíduos, sem invalidar, obviamente, o papel desempenhado por estes na luta anti-clerical³⁶.

Por sua vez, o reavivar do movimento a favor do registo civil, enquadra-se, a seu modo, no recrudescimento da campanha anti-clerical³⁷, observada ao longo deste período e promovida

³⁴Cf. Programa do Partido Socialista (1882) transcrito em Carlos da Fonseca, *História do Movimento Operário* [...], vol. 2, pp. 129-131, em especial nt. 1, p. 131.

³⁵Cf. Programa do Partido Socialista Português (1895), transcrito em Trindade Coelho, *Manual Político do Cidadão Português*, ob. cit., pp. 669-675.

³⁶Trindade Coelho, *Manual Político do Cidadão Português*, pp. 675-678.

³⁷Importará, ainda, salientar a participação de grupos religiosos não católicos, em particular protestantes, na respectiva campanha, comportamento que se afigura coadunar, aliás, com os esforços desenvolvidos

privilegiadamente pelo Partido Socialista, como contraponto à reacção clerical.³⁸ Com efeito, esta última, ilustrada através de indicadores vários, faz-se sentir, em especial, através da expansão e influência crescente das ordens religiosas (particularmente dos Jesuítas, expulsos de França nos anos 80), tanto ao nível da esfera privada como pública³⁹, bem como na afirmação do catolicismo em termos políticos consubstanciada na criação do Partido Nacionalista (1902).

Todavia, vale a pena sublinhar o cariz (porventura) mais

por estes últimos, no sentido de alargarem a sua influência social (observada em especial nos primeiros anos de noventa). Aponte-se, a este título, as 'manifestações de colaboração' entre protestantes e a Associação do Registo Civil, perceptíveis, nomeadamente, através do movimento de testemunhas que participaram em actos do registo civil. Com efeito, constatamos, com certa frequência, a presença de Ministros Evangélicos e de representantes da Associação mencionada a testemunhar a mesma cerimónia de casamento civil. Sobre os sinais de dinamização dos grupos religiosos não católicos veja-se A.H. Oliveira Marques (coord.), *Portugal da Monarquia para a República*, vol. XI da Nova História de Portugal dirigida por Joel Serrão e A.H. Oliveira Marques, Lisboa Editorial Presença, 1991, p. 512 e ss..

³⁸Repare-se no paralelismo entre as iniciativas socialistas e a orientação delineada por Roma (em particular após a *Encíclica Rerum Novarum*, 1891) no sentido de incrementar a intervenção do catolicismo face aos novos desafios sociais, com especial destaque para a questão social concebida em termos de contra-reacção às teses socialistas. No, nosso país, esta vem a repercutir-se, nomeadamente, na criação do movimento social católico, através da fundação dos círculos católicos operários (datados os primeiros de 1895), e na dinamização da imprensa católica. [Cf. Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, ob. cit., pp. 121 e ss., Carlos da Fonseca, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal, III- O Operariado e a Igreja Militante ("Da Rerum Novarum" à Implantação da República)*, ob. cit., 1983, pp. 97-113.] Como contraponto, assinala-se a realização dos Congressos anti-clericais em 1895 e 1900 organizados pelos socialistas, mas abertos a todos os livres pensadores, locais onde são vincadas, uma vez mais, as reivindicações de teor laicizador, em consonância com as reivindicações programáticas avançadas pelo respectivo partido, enquadradas no espírito do movimento anti-clerical. Sublinhe-se, por seu turno, à semelhança da preocupação presente entre os republicanos, a intenção do partido socialista, expressa no respectivo congresso de 1895, "fomentar e doutrinar as agremiações femininas", com o fim de afastar a influência perniciosa do clero e do catolicismo sobre as mesmas. Cf. Carlos da Fonseca, idem, pp. 147-162 e p. 153; Fernando Catroga, *A Militância Laica e a Descristianização [...]*, ob. cit., pp. 309- 316.

³⁹Recorde-se o acolhimento favorável dispensado tradicionalmente pelo paço a estes organismos, a que não é alheia a disposição de Hintze Ribeiro (decreto de 18 de Abril de 1901) no sentido de legalizar as ordens religiosas.

radical e revolucionário subjacente à prática do registo civil, comparativamente a outras iniciativas de natureza anti-clerical, dado esta implicar a assunção plena -e não apenas teórica- de um modelo de sociedade alternativo à concepção religiosa-eclesiástica, fundamento primeiro dos valores e atitudes que pautavam até então o comportamento humano-individual⁴⁰. Nestas circunstâncias, compreende-se o significado último que revestiu o combate pelo registo obrigatório. Parafraseando Fernando Catroga, este terá transcendido largamente a motivação de natureza político-administrativa a ele associada -fundamento nuclear, recorde-se, do combate travado nos anos 60, baseado em propósitos de natureza regalista- visando, antes de mais, "a apropriação do capital simbólico e as implicações laicistas que a mudança encerrava."⁴¹

Mas, na sua condição de peça de um puzzle inscrito no lema da

⁴⁰Sob este prisma, e abstraindo as implicações político-ideológicas mais profundas inerentes às reivindicações de fundo secularizador no seu sentido lato, compreende-se a ênfase atribuída ao combate anti-congregacionista, meio de eliminar a influência perniciosa que os seus membros exerceriam sobre as mentalidades, inibindo os efeitos salutareos da educação presidida por critérios científicos. Combate que se prolongava à denúncia do 'poder' que os membros do clero exerciam no espaço familiar, em especial sobre a mulher alvo privilegiado das intencões dos mesmos. Donde a relevância atribuída à contestação da confissão auricular e do celibato eclesiástico, reconhecidas unanimemente como pedras basilares através das quais a Igreja preservava o seu domínio sobre a mulher e por seu intermédio à família e sociedade. Sampaio Bruno, republicano convicto, mas moderado no equacionamento da matéria religiosa, advogava como antídotos a supressão da primeira e o casamento obrigatório dos padres, soluções, na sua perspectiva, passíveis de arrastar a resolução da Questão religiosa. No entanto, bem mais radicais se apresentavam as posições sustentadas pelos paladinos do movimento livre pensador -como Magalhães Lima, Fernão Botto-Machado, Lino de Macedo- visando a irradicação da influência religiosa-clerical da consciência dos indivíduos. Cf., Sampaio Bruno, *A Questão Religiosa*, Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1907, pp. 439-445; Fernando Catroga, *A Militância Laica e a Descristianização* [...], ob. cit., pp. 503-520.

⁴¹Idem, pp. 281-282. Na mesma linha, o autor esclarece que "o directo empenhamento dos principais paladinos do positivismo na luta a favor do registo civil (e do livre-pensamento) ajuda a precisar melhor a sua estratégia cultural: fundamentar e animar uma revolução cultural que fosse capaz de modificar tanto as ideias como as mentalidades e comportamentos colectivos, emancipando-os da alienação teológica e metafísica." Idem, ibidem, p. 291.

transformação global da sociedade, reclamada em particular pelas forças de oposição ao regime, a trajectória do movimento a favor da divulgação do registo civil, em paralelo à dinamização do movimento livre-pensador, particularmente activo nos primeiros anos do século XX⁴², não deixará de ser marcada favoravelmente pelas ressonâncias sociais que pautaram o combate político nos três últimos anos que precederam a implantação da República⁴³, mais do que nunca centrado na diáde monarquia/catolicismo.

Ressonâncias sócio-culturais da prática do casamento civil:

Em paralelo à exigência de controlo estatal sobre o ciclo de vida, (associada à correspondente autonomia da dimensão religiosa sobre o mesmo) os propulsores da laicização da sociedade não deixaram de sublinhar a necessidade de dignificação⁴⁴ dos actos

⁴² Sobre os sinais de dinamização do livre pensamento veja-se Trindade Coelho, *Manual Político do Cidadão Portuguez*, ob. cit., pp. 342-349.

⁴³ Ilustram-no, por exemplo, a realização da "*magna sessão publica*" de Julho de 1908 e a grande manifestação liberal de Agosto de 1909, promovida pela Junta Liberal, iniciativas anti-clericais que culminaram com o envio de Representações à Câmara dos Deputados. Vale a pena particularizar a Representação de 7 de Julho de 1908, elaborada pela Associação do Registo Civil, pela fundamentação histórica e doutrinal (inspirada, obviamente, em pressupostos cientistas e positivistas) que serve de suporte à reivindicação da instauração do registo civil obrigatório, bem como pelos argumentos invocados com o fim de justificar a justeza da reclamação, síntese, em suma, do corpo argumentativo 'dirigido' às autoridades públicas. Cf. Representação do povo de Lisboa enviada à Câmara dos Senhores Deputados, em 7 de Julho de 1908, solicitando a promulgação da obrigatoriedade do registo civil, assinada pela comissão delegada composta por Theophilo Braga, Magalhães Lima e Fernão Botto-Machado. Arquivo Histórico da Assembleia da República, Secção I e II, caixa 409.

⁴⁴ Recorde-se que a ausência de dignidade moral na fórmula civil de casamento, expressa na equiparação do casamento civil à mancebia ou mesmo prostituição legais, representou um dos argumentos avançados pelos seus adversários, aquando da polémica sobre a sua introdução no código civil Português. Este tipo de desvalorização moral prolongou-se nas décadas

civis, ao ponto de alguns dos seus membros advogarem que estes "revestissem (...) uma solenidade adequada à sua função ritualista".⁴⁵ Postura que se inscreve, como o sublinhou Fernando Catroga, no propósito de explorar as virtualidades simbólicas da cerimónia, atendendo à ênfase burocrática expressa na fórmula legal em oposição ao matrimónio religioso.

Sentido que apreendemos, identicamente, em algumas descrições jornalísticas de cerimónias de casamentos civis, ilustráveis pelo presente relato do casamento do operário tabaqueiro Manuel Vaz com Aurora Ferreira d'Assumpção, filha do novelista João Ferreira d'Assumpção e educada no Instituto Antero de Quental:

"Por todos estes motivos dizíamos, a cerimonia do enlace matrimonial revestiu dourado brilho, tendo a ella assistido mais de vinte pessoas....

Depois de realizado o acto teve lugar um banquete intimo onde reinou sempre a maior alegria.

Iniciou os brindes Inacio de Sousa, o qual disse que, na qualidade de manipulador de tabacos, colega e amigo do noivo, saudava os nubentes, bem como seus pais.

Eugenio Alvarelos fez a apologia dos noivos por se terem emancipado dos preconceitos religiosos, elogiando também a classe dos manipuladores de tabaco, pois nela ve companheiros de caracter firme e intransigente.

Lima junior brinda, não só aos noivos, mas também ao pai, João Ferreira d'Assumpção, pela educação que soube dar á sua filha.

seguintes, ilustrada, entre outras, na comédia *Casamento Escandaloso*, cuja intriga se constrói em torno da ideia da inexistência de seriedade e dignidade aliada a este acto. Cf. Alexandre da Costa & Xavier Marques, *Casamento Escandaloso, comedia burlesca em 3 actos (imitação)*, Lisboa, Arnaldo Bordalo, 1900 (peça representada pela primeira vez no Teatro Avenida, em Novembro de 1897).

⁴⁵Fernando Catroga, *A Laicização da Morte* [...], ob. cit., p. 284.

Maravilhas Pereira ressalta também as qualidades dos noivos, a sua educação socialista, espraiando-se em considerações a favor do livre pensamento...".⁴⁶

Mais uma vez, se evidencia a relevância atribuída aos propósitos de natureza política e ideológica subjacentes à prática civil. Todavia, o sentido do relato transcrito parece-nos não se esgotar nessa dimensão, sugerindo-nos, pelo contrário, o prolongamento da análise que temos vindo a realizar ao domínio das práticas matrimoniais.

Nesta linha, e com a finalidade de apreender e ilustrar algumas das ressonâncias sociais relativas às preocupações perseguidas pelo movimento laico no âmbito dos comportamentos individuais sobre a família, realizámos o levantamento dos actos civis celebrados nas cidades de Lisboa e Porto⁴⁷, entre 1879 e 1905^{48,49}. Visámos, assim,

⁴⁶In *A Voz do Proletariado*, XI ano, nº557, 15-IX-1907, p. 1, col. 3-4. Agradecemos ao Professor Catroga a concessão de material relativo à matéria em análise, particularmente, o documento transcrito.

Sublinhe-se, ainda, a função publicitária associada a estes relatos, assumida explicitamente pela imprensa livre-pensadora, bem como pela republicana e socialista. A *Vanguarda*, órgão convida os seus leitores, desde 1880, a informarem o jornal da ocorrência de todos os actos de registo civil de forma a publicitá-los perante a opinião pública. Cf. Fernando Catroga, *A Militância Laica [...]*, ob. cit., p. 295.

⁴⁷A opção por estes dois centros prende-se directamente com a especificidade inerente a esta prática, observável, de forma mais consistente, em contextos de cariz urbano, os quais constituíram nas três últimas décadas de Oitocentos os focos privilegiados de irradiação/recepção das novas propostas políticas e ideológicas avançadas pelos movimentos culturalmente significativos da época. Em contraponto à visão (ainda que heterógenea) sugerida por estas cidades, ressalta a imagem dominante de ruralidade e conservadorismo católico do país, alheio aos 'ventos da modernidade'. Sublinhe-se, no entanto, a primazia da capital em todo este movimento, passível de ser interpretada, de algum modo, à luz das transformações económicas diferenciadas que atravessam o espaço português neste período. Atenda-se, a título ilustrativo, à proposta de David Justino a respeito da singularidade das estruturas industriais consolidadas, no decurso da segunda metade do século XIX, em cada uma destas cidades, traduzida no predomínio da "*pequena indústria de cunho oficial e caracteristicamente urbana*" no centro nortenho, em oposição à afirmação gradual da "*indústria moderna*" na região lisboeta. (In David Justino, *A Formação do Espaço Económico Português. Portugal 1810-1913*, vol. II, Lisboa, Vega, s.d., p. 148.) Apesar da complexidade que a questão reveste,

mediante um suporte quantitativo, mais do que avaliar o impacto desta prática -que à partida sabíamos ser modesto, no sentido de ter revolucionado comportamentos ancestrais⁵⁰ -captar as características de uma população que, dentro da sua

implicando a realização de estudos focalizados, parece-nos lícito admitir que estes "*dois padrões e duas vias de desenvolvimento industrial não complementares*" tenham condicionado de forma diferente as mutações sócio-mamentais associadas tradicionalmente ao processo da modernização, resultando no desenvolvimento de quadros sócio-culturais distintos em ambas as cidades. (Idem, p. 149) Com efeito, vários indicadores apontam neste sentido, designadamente os propostos por Manuel Villaverde Cabral -entre os quais salientamos a natureza diferenciada do operariado destas cidades, bem como a relevância do regime de pluractividade no norte do país- que levam o autor a sugerir que "*o proletariado portuense estava provavelmente mais ligado ao campo e às suas tradições, nomeadamente religiosas, do que o do Sul*". In Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais, Poder Político e Crecimento Económico de 1890 a 1914*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 83.

⁴⁸Para ilustrarmos a receptividade à prática do casamento civil definimos como período de estudo o intervalo de 1 de Janeiro de 1879 a 31 de Dezembro de 1905, datas que correspondem, respectivamente, ao início da abertura estipulada pelo decreto 28 de Novembro de 1878 e ao momento a partir do qual se começam a fazer sentir, de forma mais notória, os reflexos políticos da contestação ao regime monárquico em benefício do republicanismo, materializados no incremento das práticas secularizadoras. Apenas completámos o levantamento dos registos civis relativos a Lisboa, dado termos trabalhado sobre material concedido pelo Prof. Fernando Catroga, que desde já agradecemos.

⁴⁹As coordenadas teóricas propostas por Fernando Catroga, sobre a simbologia que presidiu ao combate do registo civil obrigatório, irão acompanhar-nos no processo de desmontagem quantitativa sobre a prática do casamento civil -ainda que, obviamente, não procuremos estabelecer articulações directas ou lineares entre os quadros teórico e empírico, nomeadamente, de sobreposição do primeiro sobre o segundo. Na mesma linha, procurámos encontrar outras potenciais leituras sugeridas por hipóteses de natureza demo-familiar, com o fim de auscultar possíveis *nuances* ao nível dos comportamentos familiares.

⁵⁰De acordo com a observação produzida por Fernando Catroga, a propósito do movimento de actos de registo civil realizados em Lisboa, entre 1895 a 1899. A modéstia dos números é interpretada como reflexo das resistências sócio-mamentais e culturais oferecidas à divulgação social desta prática, ao ponto de a elas não escaparem, inclusivé, indivíduos receptivos ao combate anti-clerical. Cf. Idem, pp. 324-325 e 298. As palavras de Teixeira Bastos, a respeito da peça *O Casamento Civil*, de Cypriano Jardim, são também elas bem reveladoras da situação descrita: "*... a maioria dos incredulos aceita sem grande repugnancia as fórmulas usuas da religião. A hypocrisia de se acatar publicamente o que se ridiculariza em particular, é uma praxe seguida por quasi todos os individuos. São raros os que não transigem, e esses são sempre movidos por qualquer razão superior, moral ou intelectual, que os eleva acima do vulgo.*" Teixeira Bastos, "O Theatro Moderno em Portugal", *Revista de Estudos Livres*, nº 2, Março de 1883, pp. 75-76.

heterogeneidade potencial, apresentava como traço de união a recusa em se subordinar ao modelo religioso-eclesiástico que enformava a sociedade portuguesa, actuando, em paralelo, como eventual instância produtora de novos comportamentos e práticas sobre a família e o casamento⁵¹.

Da análise dos quadros nºs. I e II ressalta a fraca relevância estatística dos casamentos civis celebrados entre 1879 a 1905, em ambas as cidades, em especial quando confrontados com o movimento matrimonial global ocorrido nas mesmas, *grosso modo*, entre os anos 90 e os primeiros de novecentos. De acordo com estes valores, o peso da prática civil terá oscilado entre um mínimo de 1,6% (1889) e um máximo de 3,8% (1901 e 1904) em Lisboa, enquanto no Porto, se verificam níveis ainda inferiores (apesar de apenas relativos a 1893-1897⁵²). Centrando-nos exclusivamente no

⁵¹Ao definirmos como prioritária a caracterização do universo populacional em causa, do ponto de vista demográfico e sócio-cultural, pretendemos indagar, para além do conhecimento do mesmo, até que ponto esta 'amostra' poderia ou não representar, em termos sócio-demográficos, a população das respectivas cidades. Recorremos, assim, a material demográfico diverso - produzido à escala distrital, concelhia e em alguns casos, ao nível de Bairro Administrativo - com o fim de ilustrar essas realidades (razão pela qual nos abstinémos de testar a qualidade demográfica do mesmo). Não obstante, por força da documentação existente encontramos-nos confinados, regra geral, a dados distritais, susceptíveis de sugerirem, apenas, enquadramentos grosseiros sobre as tendências da nupcialidade urbana. Por condicionalismos idênticos, derivados da natureza da informação disponível, deparámo-nos, por vezes, com a impossibilidade de analisar as variáveis relativas às populações consideradas através do mesmo tipo de indicadores, socorrendo-nos de indicadores alternativos. As limitações apontadas justificam, assim, o cariz hipotético que perpassa no texto presente. Refira-se, ainda, que a presente análise, retoma, parcialmente, a problemática avançada por Fernando Catroga em "A laicização do casamento e o feminismo Republicano", ob. cit., pp. 139-141.

Atendendo à especificidade metodológica inerente a esta análise, optámos por criar dois anexos documentais, apresentados no fim deste capítulo, por forma a não sobrecarregarmos o texto. O Anexo 1 reúne a informação quantitativa construída a partir do levantamento dos registos civis de casamento, bem como do material demográfico explorado. No Anexo 2 apontam-se os critérios que presidiram à construção da tipologia sócio-profissional utilizada.

⁵²Note-se que o total do movimento nupcial civil registado em Lisboa ao longo do período de observação é inferior ao número de matrimónios religiosos

movimento civil, constata-se, ao longo do período de observação, uma tendência oscilatória ao nível do comportamento dos efectivos anuais, que tende a esbater-se, nos primeiros anos do século, na cidade de Lisboa. Em paralelo, e considerando os três períodos cronológicos definidos⁵³, visualiza-se um ligeiro movimento ascendente,⁵⁴ traduzido no crescimento gradual da média por períodos⁵⁵, incipiente, porém, no sentido de alterar de forma substancial o carácter marginal desta prática. Por outro lado, e apesar de não dispormos dos efectivos relativos ao Bairro Oriental do Porto, afigura-se-nos legítimo admitir a disparidade da prática civil entre as duas cidades⁵⁶, com base no desigual comportamento desta variável, bem como na desproporção relativa observada entre as mesmas, no tocante à nupcialidade global, entre 1893 a 1897. A hipótese sugerida parece receber confirmação através de outros indicadores, nomeadamente, pela relevância da comunidade estrangeira observada no Bairro Ocidental do Porto

realizados por ano, na capital.

⁵³Construímos, com base numa escala decenal, e considerando como data de início do período de observação o ano correspondente ao primeiro registo de casamento, três sub-períodos, a saber: 1879-1888/ 1889-1898/ 1899-1905 e 1880-1888/ 1889-1898/ 1900-1905, relativos, respectivamente, a Lisboa e ao Bairro Ocidental do Porto.

⁵⁴Parece-nos legítimo admitir que esta tendência se prolonga após 1905 sob o impulso potencial da crescente agitação política -reflectida na crescente adesão às propostas laicistas em estreita conexão com o movimento de contestação ao regime monárquico- como nos sugere o material empírico a que tivemos acesso, relativo aos Bairros Oriental/1º Bairro de Lisboa e Ocidental da cidade do Porto, entre 1906 a 1910, com os valores situados em 32, 52, 39, 74 e 26 para a capital (levantamento efectuado até Março de 1910) e em 3, 9, 12, 8 e 25 no caso do Porto (saliente-se, relativamente ao ano de 1910, que 10 dos efectivos se reportam aos dois últimos meses desse ano, cifra até então nunca verificada neste Bairro).

⁵⁵Assinale-se que a média anual por períodos se situa, respectivamente, em 40,1; 46,0 e 71,3, no tocante a Lisboa, e em, 2,8; 4,2; e 5,5, valores relativos ao Bairro Ocidental do Porto.

⁵⁶Hipótese reforçada por indicadores documentais que atestam o menor desenvolvimento do movimento livre pensador no centro nortenho, ainda que omissos relativamente ao peso das comunidades não católicas nesta cidade, variável passível de influir sobre a prática em causa.

comparativamente à verificada nos Bairros de Lisboa⁵⁷ (ver Quadros n.ºs. 1A, 1B, 1C, 1D e 2).

Nesta linha, seríamos levados a sugerir, numa primeira análise, que a prática do casamento civil se revelaria, sobretudo, accionada no centro nortenho pela comunidade estrangeira, hipótese que, no entanto, está longe de abarcar a totalidade do fenómeno. Com efeito, o material empírico aponta para outras dimensões analíticas, designadamente, para a existência de uma comunidade nacional não católica⁵⁸, em ambas as cidades, ao mesmo tempo que nos induz a uma perspetivação mais ampla do fenómeno religioso, não redutível a estas manifestações⁵⁹. Bastará recordar, a este título, as referências crescentes, observadas em literatura diversa, a práticas como o agnosticismo ou o ateísmo, indiciador provável da irradiação desses comportamentos e/ou da perda gradual do estatuto de marginalidade que até aí os caracterizava, sem invalidar a projecção

⁵⁷Através da construção das categorias "Comunidade Estrangeira" e "Brasil/Espanha" visámos isolar, simultaneamente, a incidência dos estrangeiros ao nível do movimento civil, (de forma a avaliarmos o contributo e significados associados à presença do elemento português), bem como a relevância da motivação religiosa nesta prática, perceptível de forma mais imediata na categoria "Comunidade Estrangeira". (Considerámos como critérios definidores da pertença a esta categoria o apelido ou a filiação estrangeira, exceptuando a brasileira e espanhola, independentemente da naturalidade dos contraentes.)

Optámos por enveredar por uma análise por Bairro, no intuito de isolar a incidência da variável em causa -comunidade estrangeira- dada a possibilidade de os efectivos relativos ao B. Ocidental do Porto a sobrerrepresentarem em virtude do perfil burguês e comercial do mesmo, marcadamente distinto das características sociológicas do Bairro Oriental dessa cidade.

⁵⁸Os registos dos casamentos civis fornecem-nos a este título, informações várias ainda que dispersas, nomeadamente referências a cerimónias de baptismo realizadas em Igrejas Evangélicas, a presença de ministros de outros cultos como testemunhas ou na condição de familiares dos noivos, entre outras.

⁵⁹Assinale-se, a este título, a incoerência legal manifestada, pontualmente, nos registos de casamentos civis. De acordo com o regulamento jurídico, a modalidade civil destinava-se à população não católica, apesar da proibição de indagar os contraentes sobre esta matéria, o que não invalida a referência expressa ao baptismo católico dos mesmos.

social restrita dos mesmos. Na mesma linha, observe-se a preocupação da Igreja face ao fenómeno da descristianização urbana⁶⁰, associado aos efeitos, ainda que tímidos, da modernização, que se fazia em particular na capital, nos últimos anos de Oitocentos, sintoma provável da complexidade que o fenómeno apresentava.

O particularismo evidenciado pelo material empírico relativo ao Bairro Ocidental do Porto não se esgota no peso da comunidade estrangeira, denunciando, em contrapartida, o carácter parcelar da informação, impossibilitando-nos a reconstituição do quadro da prática civil na cidade nortenha. Neste sentido, afigurou-se-nos cientificamente inadequado ir mais longe numa análise comparativa entre os dois centros -Lisboa e Bairro Ocidental do Porto-, atendendo, entre outras razões, à dimensão acentuadamente restrita do universo populacional em causa e à correlativa ausência de significado estatístico subjacente às eventuais (ir)regularidades detectadas. Optámos, assim, por centrar o âmbito da análise à capital, sugerindo, pontualmente, esboços ilustrativos relativos ao Bairro Ocidental do Porto.

⁶⁰Mas não exclusiva desta instituição, pois partilhada por meios letrados heterógeneos -médicos, higienistas, políticos- e reflectida em comentários sobre a exacerbação de comportamentos, como a ilegitimidade, o concubinato (até mesmo sobre alterações ao nível dos comportamentos reprodutivos) interpretados como manifestações de degradação moral e religiosa.

QUADRO Nº I Distribuição dos casamentos civis por anos nos Quatro Bairros Administrativos de Lisboa e no Bairro Ocidental do Porto (1879-1905)

* CIDADE DE LISBOA ^A					* * CIDADE DO PORTO ^B
ANOS	B. ORIENTAL/ 1º BAIRRO	B. CENTRAL/ 2º BAIRRO	B. OCIDENTAL/ 3º BAIRRO	4º BAIRRO*	B. OCIDENTAL
1879	5	1	15	-	0
1880	7	7	19	-	2
1881	14	5	20	-	0
1882	9	9	16	-	1
1883	16	7	19	-	4
1884	20	8	28	-	6
1885	14	10	15	-	4
1886	14	10	10	12	3
1887	10	10	9	17	3
1888	14	4	10	17	1
1889	5	14	7	7	4
1890	13	11	7	12	5
1891	12	11	9	8	5
1892	14	9	7	13	4
1893	12	13	11	11	5
1894	8	13	8	6	6
1895	12	23	12	12	4
1896	17	17	11	15	3
1897	14	12	12	18	3
1898	17	9	6	12	2
1899	18	12	9	17	5
1900	20	12	11	13	5
1901	31	19	12	20	8
1902	22	17	11	16	7
1903	26	22	11	13	4
1904	27	20	14	23	5
1905	25	28	8@	22	4
TOTAL	416	333	327	284	103
TOTAL				1360	103

@Ano incompleto: levantamento realizado apenas até 9 de Março de 1905.

FONTES: *Registo de Casamentos Civis: Bairro Oriental e 1º Bairro, Livro 1, 1879-1897, Livro 2, 1897-1906; Bairro Central e 2º Bairro, Livro 1, 1879-1896, Livro 2, 1896-1905; Bairro Ocidental e 3º Bairro, Livro 1, 1879-1889, Livro 2, 1890-1905, 4º Bairro, Livro 1, 1880-1898 (até à fl. 22 reporta-se ao registo do Concelho de Belém e, a partir daí apenas ao 4º Bairro), Livro 2, 1899-1908.

**Livro de Casamentos Civis do Bairro Ocidental, 2º Bairro, Livro 1, 1879-1907.

^AAté à Reforma Administrativa, realizada em 1885, Lisboa encontrava-se dividida em três Bairros: Oriental, Central e Ocidental. Com a Reforma, a área da cidade foi alargada, operando-se uma nova repartição administrativa, passando a capital a ser constituída por quatro Bairros, pela integração do Concelho de Belém, designado por 4º Bairro. As zonas existentes passaram a intitular-se, respectivamente, 1º, 2º e 3º Bairros, donde se explica o facto de não termos contabilizado os efectivos relativos ao 4º Bairro anteriores a 1885. A título de curiosidade indicam-se os valores referentes a esse período: 1880- 1, 1881- 5, 1882- 2, 1883- 2, 1884- 1, 1885- 2; TOTAL= 13. Fonte: Livro de Casamentos Civis do Concelho de Belém, Livro nº1 (1880-1898), fls. 1 -22.

QUADRO Nº II - Percentagem dos Casamentos Civis celebrados nas cidades de Lisboa e Porto em relação ao Total de Casamentos realizados nas mesmas, 1887-1901

ANOS	CASAMENTOS/CIDADES			
	*Total de Casamentos Lisboa	**% de Casamentos civis -Lisboa	*Total de Casamentos Porto	**% de Casamentos civis -Porto ^C
1887	1909	2,4	1000	--
1888	1834	2,5	1049	--
1889	2025	1,6	1054	--
1890	2258	1,9	1124	--
1891	2246	1,8	1094	--
1892	2081	2,1	1113	--
1893	1757	2,7	1111	1,3
1894	1783	2,0	1119	0,8
1895	1893	3,1	1129	0,9
1896	2119	2,8	1104	0,5
1897	--	--	1106	0,8
1901	2160	3,8	1237	--
1902	2193	3,0	1183	--
1903	2248	3,2	1261	--
1904	2227	3,8	1433	--
1905	2257	3,7@	1415	--

@ O total de casamentos civis não inclui os efectivos relativos ao 3º Bairro após Março de 1905.

FONTES:* Ricardo Jorge, *Demographia e Hygiene na Cidade do Porto -I -Clima -População -Mortalidade*, s.l., Editado pela Repartição de Saude e Hygiene da Camara do Porto, 1899, p. 230, (dados relativos ao período 1887-1897); *Tabelas do Movimento Fisiologico, 1910* (dados referentes a 1901-1905); **Livros de Casamentos Civis citados.

B A cidade do Porto encontrava-se subdividida administrativamente em dois bairros, Oriental e Ocidental, mais tarde designados por 1º e 2º Bairros. Apenas compulsamos os livros de registo civil de casamentos relativos ao Bairro Ocidental, dado não termos localizado o paradeiro dos livros do Bairro Oriental, apesar das pesquisas realizadas nesse sentido. (Com efeito, de acordo com informações fornecidas pelo Arquivo das Conservatórias do Registo Civil e Cartórios Notariais e Arquivo Distrital do Porto, os livros deveriam encontrar-se depositados na 1ª Conservatória do Porto, local onde detectámos apenas os livros de registo civil de nascimentos e óbitos.)

C De acordo com Ricardo Jorge, apresentamos a distribuição dos casamentos civis realizados no Bairro Oriental, utilizada nos cálculos: 1893- 9, 1894- 3, 1895-6, 1896- 3, 1897- 6. Idem, p. 252. Sublinhe-se, porém, que os valores apresentados pelo autor referentes ao Bairro Ocidental, para o mesmo período, não são coincidentes com os números do nosso levantamento, à excepção dos dois últimos anos, 1896-97.

O casamento tardio parece sobressair como vector dominante entre a população lisboeta que optava pela fórmula civil. Ao longo do período de observação a idade média masculina ao casamento situou-se em 33,2, atravessada por pequenas oscilações interperíodos, enquanto a idade feminina se localizou nos 29,4 (ver Quadro nº 3A). Valores elevados, ainda que afectados, parcialmente, pela amplitude do leque de idades dos contraentes⁶¹, bem como pelo contingente viúvo da população em causa: apesar de a população ser maioritariamente solteira, revela-se significativo o elemento viúvo, comparativamente à incidência deste factor à escala distrital e concelhia, em particular entre o sexo feminino (cf. Quadro nos. 5 e 6), influenciando necessariamente sobre os níveis da idade ao casamento apontados. Assim, os solteiros⁶² casavam, em média, aos 31,5 anos, enquanto os viúvos aos 45,2; as mulheres, casavam-se, respectivamente, aos 27,9 e 41,2. Em todo o caso, o casamento tardio parece manter-se como característico desta população, em particular quando confrontado com as idades inferiores ao casamento manifestadas ao nível da nupcialidade geral, inferiores, em média, em cerca de dois anos (cf. Quadro nº 4⁶³). Observe-se, porém, que, em aproximadamente 40% dos efectivos totais, o casamento não corresponde à entrada na vida

⁶¹Como nos sugerem as idades mediana e modal situadas, respectivamente e para cada sexo, em 30,4 , 27,4; 26,7 e 22,7. Cf. Quadro nº 3A.

⁶²Mais uma vez se manifesta o efeito da disparidade etária dos contraentes ao nível da população solteira, reflectido nas idades mediana e modal, situadas, respectivamente, em 29,3 ; 27,3, para o sexo masculino e em 26,7, 22,7 no sexo feminino. Cf. Quadros nos. 3B e 3C

⁶³Utilizámos a fórmula de Hajnal para o cálculo deste indicador que nos permite visualizar a realidade nupcial de então, ainda que grosseiramente, visto que a população em causa não respeita uma das condições dessa técnica: ausência de movimentos migratórios significativos. Apesar desta limitação, os valores parecem não se afastar significativamente do cálculo por nós efectuado da idade média ao casamento entre a população do Porto, entre 1893-97, a partir dos efectivos apresentados por Ricardo Jorge.

conjugal, sendo precedido por situações de "concubinato"⁶⁴ (ver Quadro nº 7), que se repercutem sobre o quadro assinalado. Nesta linha, seríamos levados a sugerir que o casamento tardio -não sendo, aliás, exclusivo deste grupo, antes reproduzindo, parcialmente, a tendência observada na capital derivada da conjugação de um feixe de factores demográficos, económicos e culturais⁶⁵- revelar-se-ia, por sua vez, indiciador da alteração de atitudes relativamente ao casamento (no sentido em que o comportamento sexual não se confinaria ao quadro matrimonial e eventualmente ao comportamento procriador) materializando-se em contextos de concubinato e reforçado na opção pela fórmula civil. Independentemente das suas motivações -ideológicas, religiosas ou, inclusivé, a mera oficialização de uma situação de facto, no sentido do reconhecimento de direitos confinados ao quadro da família legítima -a opção pela prática civil reflecte a assunção pública de uma visão do casamento alternativa ao modelo oficial, e daí o facto de constituir uma ameaça potencial superior⁶⁶

⁶⁴Os elementos relativos à residência dos contraentes fornecidas pelos registos civis facultaram-nos, no caso da capital, a identificação clara da situação de concubinato, dado contemplarem a morada dos contraentes, o nº da casa ou do prédio, e neste último caso, o andar e a respectiva fracção.

⁶⁵Apontem-se, entre outros, o desequilíbrio da relação de masculinidade, a inferioridade da taxa de nupcialidade do distrito de Lisboa em relação à de outros distritos, as condições materiais precárias que condicionariam o acesso ao casamento, o crescimento espectacular, segundo alguns autores, da ilegitimidade e do concubinato. Cf. Ricardo Jorge, *Demographia e Hygiene* [...], ob. cit.

⁶⁶Observem-se, a este título, as referências da imprensa contestária aos esforços das administrações locais no sentido de impedirem a celebração de casamentos civis. Identicamente, alguns testemunhos apontam para o desenvolvimento de iniciativas, no quadro da assistência privada, tendentes a normalizarem situações de concubinato, como nos ilustram as palavras do jornal *A Nação*, católico e legitimista, sugestivas, porém, do carácter distintivo destas práticas : "*A acção das associações de caridade é neste ponto poderosissima e aqui em Lisboa uma pia associação de senhoras, têm conseguido dentro de um anno cerca de 400 rehabilitações de uniões illicitas, o que de certo não aconteceria sendo legais. Qualquer tentativa ácerca destas seria provavelmente repellido como uma injuria e até como um attentado*

às tradicionais formas de vivência marital, rotuladas como sintoma de degeneração moral e religiosa, que apresentam um estatuto ambíguo: repercutindo-se sobre o social, não deixam de se enquadrar na esfera do privado/individual.⁶⁷

Admitindo como válidos os significados diferenciados, do ponto de vista sócio-simbólico, que propusemos relativamente a estas práticas, persiste entretanto por equacionar a relação empiricamente observável entre o concubinato e a opção pelo casamento civil⁶⁸. A análise desta questão implica, porém, que completemos, previamente, a caracterização do universo da população em estudo relativamente à população nubente da capital, de forma a avaliarmos se a primeira reveste ou não qualquer particularismo ou especificidade, sugerido pela informação empírica. Só então se nos afigura possível analisar o lugar do concubinato entre a prática civil.

Nesta linha, centrámos a análise comparativa destas

contra a lei." (In *A Nação*, nº 5379, 5.XII.1865, p. 1, col. 5, cit. por, Samuel Rodrigues, ob. cit., p. 260.) Sublinhe-se, porém, que do ponto de vista jurídico, o concubinato contraria, de facto, o espírito do direito de família consagrado no código civil, construído em torno da primazia da família legítima e da supremacia masculina, (esta última, de alguma forma salvaguardada na prática mencionada).

⁶⁷Note-se que, se estas manifestações nos reenviam, implicitamente, para alterações progressivas ao nível dos comportamentos individuais, por outro lado, sugerem a abertura gradual do espaço social e mental a novos posicionamentos face às estruturas familiares, os quais tendem a escapar aos modelos tradicionais, na sequência dos quais se insere a prática do casamento civil. Frise-se, no entanto, a sua especificidade, relativamente a modalidades ancestrais de vivência de relações consideradas ilícitas, na medida em que a opção pela fórmula civil se inscreve, de forma mais notória, num contexto pautado pelo distanciamento (supostamente assumido) em relação aos fundamentos do catolicismo, traduzindo, por outro lado, a assunção pública de um novo código de valores baseado em pressupostos profanos, denotando uma atitude reflexiva mais dificilmente observável no quadro do concubinato tradicional.

⁶⁸Restringimos, obviamente, a questão ao casamento civil, atendendo à quase impossibilidade de averiguar a incidência de formas de vivência pré-matrimonial entre aqueles que contraíam posteriormente casamento religioso.

populações, em termos sócio-económicos, em quatro indicadores, que apontamos:

- a) incidência da filiação ilegítima⁶⁹ entre a população nubente;
- b) naturalidade dos contraentes e paterna⁷⁰;
- c) caracterização sócio-profissional⁷¹;
- d) instrução⁷².

Duas observações se nos afiguram pertinentes no tocante à evolução da filiação ilegítima (ver Quadro nº 8). A primeira prende-se com o crescimento significativo desta variável, evidenciado em ambos os sexos, ao longo do período de observação.⁷³ A segunda assenta na superioridade relativa da filiação ilegítima feminina face à masculina, situação que, potencialmente, reflecte o perfil desta variável inferido através do comportamento de natalidade ilegítima, por sexos, observado à escala nacional⁷⁴.

Apesar da precaridade dos dados comparativos disponíveis⁷⁵

⁶⁹Designação que engloba simultaneamente os expostos e os ilegítimos.

⁷⁰Analisámos a naturalidade da população nubente e paterna segundo 6 categorias: Cidade; Outro concelho ou distrito exterior à cidade; Estrangeiro, Brasil/Espanha, Não mencionada; Ignorada, esta última apenas considerada no concernente à naturalidade paterna. No tocante à naturalidade da população nubente da capital ou do Bairro Ocidental do Porto, como aliás em relação às restantes variáveis, cingimo-nos às categorias fixadas pela documentação consultada.

⁷¹Ver Anexo 2.

⁷²Indicador avaliado pela assinatura do registo no referente à nupcialidade civil.

⁷³No 1º Período a filiação ilegítima representa cerca de 12% da população masculina e 13% da feminina, no último Período, os valores correspondem, respectivamente, a 19% e a 20%.

⁷⁴Situação que não invalida a estranheza da relação detectada, inversa à relação de masculinidade. Cf. Quadro nº 9.

⁷⁵Por razões documentais não nos é possível traçar o perfil de ilegitimidade correspondente aos períodos cronológicos a que se reportam as gerações consignadas neste estudo.

O quadro nº 9 -Evolução da Natalidade Ilegítima por Sexos nos distritos de Lisboa e Porto e no Continente, entre 1862 a 1906, procura sugerir um enquadramento, ainda que grosseiro, das tendências desse fenómeno,

estes parecem, contudo, sugerir que a ilegitimidade dos contraentes ocupa um relativo significado (sem no entanto, atingir proporções desmedidas) ao nível da prática civil, situação que importa explicitar. Poder-se-á interpretar a presença deste factor como reflexo de uma menor interiorização dos valores/attitudes tradicionais que pautavam a ordem social relativamente ao comportamento familiar e sexual de acordo com a experiência particular dos mesmos⁷⁶, propiciando, desta forma, uma maior abertura relativamente a outras práticas? Ou dever-se-á associá-lo, fundamentalmente, a contextos sócio-económicos e culturais particulares, susceptíveis de enformarem relações de maior flexibilidade ao nível das representações sobre as instâncias familiar e sexual e as suas práticas? Ou, ainda, fazer intervir sobre ele os efeitos das mutações associadas à modernização, traduzidas no declínio de formas de controlo e sociabilidade tradicionais? Mais

facultando-nos uma análise rudimentar e conjectural sobre o mesmo. Se admitirmos que a escala utilizada na construção deste indicador -distrito-permite atenuar/diluir o crescimento da ilegitimidade evidenciada particularmente em contextos urbanos, nas últimas décadas do século XIX (como nos sugerem fontes documentais e estudos de Demografia Histórica), o quadro em causa poderá então ser considerado como um esboço do perfil da ilegitimidade dessas cidades, em meados do século. Nesta linha, e centrando-nos apenas nos valores referentes aos anos 80 e 90, parece-nos lícito admitir que os valores da filiação ilegítima se enquadram nas tendências gerais da natalidade ilegítima dessas cidades. Em contrapartida, atendendo ao peso considerável da população exterior à cidade, bem como à desigual distribuição da filiação ilegítima em função da naturalidade -a população natural de Lisboa apresenta níveis superiores de ilegitimidade face à população migrante- somos levados a admitir a relevância da variável filiação ilegítima (ver Quadro nº 10).

⁷⁶Precise-se, porém, que a expressão filiação ilegítima (classicamente sinónima de procriação exterior ao quadro de constituição oficial da família) abarca, neste estudo, contextos familiares diversos, desde a situação dos expostos correspondente ao desconhecimento de ambos os ramos da filiação (sem que tal implique forçosamente nascimento exterior ao quadro da família legítima), passando pela condição variável dos ilegítimos. (Regra geral, traduzida no desconhecimento do ramo paterno, mas evidenciada, em número inferior, na convivência com ambos os progenitores, ou na relação exclusiva com o ramo paterno.).

do que antagónicas, estas hipóteses afiguram-se-nos complementares à luz das teses que têm sido formuladas sobre o fenómeno da ilegitimidade⁷⁷. Todavia, o material empírico dificilmente nos permite isolar a acção desta variável. Se é certo que parece apontar no sentido de a ilegitimidade se encontrar associada fundamentalmente a contextos sócio-económicos modestos⁷⁸, não será precisamente através deste último factor que deverá ser lida, em especial, a relação com o casamento civil? Isto é, considerando-o, em termos restritos, como resultante da adesão às propostas políticas reivindicadas pelos movimentos republicano e socialista (no quadro dos esforços desenvolvidos com o fim de atraírem as camadas trabalhadoras)? Mesmo admitindo a preponderância deste factor⁷⁹, parece-nos que não deverá ser

⁷⁷Apontem-se, em breve, as propostas mais relevantes que têm sido avançadas sobre a problemática da ilegitimidade, em particular a propósito do incremento deste fenómeno no quadro europeu a partir de meados do século XVIII, por especialistas das Ciências Sociais. Aos argumentos de natureza demográfica associam-se teses alicerçadas na relevância de contextos materiais desfavoráveis, enquanto outras sublinham o peso dos factores culturais, num sentido vasto. Vejam-se, a este propósito, Peter Laslett, *Family Life and Illicit Love in Earlier Generations*, Cambridge, Cambridge University Press, 1977; Peter Laslett et al. (eds.), *Bastardy and Its Comparative History*, Cambridge, Harvard University Press, 1980; Edward Shorter, *Naissance de la Famille Moderne*, Paris, Seuil, 1977; Louise Tilly, Joan Scott, Miriam Cohen, , "Women's Work and European Fertility Patterns", *Journal of Interdisciplinary History*, 3, 1976, pp. 447-476.

⁷⁸Repare-se, a este título, (ver Quadro nº11) que a população ilegítima evidencia uma menor incidência ao nível do capital cultural-académico (profissões liberais- junção das categorias 2 e 3) e capital económico superior, (cat. 1-Proprietários, Industriais e Capitalistas) apresentando, identicamente, uma maior imprecisão profissional (cat. 10- outras). Em contrapartida, constata-se uma relativa uniformidade nas duas subpopulações -legítima e ilegítima- ao nível das quatro categorias sócio-profissionais dominantes: Operários/Artesãos (cat. 6); Emp. Serviços e Transportes (cat. 7); Comerciantes (Cat.8); Act. Não Mencionadas (cat.11), (as duas últimas com posições invertidas ao nível dos ilegítimos), uniformidade que se coaduna com a distribuição observável no quadro da respectiva cidade.

N.B. Optámos por este indicador em prejuízo do relativo à caracterização sócio-profissional paterna, atendendo ao elevado número de casos de profissões desconhecidas (cf. Quadro nºs.12 e 13).

⁷⁹Para uma análise mais minuciosa da questão do concubinato, ver páginas 24-26? deste capítulo,

descurada a hipótese, atrás mencionada, baseada na articulação filiação ilegítima/grau de interiorização dos valores oficiais relativos à sociedade familiar e comportamento sexual (proposta que, obviamente, não exclui a possibilidade de este tipo de comportamento se observar entre camadas sócio-económicas desfavorecidas, portadoras de códigos de valores particulares -no sentido em que estes não se esgotam nos definidos pelas camadas dominantes.⁸⁰

⁸⁰Recorde-se, a este título, a observação de Fairchilds relativa ao fenómeno da ilegitimidade ao constatar que "*as atitudes das classes mais baixas eram e são frequentemente interpretadas através dos olhos da classe média.*" (Cf. Cissie Fairchilds, "Female Sexual Attitudes and the Raise of Illegitimacy" *Journal of Interdisciplinary History* 8, pp. 627-667, referenciado por Caroline B. Brettell, *Homens que Partem, Mulheres que Esperam, Consequências da Emigração numa Freguesia Minhota*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991, p. 229.) Aquele comentário reenvia-nos para a possibilidade de o fenómeno ser encarado de outras formas em função do posicionamento social dos actores em causa. Esta visão moralizante sobre a ilegitimidade (denunciada por Cissie Fairchilds) é identicamente perceptível nos discursos de políticos, juristas e higienistas de finais do século. Em contrapartida, atente-se na abordagem jornalística distinta aos *fait-divers* amorosos, em função do meio social a que se reportavam. Por mais grotesco que se apresentasse o facto relativo a episódios de desavença amorosa (e conjugal) entre indivíduos de camadas sociais inferiores, a notícia tende a revestir um cariz de objectividade naturalista, acompanhada, por vezes, de pequenos laivos moralizadores. (Veja-se Eulália Pinto e Paulo Guinote, "Amor a quanto obriga, Crimes passionais e violência conjugal na I República", *Comunicações ao Congresso A Vida da República Portuguesa, 1890-1990*, Lisboa, 14 a 16 de Outubro de 1991, Maria Helena Carvalho dos Santos (coord.), Lisboa, Cooperativa de Estudos e Documentação Universitária Editora, 1991, pp. 415-445.) As expectativas sociais dirigiam-se para os membros das classes favorecidas e, aí sim, evidencia-se claramente o carácter da crítica sócio-moralizadora, pois são estes, afinal, os produtores do código moral que se pretende divulgar paulatinamente aos diversos sectores sociais. [Apontem-se, a título de exemplo, as repercussões jornalísticas e sociais do caso Alberto O'Neil (assassinado por motivo de adultério). Dado o lugar social dos intervenientes, o incidente transforma-se em assunto de primeiro plano em toda a imprensa, (exceptuando, regra geral, a imprensa conservadora católica, e.g., *A Palavra*) sendo o funeral muito concorrido por todo o género de pessoas. Em paralelo, a "tragédia" suscita uma reflexão crítica sobre a educação das mulheres e dos jovens de sexo masculino das camadas aristocráticas por parte, quer da imprensa do regime como da imprensa contestária, tendo-se verificado, ainda, fenómenos de censura jornalística pelas autoridades. Cf. *O Dia*, 1º ano (10º ano), nº 241 (3110), 10-XII-1900, p. 1 cols. 1 e 2, nº 242, 11-XII-1900, p. 1, col.5, "Costumes", nº 243, 12-X-1900, p. 1, cols. 1 a 3; *O Mundo*, Ano 1, nº 86, 10-XII-1900, p. 1, col. 6, nº 87, 11-XII-1900, p. 1, col. 3, nº 88, 12-X-1900, p. 1, col. 1.

A leitura dos indicadores relativos à naturalidade dos contraentes (ver Quadro nº 14) sugere-nos, em sentido idêntico, potenciais vectores analíticos sobre o fenómeno casamento civil. Demograficamente, a população nubente parece participar das tendências observadas na capital no tocante à sua origem geográfica⁸¹ (cf. Quadro nº15). Nesta linha, fomos levados a privilegiar, em termos analíticos, as características que o fenómeno migratório tendeu a assumir -designadamente, o desenraizamento sócio-cultural da população a ele sujeita- no quadro do processo da expansão urbana, observado nas últimas décadas de Oitocentos. A exacerbação da ilegitimidade e do "quarto estado"⁸² revelaram-se, segundo comentários de contemporâneos, como vectores dominantes deste processo e, simultaneamente, como sintoma da degradação moral que afectava as camadas mais humildes da população citadina. Independentemente do cariz moralizante destas observações, importa equacionar, a título de hipótese, alguns dos factores que estarão na base destes comportamentos, uma vez que estes representam, pela sua incidência, manifestações de 'novos' posicionamentos familiares e sexuais. Sem pretendermos retomar o tema da ilegitimidade, parece-nos lícito aceitar que o afluxo da

⁸¹Eliminando a variável sexo no tocante aos dados relativos à população nubente, obtêm-se valores próximos da distribuição observada na capital, devendo ter-se presente que estes últimos abarcam toda a população e não apenas a população em idade matrimonial. Saliente-se, ainda, que o predomínio do factor migratório entre os homens se inscreve na tendência geral deste fenómeno.

⁸²Segundo expressão de Ricardo Jorge proferida a respeito das tendências demográficas observáveis no contexto da população urbana: *"Esta menor tendencia ao casamento, em relação directa com o adensamento e caracterisação citadina da gente, deriva, por um lado da affluencia d'immigrantes, em busca só de collocação e fortuna, e pelo outro da dissolução moral, da facilidade dos prazeres, e da prostituição. O concubinato, o quarto estado*, vem tomar o lugar do casal legal e canonico."* In Ricardo Jorge, ob. cit., p. 170. (*Em itálico no original.)

população migrante aos centros urbanos de maior dinamismo, particularmente Lisboa, tenha sido acompanhado pelo declínio das redes de sociabilidade e de controlo tradicionais, bem como pelo enfraquecimento dos mecanismos do poder familiar⁸³ -atendendo ao carácter potencialmente individual, i.é, desinserido do quadro familiar, do fenómeno em causa- os quais terão actuado como elementos propiciadores das posturas assinaladas⁸⁴. Apesar da disparidade observada na relação entre os sexos, materializada na superioridade do elemento migratório masculino, afigura-se-nos que o quadro mencionado não terá deixado de se manifestar, a seu modo, entre a população feminina, atendendo à elevada de percentagem de mulheres que, à data da realização do casamento civil, se inseriam em contextos familiares fluídos, traduzidos em situações de falecimento, desconhecimento e distanciamento geográfico da figura paterna⁸⁵ (ver Quadro nº 16). Neste sentido,

⁸³"Lisboa é uma grande terra, mas não tem poesia nenhuma. Tem grandes casas, palácios enormes, mas sente-se aqui a gente como num acampamento de zingaros, que o acaso reuniu e baralhou... 'Que tipo!' 'Que cara!' De quem será esta casa?' Lisboa! Isto não presta! É frio, é desaconchegado, é hostil... Na aldeia, sim. Toda a gente nos conhece; conhecemos toda a gente." In Trindade Coelho, *O Senhor Sete*, p. 294, cit. por, Joel Serrão, *Temas Oitocentistas*, p. 95, sublinhado nosso.

"Como era diferente lá na aldeia, cada um na sua terra. Ai, sentiam-se iguais uns aos outros; e tirante o pai, a mãe, o cura, certas figuras de tios, e os padrinhos -todos esses que o instinto colocava mais alto, mas, para compensar, parece que mais perto do coração- o resto não se diferenciava em alturas, e apenas a diferença de idades, mais que a do teres, extremava, sem os separar, os grupos da freguesia. §...Cada qual, na sua aldeia e no seu ofício (...). E ali? Tudo o que faziam era improdutivo, artificial, irreal, porque se não via..." In Trindade Coelho, *Terra Mater*, cit. por, António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 11ª ed., Porto, Porto Editora, 1879, p. 957.

Situações ilustradas pela literatura da época, apesar da visão idealizante do mundo rural que transparece das palavras dos seus autores, no caso concreto, de Trindade Coelho.

⁸⁴Sem descurarmos, obviamente, a acção eventualmente exercida por condições materiais adversas e seus reflexos sobre esses comportamentos.

⁸⁵Sublinhe-se, porém, o cariz parcelar da análise proposta, observável, por exemplo, na relevância atribuída ao pressuposto da centralidade paterna sobre o edifício familiar. Se é certo que esta asserção é suportada por um

parece-nos importante realçar as condições de abertura sócio-mental facultadas pelo alargamento do espaço urbano no sentido de 'possibilitarem' a afirmação de comportamentos individuais que contrariavam o espírito dominante.

O quadro sócio-profissional da população nubente masculina⁸⁶ afigura-se-nos reflectir, *grosso modo*, as especificidades ideológicas e culturais que sublinhámos, relativamente a esta prática. Se, tendencialmente, a população em causa parece acompanhar, em termos hierárquicos, a distribuição observável no contexto da capital ao nível das categorias dominantes⁸⁷ (cf. Quadro nos. 17 e 18), não deixa, porém, de se revelar significativa a 5ª posição ocupada pela categoria Profissões Liberais (junção das categorias 2 e 3 de acordo com os critérios que presidiam à elaboração da sua congénere nos Censos) comparativamente ao lugar e peso modestos desta no universo da capital. Se nos abstrairmos de algumas das irregularidades observadas na distribuição oferecida pelos dados censuais respeitantes a 1890, evidenciam-se, como grupos dominantes nas duas populações, o sector Industrial, seguido pelos do Comércio (cat. VI e 8) e Transportes⁸⁸ (cat. V e 7) -categorias que ocupam posições inversas na população nubente⁸⁹- e, em 4º

conjunto de indicadores -nomeadamente, pelos discursos jurídico e político ao justificarem a atribuição da chefia da família ao pai- não deixa de se apresentar discutível a lineariedade implícita ao esquema proposto, reflexo provável do jogo da predominância das representações oficiais/normativas.

⁸⁶Não analisamos o quadro sócio-profissional da população feminina atendendo às escassas referências produzidas a respeito desta variável. Cf. Quadro nº29.

⁸⁷Cf. Anexo 2. Atendendo aos reajustamentos realizados nas categorias relativas à população nubente, escolhemos como critério analítico a ordenação hierárquica, por esta se nos afigurar o meio mais adequado de atenuar as eventuais distorções decorrentes do processo assinalado, possibilitando-nos, em contrapartida, a apreensão das tendências da distribuição.

⁸⁸Exceptuando a distribuição censual relativa a 1890.

⁸⁹Dada a maior abrangência da Categoria 7 que integra os empregados de

lugar, alternadamente, a categoria "Improdutivos/"Profissões Desconhecidas" (cat. XII), "Profissões não mencionadas" (cat. 11). Sobressai, pela sua irrelevância entre a 'população civil', a categoria Força Pública (4), que rivaliza, no último lugar, com a Agricultura (9), contrariando o relativo significado ocupado pela primeira entre a população da capital (4º e 5º lugares), enquanto nesta última, a categoria minoritária é preenchida pelos Trabalhos Domésticos (XI). Por último, salienta-se um paralelismo, ainda que rudimentar, entre as duas populações no âmbito dos grupos intermédios inferiores⁹⁰, à excepção da categoria IX -Profissões Liberais- já mencionada.

Do quadro exposto afigura-se-nos evidente a natureza interclassista da prática civil (na base da assunção de que a distribuição sócio-profissional indicia uma rudimentar seriação social), perpassada, porém, por sintomas de elitismo inerentes ao carácter marginal do fenómeno em causa e seus correlativos significados particulares, de índole sócio-simbólica, política e religiosa (não católica)⁹¹. Nesta linha, o elemento diferenciador por excelência da população nubente relativamente à população da

serviços, parcialmente enquadrados na Categoria VI. Cf. Anexo 2.

⁹⁰ Em termos globais, entre a população nubente, evidenciam-se como categorias intermédias a 10 "Outras", 5 "Funcionalismo Público", 1 "Industriais, Capitalistas, Proprietários", enquanto na população da capital, a VIII "Administração Pública"; I (somatório das três primeiras: Agricultura, Minas e Pesca); X "Pessoas vivendo exclusivamente dos rendimentos" e IX "Profissões Liberais".

⁹¹ Neste sentido, globalmente*, o elitismo inerente aos partidários da prática civil parece repousar não tanto numa forma particular de poder (consubstanciada em termos económicos, sociais ou políticos), mas antes, numa especificidade cultural, entendida em sentido lato, inscrita no corpo doutrinal que enforma/fundamenta a mundividência laica. Daí, o sentido elitista do movimento decorrer, basicamente, da assunção por parte dos seus representantes ao se auto-assumirem/auto-representarem como paladinos da 'nova' ordem que visam implementar.

*Nos registos civis encontramos presentes, obviamente, figuras de charneira do movimento laico, quer na condição de contraentes como na de testemunhas, estas sim, portadoras de um capital particular. Todavia, como demonstrámos, o significado social do casamento civil transcende-as.

capital, parece residir na condição perante a instrução, avaliada grosseiramente pela menção "assina o registo" (cf. Quadros nos. 19 e 20). Apenas 7,5% dos homens não sabem escrever o seu nome, enquanto no caso das mulheres, o valor ascende a cerca de um quarto, tomando por base a globalidade do período de observação⁹². Se admitirmos que estes números sugerem, em sentido amplo, uma atitude de receptividade/valorização perante a instrução - perspectivada em termos históricos restritos, como meio de combate da ignorância, e, em particular, de emancipação mental⁹³ - parece-nos lícito conceber a coincidência observada entre este fenómeno e a prática civil, como tradução potencial da especificidade cultural desta população, e, em última instância, reflexo do seu carácter elitista.

Vale a pena referir, a este respeito, os elementos sugeridos pela análise nominativa do universo das testemunhas que presenciaram as cerimónias de registo do casamento civil⁹⁴. Em

⁹²A disparidade observada na relação entre sexos, por períodos de observação, parece-nos enquadrar-se nas tendências gerais deste fenómeno, atendendo ao facto de a citada disparidade se apresentar, *grosso modo*, equivalente à detectada na população da capital.

⁹³De acordo com a relevância atribuída ao fenómeno da instrução pelos movimentos políticos de vanguarda de finais do século, Republicanismo e Socialismo, materializada em iniciativas diversas, designadamente na fundação de escolas, centros de educação, entre outras. Veja-se, a este respeito, Fernando Catroga, *O Republicanismo Em Portugal, Da Formação Ao 5 De Outubro De 1910*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991, 2ª Parte, pp. 379-408. Tendência idêntica é testemunhada, ainda, pelo discurso feminista a respeito da condição da mulher, ao centrar-se na exigência de elevar o nível cultural da mesma, condição indispensável e primeira para assegurar o seu processo de emancipação global. Ver capítulo III, O Discurso Feminista sobre o Casamento e o Divórcio.

⁹⁴Baseamos a identificação das testemunhas em dois critérios constantes, nome e naturalidade, articulados com a profissão. A ausência de informação sobre a naturalidade das testemunhas impossibilitou-nos, por vezes, (em particular, nos casos em que as testemunhas não eram figuras 'públicas'), a operação de seriação, realizada com o propósito de contabilizar a intensidade do acto de testemunhar pelo mesmo indivíduo, situações essas que excluímos da análise. De forma idêntica, não considerámos os indivíduos que assinavam em nome do(a) contraente por este(a) não saber escrever, bem como, as

termos da sua composição destaca-se, obviamente, a presença 'simbólica' de representantes da elite cultural de vanguarda, responsável pela dinamização do Livre Pensamento -como são exemplos Teixeira Bastos, Teófilo Braga, José Carrilho Videira, Sebastião Magalhães Lima, entre outros⁹⁵- ainda que o seu contingente maior seja constituído por uma massa relativamente anónima, no sentido em que esta se apresenta mais dificilmente identificável como activista do movimento⁹⁶. O quadro descrito não invalida, porém, o carácter tendencialmente restrito do universo dos partidários da prática civil, reflectido, grosseiramente, na existência de um grupo composto por 223 efectivos⁹⁷, que participa

assinaturas registadas a título de participação no acto (regra geral, em número de 6), com o fim de homogeneizar o universo de análise, pela exclusão dos casos particulares. Assim, restringimos a análise deste indicador, dado que o universo inicial ser composto por 3334 efectivos. Em contrapartida, os restantes indicadores -Naturalidade das Testemunhas e Distribuição das Testemunhas por Categorias Sócio-Profissionais- foram construídos em termos isolados, respeitando a ordem de assinatura do registo e considerando apenas as duas testemunhas obrigatórias, diferenciadas pelas designações 1ª e 2ª Testemunhas.

⁹⁵Sem pretendemos enumerar de forma exaustiva a lista de individualidades e de activistas do Livre Pensamento que integram o universo das testemunhas (alguns dos quais, simultaneamente, destacados representantes do republicanismo e socialismo, atendendo à imbricação destes movimentos nessa campanha), aponte-se a título ilustrativo o contributo de alguns dos seus membros na divulgação social do respectivo ideário. Citem-se, por ex., Azevedo Gneco, Eduardo Maia, Germano António Quintão, Heliodoro Salgado, Joaquim António Coutinho, Luís de Oliveira Miranda Viana, Manuel Eugénio Petronila, António Xavier da Silva, todos eles, membros das associações de divulgação do Livre Pensamento, criadas entre 1876 e 1895: Associação Promotora do Registo civil (1876), Associação dos Livres Pensadores (1882), Associação Promotora do Livre Pensamento (1894), Círios Cívicos (1894) e Associação do Registo civil (1895). Cf. Fernando Catroga, ob. cit., pp. 290 a 303.

⁹⁶Com efeito, o material empírico possibilita-nos apenas a diferenciação clara de três sub-grupos que integram o universo das testemunhas, a saber, os notáveis e activistas de relevo do Livre Pensamento, os membros pertencentes aos grupos protestantes (ministros evangélicos, empregados da Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira) e os familiares dos contraentes, situações que, naturalmente, não contemplam a totalidade dos efectivos.

⁹⁷Destacamos pela intensa participação neste movimento, João Carlos Cavaleiro Bastos (empregado comercial e membro da Associação do Registo Civil, segundo informação fornecida pelo Professor Fernando Catroga) e Cândido Joaquim Sousa, ministro evangélico, avaliada pela presença dos mesmos, respectivamente, em 87 e 24 cerimónias de registo civil.

na condição de testemunha em pelo menos dois registos, correspondente a cerca de um quarto do universo em análise. Por seu turno, a caracterização sócio-profissional das testemunhas (em particular, os dados relativos à "1ª Testemunha") parece indiciar uma relativa diferenciação social dos seus efectivos em relação ao universo correlativo da população nubente (ver Quadros nºs. 21 e 17), baseada na maior relevância das categorias supostamente associadas a camadas sociais superiores. Atente-se, nesta linha, ao peso mais significativo dos "Industriais, Capitalistas e Proprietários" (cat. 1), das "Profissões Liberais" (cat. 2 e 3) e dos "Comerciantes" (cat. 8)⁹⁸ face ao lugar mais modesto -sublinhe-se: numa perspectiva comparativa em relação às populações mencionadas- ocupado pelos "Operários/Artesãos" (cat. 6), "Empregados de Transportes e Serviços" (cat. 7) e "Profissões Indiferenciadas" (cat. 10). Em suma, esboços de duas populações que se nos afigura traduzirem a especificidade do Movimento livre pensador, evidenciada por Fernando Catroga a propósito do seu perfil elitista decorrente do lugar social dos seus propulsores, bem como os esforços prosseguidos por estes (e de forma mais alargada por elementos detentores de capital sócio-cultural) na divulgação social das propostas laicizadoras, de acordo com os objectivos do movimento: conquistar a adesão de sectores mais vastos da população à prática civil.⁹⁹

⁹⁸Sem descurar o carácter heterógeneo das situações profissionais integradas nesta categoria. Cf. Anexo 2.

⁹⁹A disparidade social constatada parece prolongar-se, a seu modo, no grau de explicitação do sentido impresso à cerimónia civil traduzido no número e condição das pessoas que assumidamente a presenciavam. Aponte-se, como exemplo da situação descrita, o casamento de António de Oliveira Marreca, guarda-mor da Torre do Tombo, com Teodora Maria de Jesus Garcia, analfabeta, celebrado a 14 de Março de 1883 e testemunhado por Bernardino Pinheiro, secretário do Supremo Tribunal de Justiça, e João Pedro da Costa

Delineados os vectores mais expressivos que enquadram o universo da população civil, gostaríamos de tecer algumas breves reflexões a respeito do papel exercido por esta população como eventual instância produtora de novos comportamentos sobre o casamento e a família.

Visámos, assim, apreender algumas das suas especificidades, sugeridas tanto pela informação empírica como pelos seus silêncios, susceptíveis de alimentarem novas interrogações sobre os potenciais significados associados a esta prática.

Equacione-se, a este propósito, a relação empiricamente evidenciada entre o concubinato e o casamento civil.

A reconstituição do quadro das 'relações ilícitas' sugere-nos a relativização de algumas ideias que tradicionalmente se associam a estes comportamentos. A este título, observe-se que, aparentemente, não se vislumbra nenhuma relação particular entre a prática do concubinato e a distribuição sócio-profissional dos efectivos masculinos, dado que esta se apresenta bastante próxima da observada na população global civil (ver Quadros nºs. 22 e

Basto, empregado público aposentado; além destes estavam presentes: um coronel do Estado Maior (Francisco Maria de Serpa Brandão), um ajudante oficial da Torre do Tombo, (Roberto Augusto Costa Campos), um médico, (António Luís Lopes Monteiro) e um industrial (António Policarpo da Silva Lisboa), que intervieram na condição de presentes assinando o registo, e, ainda, José Joaquim Silva Graça, jornalista, que assinou em nome da noiva (in Registo de Casamentos Cíveis do Bairro Ocidental, Livro 1, fols. 74 a 75). Refira-se também o casamento de Carlos Alberto Gomes, comerciante, com Leonille Vigeant, realizado a 3 de Maio de 1903, que, excepcional, contou com 21 assinaturas para além das duas testemunhas obrigatórias (in Registo de Casamentos Cíveis do Bairro Ocidental, Livro 2, fol. 113 a 114). Ambos os casos reflectem o accionamento por parte dos contraentes privilegiados -i.é, detentores de capital sócio-cultural e económico superior- das suas redes de relações sociais no sentido de, como dissémos, acentuarem o significado do acto civil através do seu lugar social.

17)¹⁰⁰. Analisando a incidência desta variável em função dos efectivos globais de cada categoria (ao longo do período de observação, 1879-1905), constata-se que a prática do concubinato afecta mais de metade do "Funcionalismo Público" (cat. 5) e "Outras Profissões" (cat. 10), atingindo valores da ordem dos 40% nas restantes categorias, à excepção dos "Agricultores" (cat. 9) e "Operários/Artesãos" (cat. 6) que apresentam níveis da ordem dos 30%. Admitindo que as tendências detectadas revestem algum significado estatístico, somos levados a sugerir que a 'opção' por este comportamento transcende o domínio das condições materiais¹⁰¹, revelando, em contrapartida, a afirmação de novos códigos de conduta assentes em concepções menos normativas e mais individualistas -porventura, possibilitadas pelo processo de crescimento urbano- e repousando, simultaneamente, em valores de índole secularizante reforçados no seu prolongamento ao casamento civil. Saliente-se, nesta linha, que a população feminina submetida a situações de concubinato é maioritariamente natural de regiões exteriores à capital (ao longo do período de observação), variável cuja influência se afigura menos notória no caso dos homens (ver Quadro n^{os}. 23A e 23B). Em ambos os sexos, porém, tanto os naturais de Lisboa, como os efectivos cujo pai reside na capital, evidenciam uma menor incidência do comportamento

¹⁰⁰Apenas a categoria 6 "Operários/Artífices" apresenta um nível ligeiramente inferior, compensado, *grosso modo*, pelo "Funcionalismo Público" (cat. 5) e "Outras Profissões" (cat. 10).

¹⁰¹Sem descurar, obviamente, a acção exercida pelo agravamento das condições económicas, sobretudo a partir de 1889, e traduzidas, genericamente, na intensificação do movimento grevista entre 1887 a 1908, em particular, nos primeiros anos de novecentos até 1907, de acordo com a periodização proposta por José Tengarrinha. [Cf. José Tengarrinha, "As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920", *Análise Social, (O Movimento Operário em Portugal)*, vol. XVII (67-68), 1891-3^a-4^a-, 573-601.]

assinalado. Somos, assim, levados a admitir que o referencial familiar reveste, mais uma vez, significados potenciais, atendendo ao elevado número de efectivos que se inscrevem em contextos familiares fluídos (ver Quadro nº 24)¹⁰². Admitindo que este indicador actua como elemento propiciador daquele comportamento -ao nível do processo de afirmação pessoal, ou, eventualmente, como factor de pressão sobre o processo de autonomia individual-, pensamos que a sua influência deverá ser perspectivada em termos globais, isto é, como elemento passível de condicionar a experiência de vida dos seus efectivos. Observe-se, ainda, que o concubinato tende a afirmar-se em idades moderadamente tardias: nas mulheres, a partir do grupo etário 25-29, (tomando por referência, os efectivos globais por classe), nos homens, no grupo subsequente, incidindo de forma mais acentuada nas classes intermédias, delimitadas, respectivamente, pelos grupos 40-44 a 50-54 anos, e 45-49 a 60-64 anos (abstraindo as classes etárias superiores, atendendo ao número restrito dos seus efectivos).¹⁰³ Por seu turno, o estado civil da população não parece revelar-se uma variável significativa deste comportamento, uma vez que a contribuição do elemento viúvo não atinge 50% dos seus efectivos, em ambos os sexos (ver quadro nºs. 26A e 26B). Finalmente, a influência da natureza da filiação apresenta-se precária, atendendo à participação

¹⁰²O quadro descrito não invalida, porém, que se verifiquem (ainda que minoritariamente) situações de coabitação paterna ou materna com o casal marital, indiciadoras de uma atitude de aparente concordância em relação a esta prática.

¹⁰³Obviamente, se tomarmos como referência apenas os efectivos submetidos ao fenómeno, obtemos uma distribuição onde predominam os grupos mais jovens, (exceptuando o primeiro): 25-29, 20-24, 30-34, as duas últimas classes com posições invertidas no caso dos homens. Esta distribuição, correlativa às tendências da nupcialidade, é acompanhada pelos três grupos seguintes, com pesos idênticos. Cf. Quadros nºs. 25A e 25B.

idêntica dos legítimos e dos ilegítimos neste comportamento (ver Quadro nº 28) exceptuando o caso da filiação ilegítima feminina que contribui, de forma um pouco mais notória, para a respectiva prática -reflexo potencial das dificuldades acrescidas com que se defrontavam as mulheres exteriores à capital, assim como as ilegítimas (ambas, porventura, submetidas a condições sócio-económicas mais desfavoráveis), no processo de instalação na 'grande' cidade.

Delineados os contextos sócio-demográficos das relações ilícitas, parece-nos que estas deverão ser perspectivadas como modelos alternativos ao nível das representações dominantes sobre a família e o casamento, dado o seu distanciamento em relação ao quadro moral-religioso que enformava aquelas. Hipótese que se nos afigura reforçada pela adesão à fórmula civil, ainda que inserida em estatutos de marginalidade distinto. Contrariamente à argumentação produzida pelos partidários da institucionalização do casamento civil, aquando da sua polémica, a opção pela fórmula civil não parece ter-se inscrito num contexto motivado pela 'problemática dos filhos ilegítimos'. De acordo com o material empírico, raras são as referências explícitas à existência de filhos¹⁰⁴, situação eventualmente contornada pelo processo de reconhecimento da paternidade ilegítima instituído pelo código civil, ainda que dependente da iniciativa masculina¹⁰⁵. Em

¹⁰⁴Naturalmente, a temática da filiação* não se restringe à questão da ilegitimidade, sendo passível de se desdobrar noutras problemáticas, como por exemplo, procurar averiguar o lugar dos filhos ou as tendências da fecundidade ao nível do casamento civil, hipóteses que de alguma forma poderão indiciar novas concepções de casamento alicerçadas na centralidade do casal.

(*Apenas encontramos 4 menções sobre a existência de filhos.)

¹⁰⁵Com efeito, o código civil esboça uma tendência de autonomização do poder paternal em relação ao casamento, ao ampliar as fontes jurídicas desse poder,

contrapartida, mesmo admitindo que oficialização da relação ilícita visaria apenas a regularização dessas situações -mediante o reconhecimento dos direitos consagrados ao casal legítimo- o seu sentido último persiste inalterável, na medida em que ela se inscreve na opção por um modelo alternativo. Em suma, o seu fim último visa, na sequência da descodificação produzida por Fernando Catroga, denunciar o relativismo subjacente à construção religioso-eclesiástica -pretensamente una- a respeito das visões do mundo e do homem¹⁰⁶...

*"Felicitamos sinceramente os noivos, e particularmente apresentamos as nossas homenagens á noiva, que sendo filha da aldeia não duvidou de dar uma prova de elevação do seu espírito, e do cultivo das sua faculdades, tomando tão digna resolução."*¹⁰⁷

para além do casamento (até então fonte exclusiva) à filiação ilegítima reconhecida. Este 'avanço' jurídico (e interrogamo-nos se, de facto, a finalidade do mesmo visaria a conciliação de interesses entre a família e a filiação) é no entanto acompanhado de um conjunto de restrições, que limitam o seu impacto. Concretamente, a nova legislação faz depender o reconhecimento da paternidade -mediante a legitimação subsequente ao matrimónio (art.119º) ou a perfilhação voluntária (art. 123º)- da iniciativa exclusivamente masculina. Consequentemente, é proibida a investigação da paternidade ilegítima, com excepção dos casos estipulados pela lei. Estes, porém, nos termos em que são previstos, fazem com que o reconhecimento da paternidade resulte, antes de mais, de um acto voluntário, fundamentado juridicamente pela incerteza da paternidade. Na mesma linha, o Código exclui toda e qualquer hipótese de a mulher (desinserida do quadro da família legítima) se socorrer da intervenção judicial para requerer a partilha de responsabilidades relativa à filiação, embora autorize a investigação da maternidade sem restrições, (porque esta é um "facto objectivo", art. 131º). Desta forma, a exigência de salvaguardar uma certa paz familiar -impedir o escândalo público e o respeito pelo seu património- completa o sentido da legislação inerente ao Direito de Família, já sublinhado: a primazia da família legítima e a supremacia masculina. Cf. Dias Ferreira, *Código Civil Portugues Annotado*, 2ª ed., vol. II, Coimbra, Imprensa Nacional, 1896, p. 106 e ss..

¹⁰⁶Daí porventura, atendendo ao teor revolucionário da proposta, o distanciamento entre a adesão teórica mas socialmente mais ampla, aos projectos políticos exteriores ao regime monárquico e a adesão pública a novas posturas sobre concepções laicas relativas ao casamento e à família materializada no universo restrito dos praticantes do casamento civil.

¹⁰⁷Casamento de Libanio Victor Rebelo com Augusta da Conceição, in *O Seculo*, 512, 12-IX-1882, p. 1, col. 2.

... mas também da mulher. Apesar dos silêncios que perpassam o material empírico¹⁰⁸ (e o texto presente) sobre o papel da mulher neste movimento, o seu lugar não passou despercebido aos paladinos do movimento livre pensador. E ousaríamos afirmar que aquele lugar terá sido, de alguma forma, percebido pelas próprias mulheres, ainda que testemunhado de forma restrita mas significativa, através do sinal de afirmação expresso no gesto de assinar¹⁰⁹.

¹⁰⁸Nomeadamente, na ausência quase sistemática à referência da actividade profissional destas, inclusivé a respeito das domésticas, apesar de o regulamento estipular a menção da profissão das "partes e testemunhas" (Cf. Decreto de 28 de Novembro de 1878, título VI, art.º 40º, 2º e Quadro nº 29.)

¹⁰⁹Contabilizámos 34 assinaturas da mulheres a título de presentes e 15 na condição de testemunhas ou assinando em nome da noiva. O significado deste gesto é tanto maior tendo presente que a legislação em vigor proibia à mulher "*ser testemunha em actos públicos e solénes da vida do homem*". In Anna de Castro Osorio, *As Mulheres Portuguesas*, Lisboa, Livraria Editora Viuva Tavares Cardoso, 1905, p. 230.

CAPÍTULO III

A FELICIDADE NO AMOR COMO PRERROGATIVA E DIREITO LEGAL VISÕES DISTINTAS SOBRE O DIVÓRCIO

O 'primeiro impulso' apologético do divórcio surge em finais dos anos 70, tímido (como o evidenciam as iniciativas esparsas e opostas sobre o tema), denotando uma marcada influência do debate francês em torno da matéria¹.

Alfred Naquet, cientista e deputado de esquerda, é o responsável pelo relançamento da campanha, encetada em Junho de 1876 e que vem a culminar, num primeiro momento, na promulgação da lei do divórcio de Junho de 1884, em resultado de uma intensa agitação parlamentar, jornalística e literária². Figura-

¹É sob a acção da conjuntura francesa que se assiste ao despoletar da questão do divórcio em Portugal (a exemplo de outros países, como é o caso da Itália), alheia, formalmente, à polémica em torno da secularização do casamento, travada entre os anos de 1865 e 1867. Por essa razão, deverão ser perspectivadas a título de manifestações precursoras as posições favoráveis que então foram avançadas sobre a matéria. Ver cap. I, pp. 37 e ss..

²Estabelecido pela lei de 20 de Setembro de 1792 e conservado, com algumas alterações, no código civil napoleónico (1804), o divórcio é revogado na Restauração pela lei de 8 de Maio de 1816. A questão ressurgue nos anos 30, momento em que são apresentadas três propostas de lei (1831, 1832, 1833) sem sucesso, a que se segue novo projecto, em 1834, que recebe a aprovação da Câmara dos Deputados sendo, porém, rejeitado pela Câmara dos Pares. Idêntico destino regista a proposta do deputado Cremieux, aceite pela Assembleia Nacional em 26 de Maio de 1848, mas reprovada pela Câmara dos Pares. A matéria é afastada do meio parlamentar durante 26 anos, ressurgindo a 6 de

símbolo do movimento a sua influência ultrapassará fronteiras, - 'para o bem e para o mal'- ao ponto de o seu nome ser utilizado, correntemente, como sinónimo de divórcio.

No caso português, será necessário esperar por 1900, momento a partir do qual se prefiguram sinais indiciadores do que designaríamos como problemática do divórcio, que vem a desaguar num surto divorcista, centrado, sintomaticamente, entre 1908/9 e 1910.

Na perspectiva dos seus partidários, o divórcio encontra-se, nos primeiros anos de novecentos, "*na ordem do dia*", dada a agitação observada em torno da matéria entre os "*países civilizados que ainda o não incluíram nas suas leis e prerrogativas de liberdade*"³. Particular relevância é atribuída à apresentação de projectos de lei levada a efeito pelo Brasil (Agosto de 1900), a Argentina (1902), e a Itália (renovado em 1902, desta vez com a anuência do monarca), iniciativa coroada de êxito no Mónaco (estabelecido por decreto principesco) e no Uruguai, em 1907. Em França desenvolvem-se, entretanto, novos esforços no sentido de ampliar a sua liberalização,

Junho de 1876, por iniciativa de Alfred Naquet, que apresenta um projecto lei que vem a ser vetado pela comissão parlamentar, em virtude do seu 'radicalismo'. Eleito de novo deputado em 1879, propõe, desta vez, o restabelecimento da lei do Código de Napoleão, a qual vem a ser discutida em debate parlamentar, não recebendo, porém, aprovação. A iniciativa é retomada em 1882, merecendo o apoio da Câmara dos Deputados, em Junho do mesmo ano. Em 1884, na condição de senador, Alfred Naquet assiste à aprovação do seu projecto "*por 153 votos contra 116*". O divórcio é, assim, restabelecido em França, através da lei de 24 de Junho de 1884, da qual não consta como motivo de alegação o mútuo consenso presente ainda no código napoleónico. Cf. Francis Ronsin, *Le Contrat Sentimental*, ob. cit., e Mgr. Almeida Silvano, *Divorcio- Refutação Histórica, Jurídica e Philosophica dum Projecto Desastrado dum Deputado Infeliz*, Braga, Typografia Lusitana, 1904, pp. 188-197.

³In Carrasco Guerra, *Perigos do Casamento*, Lisboa, Livraria Maia, 1908, p. 97, nt. 2.

atestados, nomeadamente, pela lei de 10 de Março de 1908, que autoriza a conversão da separação de pessoas e bens em divórcio.⁴

Portugal, de acordo com os paladinos da inovação, não pode ficar alheio aos progressos civilizacionais. Nesta linha, é advogada a promulgação imperiosa da lei do divórcio, na sequência de um processo encetado simbolicamente em 1900, através da apresentação de uma proposta de lei sobre a matéria no Parlamento, renovada em 1908 e 1909.

Seria necessário esperar pelo 5 de Outubro para assistir à promulgação da lei do divórcio, a qual veio a ser decretada pelo governo provisório da república em 3 de Novembro de 1910.

Delineadas, sinteticamente, as coordenadas cronológicas subjacentes à emergência e desenvolvimento da problemática do divórcio, afigura-se-nos evidente a apreensão de duas linhas de força que configuram o seu percurso. Por um lado, a influência da conjuntura externa sobre a trajectória do divórcio, vertente que se entrecruza, de forma desigual em função do momento histórico, com o contexto político-ideológico reinante no país. Nesta linha, o debate externo, enformador por excelência do despoletar do tema do divórcio, irá conservar-se como fonte modelar daquele, alimentado, porém, pela intensificação crescente em Portugal da campanha laicizadora, correlata à ascensão política dos republicanos (observada nos dois últimos anos do regime), factores estes que se revelarão, por fim, decisivos (e eventualmente determinantes) no desfecho da matéria.

⁴Cf. idem. De acordo com a tendência encetada em 1886, completada pela lei de 15 de Dezembro de 1904 que revogava o art. 298º do Código Civil, "*que prohibia ao conjugue, contra o qual havia sido proferida a sentença de divorcio por adulterio, o casar com o seu cumplice.*" In Duarte Roboredo Sampaio e Mello, *Familia e Divorcio*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1906, pp. 268-269.

Implicíto no esboço traçado encontra-se o corpo substantivo da problemática do divórcio, terceiro vector de força da sua trajectória. Referimo-nos, em concreto, ao modo como se plasmou a apologia do divórcio em articulação com a concepção 'catastrofista' dominante a ele associada que nos propomos reconstruir. Atribuímos especial relevância à desmontagem dos discursos produzidos no sentido de o propagandear ou de o combater (à semelhança do observado no tocante à polémica do casamento civil), como forma de mais directamente acedermos ao âmago da questão. Assim, da apreensão primeira das motivações político-ideológicas enformadoras, por excelência, dos conflitos travados em torno do divórcio -e consequentemente das visões distintas de casamento e de família-, visámos, num segundo momento, transcendê-las e aflorar as fronteiras do conflito mais particular cujo cerne radica na tensão relativa ao modo de conceber o estatuto do indivíduo na relação com a esfera familiar. Numa imagem diacrónica, diríamos que um fio velado foi, com o tempo, ganhando visibilidade e consistência: "a felicidade no amor como prerrogativa e direito legal". Apesar de redutor -visto escamotear o outro lado da problemática do divórcio, corporizado nas vozes discordantes da inovação legislativa- ele sintetiza os conceitos amplos de liberdade e de individualidade, elementos basilares na argumentação dos seus apologistas, constituindo, por último, a tradução do resultado predominantemente político e ideológico do conflito travado entre as élites dirigentes sobre as representações do casamento⁵.

⁵O *corpus* analítico do presente capítulo centra-se na abordagem das iniciativas e produções documentais, por modalidades temáticas, referentes à problemática do divórcio, cuja sequência se apresenta: discursos filosófico-científico, teológico-religioso, publicista, político-jornalístico e feminista. Invertemos a estrutura formal do I capítulo relativa aos dois primeiros

As Primeiras Expressões Da Problemática Do Divórcio:

Em *O Casamento (sobre o artigo 1056 do Código Civil) Contractabilidade-Legitimidade-Divórcio*, datado de 1880, Luiz de Magalhães comenta da seguinte forma a relevância assumida pela questão do divórcio: "*a politica franceza (...) tornou [-a] n'estes ultimos tempos uma questão da actualidade e porque, realmente, é aquella sobre que, ainda hoje, mais se tem discutido e mais se discorda.*"⁶

Descontando, muito embora, o eventual exagero das palavras do estudante de Direito, afigura-se-nos, com efeito, que o universo académico-intelectual constitui, então, o palco por excelência da problemática do divórcio, avaliável pela agitação associada à matéria e, em especial, pela profundidade da abordagem que perpassa nos estudos subordinados ao tema ou seus correlatos, da iniciativa de franjas da intelectualidade progressista.

Os ecos franceses repercutem-se, não obstante, a outras esferas, como é exemplo a imprensa contestária que tende a veicular o tema sob o prisma do anti-clericalismo. A *Voz do Operário*, num artigo datado de 1880, propõe-se, nesta linha, demonstrar a falsidade dos argumentos avançados pela Igreja, ficando-se, porém, pela redefinição do divórcio e pela evocação das

discursos em virtude da especificidade argumentativa do discurso apologético do divórcio. Postulando uma nova visão de casamento, em oposição à ancestralmente dominante, este caracterizou-se, desde os seus inícios, pela negação e inovação, razão que justifica o lugar que lhe é atribuído. Em contrapartida, o discurso teológico-religioso pautou-se preferencialmente pela reposição das teses do ortodoxismo católico sobre a matéria (já expostas no I capítulo) aliada à contra-argumentação dos elementos delineados pelos divorcistas, factor que reforça a nossa opção.

⁶In Luiz de Magalhães, ob. cit., p. 10.

virtualidades moralisadoras do mesmo.⁷ Postura mais radical é expressa pelo semanário anti-jesuítico *A Semana de Loyola* ao concluir, a pretexto da promulgação da lei em França, que a iniciativa representa uma considerável redução do poder do Catolicismo⁸. Conteúdos sumários que parecem trair as origens recentes da questão no país, e, em paralelo, a intenção prioritária atribuída à luta contra a Igreja.

A questão não deixou, por outro lado, de se fazer sentir no Parlamento. Em Março de 1883, Luís António Gonçalves de Freitas, deputado por Ponta de Sol, apresenta um projecto lei de divórcio, alterando o regime de separação de pessoas e bens, à luz dos princípios da Revolução Francesa, activados por Naquet, concluindo que "*contra a firmeza e tenacidade dos preconceitos, a razão, quando firme e tenaz também, triumphava sempre*."⁹ Palavras indiciadoras da consciência do seu vanguardismo¹⁰, avaliável, aliás, pela diminuta repercussão pública do seu gesto. Com efeito, entre o material compulsado sobre a matéria, foram raras as alusões que encontrámos ao seu projecto. Na revista *O Mundo Legal e Judiciario*, dirigida por Fernão Botto Machado, foco de propaganda livre

⁷O divórcio "*é a separação completa feita ante os tribunaes, aonde se prova que a honra de um ou de ambos, foi maculada no que tinha de mais sagrado*". In "O Divorcio", *A Voz do Operário*, nº 56, 7-XI-1880, p. 2, col. 4. *A consulta directa dos periódicos assinalados pelo asterisco teve por base as referências indicadas por Fernando Catroga em *A Militância Laica e a Descristianização da Morte* [...], ob. cit., pp. 356-357.

⁸Cf. "A Igreja, o Divorcio e o Serviço Militar" e "O Divorcio e a Igreja", **A Semana de Loyola, Semanário anti-jesuitico*, 1º anno, nº 10, 6-VI-1884, p. 10-11 e nº 13, 20-VII-1884, p. 13.

⁹Luís António Gonçalves de Freitas, *Obras Completas, Discursos e Trabalhos Parlamentares, 1822-27*, s.d., n.l., p.6.

¹⁰Expresso, aliás, noutras matérias, como é exemplo a sua intervenção no debate sobre o projecto lei nº 20 relativo à reforma da instrução secundária, em que se manifesta apologista da autonomia económica da mulher, preconizando, nesse sentido, o alargamento da educação feminina. Cf. *Diário da Camara dos Senhores Deputados, Sessão Legislativa de 1883*, Lisboa, Imprensa Nacional, Sessão de 12 de Março de 1883.

pensadora, é proferida uma referência muito imprecisa, num artigo regozijando-se pela apresentação do primeiro projecto de Roboredo Sampaio e Mello: "*Em 1886, fallou-se um pouco n'isso. Correu mesmo que se pensava em fazer passar ás nossas leis essa medida (...). Infelizmente, a expectativa dos que aguardavam tão moralisadora medida foi tão enganada.*"¹¹ Posteriormente, em 1905, o *Almanach do Registo Civil*,¹² reproduz a proposta de lei sobre o divórcio, apresentada ao Parlamento em Março 1883, pelo deputado Luís António Gonçalves.

A receptividade face à questão do divórcio prolongou-se ainda ao campo da literatura. Em 1881, José Augusto Vieira lança o romance *A Divorciada*, retrato de uma mulher vítima de uma educação burguesa ociosa e de um marido pouco escrupuloso, forçada à reprovação social e moral ao enveredar pelo concubinato, a única saída oferecida pela sociedade hipócrita arreigada à lei da indissolubilidade àqueles que buscam uma segunda hipótese de felicidade. De forma velada o tema encontra-se identicamente presente na peça de Cypriano Jardim *O Casamento Civil* (1884). Sintomas precursores de uma campanha a ter lugar algumas décadas mais tarde: expressão literária da luta anti-clerical centra-se então, preferencialmente, na exploração de temas relacionados com a influência perniciosa do padre no universo familiar e a hipocrisia matrimonial.

¹¹O *Mundo Legal e Judiciario*, 14º anno, nº 11, 10-III-1900, p. 16.

¹²*Almanach do Registo Civil*, V anno, 1905, p. 72, citado por Fernando Catroga, *A Militância Laica e a Descristianização* [...], p. 357.

O Discurso Filosófico-Científico

É no quadro do alastramento do positivismo e do evolucionismo spenceriano aos vários domínios do saber no decurso da década de 70, levado a cabo pela intelectualidade de vanguarda, que se inscrevem as novas abordagens e estudos sobre a família e seus temas correlatos¹³. Aponte-se, a este respeito, a obra de Consiglieri Pedroso, datada de 1878, *A Constituição da Família Primitiva, These para o Concurso da Cadeira de Historia Universal e Patria no Curso Superior de Letras*, reveladora da receptividade às novas doutrinas no universo académico. Ou os estudos de Teixeira Bastos e de Júlio de Matos relativos a temas afins, divulgados na revista *O Positivismo* dirigida a um público menos especializado. Um mesmo fundo doutrinal tende, assim, a enformar as novas

¹³Seguindo o percurso da adesão ao positivismo pela elite intelectual do país e atendendo à relevância da mesma no panorama cultural do país, Fernando Catroga conclui pela dominância desta doutrina em finais da década de 70. Revestindo um perfil eclético, visto não ter enveredado pelo "comtismo ortodoxo e exclusivo" o positivismo português manifestou-se como "uma corrente que apensava da doutrina o que de fundamental se ia desenvolvendo nos vários domínios das ciências da natureza e no campo das doutrinas democráticas. Assim, para além de Comte, Littré e a sua escola e Letourneau, os positivistas portugueses aderem ao organicismo evolucionista spenceriano e aos contributos da escola antropológica darwinista (Wallace, Darwin, Quaterfrages são amiúde citados), bem como à influência crescente dos trabalhos de Huxley, Buchner e Haeckel; são receptivos à fisiologia de Claude Bernard, às teses de Taine sobre a literatura e a alguns princípios da escola democrática." (In Fernando Catroga, "Os Inícios do Positivismo em Portugal, O Seu Significado Político-Social", *Separata da História das Ideias*, Universidade de Coimbra, 1977, pp. 37-38.) Se os avanços observados no campo das ciências biológicas na segunda metade de oitocentos 'obrigaram' a rever algumas das premissas da doutrina comteana, importa, contudo realçar o lugar que o positivismo ocupou, no nosso país, no sentido de fundamentar o projecto político-ideológico do republicanismo, levando-o a aderir preferencialmente à corrente heterodoxa (liderada por Littré), que pelo seu maior progressismo se apresentava mais consentâneo com os propósitos do movimento republicano em relação ao cariz conservador do pensamento comteano. Sobre a introdução e o perfil do positivismo português e a sua articulação com o movimento republicano veja-se para além do artigo citado e do mesmo autor, "A Importância do Positivismo na Consolidação da Ideologia Republicana Em Portugal", *Separata de Biblos*, LIII, Coimbra, 1977, pp. 285-327.

expressões do Direito, da Antropologia e da Medicina, a que não escapa a Literatura, propiciadondo, no campo da família, uma intensa permeabilidade entre estes ramos (ao ponto de se revelar, por vezes, um pouco ambígua a definição de fronteiras entre os mesmos), decorrente do progressivo alastrar dos pressupostos científicos como fontes legitimadoras do saber e da própria ordem sócio-política que se pretende fundar. Não obstante, manifestam-se divergências, como são exemplo as observadas em relação ao divórcio, derivadas, entre outras razões, do grau de fidelidade observado face ao pensamento comtiano ou da adesão a contribuições heterodoxas, e, inclusivé, a rejeição particular da doutrina comtiana sobre a família na sequência da proliferação de princípios socializantes, apoiados, identicamente, no individualismo liberal.

Diríamos, assim, que a partir de um conjunto de informações (teórico-empíricas) sensivelmente idêntico, consubstanciado nos estudos de antropologia (sobre o desenvolvimento da instituição familiar)¹⁴ e da biologia (trabalhos sobre a embriologia celular e os seres vivos), enformado, ainda, pela análise histórica particular

¹⁴No campo da antropologia o primeiro impulso de estudos sobre as etapas do desenvolvimento familiar situa-se entre 1861-1871, no qual se integram os trabalhos de Sir Henry Maine [*Ancient Law*, 1861 e *Village-Communities in East and West*, 1871], Bachofen [*Das Mutterrecht*, 1861], Foustel de Coulanges [*La Cité Antique*, 1864], McLennan [*Primitive Marriage*, 1865], Sir Edward Tylor [*Researches into the Early History of Mankind*, 1865, *Primitive Culture*, 1871], L.H.Morgan [*Systems of Consanguinity and Affinity of the Human Family*, 1871] e Sir John Lubbock [*The Origin of Civilization*, 1870]. Os primeiros autores a debuçarem-se sobre as sociedades primitivas foram McLennan, Tylor e Morgan, enquanto Maine se centrou no estudo das instituições de Roma e dos povos indo-europeus e Bachofen nas mitologias e tradições da Antiguidade Clássica, sendo fiéis partidários da metodologia positivista. Cf. E. E. Evans-Pritchard, *Antropologia Social*, Lisboa, Ed. 70, 1978, pp. 53-64. Nas duas últimas décadas do século emergem novos trabalhos como são exemplo os de Letourneau, Giraud-Teulon, Edward Westermarck [*The Origin and Development of the Moral Ideas*, 1906, inserido na antropologia genética que rejeitava os trabalhos anteriores].

relativa ao comportamento dos fenómenos familiar e conjugal na civilização ocidental e pela leitura da sociedade contemporânea, os especialistas da família -por excelência, juristas, académicos e médicos- extraem conclusões nem sempre coincidentes no tocante a esta instituição, ao divórcio e ao estatuto da mulher.

Inscrevem-se, nesse quadro, os primeiros estudos que abordam a temática do divórcio, da autoria de Luiz de Magalhães e Teixeira Bastos, respectivamente, *O Casamento (sobre o artigo 1056 do Código Civil) Contractabilidade-Legitimidade-Divorcio* (1880) e *A Família* (1884)¹⁵, os quais se nos afigura de interesse acompanhar.

É em termos de uma exposição dogmática da doutrina sociológica-positivista da família que Luiz de Magalhães refuta a instituição do divórcio. Nesta linha, o estudante de Direito postula a ideia da essencialidade da família (monogâmica e indissolúvel) como célula orgânica do edifício social, incumbida de desempenhar a função procriadora e de manutenção da espécie, nuclear à vida e ao progresso da sociedade. Assim, e à luz da concepção organicista da sociedade, partilhada por Spencer e Littré, corroborada pela biologia de Schwan e de Letourneau, conclui pela subordinação da instituição familiar à sociedade, elegendo como fundamento da mesma o "dever social", rejeitando, por inerência o 'amor egoísta e individual' como seu princípio estruturador.

Apesar de se constatar no estudo de Luiz de Magalhães a ausência de referências aos vultos positivistas nacionais, saliente-se

¹⁵Teixeira Bastos, *A Família*, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz Editores, 1884. Cite-se, ainda, o trabalho de Luiz Augusto Pinto de Mesquita Carvalho, *Estudo sobre o Casamento e a Família, Dissertação para a 4ª Cadeira da Faculdade de Direito*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1888, que se enquadra no espírito da abordagem de Teixeira Bastos, sem contudo entrar no exame do divórcio, temática posteriormente explorada pelo autor.

que esta ideia, relativa à essencialidade da família, havia já sido explanada, nomeadamente por Teixeira Bastos e Alexandre da Conceição, encontrando-se na base das primeiras críticas e propostas de reforma da instituição matrimonial, as quais serão retomadas por Luiz de Magalhães.

*"O amor, tal como o comprehende o mal educado sentimento publico geral, auctoritario, insubordinado e mystico, tal como elle se consagra nos codigos das nações modernas, onde apenas, sob o ponto de vista da especie, se salvaguardam os perigos da consanguinidade, é, no dizer de Mandseley, uma das paixões maes brutaes do que póde padecer a humanidade. O amor sem a preocupação da familia e do aperfeiçoamento da especie, sem o estudo da constituição physiologica do par, sob o ponto de vista do seu respectivo temperamento, filiações e historica medica, é um puro instincto erotico e perturbador, incompativel com o grau de civilisação consciente, a que chegou a humanidade n'esta hora do seu desenvolvimento progressivo."*¹⁶

São palavras que testemunham a relevância atribuída ao casamento e à família, dado o papel atribuído a esta última no progresso da sociedade, ainda que repousem, igualmente, no propósito de difundir um ponto de vista moral positivo às várias dimensões da existência social, desde a esfera mais individual (através da disciplina das emoções e dos sentimentos¹⁷) à colectiva (evidenciada na contestação à persistência da moral teológica e da desvalorização da união conjugal 'abandonada' ao "*acaso do sentimentalismo individual*"¹⁸). Alexandre da Conceição postula, em

¹⁶Alexandre da Conceição, "O Amor e o Casamento", *O Positivismo, Revista de Philosophia*, Theophilo Braga e Julio de Matos (dir.), Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz Editores, 1879, 1º vol. pp. 171-172.

¹⁷Idem, p. 175. Ver a este propósito Julio de Matos, "O Problema da Felicidade Individual", *O Positivismo*, ob. cit., 2º vol., pp. 182-196.

¹⁸Ibidem, idem, p. 172.

concreto, o influxo da ciência na reforma do direito e da moral, advogando, nesta linha, a incorporação dos avanços das ciências médico-biológicas na legislação matrimonial (propondo, por ex. a inspecção médica e a revisão do direito penal sobre matérias 'revolucionadas' por essas ciências¹⁹) no sentido de aquela legislação consubstanciar o fim social da existência. No mesmo sentido, o poeta positivista preconiza a necessidade de reformar o sentimento do amor de acordo com os grandes eixos subjacentes à evolução da moral humana, no contexto da doutrina positivista (da animalidade para a intelectualidade; do egoísmo para o altruísmo): *"É tempo do amor passar do estado rudimentar e animal, de simples paixão insubordinada e inconsciente, ao da faculdade consciente e racionalizada, com uma finalidade bem definida no grande drama da vida universal- a conservação e aperfeiçoamento da espécie."*²⁰

Em contraponto, Teixeira Bastos postula uma visão heterodoxa da doutrina positivista sobre a família, pois, apesar de enformada pelo espírito parcial do pensamento comteano, não deixa de se distanciar em relação a alguns preceitos nucleares do mestre, na linha dos quais se perfilha a sua apologia do divórcio²¹.

Assim, fomos levados a eleger como obra teórica referencial sobre esta problemática o seu trabalho *A Família*, visando, num segundo momento, evidenciar o conteúdo das novas contribuições

¹⁹"Procrear, eis o seu [da família] destino sociológico. Procrear bem, eis o seu destino fisiológico." Luís de Magalhães, ob. cit., p. 25.

²⁰Alexandre da Conceição, ob. cit., p. 175.

²¹Vd. Pierre Arnaud, *Politique D'Auguste Comte*, Paris, Armand Colin, 1965, pp. 125-150 e Fernando Catroga, "Os Inícios do Positivismo em Portugal, O Seu Significado Político-Social", ob. cit.

doutrinais e argumentativas produzidas pelos divorcistas de novecentos.

Teixeira Bastos parte de uma concepção naturalista e histórica da família, à semelhança de Luiz de Magalhães, enriquecida pelas contribuições da antropologia e da biologia -como são exemplo os estudos de Lubbock, McLennan, Büchner e Haeckel-, à luz da qual traça o perfil evolutivo daquela instituição, de forma a demonstrar, em termos sociológicos, que a família monogâmica e indissolúvel constitui a forma mais perfeita e acabada de associação conjugal. Socorre-se, para o efeito, de dados empíricos colhidos da observação biológica dos seres vivos, da etnografia (exemplos dos povos primitivos), da história (monumentos literários e mitológicos), e das tradições e costumes dos povos cultos (os quais evidenciam, aos seus olhos, sobrevivências sociais das antigas fases do curso evolutivo familiar), seguindo como fio condutor o 'esquema' de Lubbock, que estabelece a correspondência entre os perfis de relacionamento sexual, as etapas familiares e as modalidades de parentesco²².

Assim, segundo o autor, da promiscuidade, fase embrionária, marcada pelo amor livre ou pelas relações passageiras e

²²Não obstante a que o autor manifeste algum criticismo relativamente a pressupostos avançados sobre a sucessão das etapas familiares como o ilustram as suas palavras: "*Mas como sahio o homem da primitiva promiscuidade para as outras fórmias das relações sexuaes? Eis um problema difficil de resolver, attendendo ao grande numero de theorias mais ou menos phantasiosas dos homens da sciencia que se têm occupado d'este assumpto. A reducção de factos multiplos e complexos a um systema de idéas acanhado e preconcebido, inteiramente pessoal, como fizeram por exemplo Mac Lennan e Lubbock, difficulta um pouco a descoberta das verdades e lança a confusão no que é de si bastante claro. (...) É preciso não esquecer que os phenomenos sociologicos são de todos os phenomenos os mais complicados, sujeitos ás condições cosmicas e biologicas e ás influencias relativas da propria organização social (...), d'onde se conclue que as modificações sociaes não são uniformes, seguem processos diversos heterogeneos, embora n'uma direcção commum.*" In Teixeira Bastos, ob. cit., pp. 50-51.

acompanhada pelo parentesco comum, baseado na tribo, ter-se-ia passado à emergência de formas familiares imperfeitas, traduzidas na poliandria ou na poligamia, correlatas a sistemas de parentesco definidos na linha feminina ou masculina. A transição final teria desembocado na emergência da família perfeita, monogâmica, caracterizada pelo parentesco regulado por ambas as linhas, acompanhada, por seu turno, pelo surgimento das fórmulas matrimoniais.²³

Em paralelo a estas 'mutações formais', animadas pelo princípio da perfectibilidade monogâmica, Teixeira Bastos sublinha as alterações que se registam no próprio interior das etapas familiares, ao nível da esfera da moral, subordinadas a uma tendência para a regressão gradual dos comportamentos animais e egoístas em benefício de novas formas de conduta disciplinadas pelo intelecto e regidas pelo interesse doméstico e altruísta, com o fim de evidenciar os reflexos benéficos decorrentes do desenvolvimento da família no organismo social.²⁴

O segundo vector que preside à abordagem de Teixeira Bastos radica no exame histórico das alterações mais significativas que atravessaram o desenvolvimento da família monogâmica, desde a sua emergência até aos finais de Setecentos. Parecem-nos particularmente relevantes os silêncios que perpassam na sua análise, sobretudo se a confrontarmos com a exposição (apesar de sumária) de Luiz de Magalhães. Em primeiro lugar, o laconismo face

²³In Teixeira Bastos, *idem*, p. 96.

²⁴"O traço característico e fundamental de todos os povos que atingiram os graus mais preminentes da civilização foi a monogamia. N'ela se baseia a moral, tanto doméstica como social." *Idem*, p. 166. Afirmação do valor absoluto das sociedades ocidentais (na linha comteana) como modelo normativo de evolução, em contraponto a outras (africana e mulçumana) típica dos século passado, ainda que não exclusiva, como veremos.

ao divórcio, confinado a esparsas referências sobre a existência do mesmo na civilização greco-romana, despidas, aliás, de comentários, ao contrário do que constatamos na obra do estudante de Direito, que as interpreta como sobrevivências de formas de relacionamento sexual arcaicas. Igualmente significativa, a omissão da indissolubilidade matrimonial instituída na Idade Média, sob a acção do cristianismo, fenómeno que Auguste Comte rotula como capital pelas suas elevadas repercussões no plano do universo doméstico, que se prolongam à ordem político-social. Por último, a ausência de referência ao restabelecimento do divórcio operado na sequência da reforma protestante, perspectivado por Luiz de Magalhães (na senda do ortodoxismo positivista), como factor regressivo da trajectória evolutiva familiar.²⁵

Assim, ao invés de enfatizar a influência do cristianismo no desenvolvimento da célula base da sociedade, através da instauração da indissolubilidade matrimonial, na linha dos fiéis seguidores comtianos²⁶, Teixeira Bastos silencia a perspectivação histórica do divórcio, e, de forma não menos sintomática, refere a liberdade e a igualdade dos cônjuges decretada pela 'Convenção

²⁵Com efeito, estes temas são retomados posteriormente aquando do equacionamento da instituição do divórcio, ainda que a título descritivo.

²⁶Atente-se, a este título, no cariz ponderado que perpassa na apreciação do autor sobre o contributo do cristianismo no período áureo do desenvolvimento da instituição familiar. Seguindo Comte (parcialmente, diríamos nós), atribui à Idade Média "*a justa emancipação da mulher e o digno regulamento da auctoridade paternal e conjugal*"*, melhoramentos que reputa como decisivos, apontando, como origem dos mesmos, a conjugação das influências benéficas oriundas dos bárbaros, dos árabes e do cristianismo, no tocante à dignificação da mulher, invocando, como causa do segundo, a delimitação do poder temporal e espiritual, responsável pela restrição da autoridade masculina. Por outro lado salienta, na linha de Michelet, a desvalorização de que foi alvo a instituição matrimonial, na sequência da consagração da castidade como estado ideal de pureza, por excelência, sem deixar, no entanto, de realçar a elevação da união conjugal (dominada, até então, pela centralidade do físico) em união moral. *A. Comte, *Système de Politique Positiviste*, tomo III, citado por, idem, *ibidem*, p. 149.

Francesa²⁷. Reflexos, em suma, de duas abordagens descoincidentes sobre o modo de conceber o lugar do indivíduo e da família no organismo social, que se prolongam à matéria da dissolubilidade matrimonial. Com efeito, subjacente à defesa nuclear do divórcio apresentado pelo autor como "*a melhor garantia do aperfeiçoamento da família, tanto sob o ponto de vista da felicidade domestica, como sob o ponto de vista da perpetuidade*"²⁸, entrevê-se a presença de um mesmo princípio: o interesse do indivíduo²⁹.

É, precisamente, este factor que se encontra na base das desiguais abordagens que temos vindo a examinar. Enquanto Auguste Comte confina o aperfeiçoamento da instituição familiar ao respeito pela indissolubilidade matrimonial monogâmica, sem olhar ao indivíduo, Teixeira Bastos amplia o ideal de perfeição da família à "harmonia dos seus membros", visto partilhar identicamente o princípio da "perpetuidade d'essa harmonia"³⁰

Em última instância, Teixeira Bastos postula um equilíbrio entre o indivíduo, a família e a sociedade, realidades e interesses conjuntamente presentes no desenvolvimento da "célula básica" ³¹.

²⁷"Só ao findar do século XVIII, quando a grande crise revolucionaria abria para a humanidade uma era inteiramente nova, pôde a Convenção franceza decretar no seu Código civil a liberdade plena dos esposos regularem as condições da sua união e a igualdade dos conjuges no casamento." In idem, ibidem, p. 163. Princípios que se nos afiguram consentâneos com o seu perfil de paladino do movimento livre pensador e partidário de uma ordem política democratizante.

²⁸Idem, ibidem, p. 187.

²⁹"Não é uma lei brutal, que submete para sempre uma mulher boa e affavel aos caprichos de um homem indigno, ou que liga perpetuamente um homem honesto a uma mulher devassa, que póde manter a instituição da família." Idem, ibidem, p. 187.

³⁰Idem, ibidem, p. 186.

³¹"Pelo matrimonio se constitue a família, cujo fim é não só a satisfação dos instinctos pessoaes, que purifica e levanta pela transformação do amor carnal no amor psychico, como também o desenvolvimento e a excitação dos instinctos altruistas, benevolos e affectuosos, pela cultura progressiva das relações domesticas, as quais reagindo sobre o meio social fortificam a ligação dos homens, ou melhor dos cidadãos

Todavia, na senda da doutrina positivista, não deixa de realçar que o sentido evolutivo desse equilíbrio tende naturalmente para o reforço familiar (sempre à luz da sua concepção de perfectibilidade familiar), em proveito último da ordem social, ganhando, assim, substância, o princípio da família como factor de ordem e de progresso civilizacional.³²

Todavia, o distanciamento doutrinal de Teixeira Bastos em relação ao pensamento comteano sobre a família radica, fundamentalmente, na interpretação dominante operada pelos positivistas-republicanos portugueses sobre a filosofia conservadora do mestre no intuito de a compatibilizarem com o projecto democrático e laicizante perseguido pelos mesmos. *"Assim se compreende que os nossos positivistas tenham rejeitado o princípio comteano da hierarquia social, no qual a família aparecia, não como célula, mas como o primordial tecido da sociedade, o elemento base."*³³ Tal asserção equivalia, em outras palavras, a não reconhecer o estatuto social do indivíduo, preceito pleno de implicações políticas e jurídicas, visto traduzir-se, nomeadamente, na negação dos direitos individuais³⁴, colidindo, assim, com os princípios liberalizantes sustentados pelos republicanos. Nesta linha, os positivistas nacionais tendem a perspectivar a família fundamentalmente na óptica das teses do heterodoxismo

entre si. É este o destino social da família." Idem, ibidem, p. 201 (sublinhados nossos).

³²Cf. idem, ibidem, p. 186.

³³Fernando Catroga, ob. cit., p. 96.

³⁴Cf. Pierre Arnaud, ob. cit., p. 125. *"La décomposition de l'humanité en individus proprement dits ne constitue qu'une analyse anarchique, autant irrationnelle qu'immorale, qui tend à dissoudre l'existence sociale au lieu de l'expliquer (...) la société humaine se compose des familles, et non d'individus. La moindre société, savoir la famille, (...) constitue donc le véritable élément sociologique. "In Système de Politique positive, tome II, chap. III, cit. por idem, pp. 126-127.*

positivista³⁵, nas quais se insere a defesa do divórcio (posição teórica que em todo o caso não foi exclusiva).

A análise empírica sobre o estado da família no presente, por seu turno, permite-lhes aduzir os argumentos necessários à defesa da dissolubilidade matrimonial, ainda que enquadrada no ideal de perfectibilidade da instituição, pautado pela monogamia e perpetuidade, como o ilustra a abordagem de Teixeira Bastos (terceiro vector analítico)³⁶. Assim, paralelamente aos testemunhos avançados no sentido de evidenciar a crise que afecta a instituição - como são exemplo a persistência de vestígios relativos a práticas de relacionamento sexual arcaizantes (e.g. a prostituição, o adultério, ou as ligações incestuosas), a fluidez do espírito doméstico provocada pelo desfasamento entre os sexos, ou o declínio do matrimónio- o autor, não deixa de sublinhar a progressão histórica da instituição³⁷, a superioridade do estado matrimonial em relação ao celibato, demarcando-se, por completo, dos *teóricos revolucionarios de talento, mas imbuidos em idéas metaphysicas*³⁸ que advogam o amor livre, o mero consentimento verbal como base da relação conjugal, interpretando-os como "*regress[ões] ao primitivo estado de animalidade humana*". À luz da sociologia imperante, aquelas propostas são equacionadas como reflexos de

³⁵Cf. Fernando Catroga, *idem*, p. 96, nt. 1.

³⁶Não deixa de se revelar significativo o vazio interpretativo que se constata na obra de Teixeira Bastos sobre a trajectória histórica que caracterizou a instituição do divórcio.

³⁷É neste contexto que se insere a breve abordagem sobre a questão da "*duplicidade das fórmulas matrimoniais*", pretexto para sustentar o restabelecimento do contrato, liberto da influência do cristianismo operada no curso da Idade Média, na medida em que se lhe afigura constituir a expressão mais consentânea com o espírito dos tempos. Nesta linha, é levado a vincar a dignidade da fórmula civil, fazendo remontar as raízes da instituição a épocas coevas às das fórmulas religiosas.

³⁸*Idem*, *ibidem* p. 182.

análises menores produzidas pelas ciências biológicas -como o ilustra a figura símbolo do 'movimento', o químico Alfred Naquet-derivadas do desconhecimento das "*leis fixas e imutáveis*"³⁹ que regulam a globalidade dos fenómenos, como é exemplo a 'fatal subordinação à sociabilidade'.

Assim, nesta fase particular do curso evolutivo da humanidade, assolada por uma conjuntura de crise intelectual e social, o divórcio é justificado visto visar o aperfeiçoamento da família, "*conduzindo os conjugues a uma união mais íntima, a uma maior harmonia moral, enfim á verdadeira indissolubilidade e perpetuidade do matrimonio.*"⁴⁰

Neste sentido, preconiza o respeito pela ordem natural das funções sociais atribuídas a cada sexo de forma a que a instituição familiar progrida na sua plenitude: "[à mulher o lar,] *a vida affectiva (...); ao homem a lucta exterior (...), enfim a vida activa.*"⁴¹ Partidário das teses comtianas relativas ao papel da mulher na nova sociedade⁴², Teixeira Bastos não deixa, porém, de invocar a

³⁹Idem, ibidem p. 185.

⁴⁰Idem, ibidem p. 190. Dado o cariz teórico do seu trabalho, Teixeira Bastos não analisa a matéria da regulamentação, prescrevendo, apenas, que a faculdade do divórcio deve ser restrita não por força da lei, "*mas pela força da moral publica e do respeito humano*". Idem, ibidem p. 187.

⁴¹Idem, ibidem, p. 196.

⁴²"*Le régime positif offre donc aux femmes une noble destination sociale, à la fois publique et privée, pleinement conforme à leur vraie nature. Sans sortir de la famille, elles doivent, à leur manière, participer au pouvoir modérateur avec les philosophes et les prolétaires, en renonçant, encore mieux qu'eux, à tout pouvoir directeur, même domestique. Elles constituent, en un mot, les prêtresses spontanées de l'Humanité (...). Leur office consiste surtout à cultiver directement le principe affectif de l'unité humaine, dont elles offrent spécialement la plus pure personification. /A ce titre, leur influence publique doit s'étendre à toutes les classes, pour y rappeler toujours la prépondérance fondamentale du sentiment sur la raison et l'activité.*" A. Comte, *Système de Politique positive*, Discours préliminaire, 4e partie, transcrito em Pierre Arnaud, ob. cit., p. 149. Observe-se como a imagem comtiana da mulher não deixa, a seu modo, de reflectir a atmosfera romântica em que foi produzida: guardiã da moral, do universo afectivo, o seu papel confina-se a influir, através do

ciência -em concreto os estudos de anatomia e fisiologia⁴³- de forma a concluir pela desigualdade natural dos sexos, sustentáculo da diversidade social de papéis. Não obstante, postula o reconhecimento da igualdade de direitos entre o homem e a mulher com base na igualitarização social das funções reservadas aos mesmos⁴⁴, manifestando-se, por isso, paladino da 'justa' e gradual emancipação da mulher, confinada à sua natureza⁴⁵.

Em contraponto, o estudo de Luiz de Magalhães, apesar de mais restritivo quer em termos temáticos quer teóricos, não deixa de constituir um testemunho anti-divorcista de relevo, enformado pela doutrina comteana ortodoxa, tanto mais significativo na medida em que se conservou como expressão de uma postura, partilhada nomeadamente por figuras republicanas de relevo, como são exemplo Teófilo Braga e Alfredo Pimenta.

sentimento, na regeneração social, ideia que, de resto, encontramos presente em Teixeira Bastos e que o leva a propor, por exemplo, o retorno da mulher proletária ao lar, de forma a que se interrompa a ameaça de desmoralização e masculinização e, em paralelo, se realize a integração do proletariado no caminho da regeneração social. Cf. Teixeira Bastos, ob. cit., p. 195.

⁴³Nesta linha, o autor manifesta a sua discordância em relação às doutrinas dissolventes (como é exemplo a metafísica revolucionária) que apregoam a igualdade dos sexos, rebatendo-as à luz da ciência. Com efeito, esta última não vê mais do que corroborar as teses comtianas. Cita, a propósito, os trabalhos de Büchner e de Huschke sobre anatomia cerebral, que fundamentam a diversidade temperamental e de aptidões entre os sexos, concluindo que os dados anatómicos e fisiológicos demonstram que a missão da mulher é essencialmente afectiva. Cf. idem, ibidem, p. 28-38.

⁴⁴Partilha, no tocante a esta matéria, das teses de Alfred Naquet relativas à diversidade e complementaridade das funções sociais -"*a força affectiva e o força intellectual têm uma importância absolutamente igual*"- legitimadoras, em última instância, da igualdade de direitos entre os sexos. Alfred Naquet, *Religion, Propriété, Famille*, cit. por, idem, ibidem, p. 200.

⁴⁵Conteúdo que irá conservar entre os seus partidários moderados, como é exemplo Teófilo Braga, que define o feminismo como movimento que tem por fim elevar a mulher ao estado positivo, preconizando, em simultâneo e na senda da doutrina comteana, que o homem deve sustentar a mulher. Cfr. Teófilo Braga, Carta de 28 de Março de 1908, cit. por, Alfredo Pimenta, "O Divorcio", in *Estudos Sociologicos*, Lisboa, Centro de Publicidade Editor, 1913 (reunião de artigos do autor escritos entre 1908-1909), p. 133.

Nestas circunstâncias, vale a pena sistematizar a argumentação 'apresentada' por Luiz de Magalhães no sentido de sustentar a sua posição anti-divorcista. Com base na trajectória que pautou o curso da instituição familiar, orientada pelo princípio da unidade indissolúvel, o estudante de Direito refuta a instauração do divórcio, centrando-se em dois factores nucleares: "*a razão organica ou historica*" e a "*razão moral ou disciplinar*".⁴⁶ Na senda da doutrina comteana, postula, assim, a centralidade da família, concebendo o divórcio como "*elemento perturbador*"⁴⁷ e 'anti-natural', sinónimo de 'polygamia sucessiva', contrário aos interesses do organismo social. Desvaloriza, deste modo, a argumentação dos seus opositores, não lhe reconhecendo elevação científica -na medida em que, aos seus olhos, é produto de cientistas menores e de dramaturgos⁴⁸, alheia, por conseguinte, aos pressupostos sociológicos- sustentada, em última instância, por meros princípios metafísicos e individualistas de fundo anarquizante, destruidores da ordem social⁴⁹.

⁴⁶Luiz de Magalhães, ob. cit., p. 51.

⁴⁷Idem, p. 52. Nesta linha invoca Proudhon, que defende o concubinato como saída para 'os indignos,' que rejeitam a viuvez civil.

⁴⁸Concretamente Alfred Naquet e Alexandre Dumas figuras, símbolos da campanha divorcista francesa, sintoma bem revelador, aliás, do carácter externo do debate.

⁴⁹A sua refutação às teses avançadas pelos divorcistas enquadra-se, porém, num contexto de polémica panfletária, próxima da sátira e do ataque pessoal*, vertente que tenderá a assumir maiores proporções em trabalhos posteriores, não obstante a especificidade discursiva inerente aos estudos rotulados de científicos.

*"... pela sua ignorancia das sciencias sociaes, o illustre chimico é inhabil para fallar e incompetente para fallar com auctoridade em semelhantes questões, não acho rasoavel continuar a discutil-o no campo scientifico" Idem, ibidem, p. 55.

Da Abordagem Teórica Do Divórcio À Sua Reivindicação Ou Refutação: O discurso apologético

O eixo definidor das novas produções filosóficas e científicas sobre o divórcio, de finais de oitocentos e primeiros anos do século seguinte, reside no carácter apologético-reivindicativo que preside à abordagem do mesmo, em paralelo à assunção clara da polémica religiosa associada ao tema. Nestas circunstâncias, o *corpus* doutrinal e argumentativo subjacente às principais peças tende a reflectir o cariz essencialmente religioso (ou contra-religioso) que os produtores ideológicos de ambas as 'frentes' "imprimiram" ao debate no sentido reducionista, ao ponto das demais (e potenciais) perspectivas sobre o tema serem confinadas a um estatuto de marginalidade, e desvalorizadas por ambos os campos em confronto. Todavia, apesar da ideologização que a polémica revestiu associada à campanha anti-clerical de fundo laicizador, afigura-se-nos que esta terá transcendido as fronteiras teóricas, consubstanciando, a seu modo, o desejo de regularizar contextos familiares irregulares traduzidos em situações de concubinato e de ilegitimidade.

A noção de família como fenómeno natural e humano apresenta-se como elemento capital nos novos discursos, na medida em que através da sua demonstração científica se visa (assumidamente) rebater a infundamentalidade da concepção divina, e erguer, a partir daquela asserção, o edifício legitimador da dissolubilidade matrimonial.

A centralidade deste factor transcende, no entanto, os estudos teóricos sobre o divórcio, de cunho mais apologético e propagandístico, encontrando-se igualmente presente em trabalhos de índole académica, como é exemplo a obra *Commentario ao Codigo Civil Portuguez* (1895)⁵⁰, de Abel de Andrade. Em concreto, o ilustre civilista preconiza a renovação jurídica das instituições casamento e família com o fim de consubstanciar a laicização da sociedade civil, sendo levado a reexaminar as linhas de força que pautaram o debate sobre a secularização do matrimónio entre 1865-67. O reactivamento desta polémica tende, assim, a realizar-se por intermédio dos juristas, seus legítimos representantes, que reivindicam o divórcio (entre outras razões) como consequência lógica da instauração do casamento civil.⁵¹

⁵⁰Abel Andrade, *Commentario ao Codigo Civil Portuguez*, Coimbra, Livraria Portugueza e Estrangeira, 1895.

⁵¹Com efeito, para além de esporádicas alusões à matéria da secularização do casamento, a polémica em si não tendeu a ser associada às primeiras abordagens teóricas sobre o casamento e o divórcio, eventualmente atendendo às sequelas que provocou nos espíritos de então. Todavia em 1895 Abel Andrade é bem claro: "*o casamento civil reclama a remodelação do artigo 1056º, em harmonia com o instituto do divorcio.*" (Idem, p. CXCV). Expressão que deve ser interpretada a título precursor, dado que então a abordagem do divórcio estava longe de se apresentar como tema corrente da literatura jurídica. Das revistas de especialidade compulsadas (*O Direito*, *O Mundo Legal e Judiciario*, *Revista de Legislação e Jurisprudencia*) apenas o *O Mundo Legal e Judiciario*, porta-voz não oficial das propostas de índole laicizadoras pugnadas pelo livre pensamento e pelo republicanismo radical, explora o tema com uma certa regularidade a pretexto de fait-divers de desavença conjugal trágica ou de projectos legislativos estrangeiros sobre a matéria. Não obstante, em 1896, Fernão Botto-Machado, figura de charneira do republicanismo, num artigo intitulado "O Divorcio" comentava a propósito do equacionamento do tema: *Sei tambem que muitas considerações me mandam callar ácerca d'esta importantissima questão, n'um paiz onde o simples regimen do cazamento civil levantou uma celeuma tão intensa e violenta*". In *O Mundo Legal e Judiciario*, 10º anno, nº 11, 10-III-1896, p. 169. Ver, ainda, o comentário de Luiz Mesquita a propósito do desfecho da contenda no seio da comissão revisora e do governo (Luiz Augusto Pinto de Mesquita de Carvalho) *O Divorcio e a Separação das Pessoas, Conclusão*, 8ª Conferencia, Porto, Magalhães & Moniz L^{da}, 1909, pp. 5-10.

No tocante à matéria da secularização matrimonial, Abel Andrade introduz, além da reprodução dos motivos de índole liberal avançados aquando da polémica, novos argumentos fundados nas contribuições da ciência sobre estas instituições - como são exemplo a invocação do carácter historicamente construído da organismo familiar (à luz da etnografia, da biologia ou da psicologia) e a natureza biológica primeira da sociedade conjugal-, e nos princípios da sociologia positivista, enformadores da nova ordem sócio-legal, preconizando, nesta linha, a instauração exclusiva do casamento civil no ordenamento jurídico. Identicamente, advoga, em harmonia com os progressos das ciências médicas, o alargamento dos 'impedimentos dirimentes' através da inclusão das doenças hereditárias (tuberculose, loucura, entre outras) bem como o respeito pelos preceitos de higiene, com o fim de a lei salvaguardar os interesses sociais relativos à constituição de uma população robusta. Apesar do conteúdo pouco inovador destas propostas, visto perfilharem-se nas reivindicações preconizadas pelos positivistas desde finais dos anos 70, parece-nos de sublinhar como ideia nuclear da análise realizada o carácter hegemónico que a ciência tende a assumir como fonte legitimadora do discurso e das teses jurídicas sobre a família, dada a profusão de elementos científicos (oriundos da biologia, da etnografia, da história, da psicologia e das ciências médicas) que perpassam o mesmo, em consonância, aliás, com os novos rumos do direito progressista europeu. Identicamente, o discurso médico⁵² não foi

⁵²Na mesma linha, o discurso médico progressista não deixou de se revelar receptivo às contribuições de outras ciências -antropologia, história, sociologia- reproduzindo, identicamente, as ideias mestras relativas às novas visões sobre a família e o casamento. Cf. Jaime d'Almeida, *A Questão Feminista*,

alheio a este movimento de renovação jurídica animada por sectores de vanguarda, como o ilustram as palavras de Carrasco Guerra, a título de profissional da medicina: "*ao medico, mais do que a ninguem compete fazer a propaganda (sobre o divorcio), intervir na legislação, cabendo-lhe a primazia na ordenação do cathecismo do bem estar de todos nós, a mais forte razão da luta quotidiana. Ao medico incumbe patentear aos parlamentos a irrefragavel necessidade do divorcio, mostrar como a sociedade contemporanea se deixa cancerar pela syphilis, alcoolismo, tuberculose, e outros flagellos que, por meio do casamento legal e religioso, mais accrescem e se diffundem; ao medico incumbe patentear como a sociedade contemporanea caminha, não obstante as innumeradas descobertas e esforços, para a mais deploravel decadencia physica, e faze-lo conscientemenete, serenamente, sem partidarismos anti-clericaes ou de qualquer outra ordem, guiando-se tão só pelos principios da sciencia honesta e salvadora.*"⁵³ Apesar da neutralidade pretensamente assumida, este discurso não deixou, a seu modo, de constituir um factor ideológico na construção do projecto de edificação de uma nova ordem social laica, como evidenciam a abordagem de temas perfilhados no mesmo.

É, porém, nos estudos concebidos segundo o propósito primeiro de propagandear o tema do divórcio, que a questão da família como fenómeno natural e humano assume uma maior relevância, na linha das abordagens datadas de finais de 70, primeiros anos da década de 80. Inscreve-se nesta corrente a obra *Familia e Divorcio*, da autoria de Duarte Roboredo Sampaio e Mello, responsável pela

Esboço Critico, Lisboa, em particular, pp. 109-126 e Carrasco Guerra, *Perigos do Casamento*, Lisboa, Livraria Maia, 1908, em especial, pp. VII-XII.

⁵³Carrasco Guerra, pp. 98-99.

apresentação do projecto de lei do divórcio no Parlamento em 1900 (e renovadas em 1908 e 1909) e igualmente as conferências de Luis de Mesquita, advogado e estudioso do tema desde a sua estadia na Faculdade, também ele autor de uma proposta-de lei sobre a matéria, fonte modelar do decreto de 3-XI-1910⁵⁴.

Definido como "*uma synthese de factos e de principios da philosophia social*"⁵⁵ sobre a família e o divórcio, o estudo do ilustre divorcista nacional (Sampaio e Mello) espelha, não obstante, a problemática central associada ao tema, observável, nomeadamente na oposição às concepções religiosas sobre aquelas instituições.⁵⁶ A sua análise, no entanto, transcende esta dimensão ao revestir um cunho marcadamente polémico, avaliável pela visão vanguardista preconizada no tocante à união conjugal no futuro, inspirada em Engels e nos paladinos da União Livre (Alfred Naquet, Reclus, entre outros).

Em todo o caso, num primeiro momento, apresenta-se capital a demonstração da tese relativa ao carácter humano da instituição familiar sustentada, uma vez mais, pela biologia (associação entre o instinto sexual e a conservação da espécie no reino dos seres

⁵⁴Como ilustram os títulos das suas conferências: *A Família e o Casamento, Estudo Sociologico, 1ª Preliminares* (Porto, Magalhães & Moniz Editores L.da, 1908); *A Família e o Casamento Primitivos, Sua origem, Formas e Evolução Estudo Sociologico, 2ª Conferencia* (1908); *Filiação e Parentesco. Matriarcado e Patriarcado. 3ª Conferência* (1909); *A Mulher através dos Tempos, Via Dolorosa, 4ª Conferência (I e II partes)*, (1909); *A Mulher através dos Tempos, Via Dolorosa, 5ª Conferência* (1909); *A Mulher através dos Tempos, Via Dolorosa, 6ª Conferência* (1909); *A Família e o Casamento, Estudo Sociologico, 7ª Conferencia* (1909), *O Divorcio e a Separação das Pessoas, Conclusão, 8ª Conferencia* (1909).

⁵⁵ In Duarte Roboredo Sampaio e Mello, *Família e Divorcio*, p. 7. O estudo do autor afigura-se, com efeito, uma amálgama de princípios nem sempre devidamente consolidados.

⁵⁶"A constituição da família é um acto simplesmente humano, nada tem de divino. A lenda biblica é hoje uma coisa puramente infantil, como o são as equivalentes d'outras miythologias". Idem, p. 11.

vivos) e antropologia (as etapas do desenvolvimento da família). Enfim, multiplicam-se os testemunhos e reexaminam-se as várias teses sobre o processo evolutivo desta instituição.

A abordagem de Sampaio e Mello sobre a família evidencia, não obstante, vectores analíticos inovadores, que a distanciam da de Teixeira Bastos, e em termos mais genéricos, da preconizada pelo positivismo ortodoxo.

Em concreto, o ilustre publicista não partilha da tese da centralidade da instituição familiar no organismo superior, argumentando, na senda de Starcke, Alfred Espinas e de Engels, que o "*primeiro grupo social não foi sempre a família*"⁵⁷, asserção extremamente significativa, pois, apesar de relativa ao passado imemorial, prolonga-se à actualidade⁵⁸. Nesta linha, e embora o autor sublinhe o elevado valor individual e social da instituição⁵⁹, em paralelo, abre-se espaço à defesa do primado do indivíduo, (argumento nuclear, como veremos, da sua defesa do divórcio).

Em sentido idêntico parece apontar a sua análise sobre as etapas evolutivas da instituição familiar, pois apesar de perfilhar a tese relativa à existência de formas de relacionamento sexual

⁵⁷Starcke, *La Famille Primitive*, cit. por Duarte Roboredo Sampaio e Mello, ob. cit., p. 37. A família teria sido antecédida pela horda, elemento essencial de um grupo superior, da qual teria resultado o clan ("*pequeno grupo composto por individuos ligados por um parentesco mais ou menos confuso*"*), gérmen da verdadeira sociedade, do qual nasceu, identicamente, a família. (*Idem, ibidem, p. 24.)

⁵⁸"*Não a consideramos como o elemento essencial, a cellula, primaria da formação e subsistencia da sociedade. Não nos parece mesmo que ella, só por si, ainda na sua fôrma monogamica que attingiu, seja, como muitos crêm, a base da moral individual e social.*" Idem, ibidem, p. 184.

⁵⁹"*Em todas as sociedades cultas, além do amôr maternal, e amôr paternal, o amôr filial, e o amôr fraternal fazem parte da vida physica e intima do homem e da mulher, que naturalmente, encontram prazer em satisfazer esses sentimentos, e é no seio da familia que melhor o poderão fazer. Esta deverá assim constituir também um forte incentivo dos sentimentos sociaes e uma como que primeira escola dos respectivos deveres civicos.*" Idem, ibidem, p. 186.

diversas -como são exemplo a promiscuidade, a poliandria, a poligamia e a monogamia- recusa, no entanto, perspectivá-las segundo um esquema evolutivo, necessário e universal.⁶⁰ Não surpreenderá, por conseguinte, que rejeite a interpretação conferida tradicionalmente à monogamia como etapa "*necessária característica de superioridade de raça ou mesmo de civilização*"⁶¹, ao mesmo tempo que sugere uma imagem menos 'idealizada' deste instituto, contrariando, assim, a ideia da existência de um suposto ideal de perfectibilidade que teria pautado o seu desenvolvimento no quadro da corrente positivista. Ao invés, na linha de Engels e de Morgan, relaciona as causas do surgimento de monogamia, com as condições materiais de existência, expressas no equilíbrio dos sexos, no estabelecimento da propriedade privada e hereditária, apontando, em último lugar, factores morais⁶². Em todo o caso, apesar da ausência de sentimentalismo inerente à individualização progressiva da instituição familiar, e às alterações que a

⁶⁰Cf. idem, ibidem, pp. 50-51. Limita-se, assim, a reconhecer que o princípio geral que terá pautado a vida sexual humana se baseou na passagem "*d'um comunismo, maior ou menor, ao individualismo*." Idem, ibidem, p. 51.

⁶¹Idem, ibidem, p. 78. Apoiando-se, para o efeito, na realidade empírica que testemunha a sua presença entre povos diversos, além da coexistência desta com outras formas familiares.

⁶²Cf. idem, ibidem, p. 78. O paralelismo da sua análise com a de Engels relativa ao surgimento da monogamia e ao desenvolvimento posterior da família é evidente, ainda que nem sempre claramente assumida: "*A monogamia nasceu da concentração de grandes riquezas nas mesmas mãos -as de um homem- e o desejo de transmitir essas riquezas, por herança, aos filhos desse homem, excluídos os filhos de qualquer outro. Para isso era necessária a monogamia da mulher, mas não do homem; tanto assim que a monogamia daquela não constitui o menor empecilho à poligamia oculta ou descarada daquele.*" (In Friedrich Engels, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado, Trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan*, Lisboa, Editorial Presença, s.d., p. 99.) Na mesma linha, Sampaio e Mello rejeita a ideia de a monogamia ter nascido do amor conjugal ou da influência moralizadora da mulher, dada a sua condição escravizante, testemunhada pela história e etnografia, concluindo, por último, pela sua dominância entre os pobres. O autor distancia-se, porém, de Engels e de Morgan ao contestar a ideia da existência de um autêntico matriarcado nos tempos imemoriais da barbárie.

atravessaram no decurso da história, esta apresenta-se no presente, aos olhos de Sampaio e Mello, imperfeita e bem distante do ideal preconizado, baseado no amor monogâmico ("*ideal seductor*") e na igualdade dos cônjuges, situação que lhe permite reclamar a urgência da sua reforma.⁶³

Distanciando-se dos autores que sustentam o seu desaparecimento no futuro (Letourneau, Naquet e Reclus), Sampaio e Mello preconiza como critérios susceptíveis de presidirem à sua reforma, (independentemente das formas que esta venha a revestir), o respeito pelo "*amôr sexual, a ancia d'uma maior felicidade e o sentimento da liberdade individual (...) autenticas leis da vida da humanidade (...) tanto no homem como na mulher.*"⁶⁴

O autor prescreve, assim, um novo código moral regulador das relações familiares, baseado no amor⁶⁵ e na liberdade, bem expresso nas suas palavras, inspiradas em Engels: "*só é digna e moral a família que no principio e na sua duração se basear no*

⁶³Como o testemunham vários indicadores já apontados, aliás, por Teixeira Bastos, como são exemplo: a desigualdade jurídica entre o homem e a mulher, o declínio da instituição conjugal, a desmoralização familiar provocada 'pelo "industrialismo", a fraqueza do espírito familiar derivada da separação intelectual e moral entre os sexos, a influência perniciosa da literatura sentimentalista, a dissolução dos costumes, o aumento da prostituição, o crescimento da ilegitimidade à escala europeia e a condição de inferioridade social da mulher.

Compreende-se, assim, que o autor partilhe das palavras de Alfred Naquet e de Alfred Gallis relativas ao estado do casamento: "*o casamento quaesquer que sejam as modificações que possa vir a sofrer, attentatorio da liberdade e, ao presente, é uma burla como observa Alfredo Gallis*". Alfred Naquet, "Religion- Propriété-Famille- e Affredo Gallis, *As Martyres da Virgindade*, citados por idem, ibidem, p. 202.

⁶⁴Idem, ibidem, p. 198.

⁶⁵Atente-se na concepção moderna de amor (concebido na sua dupla vertente física e psicológica, mas profundamente humana) subjacente às palavras do ilustre divorcista, alheia de todo o constrangimento social e moral: "*o amôr não é inteiramente absorvente, (...) pôde(-se) amar ao mesmo tempo mais d'uma pessoa com affecto quasi igual (...), sendo assim naturalissimo que novas paixões, novos amôres se manifestam tão intensos ou mais do que o primeiro e cuja satisfação, ou não satisfação, importa felicidade ou soffrimento.*" In idem, ibidem, pp. 200-201 (sublinhados nossos).

*amôr; que a sua constituição e dissolução devem fazer-se em plena liberdade (...) É esta a orientação da sociologia e da vida moderna."*⁶⁶

Em última instância, postula a completa liberdade do indivíduo na regulação da vida privada, admitindo, no entanto, o direito do Estado de "*acompanhar e fiscalizar*" (dentro de certos limites e no actual estado da civilização) a constituição da família, dado o significado público desta instituição, concepção (a seu olhos) corroborada pela filosofia do direito e igualmente pela essência do direito positivo.⁶⁷

Assim, sob a capa de um pretenso vanguardismo, a reivindicação de Sampaio e Mello encontra as suas origens na assunção plena dos ideais individualistas e contratualistas subjacentes ao direito moderno, expressa na proposta de inserção

⁶⁶Idem, ibidem, p. 201. ("*Se o matrimónio baseado no amor é o único moral, só pode ser moral o matrimónio onde o amor persiste. Mas a duração do amor sexual é muito variável, segundo os indivíduos, particularmente entre os homens; em virtude disso, quando o afecto desaparece ou é substituído, por um novo amor, o divórcio será um benefício tanto para ambas as partes como para a sociedade. Apenas deverá poupar-se ao casal o ter que passar pelo lodaçal inútil de um processo de divórcio.*" In Friedrich Engels, ob. cit., p.108.) Engels perspectivava, assim, o casamento no futuro baseado na monogamia ainda que liberto das características opressoras que revestia no presente, através da extinção do domínio do homem (consequente estabelecimento da igualdade entre os sexos) e da indissolubilidade matrimonial, resultantes das condições materiais que presidiram ao nascimento da monogamia, reforçadas, posteriormente, pela intervenção da religião. A emancipação e a igualitarização femininas, por seu turno, não eram encaradas ameaçadoras, pois, na sua opinião, influiriam positivamente na consolidação da monogamia masculina, sentido para o qual apontava a experiência histórica.

⁶⁷A intervenção do Estado é, porém, concebida em termos restritivos, ao rejeitar-se, por exemplo, a exigência de o casamento ser precedido por um exame médico do casal equiparada a um acto atentório da liberdade pessoal. Reputa-se, assim, como "*absurdo que uma dada geração possa estar a dispôr por preceitos legais do corpo, da alma dos bens, da felicidade, das gerações futuras.*" Idem, ibidem, p. 203 (sublinhados nossos). É à luz do mesmo quadro que é levado a admitir a prática do casamento civil (ainda que a título provisório) refutando, em contrapartida, a ingerência da religião na vida sexual do homem, tendência, aliás, consubstanciada na legislação dos povos, visto o matrimónio religioso tender a desaparecer dos respectivos códigos.

do casamento -juridicamente definido como contrato ou mera associação- na doutrina geral dos contratos, de forma a que este consubstancie os princípios da liberdade e do amor, arrastando por inerência, o estabelecimento da dissolução matrimonial.⁶⁸ A crueza técnica do discurso jurídico é suavizada, porém, por uma linguagem inspirada na dimensão afectiva, como o ilustram as suas palavras: "[através do princípio da dissolução matrimonial, a união conjugal atinge a sua inteira dignidade, pois não existe] *contrato mais elevado do que qualquer outro, porque n'elle não se obrigam só interesses materiaes, mas a alma e o corpo dos que o contrahem*"⁶⁹ Salva-se, por outro, o respeito primeiro pela liberdade individual, à luz do qual se legitima o divórcio, expressão da "*mais justa e logica consequencia*" deste princípio.

Assim, o seu vanguardismo espelha-se não tanto na defesa do amor livre porque 'inerente' à concepção contratualista da sociedade conjugal, mas no modelo socializante que advoga no tocante à evolução da sociedade, animada por uma "*revolução moral e económica*" que se avizinha das sociedades contemporâneas, consubstanciada no ideal do "*nivelamento das classes e dos sexos*". A concretização desse ideal arrastará consigo a plena emancipação da mulher (em termos económicos, morais e intelectuais) possibilitando, por sua vez, a expansão da união conjugal, através da instauração da união livre (em consonância com os princípios monogâmicos e da perpetuidade do amor).

Sampaio e Mello assume-se, assim, como partidário das teses feministas -enaltecendo as virtualidades do movimento que se

⁶⁸Cfr. António Manuel Hespanha, "Prática Social, Ideologia e Direito nos Séculos XVIII e XIX", ob. cit., p. 15 e ss..

⁶⁹Idem, ibidem, p. 290. .

propõe "*elevantar e libertar a metade do genero humano*"- advogando, peremptoriamente, a "*igualdade de direitos e de consideração moral entre os sexos*" como condição necessária à plena harmonia conjugal e à vivência amorosa (princípio, aliás, fundado na concepção contratual do casamento: a igualdade dos cônjuges). Refuta, por outro lado, a ideia da pretensa inferioridade intelectual feminina (falso argumento baseado em frágeis e contraditórios pressupostos científicos), defendendo o alargamento da educação e instrução à mulher, acompanhado pela liberdade de esta exercer qualquer profissão. Não deixa, porém, de tranquilizar os espíritos, e na senda do discurso feminista afirma que "*a vida do lar, a criação e educação dos filhos hão de ser, sempre a principal ocupação da mulher*", reservando o desempenho de actividades externas apenas à mulher solteira.

A história, por sua vez, é reconvertida inteiramente em argumento da causa divorcista, por Sampaio e Mello, Abel de Andrade⁷⁰ e Luiz Mesquita, como meio de demonstrar que a dissolubilidade matrimonial constitui um direito no passado, observável entre as civilizações da Antiguidade (Babilónia, Índia, China, Grécia e Roma), bem como entre o povos hebreu e árabe, corroborada, ainda, pela etnografia que testemunha a generalidade da sua prática entre as "*raças não civilizadas*"⁷¹. Alargam-se, deste modo, os horizontes da análise histórica, até então confinada privilegiadamente à civilização ocidental, concebida como fonte modelar e exclusiva do universo familiar. O relativismo cultural

⁷⁰Abel de Andrade limita-se, porém, a realizar uma breve digressão histórico-descritiva sobre o divórcio, de forma a concluir pela antiguidade e generalidade deste instituto. Cf.

⁷¹Ainda mais significativo tendo em conta a evolução histórica registada ao nível da ruptura conjugal desde o simples repúdio à instauração do divórcio.

revelava-se um argumento útil ao abalar o ideal tido por universal da perpetuidade da união conjugal, consolidado, aliás, pela leitura pessimista da mesma no passado⁷².

Ao contrário de Abel de Andrade, Sampaio e Mello não deixa de sublinhar a influência do Cristianismo na restrição da prática divorcista, manifestada ainda sob Constantino, agravada no decurso da Idade Média e finalmente acompanhada pela instituição do dogma da indissolubilidade matrimonial instituído pelo Concílio de Trento. Esta orientação não foi partilhada, porém, pelo restante mundo cristão, visto a ela terem escapado a Igreja grega e Igreja protestante, circunstâncias que justificam, aos seus olhos, o despontar do movimento divorcista em França nos anos 70 do século XVIII⁷³, intensificado, no curso de oitocentos, particularmente, a partir dos anos 70, sob o impulso de Alfred Naquet.

O presente histórico representa, por último, o argumento decisivo para justificar a instauração do princípio da dissolução matrimonial, atendendo à vigência da mesma entre a maioria das nações europeias, americanas e mesmo asiáticas. Apenas escapam a esta tendência geral os países predominantemente católicos como são exemplo a Itália, Espanha, Portugal (e, em parte, a Áustria, onde o divórcio é proibido à população católica) e alguns estados da América Latina. Deste modo, o quadro jurídico-legislativo moderno

⁷²Sampaio e Mello socorre-se, inclusivé, da biologia ao constatar a raridade da unões contraídas a título 'perpétuo'.

⁷³Apesar do lugar restrito reservado às origens do movimento divorcista francês, em finais do século XVIII, confinado a breves referências a Cerfvol e aos filósofos iluministas, curiosamente, não deixa de ser invocado por Sampaio e Mello o falso argumento da experiência divorcista da Polónia, país católico, embora os apologistas da dissolução matrimonial de então tenham reconhecido a falsidade do mesmo. Cf. Francis Ronsin, ob. cit..

acompanha as necessidades sociais decorrentes da crise que assola a civilização, reflectida no universo familiar e testemunhada pelas estatísticas.

O número tem, assim, a sua entrada nesta problemática, ainda que objecto de leituras diferenciadas. Na senda de Bertillon, ilustre demógrafo francês, Sampaio e Mello constata que à escala europeia as estatísticas sobre o divórcio denotam uma clara tendência ascendente, à semelhança, aliás, do verificado no movimento de separação de pessoas e bens, concluindo, nesta linha, "*que as mesmas leis (sociais) regulam os divorcios e as separações dos corpos.*" ⁷⁴ Em paralelo, sublinha o crescimento nas grandes cidades das uniões livres, do concubinato, dos divórcios e separações, fenómenos cujas origens radicam não na lei -como erradamente se supõe- mas sim em causas complexas de natureza pessoal, social e económica. O industrialismo é apontado como o responsável maior pela crise sócio-moral vigente, reflectida na proletarianização da pequena burguesia, no alastramento das doenças e vícios sociais, no declínio religioso, impelindo, desta forma, para a necessidade urgente de reformar a instituição matrimonial pela instauração do divórcio.

Os Anti-Divorcistas

Em Alfredo Pimenta, cerca de vinte cinco anos mais tarde em relação ao estudo de Luiz de Magalhães (1880), encontramos um 'mesmo' corpo doutrinal e argumentativo, baseado no positivismo

⁷⁴Sampaio e Mello, ob. cit., p. 274.

ortodoxo, a fundamentar a sua discordância face ao divórcio, com a diferença de a conjuntura político-social se ter alterado de forma significativa⁷⁵.

Os anti-divorcistas corriam, então (por volta de 1909), o risco de serem apelidados clericais e reaccionários, facto revelador (descontando muito embora o exagero das palavras de Alfredo Pimenta) da inserção desta polémica na chamada questão religiosa. O autor não deixa de manifestar, porém, a sua oposição face à matéria, bem como contra a leviandade com que esta teria sido (aos seus olhos) abordada, invocando, para esse efeito, a autoridade das palavras de Teófilo Braga: "*a questão do divorcio está posta com todo o particularismo egoista do individuo interessado, que não concebe que ha um organismo mais forte, a Familia, celula de um grande aparelho que tem uma energia invencivel, a Sociedade, para o qual o individuo so existe como par conjugal.*"⁷⁶

De forma idêntica, Sampaio Bruno contesta a instauração do divórcio, alegando o interesse primeiro da organização colectiva sobre o indivíduo, à semelhança do princípio 'natural' que subaz ao instinto amoroso, animado segundo o benefício da espécie e não do ser individual.⁷⁷ O divórcio é assim conotado como elemento desvalorativo da sociedade conjugal, visto contrariar a essência perpétua da mesma (efeito tanto mais negativo quanto se reflecte

⁷⁵Cfr. Alfredo Pimenta, "O Divorcio", in *Estudos Sociologicos*, Lisboa, Centro de Publicidade Editor, 1913 (reunião de artigos do autor escritos entre 1908-1909), p. 128- 133. Artigo que reproduz, nas palavras do autor, a sua posição sobre a matéria anteriormente abordada no *Novidades* e na sua obra *Factos Sociaes*, capítulo anarquismo. Ver, ainda, "A Acção do Positivismo" e "A Moral Positiva", (in ob. cit., pp, 241-255; 256-263) reveladores do seu pensamento conservador.

⁷⁶In Teófilo Braga, Carta de 28 de Março de 1908, cit. por, Alfredo Pimenta, "O Divorcio", in *Estudos Sociologicos*, Lisboa, Centro de Publicidade Editor, 1913, p. 130.

⁷⁷Cf. Sampaio Bruno, *A Questão Religiosa*, ob. cit., p. 163 e ss..

no declínio da dignidade do Estado), dissolvente da moralidade social e contrário ao curso evolutivo da humanidade. Sampaio Bruno retoma, assim (ou melhor dizendo, reproduz), as linhas de força da argumentação anti-divorcista (à exceção da componente religiosa) centrando-se, para o efeito, no exame das teses socializantes de Alfred Naquet, relativas ao modelo da sociedade futura, de forma a reforçar a ideia do anti-familismo associado à ruptura do vínculo matrimonial -abordagem reveladora da ênfase do debate externo no equacionamento da matéria. Nesta linha, é levado a rejeitar o divórcio -concebido como reivindicação e testemunho do egoísmo masculino- na medida em que este se apresenta contrário aos interesses da mulher, fatalmente fundados na estabilidade do lar (dada a sua inferioridade física e intelectual) e no respeito pela moral monogâmica. Elementos reveladores do conteúdo restrito e moderado atribuídos pelo autor à emancipação da mulher, visto que confinados à libertação em relação ao poder sacerdotal, o qual constitui parte integrante do modelo familiar. Diríamos, assim, que a sua atitude se perfilha na corrente moderadora sobre a matéria (comum, aliás, à elite republicana não radical) que enforma, deste modo, a sua concepção do universo familiar.

O Discurso Teológico-Religioso

Peça central na estruturação das representações sobre o edifício conjugal e familiar, o discurso teológico pauta-se, no decurso da década de 80 e primeiros anos de novecentos, pelo ortodoxismo, aliado à afirmação da doutrina católica 'autêntica'.

Porém, a par do imobilismo doutrinal que o caracteriza, apreendem-se elementos novos, relacionados, designadamente, com as estratégias discursivas accionadas, que lhe conferem uma maior abrangência sobre esses temas. Os títulos das principais obras então produzidas espelham, a seu modo, essa realidade, pela refutação do casamento civil à luz da doutrina católica e da filosofia social, a contestação das doutrinas sociológicas sobre a família alicerçada na ausência de validade científica do seu método, e por fim, a negação do divórcio com base na história, no direito e na filosofia: *Estudo sobre o Casamento Civil*⁷⁸ (1881), *O Problema da Origem da Família e do Matrimónio em face da Bíblia e da Sociologia*⁷⁹ (1901), *Divorcio-refutação historico, juridica e philosophica dum projecto desastrado dum deputado infeliz*⁸⁰ (1904). Subjacente à diversidade temática destes trabalhos apreende-se um mesmo fio condutor: a reafirmação da doutrina católica sobre o casamento e a família (motivada por condicionalismos históricos relacionados com as mutações políticas, filosóficas e científicas em curso) enquadrada, porém, pela preocupação de demonstrar a validade hermenêutica dos seus fundamentos. Diríamos, assim, que os representantes oficiais do catolicismo são compelidos a incorporar, ainda que grosseiramente, as vertentes do conflito resultante da emergência de 'novas' concepções sobre a família, que põem em causa a visão/domínio da Igreja sobre as mesmas, pelo que, não se limitam a debitar os princípios 'ancestrais' sobre essas matérias, -baseando-

⁷⁸Manuel de Azevedo Araujo e Gama, *Estudo sobre o Casamento Civil, Dissertação Académica para o concurso a uma das substituições vagas na Faculdade de Theologia da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1881.

⁷⁹Augusto Joaquim Alves dos Santos, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1901. (O autor é doutor em Teologia.)

⁸⁰Mgr. Almeida Silvano, Braga, Tipographia Lusitana, 1904.

se na assunção da sua intocabilidade e imutabilidade- procedendo, antes, à revisão e ao exame **parcial** da(s) argumentação(ões) contrária(s). Por outro lado, constata-se a centralidade conferida, do ponto de vista teológico, em termos temáticos, à instituição casamento. Concebida como a "pedra angular" do edifício familiar, entendido em sentido lato, nela entroncam o conjunto das demais representações relacionadas com temas afins da sociedade conjugal. Neste contexto, a atenção aparentemente tardia -numa perspectiva global deste conflito, em termos históricos- que os partidários do catolicismo, (tanto eclesiásticos como leigos), reservam ao divórcio e à questão da emancipação feminina, poderá ser explicada, entre outros factores, pelo ritmo que a Igreja imprime ao 'combate', condicionando-o pelo seu grau de controlo/poder sobre o processo. A estratégia de restringir a problemática da família ao prolongamento da contestação do casamento civil (negligenciando, por conseguinte, o debate teórico relativamente a outras matérias), apresenta-se, porventura, como o instrumento doutrinal mais poderoso de resistência à secularização da sociedade familiar em curso, acentuada pelas reivindicações laicizadoras preconizadas pelos movimentos culturalmente significativos da época.

Retenhamos, então, os vectores essenciais que caracterizam o discurso teológico, e, em particular, a concepção do matrimónio, uma vez que esta constitui o referencial obrigatório, à luz do qual são construídas as visões alternativas sobre a matéria.

Partindo do estudo de Araújo e Gama (1881), ilustrativo da posição doutrinal da Igreja face à problemática do casamento, constatamos que ao propor-se reexaminar a questão do casamento civil (facto que, potencialmente, condiciona o teor da abordagem

referente ao matrimónio) "*nas regiões serenas da sciencia, empregando para solução do problema os processos logicos de um methodo mais rigoroso*"⁸¹, o autor elabora uma sistematização, do ponto de vista teológico, da doutrina católica sobre o matrimónio, alicerçada em dois vectores: no dogma da natureza sacramental do matrimónio e na tese da inseparabilidade das entidades que o compõem- contrato e sacramento. Atendendo à controvérsia aliada a estas proposições, (cujas origens remontam aos reformistas e a certos 'teólogos ditos católicos', partidários do regalismo, mas retomada, a propósito da questão da secularização) propõe-se demonstrar a validade das mesmas através da identificação das bases documentais que as confirmam, assim como, da refutação da argumentação desenvolvida pelo campo adversário.

Sobressai, na demonstração elaborada por Araújo e Gama - confinada "[às] bases em que a exegese catholica assenta o dogma da natureza sacramental do matrimonio"⁸²- o seu rigor, ilustrado, nomeadamente, no facto de o autor não escamotear as dificuldades patenteadas na interpretação dos textos bíblicos e noutras fontes da doutrina revelada, derivadas de imprecisões, sentidos obscuros e omissões⁸³; no reconhecimento da existência de matérias controversas⁸⁴, geradoras de polémica entre distintos teólogos; na explicitação -e recorde-se que nos encontramos perante um trabalho académico- de alguns dos critérios subjacentes ao processo

⁸¹In *Estudo sobre o Casamento Civil* [...], ob. cit., p. XI.

⁸²Idem, ibidem, p. 38.

⁸³Reconhece, inclusivé, a propósito da questão relativa à natureza sacramental do matrimónio "*que as provas biblicas não possuem uma clareza tal que exclua toda a duvida ou hesitação.*" Idem, ibidem, p. 41.

⁸⁴Como é exemplo a controvérsia relativa ao "*ministro** do sacramento conjugal", os contraentes ou o sacerdote. Idem ibidem, p. 50 (*em itálico no original).

hermenêutico aludindo, por conseguinte, ao processo de construção do saber teológico; finalmente, na preocupação de documentar solidamente as suas interpretações (sem invalidar, porém, que, de forma pontual, invoque o argumento da autoridade⁸⁵. Constatase, por outro lado, a sobriedade de tratamento em relação aos opositores da Igreja -sejam eles teólogos protestantes, ou regalistas- através da ausência de ataques inflamados.

Como contraponto, atente-se no discurso dogmático de Alves dos Santos⁸⁶, para quem a origem divina do casamento e da família surge como facto incontestável, revelado tanto por estudos eruditos⁸⁷ como por "*argumentos deduzidos*", sintetizando, nas palavras de Portalis, a "*solução espiritualista e christã* [da questão.] 'O matrimonio [...] é hoje o que sempre foi- um acto natural⁸⁸, necessario, **instituido directamente pelo Creador**'".⁸⁹ Aliás, esta

⁸⁵"...porque os escolasticos não fizeram mais do que organizar scientíficamente a doutrina dos Padres e Doutores da Egreja." Idem ibidem, p. 43.

⁸⁶Porém, o seu ponto de partida é inverso ao de Araújo e Gama. A fixidez da concepção do casamento exposta, apresenta-se, por si só, um argumento poderosíssimo em favor da sua tese: a refutação das visões sociológicas sobre a matéria, baseada, nomeadamente, na heterogeneidade das mesmas.

⁸⁷Limitando-se a citar as principais fontes documentais e a invocar os trabalhos de ilustres autoridades que se debruçaram sobre o tema, eclesiásticos e juristas, na sua maioria estrangeiros, exceptuando Araújo e Gama. Entre eles salientam-se, Ch. Périn, Amadée de Margerie, F. Chavart, Comte de Breda, Mgr. Kernaëret, P.^e Hyacinthe, P. ^e Monsabré. Cf. Augusto Joaquim Alves dos Santos, *O Problema da Origem do Matrimonio e da Família em face da Bíblia e da Sociologia*, ob. cit., pp. 19-20, nt.3.

⁸⁸Precise-se, porém, o significado atribuído pelo autor ao casamento como acto natural no *Discours préliminaire au project du Code civil*, artifício que lhe possibilita redefinir o casamento como um contrato tendente à perpetuidade. Remontando a essência original do casamento ao direito natural, isto é, a uma fase anterior à lei positiva, constata que desde o seu início, a união revestia "*les caractéristiques attachées au mariage: exclusivité, devoirs réciproques, durée. Et Portalis de conclure: 'Ce n'est pas une simple rencontre que nous apercevons*, c'est une véritable contrat.'*" In Irène Théry et Christian Biet, "Portalis ou l'esprit des siècles" ob. cit., p. 112 (*em itálico no original).

⁸⁹Idem, ibidem, p. 20 (*...* expressão em itálico no original).

vertente, assente no pressuposto da inquestionabilidade da visão da Igreja sobre o casamento, revelar-se-á dominante, e sintomática da estratégia de defensividade assumida.⁹⁰ Deparamo-nos, assim, com o reencontro das 'velhas' fórmulas propagandeadas aquando da polémica da secularização do casamento, salpicadas por laivos de inovação⁹¹.

*"Mas não [basta] resolver a questão perante as crenças catholicas; as necessidades intellectuaes do seculo presente obrigam o theologo a sahir para fóra do reducto inexpugnável da Theologia, e acceitar o combate no terreno em que lhe é offerecido; não basta affirmar a verdade; importa pulverisar também os argumentos do erro..."*⁹².

Examinemos a amplitude reconhecida por Araújo e Gama às "*necessidades intellectuaes do seculo presente*", vertente que o leva a prolongar a análise do casamento civil à filosofia social com o fim de demonstrar que "*as consequencias deduzidas do estudo theologico são confirmadas pelos rectos* principios do Direito Publico, da Economia, da Moral, da Politica e de toda a serie das sciencias sociaes.*"⁹³

É na condição de teólogo católico, partidário da supremacia da divino sobre o terreno, que Araújo e Gama se propõe equacionar a matéria. Neste sentido, a sua análise apresenta-se, antes de mais, como a apologia da visão do mundo da Igreja, assente na

⁹⁰Vejam-se, entre outros, Mgr. Almeida Silvano que sustenta a origem "*natural divina*" do matrimónio e o carácter "*singular*" do contrato que lhe é inerente, João Mascarenhas de Mello, *Contra o Divorcio* e Abundio da Silva.

⁹¹Cfr. Abúndio da Silva, em especial, a reinterpretação proposta dos textos sagrados relativos à condição da mulher.

⁹²Araújo e Gama, *idem*, *ibidem*, p. XIII.

⁹³*Idem*, *ibidem*, p. XIII (*sublinhado nosso).

superioridade desta sobre o Estado, pautando-se as relações entre as entidades em causa pela "*concordia e mutuo auxilio*". Em última instância, postula-se a hegemonia da Igreja -na sua condição de intérprete do divino- sobre o Estado e o indivíduo, legitimada como meio de obstar o rumo que 'o progresso' teima em contrariar.⁹⁴

Aplicando a visão religiosa do mundo exposta à matéria do casamento, o autor conclui pela refutação da lei do casamento civil entre as nações cristãs. Em contrapartida, a defesa da hegemonia do matrimónio religioso apresenta-se, fundamentalmente, como um meio de fortalecer a presença da Igreja nas sociedades e, através dela, garantir a moralidade pública e a defesa da família.⁹⁵

"As crenças religiosas constituem a melhor garantia da moralidade, e será sempre mais util aos interesses do Estado pugnar em defeza da verdadeira religião, enquanto a lucta fôr possível. A lei, que affastar do matrimonio toda a cerimonia religiosa, será utilizada pelos homens, que se limitarão ao acto civil, e, que, não*

⁹⁴Ao afirmar-se que a Igreja e o Estado "*têm Deus por auctor*", muito embora seja reconhecida a autonomia e os fins diversos destas sociedades, não se deixa, no entanto, de prescrever como legítima a subordinação do Estado, visto que só a Igreja é dotada de autoridade infalível, sustentada por fins superiores (ex.: a "*salvação das almas*"). "*Superior a todos os poderes humanos está a lei divina; e é como interprete official da lei divina que a Igreja intervém perante o governo das nações, não para lhe usurpar o poder, mas para lhes prevenir ou emendar os desvios e aberrações.*" Idem, ibidem, p. 90. Idêntica subordinação é postulada ao nível da dimensão humana individual, ao negar-se, por exemplo, o princípio da liberdade absoluta do homem, dado que os seus fins últimos -a procura da verdade, do bem e da justiça-, são ditados pela lei divina. "*D'este modo o incredulo é destituído da liberdade de consciencia,* porque não admittindo obrigações religiosas, falta-lhe absolutamente a materia e objecto do direito. Não ha liberdade de descrença*, porque não pode haver direito** contra a verdade, o bem, a justiça e o dever.*" Idem, ibidem, p. 111 (*em itálico no original).

** Como esclarece o autor: "*o direito é o poder moral, que compete ao homem de attingir o fim, para que foi creado, realisando sobre a terra a ordem e a harmonia, que se observam no mundo typico e divino.*" Idem, ibidem, p. 110.

⁹⁵Na perspectiva do autor, os efeitos nefastos do casamento civil podem ser avaliáveis pelo caso francês através da desmoralização e esquecimento dos deveres religiosos e do decréscimo populacional. Cf. idem, ibidem, p. 114.

*hesitando perante o escandalo e o labéo de concubenarios, que lhes irroga a consciencia dos catholicos, parecem dispostos a abjurar todo o sentimento de pudor e moralidade; e por isso oferecem esperança alguma de respeitar os outros deveres de consciencia."*⁹⁶

A manutenção da prosperidade da família, "*sustentaculo indispensavel das nações*" insere-se num contexto preciso. Apenas "*enquanto fôr constituída normalmente, isto é, enquanto conservar a organização, que Deus lhe deu no principio, e obedecer ás leis fundamentaes da unidade e indissolubilidade*"⁹⁷ é possível garantir a sua estabilidade, através do afastamento da ameaça do divórcio responsável pela dissolução dos seus laços.⁹⁸

A partir do exposto, afigura-se-nos lícito concluir pela estreiteza do campo de combate, confinado ao Estado. As armas utilizadas resumem-se à apologia defensiva do lugar da Igreja e da religião. Vã se revela a invocação das ciências... Da mesma forma, o exame das posições contrárias restringe-se substancialmente perante a hegemonia da visão do mundo a veicular. A pobreza documental e argumentativa surgem, assim, como meros corolários.

Vinte anos após a publicação do trabalho de Araújo e Gama, Alves dos Santos propõe-se examinar a abordagem sociológica

⁹⁶Idem, ibidem, p. 104.

⁹⁷Idem, ibidem, p. 104.

⁹⁸O autor sustenta, assim, a impossibilidade de o casamento civil se conjugar com os princípios de unidade e de indissolubilidade, na medida em que reduzido juridicamente a um contrato será regido pelos pressupostos da doutrina contratualista. Refuta, por outro lado, o argumento do direito natural como obstáculo impeditivo do divórcio atendendo às interpretações díspares sugeridas ácerca do mesmo, como o testemunham os trabalhos de Schwarz, Bentham, Gioia e Tissot, apologistas desta instituição. Retoma-se, assim, a argumentação anterior, sem serem avançadas novas contribuições doutrinárias sobre o tema. Cf. idem, ibidem, pp. 104-106.

sobre o casamento e a família, motivada pela refutação que a 'recente ciência' empreende à visão da filosofia espiritualista, dado esta assentar em "*tradições mythicas, urdidas pela imaginação da antiguidade para explicar a origem das instituições sociais*", em lugar de se apoiar em pressupostos experimentais.⁹⁹ A justificação do seu trabalho constitui, assim, um sintoma claro da difusão e da receptividade auferida pelas teses naturalistas referentes a essas instituições.

Analisemos os novos rumos prosseguidos pelo discurso teológico em abono da "verdadeira doutrina".

Mediante uma breve incursão pelos fundamentos do evolucionismo, mais concretamente, pela doutrina monista de Haeckel, Alves dos Santos tende a evidenciar as insuficiências da concepção unitária e mecanicista do universo, procurando atingir as bases que enformam a sociologia, partidária do sistema descrito¹⁰⁰. A circularidade da sua estratégia, em termos de delimitação do problema, parece ser evidente. Contorna-se, por um lado, o confronto entre religião e ciência, substituindo-o, por outro, pela refutação das bases que sustentam o edifício sociológico, alicerce das teorias sobre a família, forma indirecta de demonstrar a inconsistência das críticas dirigidas à filosofia espiritualista.

⁹⁹Idem, p. 23. Assinale-se, a propósito, que o objectivo primeiro do autor consistia na realização "*dum largo estudo sobre a questão do divorcio*", no qual se integrava o presente trabalho na condição de "*primeiro capítulo*". Cf. *O Problema da Origem da Família e do Casamento* [...], ob. cit., p. 13.

¹⁰⁰"*Apesar de tam numerosas e graves objecções, que o monismo* não conseguiu e parece que jámais conseguirá resolver, a sociologia parte desta concepção unitaria e mechanista do universo; e baseando-se nas problematicas certas novas*, tam pomposamente apregoadas pelos theoricos da evolução, julga possuir todos os elementos para resolver o problema das origens da família e do matrimonio.*" In idem, ibidem, p. 34 (*em itálico no original).

Assim, num primeiro momento Alves do Santos expõe acriticamente (a título condicional e provisório) as premissas sociológicas nucleares sobre essas instituições,¹⁰¹ bem como as bases que constituem o método histórico-etnográfico.

"Se o homem é um simples animal, apenas mais inteligente do que outros animais (Letourneau), e se o seu estado ou condição primitiva foi a de uma pura selvajaria; se além disso os povos selvagens actuaes e historicos não são degenerados da especie humana, mas retardarios da civilização,* que reproduzem dum modo geral o estado do homem primitivo, segue-se que o estudo da sociologia animal* [...] e a ethnographia comparada* [...] deverão rigorosamente ser consideradas como fontes da reconstituição historica da familia primitiva."*¹⁰²

É, precisamente, o método histórico-etnográfico que se visa rebater com o fim de demonstrar a ausência de validação científica do mesmo, no sentido de invalidar *ad eternum* toda a proposição sociológica. O fim do círculo (ou melhor dizendo, o seu objectivo último) completa-se pela intenção de derrubar a doutrina evolucionista, a 'origem de todo o mal', relativamente à problemática em causa.¹⁰³

¹⁰¹Em nota de rodapé, Alves dos Santos rejeita de imediato esses pressupostos pois aos seus olhos, a sociologia mais não faz do que postular como "*verdades incontrovertidas a origem animal do homem e o seu estado de selvajaria primitiva*", baseando-se, para o efeito, em citações ilustrativas de Letourneau e Westermarck e na invocação de outros sociólogos (como são exemplo Spencer, De Greff, Giddings, Topinard, Starcke, Posada) que reproduzem essas mesmas asserções. In idem, ibidem p. 35, nt. 1.

¹⁰²Idem, ibidem, p. 35, (*em itálico no original, *sublinhado nosso).

¹⁰³"*Se a exiguidade dos nossos recursos lograr bom exito de tam remontada empresa, o golpe será de morte para a doutrina da descendencia, a qual, a tombar, sem duvida que arruinará, até aos fundamentos, a solução sociologica que com ella nasceu e com ela tem vivido.*" In idem, ibidem, p. 75.

Nesta linha, Alves dos Santos elabora uma síntese alargada e documentada sobre as várias teses sociológicas subordinadas ao problema da origem e do desenvolvimento da instituição familiar¹⁰⁴, com o propósito de evidenciar o desfasamento entre os princípios (genericamente aceites) relativos ao carácter natural, histórico e evolutivo da família (à semelhança da natureza sócio-biológica do casamento), e as divergências extremas detectadas entre os vários sistemas, e no interior dos mesmos, não obstante, partilharem um mesmo corpo metodológico¹⁰⁵.

Conclui, assim, que nenhum dos modelos oferece uma solução definitiva do problema (o que por outras palavras equivale a afirmar a intocabilidade da doutrina divina sobre a origem da família), postulando, em paralelo, a impossibilidade de ser edificada uma doutrina sociológica sobre esta instituição, dada a ausência de validade científica do método histórico-etnográfico.

"[Assim, mesmo admitindo a eventualidade de ser definida uma doutrina sociológica sobre a matéria] nunca se lhe poderá attribuir um valor scientifico, nem deverá ser reputada como exacta, porque essa pretendida solução nunca passará dum resultado de generalizações precipitadas e de induções analogicas que assentam sobre uma aproximação absolutamente arbitraria entre o

¹⁰⁴Desde o sistema de patriarcado edificado por Summer Maine (e corroborado por outras ilustres figuras como são exemplo, Fustel de Coulanges e Mommser), passando pela doutrina do matriarcado concebida por Bachofen (objecto de ultteriores desenvolvimentos por Lubbock, Mc-Lenan, Morgan, Engels, Giraud-Teulon, Tylor, entre outros) até aos modelos intermédios (Letourneau, Starcke, Spencer).

¹⁰⁵Cf. idem, ibidem, pp. 39-64. Alves dos Santos limita-se, aliás, a reproduzir as objecções correntemente denunciadas pelos próprios teóricos da família, distanciando-se destes pelas ilações desiguais que extrai do fenómeno.

*estado dos povos selvagens modernos e o dos animaes e as presumidas origens da humanidade."*¹⁰⁶

O cerne de toda esta problemática radica, assim, no homem e no posicionamento a adoptar face à sua natureza, divina ou natural. Nesta ordem de ideias, a contestação da visão naturalista da sociedade familiar e do carácter sócio-biológico do casamento, constituem aspectos menores de um diferendo superável, apenas, pela destruição (parcial) da doutrina que lhes dá corpo (e que simultaneamente preside à validação dos pressupostos do método histórico-etnográfico): o evolucionismo.

Compreende-se, assim, que seja erijida a proclamação da "irredutibilidade" do humano face ao mundo animal como questão primeira¹⁰⁷, implicando, por conseguinte, a negação da doutrina da descendência, suportada pelo evolucionismo, através da análise crítica dos seus argumentos, em benefício da preservação da doutrina creacionista.¹⁰⁸

¹⁰⁶In idem, ibidem, p. 64.

¹⁰⁷Acompanhada pela refutação posterior do argumento da diversidade humana ilustrado empiricamente pela existência dos povos primitivos actuais, fundamento segundo do método etnográfico. Socorrendo-se de argumentos baseados na psicologia e na filologia, Alves dos Santos sustenta que os povos primitivos constituem degenerações da espécie humana condenadas ao desaparecimento, concluindo pela ausência de fundamentação científica dos estudos de etnografia comparada (fundados no pressuposto que estes povos eram retardários da civilização). Cf. idem, ibidem.

¹⁰⁸Examinando as insuficiências (aos seus olhos) da argumentação evolucionista relativa à tese da origem humana animal baseada em elementos da anatomia e fisiologia comparadas, embriogenia, disteleologia, paleotenologia e psicologia comparada, e apoiando-se em autores vários, conclui que "*não está scientificamente provado que o organismo humano seja um producto da evolução do organismo dos animaes*". (Idem, ibidem, p. 102.) Não deixa, porém de acrescentar que na hipótese de vir a ser demonstrado este princípio, será conservada a irredutibilidade humana, através da existência de um elemento exclusivo: "*a alma espiritual e racional*". (p. 103)

Do exposto, e independentemente da validade analítica subjacente à abordagem de Alves dos Santos sobre as teses da origem humano-animal, parece-nos de relevar que a iniciativa do seu trabalho por si só é indiciadora da preocupação manifestada por círculos teológicos no sentido de consolidar a visão religiosa sobre a família através do propósito de refutar os pressupostos nucleares que sustentam o corpo doutrinal do campo divorcista. Preocupação que se reveste tanto mais significativa visto fundada no discurso científico, legitimador por excelência da nova ordem.¹⁰⁹

Perspectiva distinta é a apresentada por Monsenhor Almeida Silvano, ao propôr-se rebater linearmente os argumentos apontados por Sampaio e Mello no relatório justificativo da sua iniciativa parlamentar, ocorrida em Março de 1900.

Através de um discurso agressivo, salpicado por ataques pessoais, o autor realiza, na nossa perspectiva, parcialmente o seu intento, ao evidenciar a relativização de alguns princípios dogmatizados pela ciência, invocados pelo deputado divorcista (socorrendo-se, para o efeito, de posições contrárias sustentadas por figuras ilustres da filosofia, do direito e da sociologia¹¹⁰).

¹⁰⁹Sem invalidar, porém, que o discurso teológico se paute obviamente pela via do ortodoxismo no tocante à análise da doutrina evolucionista, prolongando-se ainda, à estranheza que perpassa na abordagem sobre o "*transformismo mitigado*", corrente animada por uma facção católica, em torno teólogo Saint-Georges Mivrat que se mostra partidária da hipótese da evolução do organismo humano. *

(*É, aliás, o próprio autor a reconhecer a difusão relativa de algumas das ideias evolucionistas entre os círculos católicos, particularmente em França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, ilustrada nas posições públicas do P.^e Clarcke, P.^e Zahm, P.^e Guillemet, Maisonneuve e P.^e Leroy, entre outros. Alves dos Santos revela-se, porém, "mais papista que o papa", pois apesar de a Igreja não a condenar, adverte para a possibilidade de se originar uma "controvérsia teológica" em volta do tema, não deixando de atribuir ao empolamento das provas do evolucionismo, a razão provável da emergência dessa corrente. Cf. idem, ibidem, p. 100-101.

¹¹⁰Como são exemplo Auguste Comte, Jules Simon, De Bonald, Le Play e Troplong.

Apoia-se, também, na heterogeneidade legislativa, evidenciada por inúmeros países, no tocante ao casamento e à ruptura conjugal. Todavia, do ponto de vista doutrinal, a sua obra deixa transparecer a fragilidade do edifício teórico, revelador da dificuldade em refutar, com base na doutrina dogmática da Igreja, pressupostos fundados em princípios diametralmente opostos. Nestas circunstâncias, Almeida Silvano sustenta-se (fundamentalmente) na acumulação de provas e contra-provas, de forma a contrariar e evidenciar a falsidade das afirmações de Sampaio e Mello, estratégia expressiva da polémica em causa, ainda que irremediavelmente insuperável.¹¹¹

O Discurso Publicista

O discurso publicista representa o suporte, por excelência, da polémica do divórcio na sua vertente mais alargada. Dirigido a um público mais indiferenciado do ponto de vista sócio-cultural, distingue-se dos demais discursos já analisados, pela irrelevância atribuída a princípios doutrinários, em benefício da centralidade do factor religioso e das questões políticas associadas a este último. Nestas circunstâncias, as estratégias argumentativas formais assumem um papel nuclear -avaliável através de inúmeros

¹¹¹Refira-se, título ilustrativo da estratégia seguida por Almeida Silvano, o recurso a citações mais extensas de textos bíblicos e das autoridades da Igreja, com o fim de evidenciar a deturpação das interpretações sugeridas por Sampaio e Mello sobre o casamento e a ruptura conjugal; o reexame das incongruências atribuídas à Igreja em matéria de indissolubilidade matrimonial pela 'demonstração' da falsidade dos supostos divórcios atribuídos a Carlos Magno ou Luís XII, bem como as pretensas irregularidades das uniões de D. Pedro II e D. Fernando; e a tese da origem histórica do divórcio atribuída à Reforma. Refira-se, aliás, que a estratégia de Almeida Silvano foi igualmente partilhada pelos divorcistas, de forma inversa, como é exemplo D. Alberto Bramão, *Casamento e Divorcio*, ob.cit.

artifícios literários, como são exemplo o tom coloquial e linear do discurso, o carácter agressivo do mesmo, o recurso frequente a 'ataques pessoais'- de forma a imprimir ao discurso vivacidade que desperte o interesse do leitor sobre o tema.

A imprensa apologética (tanto a conservadora como a de vanguarda) fornece um largo reportório de testemunhos desta natureza¹¹², ilustrados, a seu modo, nas obras de D. Alberto Bramão, *Casamento e Divorcio*¹¹³(1908) e de João Mascarenhas de Mello, *Contra o Divorcio*¹¹⁴(1908).

O interesse maior do trabalho de Alberto Bramão parece-nos residir na centralidade atribuída à refutação da ideia segundo a qual a indissolubilidade matrimonial seria contrária à doutrina de Cristo. Diferenciando a doutrina cristã da interpretação que dela faz a Igreja relativamente à matéria, o autor acumula argumentos, de forma a sustentar que a não instauração do divórcio se deve apenas à "*condescendencia do poder civil perante o espirito ultramontano*"¹¹⁵, visto serem inexistentes os motivos religiosos contrários a esse princípio, do mesmo modo que Roma o 'autoriza' sob a capa da nulidade do casamento. É, precisamente, esta 'tese' que Mascarenhas de Mello visa contestar, acumulando, por sua vez,

¹¹²Ver pág. 142 e ss.

¹¹³Lisboa, Livraria Central de Gomes e de Carvalho Editor, 1908. Importará realçar o percurso de Alberto Bramão na sua condição de monárquico (tendo exercido, nomeadamente, os cargos de deputado e de secretário de Hintze Ribeiro), católico e de adversário inicial do divórcio, elementos que não deixaram de se repercutir, a seu modo, a favor da causa divorcista. A sua participação na campanha data de 1905, destacando-se pela intensa actividade jornalística (ex. *Novidades* e *Jornal de Notícias*) e de conferencista desenvolvida em prol da do divórcio.

¹¹⁴*Contra o Divorcio, Resposta ao Livro -Casamento e Divorcio- do sr. D. Alberto Bramão*, Lisboa, Livraria Central de Gomes de Carvalho, editor, 1908. Mascarenhas de Mello veiculou, identicamente, através da imprensa as suas posições anti-divorcistas.

¹¹⁵D. Alberto Bramão, ob. cit., p. 129.

contra-provas da infundamentalidade dos argumentos do seu adversário.

A mobilização da religião apresenta-se, assim, um importante instrumento de reforço desta polémica, visto nela residir o argumento persuasivo capital contrário ao divórcio. Todavia, como o sublinha Alberto Bramão, este exprime apenas uma das facetas da questão, condicionado, em última instância, pela ordem política.

Em paralelo à questão religiosa, ambos os autores sustentam, por sua vez, concepções distintas sobre o divórcio, socorrendo-se para o efeito de argumentos denunciadores das vantagens versus desvantagens da ruptura conjugal. Aliás, esta peça apresenta-se central nas obras que temos vindo a citar (à semelhança da imprensa), mas é comum a toda a literatura sobre o tema, razão pela qual a sintetizamos nesta secção¹¹⁶.

¹¹⁶A síntese apoia-se, fundamentalmente, nos argumentos apresentados nas obras de Mgr. Almeida Silvano, *Divorcio -Refutação historica, juridica, philosophica* [...], ob. cit. e Sampaio e Mello, *Familia e Divorcio*, ob. cit., apesar de se encontrarem presentes em todas as obras consultadas.

A dupla leitura da (pretensa) experiência do divórcio:

contrário à natureza do casamento os papéis familiares e conjugais são regulados pela lei divina e são eternos.	consentâneo com a natureza do casamento o divórcio é um fenómeno natural e social
Contrário à unidade da família concorre para a dissolução ao desincentivar a concórdia, o arrependimento e o perdão.	Favorável à unidade da Família concorre para a perfeição da relação familiar.
Contrário aos filhos Põe em causa os interesses educacionais e materiais da descendência. a condição desfavorável dos filhos num 2º matrimónio (as ideias nefastas associadas ao padrasto e à madrasta).	Salvaguardados os interesses dos filhos situação idêntica ao do regime de separação oportunidade de partilharem uma vida familiar equilibrada. regularização do estatuto dos filhos ilegítimos.
Contrário aos interesses da mulher impossibilidade de devolver a esta a mocidade e a fecundidade anteriores ao matrimónio. penalização do seu estado material.	Favorece em especial a mulher libertação face a um marido infame legítima nova união.
Contrário à felicidade dos Esposos a felicidade apela forçosamente para a perpetuidade.	O direito à felicidade Primazia atribuída aos interesses pessoais na eventualidade de conflito.
Contrário ao interesse da sociedade o divórcio é logicamente prejudicial ao interesse da sociedade visto esta não ser mais do que um agregado de famílias,	Favorável à ordem social medida de moralização social.
A Confirmação estatística o aumento 'espetacular' do movimento divorcista o aumento da criminalidade o declínio da nupcialidade o aumento do suicídio.	A Confirmação estatística ausência de correlação estatística entre o divórcio e o declínio da natalidade/aumento da ilegitimidade/aumento dos suicídios/aumento dos crimes passionais.

Síntese que traduz, afinal, a irredutabilidade de visões sobre o casamento e, em particular, sobre a relação do indivíduo com a esfera familiar.

O Discurso Político-Partidário

Reacções Parlamentares aos projectos leis do divórcio

O silêncio e a politização partidária constituíram, por excelência, as reacções do universo parlamentar face à questão do divórcio. A natureza da matéria e as suas implicações religiosas, o amorfismo da classe política e o tradicionalismo da sociedade portuguesa, foram algumas das razões invocadas por jornalistas e publicistas para justificar tal atitude, atendendo às limitadas repercussões suscitadas pela apresentação do projecto de lei do divórcio, na sessão de 1 de Março de 1900 da Câmara dos Deputados¹¹⁷.

Duarte Gustavo Roboredo Sampaio e Mello, deputado da maioria progressista, foi autor e responsável pela apresentação da proposta, justificada, por um lado, pela necessidade de Portugal acompanhar os progressos do direito civil que atravessavam as nações modernas (citando, a propósito, quer os países que o contemplavam nos seus Códigos, quer o movimento em prol da sua difusão, que afectava diversas nações, inclusivamente extra-europeias), por outro lado exigência de reformar a família de forma a devolver ao matrimónio a sua dignidade e a felicidade aos cônjuges e aos filhos.¹¹⁸ O divórcio apresentava-se, assim, como um

¹¹⁷Cf. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Sessão Legislativa de 1900 (Período de 2 de Janeiro a 28 de Julho)*, Lisboa, Imprensa Nacional, Sessão nº 26, p. 10, envio do projecto para a mesa. Na sessão de 5 de Março, e de acordo com os trâmites legais, o projecto recebeu segundas leituras pelo secretário da mesa, tendo sido admitido e enviado à Comissão de Legislação Civil. Cf. *idem*, Sessão nº 28, pp. 2-3. (Cf. *Manual Parlamentar para Uso dos Srs. Deputados da Nação Portuguesa*, José Marcelino de Almeida Bessa (col. e anotado), Lisboa, Imprensa Nacional, 1905, pp. 71-75).

¹¹⁸Cf. *idem*, *ibidem* p. 2.

elemento de progresso inerente ao curso da humanidade "*na sua evolução intelectual e altruista*"¹¹⁹, meio de concretizar o supremo ideal da perpetuidade da felicidade. Recorrendo a argumentos inspirados no positivismo e em princípios socializantes, proclama a competência exclusiva do Estado na regulamentação da família (fenómeno meramente civil), sem deixar, no entanto, de aludir ao seu ideal de sociedade conjugal futura pautada pelo amor livre e alheio a todo o constrangimento social.

Todavia, a necessidade de adequar a iniciativa ao contexto jurídico-social do país leva-o a inseri-la nos princípios da tolerância e do respeito pela liberdade de consciência expressos na regulamentação do casamento civil, de cujos princípios contratualistas o divórcio constitui apenas um prolongamento. Afastada a problemática religiosa da questão - "*os catholicos que fiquem com a sua indissolubilidade de matrimonio sacramento*"¹²⁰ - Sampaio e Mello enaltece os benefícios do instituto divorcista no tocante aos filhos, ao casal e à moralidade social, propondo um projecto marcado pela moderação e tolerância, mas que, curiosamente, conserva a desigualdade entre os sexos no tocante ao adultério. Assim, paralelamente à conservação do regime de separação de pessoas e de bens, instituíam-se como fundamentos do divórcio as mesmas causas que regulavam o sistema anterior (adultério, sevícias graves, a condenação do cônjuge a pena perpétua¹²¹) acrescentando-se, apenas, o mútuo consenso dos

¹¹⁹Idem, ibidem p. 2, col. 2.

¹²⁰Idem, ibidem p. 2, col. 2.

¹²¹"Artigo 1204º Podem ser causa legitima de separação de pessoas e bens: 1º O adultério da mulher; 2º O adultério do marido com escandalo publico, ou completo desamparo da mulher, ou com concubina teúda e manteúda no domicilio conjugal," Código Civil Portuguez.

cônjuges -sintoma que se nos afigura revelador de que o sentido progressista do projecto residia, sobretudo, na 'audácia' da medida e na intenção declarada de 'agitar' a questão publicamente, muito mais do que no seu conteúdo.¹²²

A ausência de reacção parlamentar foi, contudo, temporária. Na sessão de 5 de Junho o assunto foi retomado pelo deputado regenerador, Santos Viegas, que manifestou o seu protesto¹²³ face à iniciativa de Sampaio e Mello, facto que originará um breve debate parlamentar motivado fundamentalmente por razões político-partidárias.

Justificando a sua intervenção por razões de "*consciência de padre, de parocho, e de deputado de um parlamento catholico*"¹²⁴, em relação a uma medida que reputa como atentatória das crenças religiosas da maioria da nação, Santos Viegas solicita ao ministro da Justiça, José Alpoim, que informe o plenário acerca da posição do governo sobre a matéria.

O peso das considerações partidárias tendeu de imediato a sobrepôr-se à relevância da questão propriamente dita, como sugere o teor do discurso do deputado oposicionista. Esse facto foi denunciado por Sampaio e Mello e reconhecido, mais tarde, por Mgr. Almeida Silvano, ao afirmar que Santos Viegas "*alvejava mais atrapalhar o governo do que defender a religião*".¹²⁵ Com efeito, ao

¹²²Projecto de lei do divórcio de Roboredo Sampaio e Mello. (Ver Anexo III.)

¹²³O protesto tardio foi justificado pelo facto de em Março se encontrar ainda afastado do parlamento devido a problemas relativos ao reconhecimento da sua candidatura. Cf. *Diário da Camara dos Senhores Deputados*, ob. cit., Sessão nº 81, 5-VI-1900, p. 2-3.

¹²⁴Idem, p.2, col. 2. .

¹²⁵Almeida Silvano, *Divorcio- Refutação histórica, juridica e philosophica dum projecto desastrado dum deputado infeliz*, ob. cit., p. 17.

invés de contestar a argumentação do deputado divorcista¹²⁶, Santos Viegas limita-se a tecer algumas breves considerações sobre o valor da indissolubilidade matrimonial (proclamada pelo cristianismo, confirmada pelo direito natural e dogmatizada pela Igreja), que recebem a aprovação do seu grupo parlamentar, embora marcadas pela superficialidade que se estende à abordagem do divórcio. O questionamento ao governo apresentava-se central, ainda que contrariado pela resposta política do ministro da Justiça, ao declarar que o executivo era completamente estranho à proposta, reservando-se, por isso, o direito de não se pronunciar sobre a mesma, visto tratar-se de uma iniciativa de âmbito legislativo, adiando a posição a tomar na eventualidade de esta vir a ser discutida.¹²⁷ A declaração do ministro não deixou de ser comentada, na mesma sessão, por Luciano Monteiro (deputado oposicionista), que contestou o silêncio do governo, atendendo às elevadas implicações da medida no tocante à constituição da família, interpretando-o como sintoma de apoio, a ser manifestado em altura mais oportuna.¹²⁸

O momento alto do debate ocorre na sessão seguinte (6 de Junho), através da intervenção de Sampaio e Mello, que solicita a palavra no sentido de defender o seu projecto, contra as acusações de Alves do Santos.¹²⁹

Nesta linha, é levado a esclarecer as razões da sua iniciativa animadas pelo propósito de estimular o debate público sobre a

¹²⁶Com efeito, Santos Viegas reserva-se o direito de rebater a argumentação de Sampaio e Mello apenas na eventualidade de a matéria vir a constituir objecto de discussão parlamentar.

¹²⁷Cf. *Diário da Camara dos Senhores Deputados*, ob. cit., p. 3, col. 2.

¹²⁸Cf. idem, p. 4, col. 1.

¹²⁹Idem, Sessão nº 82, de 6 de Junho de 1900, pp. 2-5.

matéria, mas que lamentavelmente havia sido desvirtuado e apropriado por interesses político-partidários, o que o fez retirar o projecto, por indicação solicitada ao Presidente do Conselho e ao Ministro, os quais, na condição de estadistas, manifestaram a inoportunidade da sua discussão.

Para além da motivação político-partidária, Sampaio e Mello surpreende, ainda, a paixão religiosa como despoletadora do protesto de Santos Viegas, facto que lhe permite arrastar a discussão para esse campo. Acumula, então, protestos relativos ao estado caótico do registo paroquial e acusações em relação às incongruências do catolicismo em matéria de indissolubidade matrimonial no decurso da história -contestando, em suma, o papel tutelar auto-assumido pela classe sacerdotal na "*regulamentação de toda a vida individual e social do individuo*".¹³⁰ Advoga, em contrapartida, a plena emancipação da ordem civil, alheia a considerações de natureza religiosa, própria do estado positivo que anima as sociedades, alegando, uma vez mais, o respeito e a materialização dos princípios de liberdade e de consciência, reveladores da intenção laicizadora subjacente ao projecto.

Sampaio e Mello propõe-se, por último, rebater as acusações dirigidas, em 'nome da religião', ao seu projecto, classificado de "*irreligioso, de imoral, contrário ao direito natural, e em desarmonia com os dados estatísticos!!*"¹³¹ Mobilizando a história, o deputado divorcista, invoca os primeiros representantes da Igreja, apresentando-os como adversários da família -ao proclamarem a

¹³⁰Idem, ibidem, p. 4, col. 2.

¹³¹Idem, ibidem, p. 4. Trata-se de argumentos que, como veremos, se apresentaram nucleares no confronto extra-parlamentar entre facções, à semelhança das matérias relativas à mulher e aos filhos, que escaparam a este debate, apesar de invocadas por Sampaio e Mello.

virtude da castidade-, adversários da mulher -ao porem em causa o seu valor-, e realçando, em particular, a política contraditória que teria sido desenvolvida por Roma no tocante ao divórcio -acusando-a de possuir "*um principio de dissolução do matrimonio com mais largueza e amplitude do que o direito civil moderno* [sob a capa da anulação]. *A questão é aguçar-lhe com dinheiro.*"¹³²- concluindo que o "clericalismo" moralmente não tinha autoridade para contestar o seu projecto. Rejeita, por seu turno, o falso argumento da irreligiosidade, contestando a visão hegemónica perseguida pela Igreja, visto que todas as religiões admitiriam o divórcio, à excepção do catolicismo (apesar de vigorar em nações católicas). Inverte, por seu lado, o argumento do direito natural, pois, aos seus olhos, é precisamente este o legitimador do divórcio, já que nenhuma lei humana pode impôr o amor ou obrigar os cônjuges ao cumprimento das suas obrigações, fenómenos que justificam a ruptura do laço contratual. Contesta, por último, o interesse da moralidade social como obstáculo do divórcio, apontando os males sociais decorrentes da inexistência da dissolubilidade matrimonial: o adultério, os filhos ilegítimos e adulterinos, a prostituição, os crimes passionais. Assim, contrariamente à leitura das estatísticas sugerida por Santos Viegas, os números atestariam uma menor relevância das rupturas nos países que possuíam o divórcio, relativamente aos estados submetidos à separação das pessoas. Nesta óptica, o divórcio apresentava-se, em suma, como uma

¹³²Idem, ibidem, p. 5, col. 1. Esta última expressão estimulou o protesto da bancada oposicionista, em nome da defesa da Igreja, reflectido nas curtas intervenções de protesto de João Franco e Abel de Andrade e, inclusivé, do deputado progressista, Vieira de Castro, na sua condição de padre.

instituição moralizadora do ponto de vista da sociedade, da família e do indivíduo.

No final do discurso de Sampaio e Mello, Santos Viegas pediu a palavra, que veio a ser recusada pela Câmara. A questão do divórcio era, deste modo, afastada do Parlamento: apesar das intenções manifestadas por este deputado e por Vieira de Castro, no sentido de refutarem os ataques dirigidos à Igreja, o silêncio impôs-se.

A matéria do divórcio transformou-se, assim, num mero episódio de luta político-partidária. À ausência de reacção inicial sucedeu-se a agitação de ambos os lados da bancada, expressa nas ovações de apoio aos deputados intervenientes. Os representantes da Igreja com assento parlamentar -Dr. Luiz Jose Dias, prior de Lisboa, e Vieira de Castro, deputados progressistas- respeitaram as regras do jogo. A proposta tradicionalmente rotulada de anti-católica não suscitou qualquer reacção entre os deputados padres que se encontravam na assembleia, em Março de 1900, atitude que, de resto, se perfilhava no procedimento tradicional¹³³.

Oito anos após a apresentação do primeiro projecto de lei sobre o divórcio, Sampaio e Mello é levado a renovar a iniciativa (20 de Maio de 1908), estimulado pela intensificação do movimento divorcista no exterior, pelo *"apoio da corrente mais intensa da*

¹³³Almeida Silvano refere, a propósito, a atitude silenciosa de Santos Viegas, aquando da apresentação dos *"decretos de 18 de Abril de 1901, contra as Ordens Religiosas e os ataques contra 23 casas da mesma congregação"*, em consonância com os interesses partidários. Cf. Almeida Silvano, ob. cit., p. 14

opinião intellectual do país"¹³⁴, pelas situações ruinosas que afectam a vida doméstica de algumas famílias.

Cita, a propósito, os sinais de agitação que assolam várias nações reflectidos em propostas legislativas (Brasil, Argentina, Itália, Mónaco, França), prolongados à literatura, ao teatro, à imprensa e a conferências públicas. Realça, no caso português, a disparidade que tem marcado a polémica sobre o tema, visto que a maioria intelectual se tem orientado em favor do divórcio.

Reafirma, uma vez mais, os benefícios da instituição face à família, proclamando a liberdade de amar e o direito à felicidade que assiste aos cônjuges, alvos de desgraça. Enfatiza, por seu turno, o interesse da mulher nesta medida, e, na senda da agitação feminista encetada no país, preconiza que só o divórcio lhe permitirá concretizar o sonho de felicidade frustrado na primeira experiência conjugal. Ademais, estaria demonstrado estatisticamente que seria a mulher quem mais recorreria ao divórcio. Nesta linha, e salvaguardados os direitos dos filhos, declara "[não ser] *menos justo (...) e legitimo que se respeitem e tenham em vista os justos interesses dos paes. Na familia devem ser sagrados os interesses de todos os seus membros e não só de alguns d'elles.*"¹³⁵

Na hipótese de colisão, o interesse do indivíduo sobrepõe-se, na perspectiva de Sampaio e Mello, ao da família.

Em 26 de Julho de 1909, pela primeira vez, a realidade nacional apresenta-se como argumento legitimador de primeiro

¹³⁴*Diario da Camara dos Srs. Deputados*, ob. cit., 13ª Sessão, 20-V-1908, p. 6, col. 1.

¹³⁵*Idem*, ibidem, p. 7, col. 2.

plano da renovação da proposta de lei: "*o divórcio entrou ja nas consciencias illustradas do país. Muitas intellectualidades de um ou de outro sexo d'ellle se teem occupado em livros e em conferencias, em actividades de jornaes e no theatro, e até já muitos lhe teem prestado publicamente a sua adhesão. Já não assusta ninguém.*"¹³⁶

Sampaio e Mello cita, a propósito, os sintomas de renovação que se fazem sentir no país, ilustrados pelos congressos de instrução e de educação, indiciadores do desejo de "*resurgir para a vida moderna dos países civilizados*"¹³⁷, palavras que evidenciam a receptividade do deputado monárquico às iniciativas culturais affectas às correntes políticas de vanguarda apologistas, por excelência, da mudança.

Reproduz, uma vez mais, os argumentos nucleares da campanha divorcista -a legislação em vigor em diversos países, os projectos tendentes a ampliar a medida, o interesse particular da mulher e dos filhos na matéria-, concluindo que, na sua opinião, e "*em face do direito e da moral, ninguem já hoje contesta conscientemente a legitimidade do divorcio. É a consagração da liberdade individual, é o respeito pela dignidade do homem e da mulher, é a salvaguarda da felicidade d'elles e dos filhos na familia. A ninguem se pode contestar o direito de dispor das suas affeições e da sua pessoa.*"¹³⁸

Pela primeira vez, Sampaio e Mello foi calorosamente aplaudido no parlamento sendo cumprimentado por vários deputados, reflexo da crescente assunção pública de posições por parte de membros da classe política face à matéria.

¹³⁶*Diario da Camara dos Srs. Deputados*, ob. cit., 35ª Sessão, p. 17, col. 1.

¹³⁷Idem, ibidem.

¹³⁸Idem, ibidem, p. 18, col. 1.

Em jeito de síntese, sobressai do edifício legitimador de Sampaio Mello a invocação de argumentos fundados em pressupostos cientistas, liberais e laicizadores que se consubstanciam numa concepção moderna de casamento e de família.

Subjacente ao seu discurso, evidencia-se o silêncio face a considerações de natureza política, denunciador do carácter extra-político-partidário associado à causa divorcista, não obstante o esforço de apropriação do mesmo (à semelhança do constatado em relação ao movimento laicizador), manifestado por parte dos grupos políticos de vanguarda.

É de salientar, por último, a centralidade atribuída ao amor e à felicidade que ascendem ao estatuto de direitos individuais, valorização que não deixou em todo o caso de actuar como uma importante peça argumentativa, dado o seu poder persuasivo em relação a outros princípios.

Ecoss do Debate Divorcista na esfera parlamentar

A intensificação pública do questão divorcista traduziu-se, por sua vez, no envio de representações à Câmara dos Deputados como é exemplo a da *Associação Propagadora da Lei do Registo Civil*, de 2 de Agosto de 1909 (iniciativa aprovada no Comício celebrado na Avenida D. Amélia no dia transacto), da qual constava a

promulgação da lei do divórcio (ponto 4º), a par do leque reivindicativo tradicional do programa laicizador¹³⁹.

Em sentido idêntico, manifesta-se o pedido dirigido pela *União Geral dos Trabalhadores do Norte de Portugal*, solicitando a discussão e a aprovação do projecto de Sampaio e Mello (bem como da proposta de lei, de Estevão de Vasconcelos, que estabeleceria a responsabilidade pecuniária do Patronato nos acidentes de trabalho) pela legislatura de 1910, dada a relevância da matéria, para reforço as garantias dos cidadãos, em termos de justiça individual, e de higiene social e moral, ao nível das relações familiares.¹⁴⁰ Invoca-se, por outro lado, o interesse particular das mulheres nesta iniciativa dado que elas são tradicionalmente as vítimas dos "erros dos procreadores".

Expressão inversa é a da Representação de eclesiásticos e de outros cidadãos do distrito de Faro, que solicitava a não promulgação das leis do registo civil e do divórcio (25 de Agosto), impulsionada, em particular, pelas disposições governamentais reveladoras da intenção de proclamar a primeira medida, sem deixar, no entanto, de constituir um sintoma expressivo da ameaça que pairava sobre os interesses do clero.¹⁴¹ Às razões económicas invocadas para o não estabelecimento do registo civil (agravamento

¹³⁹*Diario da Camara dos Srs. Deputados*, ob. cit., Sessão nº 39, 2-VIII-1909, p. 7, col. 2, *Diario do Governo*, de 31-VIII-1909, p. 2950, cols. 2-3.

¹⁴⁰Representação enviada pela *União Geral dos Trabalhadores do Norte de Portugal* à Câmara dos Deputados, em 24 de Março de 1910. Arquivo da Assembleia da República, Secção I e II, caixa 407.

¹⁴¹*Diario da Camara dos Srs. Deputados*, ob. cit., Sessão nº 52, 25-VIII-1909, p. 13, col. 2, *Diario do Governo*, de 31-VIII-1909, p. 2598, cols. 2-3. "Diz uma nota officiosa que o clero não será prejudicado nos seus interesses com a lei do registo civil e do divorcio" *Idem*, p. 2598, col. 3. (Reflexos da política governativa que pautou os dois últimos do regime monárquico, após o Regicídio, no sentido de satisfazer algumas das reivindicações exigidas pelas forças contestatárias.)

do Tesouro Público, incómodo das populações rurais), sobrepunha-se o respeito pela liberdade "*dos pacíficos donos da casa*"¹⁴², advertindo-se que a citada lei não seria votada "*sem que a maioria dos portugueses, sobretudo das povoações ruraes, que também são cidadãos, façam ouvir o seu protesto.*"¹⁴³ No tocante ao divórcio, para além de ser rotulado como medida anti-católica, era considerado um "mal", insusceptível de solucionar as perturbações familiares observadas nos grandes centros. Salientava-se, por outro, os malefícios decorrentes da sua instauração no concernente à mulher, ao estimular a infidelidade, o prazer irresponsável, desviando-a das obrigações maternais, ou, inversamente, afastando-a do matrimónio, pelo receio de um dia ser preterida por outra mais afortunada em beleza ou riqueza. Advertia-se, identicamente, que "[a lei não seria decretada] *sem que innumeras almas se levantem em protesto vehemente (...) para defender a santidade do matrimonio (...) e impedir que elle se transforme em simples contracto de compra e venda de carne humana*"¹⁴⁴, vincando-se a distinção entre o gesto dos legisladores e a "vontade do país", o bem da "comunidade" e o "bem do indivíduo".

Ressonâncias na imprensa sobre a apresentação dos projectos de lei do divórcio: um esboço de ilustração

As reacções da imprensa à apresentação do projecto de Duarte Roboredo Sampaio e Mello, em Março de 1900, pautam-se pela diversidade. Ao elogio apologético dos jornais de esquerda (*Pátria* e

¹⁴²*Diário do Governo*, de 31-VIII-1909, p. 2598, col. 2.

¹⁴³Idem, p. 2598, col. 3.

¹⁴⁴Idem, ibidem.

Vanguarda) opõe-se a contestação intransigente dos mais conservadores.

A *Nação*, jornal legitimista e católico, manifesta de imediato a sua indignação face à ousadia do deputado progressista, ao advogar uma causa própria da extrema-esquerda, contrária à religião do Estado, tida como "insulto" às crenças da população portuguesa e como um ataque à Carta Constitucional.¹⁴⁵ A proposta, não obstante, está longe de ser encarada como ameaçadora, dando crédito à convicção que transparece do comentário do periódico sobre o destino da iniciativa de Sampaio e Mello: *"Bem sabemos a sorte que espera o projecto: vae dormir o somno dos justos na respectiva comissão, se tiver ainda a segunda leitura; não é a aprovação d'elle que nos assusta, mas o atrevimento é de tal sorte, que não pode passar sem violenta reprimenda."*¹⁴⁶

Nesta linha (e de acordo com o perfil do jornal) explora-se politicamente o 'incidente', ao privilegiar-se mais do que a refutação do divórcio, o protesto face à atitude silenciosa do Parlamento e dos deputados padres (progressistas) nele presentes, clamando-se em favor de uma reacção enérgica e activa de forma a não deixar dúvidas quanto ao repúdio que a matéria inspira.¹⁴⁷

¹⁴⁵Cf. Bruno Malaquias, "O Divorcio", *A Nação*, anno LIII, nº 13203, 3-III-1900, p. 1, col. 2.

¹⁴⁶Idem.

¹⁴⁷Cf. idem, ibidem. *A Palavra*, diário portuense católico, reage de forma idêntica à apresentação do projecto de Sampaio e Mello. O "espanto" não invalida, porém, a 'certeza' de que o destino da proposta será a "[condenação] a um descanso eterno no cesto dos papeis velhos." Lamenta-se, no entanto, a iniciativa e o silêncio da assembleia, em especial dos reverendos padres com assento parlamentar. Exploram-se as consequências nefastas do divórcio em França, concluindo-se tranquilamente que *"Graças a Deus (...) o judaismo e a maçonaria ainda não são tão poderosos em Portugal, que possam fazer aqui o que fizeram [naquele país]."* Cf. "O Divorcio", *A Palavra*, XXVIII anno, nº 218, 4-III-1900, p. 1, col. 5 e "O projecto de lei do divorcio", nº 219, 7-III-1900, p. 2, col. 1. (transcrição parcial do artigo do Commercio do Minho sobre o projecto de 1-III-1900)

Acumulam-se, de forma idêntica, as críticas face ao constitucionalismo e à república com base na apologia da matéria manifestada pelos jornais de esquerda, as quais contrastam com a abordagem superficial do divórcio, perspectivado como sintoma de imoralidade e "*causa dos maiores males que podem affligir a sociedade*".¹⁴⁸

O *Diario Ilustrado*, periódico mundano, aborda humoristicamente a iniciativa¹⁴⁹, sem deixar, no entanto, de realçar a relevância do tema e a polémica despoletada pela mesma, avaliável pelas suas repercussões públicas, nomeadamente, pela quebra da monotonia da vida parlamentar¹⁵⁰ e da capital: "*Não ha uma casa onde não se fale do divorcio; uma meza de café junto da qual não surja, como thema de palestra, o trabalho do sr. Roboredo; um corredor de theatro onde, nos intervalos, não se diga da justiça e da alheia sobre o projecto de lei.*"¹⁵¹

O interesse social da matéria justifica, assim, o inquérito dirigido aos leitores (e às leitoras) lançado pelo jornal, no sentido de estes manifestarem a sua opinião sobre a questão, entre 1 de Abril e 31 de Março, seguindo-se, numa segunda fase, a escolha da melhor resposta, premiada pela oferta de uma obra sobre o casamento, à escolha do feliz contemplado, entre Balzac, Debay,

¹⁴⁸"Noticias varias" (Secção), idem, ibidem, nº 13206, 7-III-1900, p. 2.

¹⁴⁹"O divorcio está na brecha/ o divorcio está na moda/ Muita cabeça anda á roda/ Muita cabeça anda em brazal/ E se o divorcio vingar/ Muita gente se descasa/ P'ra se tornar a casar!.../ O divorcio, n'estes tempos,/ já não perturba ninguém./ Não faz mal e não faz bem, /Nem desconcerta os sentidos./ E os proprios que eram casados/ Não ficavam desgovernados/ Pois o divorcio não é/ Mais que changez ... de maridos..." In "O Divorcio", O *Diario Ilustrado*, 29º anno, nº 9699, p. 1, col. 7.

¹⁵⁰Refira-se, a título de curiosidade, que este jornal é dos primeiros a apontar a notoriedade alcançada pelo deputado Sampaio e Mello, "sem ter aberto a boca".

¹⁵¹In "O Divorcio- um inquerito do *Diario Ilustrado*", idem, p. 2, col. 4.

Naquet ou Bourget. Importa, porém, relativizar o significado desta iniciativa (que constitui, aliás, uma réplica francesa), na medida em que, se, por um lado, propiciou espaço ao debate sobre o divórcio, por outro, as suas implicações revelaram-se modestas, já que permaneceram inalteráveis as bases do equacionamento sobre o tema.¹⁵²

O Seculo, Suplemento Ilustrado envereda pela via da sátira, em consonância com o teor da publicação. As potencialidades de exploração humorística da matéria são testemunhadas pelo lugar de destaque dedicado ao tema, reflectido em dois artigos, anedotas várias e gravuras cómicas. Nesta linha, o projecto de Sampaio e Mello é apresentado como eco da atmosfera carnavalesca (concretamente, pela "idéa de pandega" associada a ambos os fenómenos), ao mesmo tempo que a iniciativa é reprovada ao argumentar-se que o divórcio torna públicas "*as uniões doentes*".¹⁵³

"*Estamos em vespuras de um 14 de Julho domestico*". Eis o modo como *A Paródia* se pronuncia em relação ao significado do

¹⁵²Cf. idem. Durante o período de realização do inquérito, foram sendo publicados os comentários dos leitores, que oscilavam entre a contestação incondicional do divórcio e a defesa intransigente do mesmo. Em termos de argumentação, são reproduzidos de forma superficial os motivos invocados tradicionalmente em favor ou desfavor da causa. Algumas das respostas, no entanto, apresentam-se mais originais, como é exemplo a de Maria Portella, que justifica a apologia do divórcio com base na sua história pessoal. Casada aos 23 anos, separada judicialmente aos 24 anos, na época viúva, "*velha e sem ninguém*", declara: "*A lei impediu-me o casamento, a sociedade impediu-me de ser mulher; agradeço a Deus ter-me dado resignação e indiferença durante toda a vida do meu marido.*" (Idem, nº 9705, 18-III-1900, p. 2, col. 5). Não menos significativo se nos afigura o comentário de um leitor (contrário ao divórcio, visto este se opôr ao Catolicismo), ao constatar, um tanto estranhamente, que o projecto de Sampaio e Mello suscitou "*uma certa sympathia na alma feminina portugueza*". Interpreta esta reacção como sintoma provável da condição "*precária, dependente e deprimente*" a que o Código sujeita a mulher casada, propondo, ao invés da adopção de "*reformas anti-sociaes, immoraes e irreligiosas*", a revisão de certos artigos do Código. (In idem, nº 9709, 22-III-1900, p. 3, col. 1)

¹⁵³Cf. "*A Pinhata Legislativa*", *O Seculo, Suplemento Ilustrado*, 4º anno, nº 123, 8-III-1900, p. 2.

projecto de Sampaio e Mello, em paralelo à nobilitação do deputado divorcista transformado no "Naquet de Portugal", felicitado, inclusivé, pelo símbolo divorcista francês.¹⁵⁴

Expressões menos ressonantes sobre a matéria são manifestadas pelos jornais *O Seculo*¹⁵⁵ e o *Diario da Tarde*,¹⁵⁶ que se limitam a noticiar a apresentação do projecto de lei de Sampaio e Mello, na Secção Parlamentar, despida de comentários.¹⁵⁷

A imprensa reflecte, de forma mais notória, o cariz político-partidário associado ao debate parlamentar despoletado por Santos Viegas a propósito do projecto de Sampaio e Mello, ocorrido entre 5 e 6 de Junho do mesmo ano.

Assim, *A Nação*, a par do elogio dirigido ao deputado oposicionista pela sua intervenção, sublinha que "[o governo não teve] *coragem de emittir a sua opinião sobre o divorcio*."¹⁵⁸ Maior destaque é, no entanto, dedicado à refutação violenta do discurso de Sampaio e Mello. Acumulam-se os insultos ao "*despilante e ignorante deputado*" e à "*baboseira*"¹⁵⁹ do seu discurso, rejeitando-se linearmente as suas acusações. Ao contrário das palavras de Sampaio e Mello, o estado e a elaboração do registo paroquial no país caracterizar-se-ia pelo "*esmero, cuidado e escrupulo*", repondo-

¹⁵⁴Cf. "O Divorcio", *A Paródia*, 1º anno, nº 8, 7-III-1900. Mas o humor prolonga-se ao 'inquérito dirigido a alguns homens ilustres subordinado ao tema o que é o divorcio?': Magalhães Lima define-o "como a melhor das Republicas", Ricardo Jorge como "um soro", Eça de Queirós como a "ruina dos celibatários"... Idem, nº 9, 14-III-1900, p. 67.

¹⁵⁵Cf. XX anno, nº 6533, 6-III-1900, p. 1, col. 4.

¹⁵⁶Cf. 3º anno, nº 55, 6-III-1900, p. 1. cols. 1 e 2.

¹⁵⁷*O Dia*, por exemplo, não faz nenhuma alusão à matéria.

¹⁵⁸"O governo não tem coragem de emittir a sua opinião sobre o divorcio", (Boletim Parlamentar), *A Nação*, anno LIII, nº 13280, 6- VI-1900, p. 1, col. 4.

¹⁵⁹Idem, "Escandalo", nº 13281, 7-VI-1900, p. 1, cols. 1 e 2. Vd. "Cronica", p. 1, col.2.

se, em paralelo, a autêntica doutrina católica sobre o matrimónio e o divórcio, subvertida pelas falsas citações de Sampaio e Mello¹⁶⁰. A *Palavra*, por sua vez, explora, em particular, a dimensão religiosa da questão, socorrendo-se, porém, "*do pacto fundamental da monarchia*"¹⁶¹, de forma a sustentar a ideia da inconstitucionalidade do projecto de Sampaio e Mello. O articulista apela, neste sentido, à imprensa (tanto católica como a que se preocupa com o bem estar social do país) no intuito de esta participar activamente na refutação do iniciativa, esclarecendo que, na sua opinião, todo o católico (ou governo) que apoiar a legitimidade do divórcio deixará de pertencer ao grémio do catolicismo.

A *Lucta*, diário socialista, prevê (à semelhança da imprensa extremista conservadora, ainda que por razões inversas) um final pouco feliz para a proposta de Sampaio e Mello. Contestada pelos 'reacionários' "*o defeito da lei é ser demasiado civilisadora e [como tal] a parvoice indigena não a pode admittir.*"¹⁶² Assim, ao contrário

¹⁶⁰Cf. idem, B. Malaquias, "Ignorancia", nº 13282, 8-VI-1900, p. 1, col. 1. Atente-se no cariz pessoal inerente à refutação do projecto de Sampaio e Mello: "*O contradictor da doutrina catholica exhibiu ontem a figura mais ridicula que imaginar se pode. De duas uma. O sr. Roboredo Sampaio pelo que disse, ou é d'uma ignorancia ou d'uma requintada má fé! Em qualquer dos casos colocou-se n'uma *tristissima situação* donde não poderá sahir. Ou não conhece o assumpto de que fala, ou tenta enganar os que o ouvem, passando a todos um diploma de parvos, que julga facilmente ter illudido.*" In idem, ibidem.

¹⁶¹In (C.R. de S.), "O Divorcio II", *A Palavra*, anno XXIX, nº 4, 16-VI-1900, p. 1, col. 1. Especial ênfase é atribuída ao esclarecimento da doutrina católica sobre o matrimónio, pois na perspectiva do redactor, terão sido ventiladas em ideias falsas sobre a mesma em algumas publicações. Ver ainda, nº 3, 14-VI-1900, p. 1, col. 1; nº 8, 21-VI-1900, p. 1, col. 2. Aponte-se, a título de curiosidade, que no relato das Cortes a referência ao debate não é acompanhada de qualquer comentário particular.

¹⁶²In Lupniak, "O Divorcio" *A Lucta*, 1º anno, nº 38, 7-VI-1900, p. 1, col. 1. A matéria parlamentar propriamente dita foi apenas objecto de um breve relato, sublinhando-se que o apoio da minoria à intervenção de Santos Viegas foi devido ao "dever" partidário. Cf. Idem, Secção Parlamentar, nº 38, 7-VI-1900, p. 2, col.3; e nº 37, 6-VI-1900, p. 2, col.2. Veja-se ainda o comentário ao

do debate francês marcado pela discussão renhida e pela participação de figuras de primeiro plano do panorama cultural, *A Lucta* prevê que em Portugal a polémica "*não passará d'alguns debates no Parlamento levantados por algum padre fanático*"¹⁶³, confinada a uma sùmula argumentativa decalcada da francesa.

O jornal socialista equaciona em termos mais vastos a matéria do divórcio, relacionando-a com a condição da mulher na sociedade portuguesa, bem como com o estado lastimoso que afecta algumas das relações conjugais (e.g. o adultério, a descendência ilegítima ou a criminalidade passional...). Preconiza-se, nesta linha, a completa emancipação da mulher (enfatizando-se a vertente da autonomia económica), em relação à qual o divórcio é perspectivado como um meio (parcialmente) libertador da mesma.¹⁶⁴

Reconhecem-se, porém, limites à legalização da ruptura conjugal.¹⁶⁵ Os seus inconvenientes (por ex. em matéria de filhos) são porém inferiores às vantagens oferecidas, ao permitir, nomeadamente, pôr fim a situações de falsa moralidade, ainda que circunscritas às camadas privilegiadas. A desigualdade social prolonga-se, desta forma, ao universo das relações domésticas, uma

projecto de lei de Sampaio e Mello e a análise do seu discurso em *A Voz do Operario*, "O Divorcio", 21º anno, nº 1083, 29-VII-1900, p. 3, cols. 2-4 ou o comentário de *A Questão Social*, Orgão dos Trabalhadores, que apresenta a iniciativa de Sampaio e Mello como o projecto mais inovador que até ao momento dera entrada na assembleia ao corresponder ao "*ideal de emancipa(ção) do espirito humano das peias que ainda o subjugam.*" In Ivan "A Lei do Divorcio", *A Questão Social*, 1º anno, nº 7, 17-VI-1900, p. 1, cols. 1-2 (o articulista desempenhou papel de relevo na imprensa progressista em prol da instauração da lei do divórcio, nomeadamente na *Vanguarda*, publicando ainda artigos na revista *O Mundo Legal e Judiciário*).

¹⁶³In Lupniak, "O Divorcio" *A Lucta*, 1º anno, nº 38, 7-VI-1900, p. 1, col. 1

¹⁶⁴Ideais comuns à imprensa de vanguarda. Vd., por ex., "A Família", *A Voz do Operario*, 21º anno, nº 1088, 2-IX-1900, p. 2, cols. 2 e 3 ou Ivan, "A emancipação da Mulher", *A Questão Social*, Orgão dos Trabalhadores, 1º anno, nº 13, 22-VI-1900, p. 1, cols. 1-3.

¹⁶⁵Cf. Lupniak, "O Divorcio" (continuação), *idem*, *ibidem*, nº 39, 8-VI-1900, p. 1, cols. 1 e 2.

vez que, na perspectiva do redactor socialista, a ignorância das mulheres trabalhadoras as impede de se libertarem do "jugo marital", enquanto a falsa educação da classe média feminina as inabilita de suprimirem as necessidades materiais.

O divórcio representa, em suma, "*o primeiro passo para a ultima formula do amor, a que na sociedade futura nos dará- o Amor Livre.*"¹⁶⁶

O *Novidades*, afecto ao partido regenerador, apresenta um relato jocoso da sessão de 5 de Junho (inspirado na peça *Divorçons*, de Sardou)¹⁶⁷, que contrasta com a seriedade que preside ao exame do discurso de Sampaio e Mello, apesar de apelidar de anedóticas as provas indiciadoras da falta de zelo dos párocos na elaboração do registo paroquial ou as relativas à matéria da dissolubilidade matrimonial por parte de Roma.¹⁶⁸ O *Século* apresenta uma súmula objectiva das declarações dos principais intervenientes.¹⁶⁹ O *Diario da Tarde*, diário portuense de pendor progressista, salienta a falta de decoro dos deputados no debate sobre o divórcio, elogiando, no entanto, a intervenção de Sampaio e Mello, garantindo que este terá atingido "*o horizonte iluminado da imortalidade.*"¹⁷⁰ A *Tarde*, diário afecto ao partido regenerador, manifesta-se de forma elogiosa em relação ao discurso de Santos Viegas, enquanto, no tocante à intervenção de Sampaio e Mello, diferencia a questão pessoal (realçando as qualidades intelectuais do deputado) do conteúdo do discurso, que considera inconveniente. A crítica ao governo não

¹⁶⁶In Lupniak, "O Divorcio" *A Lucta*, 1º anno, nº 38, 7-VI-1900, p. 1, col. 1.

¹⁶⁷Cf. "Casos do Dia", *Novidades*, anno XVI, nº 4963, 5-VI-1900, p. 1, col. 5.

¹⁶⁸Cf. "Casos do Dia", *Novidades*, anno XVI, nº 4964, 6-VI-1900, p. 1, cols. 2-3.

¹⁶⁹Cf. "Parlamento", *O Seculo*, 20º anno, nº 6614, 6-VI-1900, p. 1, col. 4 e nº 6615, 7-VI-1900, p. 3, col. 1.

¹⁷⁰In "Diario das Camaras", *Diario da Tarde*, anno III, nº 133, 8-VI-1900, p. 3, col. 2.

deixou, porém, de estar presente no reparo à atitude silenciosa do ministro dos negócios estrangeiros, Beirão, em face do "*insulto á Curia Romana*" proferido pelo deputado divorcista. A apreciação global do debate saldou-se, porém, pelo relativo distanciamento partidário, avaliável pelo comentário favorável à intervenção dos deputados padres (de ambos os quadrantes) e pela referência ao alheamento de Afonso Costa em relação à polémica.¹⁷¹

A imprensa, exceptuando os periódicos conservadores e contestatários, não participa de forma activa na questão do divórcio, limitando-se, também ela, ou ao silêncio ou à refutação sumária do projecto de Sampaio e Mello. Dito de outro modo: a reflexão sobre a matéria pauta-se pela simplicidade, invocando-se, nomeadamente, o argumento da anti-religiosidade ou a quebra da privacidade familiar, motivos que, pela sua linearidade, denunciam a intenção de não envolvimento explícito na questão. A ausência de hostilização, e, inclusivé, a escassa conotação partidária associada à iniciativa de Sampaio e Mello, poderão ser interpretados como sintomas de desinteresse face a uma polémica condenada à nascença, sem possibilidades de se afirmar, atendendo ao peso da Igreja junto das esferas do poder e da sociedade civil.

Nestas circunstâncias, o divórcio é apropriado pela imprensa ideológica, transformando-se em mais uma das peças do conflito entre duas visões do mundo irremediavelmente antagónicas: a concepção religiosa-clerical dominante (que visa por todos os meios assegurar o seu lugar hegemónico na sociedade, contrariando os

¹⁷¹Cf. "Camara dos Deputados", *A Tarde*, anno XIII, nº 5-VI-1900, p. 2, col. 1; nº 6-VI-1900, e nº 7-VI-1900. *O Dia*, diário afecto ao partido regenerador, limitou-se a noticiar a ocorrência na secção parlamentar. Cf. "Camara dos Deputados", *O Dia*, 1º ano, nº 82, 5-VI-1900, p. 2, col.2 e nº 83, 6-VI-1900, p. 2, col. 4.

ventos da modernidade) e a concepção laicizadora (em luta desde os anos 70, animada por um projecto de renovação cultural erigido forçosamente contra a anterior). Conflito (fundamentalmente) circunscrito a estas duas correntes como o testemunham; a seu modo, as expressões do divórcio na imprensa, e, igualmente, o papel do jornalismo apologético, traduzido, em especial, na propagação dos respectivos ideários (o que explica, aliás, o lugar restrito reservado à fundamentação teórica da causa divorcista e anti-divorcista).

Todavia, apesar da atitude de distanciamento (inicial) da imprensa face à questão do divórcio no país, afigura-se-nos, porém, de salientar o papel que esta exerceu (implicitamente), ao contribuir, a seu modo, para a divulgação da matéria, noticiando, nomeadamente, os desenvolvimentos da problemática divorcista em França. Se é certo que, regra geral, a informação veiculada era despida de comentários (isto é, sem ser explorada directamente em benefício da causa ou do combate divorcista no país), parece-nos, no entanto, que ela terá, de alguma forma, actuado no sentido de 'despenalizar' a temática. Cite-se, a título de exemplo, a abordagem progressista do divórcio desenvolvida pelo *Diario da Tarde*, a pretexto de dois acontecimentos antagónicos ocorridos no país: "[enquanto, no Porto o Congresso católico vota] *candidamente uma resolução condenando o divorcio (...), na capital, assiste-se ao desenlace em sangue d'uma dessas tragedias de casamento que deixam memoravel impressão, não tanto pela raridade do facto, como pela evidencia das personagens n'ella implicados.*"¹⁷² Em

¹⁷²In "Notas a Lapis - O Divorcio", *Diario da Tarde*, III anno, nº 290, 14-XII-1900, p. 2, col. 2. O Congresso católico, presidido pelo bispo da diocese do Porto, D. António Barroso, teve início a 8 de Dezembro de 1900. O escândalo a que se

simultâneo, refere o jornal, em Paris é publicado uma notável brochura de Paul e Victor Margueritte que está a gerar uma "enorme sensação". Acontecimentos que motivam uma reflexão sobre o casamento na sociedade moderna, e identicamente sobre a ruptura do laço conjugal.¹⁷³

No mesmo sentido, a intervenção da imprensa na questão do divórcio tendeu a intensificar-se, em paralelo à aceleração da campanha laicizadora, em particular (e uma vez mais) entre os sectores extremistas. Todavia, a sua acção, em termos de conteúdos argumentativos, é modesta, ao reproduzir genericamente, os motivos avançados pelos campos em confronto. Nestas circunstâncias, as ressonâncias da renovação do projecto de lei de Sampaio e Mello, em 1908 e 1909, são limitadas, reflectindo-se na publicação de artigos pró ou contra a instauração do divórcio.¹⁷⁴ Mais do que nunca, a questão política e religiosa era percebida pelos paladinos do instituto como obstáculo intransponível no

refere o jornal diz respeito ao assassinato de Alexandre O'Neill, motivado pelo adultério da sua esposa, acontecimento de amplas repercussões públicas.

¹⁷³Ver, "Notas a Lapis - O Divorcio", *Diario da Tarde*, III anno, nº 293, 18-XII-1900, p. 2, col. 2 e 3 e "Notas a Lapis - O Divorcio", nº 297, 22-XII-1900, p. 2, col. 2 (transcrição de uma entrevista de Alfred Naquet sobre os motivos do divórcio e os seus efeitos sociais, reproduzida, igualmente, noutros periódicos.)

¹⁷⁴Cite-se, a título ilustrativo, a reacção do periódico *Novidades* à renovação da proposta de Sampaio e Mello, limitada a um resumo alargado dos argumentos invocados pelo deputado no sentido de defender a sua iniciativa. (Cf. "Chronica das Cortes", *Novidades*, anno XXIV, nº 7709, 27-VII-1909, p. 2, cols. 2 e 3) Em meados de Agosto, o mesmo periódico publica um artigo de Nuno Bulhão Pato justificando a legitimidade da instauração do divórcio, que alega como motivos a historicidade do fenómeno, a necessidade de "*remediar as desgraças domesticas*" salvaguardando, em paralelo, o interesse do indivíduo e a moralidade social -razões que o levam a sustentar a exigência de demarcar a questão do território político. (Idem, "Divorcio", nº 7727, 16-VIII-1909, p. 2)

Por sua vez, *O Seculo* limita-se a noticiar sinteticamente o conteúdo do relatório e do projecto de Sampaio e Mello, apenas acrescentando, relativamente a 1909, lamentar que a proposta de lei não seja mais radical. (Cfr. *O Seculo*, 28º anno, nº9488, p.4, cols. 2 e 3 e 29º anno, nº9918, 27-VII-1909, p. 2, col. 5.)

sentido de o projecto de lei ser discutido, como o denunciavam pela inversa as palavras de Nuno Bulhão Pato: "*a lei não deve ser feita do ponto de vista politico, pela vontade de uma facção ou de um partido, [devendo consistir na] tradução de aspirações.*"¹⁷⁵ Nestas circunstâncias, o gesto de Sampaio e Mello assume-se fundamentalmente como um acto simbólico (corroborado, inclusivé, pela inalteração do conteúdo do projecto).

O 5 de Outubro e o Divórcio

A proclamação da República é acompanhada, naturalmente, pela intensificação da campanha laicizadora, tradução, em suma, da aspiração dos sectores mais radicais no sentido de assistirem à consubstanciação legislativa de uma luta encetada nos anos 70. Nestas circunstâncias, a imprensa republicana, nomeadamente, constitui-se como meio de pressão, apelando insistentemente ao governo provisório, no sentido da imediata promulgação do edificio laicizador, reivindicando, em concreto, as leis do divórcio, do registo civil e da separação da Igreja (concebidas como partes integrantes de um todo). Loff de Vasconcellos e Alberto Bramão constituem as figuras símbolo da campanha movida pelo jornal *O Seculo*, justificando a urgência de tais medidas como meio de acelerar a destruição dos alicerces da reacção em benefício da consolidação do regime nascente.¹⁷⁶ Loff de Vasconcellos, em particular, acentua a plena legitimidade do executivo em promulgar as citadas leis na

¹⁷⁵Idem.

¹⁷⁶Cf. Loff de Vasconcellos, "O divorcio. o registo civil e a separação da egreja" (Secção, Vida Juridica), *O Seculo*, 30º anno, nº 10363, 18-X-1910, p. 2, cols. 3 e 4.

medida em que este assume o poder em nome do povo, concluindo, nesta linha, que esta 'missão' "*tem de ser obra d'este governo e não do corpo legislativo, que ainda não funciona*".¹⁷⁷

Todo o sintoma serve, assim, como pretexto para incentivar a luta. Loff de Vasconcellos invoca, a propósito, a sua apreensão (comum aos sectores mais radicais) face a supostas declarações atribuídas ao "*radical ministro*" da Justiça, Afonso Costa, de acordo com as quais este se manifestara partidário do adiamento da promulgação da lei de separação da Igreja, preconizando que esta deveria ser objecto de análise pela assembleia constituinte.¹⁷⁸ Palavras que, apesar de indevidamente confirmadas, suscitaram, na perspectiva do articulista, "*uma grande perturbação*"¹⁷⁹ nos espíritos mais radicais, justificando-se mais do que nunca "*agitar a questão de modo a vê-la solucionada*".¹⁸⁰

A par da exploração política do momento vigente, os promotores do divórcio não descuraram a fundamentação propriamente dita da respectiva lei. Nestas circunstâncias, reproduzem-se os argumentos tradicionais, apresentando-se o

¹⁷⁷Idem.

¹⁷⁸Cf. Cf. Loff de Vasconcellos, "O Divorcio, O divorcio constitue o alicerce fundamental da reorganização social- É uma parte integrante do registo civil obrigatorio e da separação da Egreja" (Secção, Vida Juridica), *O Seculo*, 30º anno, nº 10364, 19-X-1910, p. 4, col. 2.

¹⁷⁹Idem. De acordo com a entrevista concedida pelo ministro da Justiça ao periódico *O Porto*, transcrita pelo *Diario de Noticias*, Afonso Costa teria comentado que a promulgação da lei do divorcio deveria ser adiada na medida em que o governo não a considerava tão urgente como a da separação da Igreja e do Estado. Cf. "Entrevista a Affonso Costa", *Diario de Noticias*, 46º anno, nº 16137, 15-X-1900, p. 2, cols. 1 e 2.

¹⁸⁰Idem, ibidem. A participação de cidadãos anónimos parece-nos ser, nesta linha, interpretada como factor de reforço da campanha, no sentido de sensibilizar o governo, mas em particular, a opinião pública para a justeza da reivindicação. Citem-se, a propósito, as cartas dirigidas ao ministro da Justiça, por dois leitores do jornal *O Seculo* apelando para a promulgação imediata da lei do divórcio. Cf. "O Divorcio - Ao illustre ministro da Justiça Dr. Affonso Costa", *O Seculo*, 30º anno, nº 10366, 21-X-1910, p. 6, col. 5.

divórcio como "*o unico correctivo moralizador da instituição familiar*."¹⁸¹ Loff de Vasconcellos apresenta, a propósito, o projecto de lei de Luis de Mesquita comentando o seu fraco pendor radicalista, consonante, aliás, com o estado da sociedade, que não permite ir mais longe.¹⁸²

Exorta-se, em todo o caso, a necessidade da "*trilogia redemptora da sociedade portuguesa*"¹⁸³ ser promulgada de imediato de forma a que a obra da revolução seja "*coroada com os louros dos principios revolucionarios triumphantes*"¹⁸⁴.

O tom apologético e propagandístico dos artigos de Loff de Vasconcellos trai, não obstante, a intenção declarada dos paladinos mais radicais do divórcio e do edifício laicizador, de explorarem as virtualidades inerentes ao contexto revolucionário vigente, no sentido de assegurarem a proclamação dos princípios preconizados. Sentido que apreendemos de forma explícita, nomeadamente, no periódico *O Dia*, periódico liberal, (a respeito da necessidade de instauração da lei do divórcio):

¹⁸¹In D. Alberto Bramão, "O Divorcio", *O Seculo*, 30º anno, nº 10373, 28-10-1910, p. 3, col. 2. O articulista cita, a propósito, que o número das separações legais, de acordo com a opinião dos advogados, corresponde a 1/10 das separações de facto. Por outras palavras as 60 separações que em média por ano têm lugar no tribunal da Boa-Hora reflectem-se na situação de 1200 pessoas condenadas ao "trilema" da renúncia do amor, da ligação ilícita ou da prostituição.

¹⁸²Loff de Vasconcellos, "A Lei do Divorcio -A instituição do divorcio contribuirá para a obra moralizadora da Republica. Impõe-se a sua imediata promulgação." (Secção - Vida Juridica), *O Seculo*, 30º anno, nº 10370, 25-10-1910, p. 6, col. 2 a 4. Refiram-se, a título de curiosidade, o comentário de um leitor, enviado ao jornal *O Seculo*, por discordar da disposição consignada no art. 56º do projecto de lei de Luiz de Mesquita, relativo à reconversão da separação em divórcio, bem como a proposta de um leitor no sentido de ser considerada legítima causa do divórcio "o desleixo da mulher em casa". (Cf. "Uma disposição inaceitavel no projecto de lei do sr. Luiz de Mesquita", idem, nº 10373, 28-10-1910, p. 3, col. 2 e "O desleixo, motivo de divorcio", idem, ibidem, p. 3, col. 3.

¹⁸³Idem, ibidem.

¹⁸⁴Idem, ibidem.

*"Se as leis devem corresponder a uma necessidade social e também, quando isso seja possível, a um movimento de opinião, a lei do divórcio é das que mais se impõe no presente momento. Razões políticas aconselham a sua imediata promulgação. (...) O aspecto religioso da questão do divórcio é para o pensador e para o jurista o menos importante; mas para o político e para o legislador, é o que mais deve preocupá-los. Entre nós a ideia do divórcio já conquistou os espíritos e até mesmo a multidão. Só o clero e os católicos militantes contra elle se teem pronunciado. (...) [Aproveite-se pois o momento] o entusiasmo da revolução (...) porque não existem agora as dificuldades políticas, que tinha até aqui, e que, embora em muito menor grau, pôde ter mais tarde."*¹⁸⁵

Parece-nos importante, porém, relativizar a receptividade à instauração do divórcio, vista como unânime entre a população portuguesa. Se é certo que as histórias pessoais representaram um importante factor legitimador da sua instauração, reflectido, nomeadamente, no aumento das separações oficiais¹⁸⁶ e nos valores "escandalosos" da ilegitimidade¹⁸⁷ ou das uniões ilícitas¹⁸⁸, persistiram, no entanto, protagonistas opositores à sua proclamação. Cite-se, a título ilustrativo, a atitude de Dias Ferreira que em plena

¹⁸⁵In *O Dia*, 11º anno (20º anno), nº 3184 (6052), 20-X-1910, p. 1, cols. 1 e 2.

¹⁸⁶Em 1910, a cifra da população do continente em regime de separação de pessoas, por sexos, situava-se em 1186, no tocante aos homens, e em 1295, no referente às mulheres, valores que atingiram, em 1911, respectivamente, 1177 e 1398. (*Censo da População do Reino de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, p.5 e *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1911*, s.ed. Sobre a evolução do movimento do divórcio veja-se Rui Casção, "Família e Divórcio na Primeira República", *A Mulher na Sociedade Portuguesa*, [...], ob. cit., pp. 153-169.

¹⁸⁷Ver, p.ex., Alberto Carrasco Guerra, ob. cit., e Jaime d'Almeida, *A Questão Feminina*, ob. cit..

¹⁸⁸Cfr., nomeadamente, M. Abundio da Silva e Ricardo Jorge, obs. cit..

revolução manifestou a sua discordância, advogando que a perpetuidade do vínculo conjugal se apresentava como "*a base necessaria da moralidade no lar domestico*"¹⁸⁹, posição tanto mais significativa quanto foi pronunciada no 2º Congresso do Livre Pensamento, na secção relativa à instituição familiar, onde participaram alguns dos paladinos divorcistas, nomeadamente Alberto Bramão.

O momento político apresentava-se, porém, propiciador da instauração do divórcio, pressionando, neste sentido, a imprensa mais vanguardista. *O Seculo*, à semelhança de outros periódicos partidários entusiastas da revolução, segue escrupolosamente os preparativos últimos da lei do divórcio, noticiando, na edição de 4 de Novembro, em 'ultimas noticias', que a lei seria publicada nesse dia no *Diario do Governo*.¹⁹⁰ Os números seguintes do periódico são dedicados à consagração da iniciativa do governo, como o ilustra o título do artigo de Alberto Bramão: "O Divorcio Libertador - Uma campanha de cinco annos. Uma Bastilha arrasada. Saudação ao Governo".¹⁹¹ Loff de Vasconcellos, por seu turno, declara que "*o dia 4 de Novembro, data da promulgação da lei, passe a ser assinalada no calendario como um dia glorioso e auspicioso para a nação ao marcar a reorganização da familia*"¹⁹².

Os artigos sobre a lei do divórcio sucedem-se, com ênfase particular, na imprensa apologética da iniciativa. *O Dia* publica uma

¹⁸⁹*Diario de Noticias*, 46º anno, nº 16137, 15-X-1900, p. 4, cols. 1 a 3.

¹⁹⁰Cf. *O Seculo*, 30º anno, nº 10380, 4-XI-1910, p. 2, col. 6.

¹⁹¹In *O Seculo*, 30º anno, nº 10381, 5-XI-1910, p. 1, col. 2. Conteúdos que são comuns à imprensa apologética do regime. *O Dia*, nomeadamente, interpreta o significado político da lei como "*demonstrativo do zelo põe em bem servir os principios que representa.*" In *O Dia*, 11º anno (20º anno), nº 3197 (6064), 4-XI-1910, p. 1, col. 1.

¹⁹²In *O Seculo*, 30º anno, nº 10370, 12-XI-1910,

entrevista concedida pelo Dr. Cunha e Costa (distinto advogado e paladino da campanha divorcista) e por D. Albertina Paraíso (directora do jornal da *Mulher* e igualmente activa defensora) com o fim de averiguar as impressões dos entrevistados sobre o significado sócio-jurídico e político da lei do divórcio¹⁹³, incidindo, igualmente, sobre conteúdos, explorados por outros jornais, de natureza mais informativa (designadamente, as formalidades legais do processo¹⁹⁴) e educativa (e. g. a defesa do mútuo consenso como sistema mais moralizador¹⁹⁵). Alberto Bramão, por seu turno, declara que a lei será forçosamente aprovada pela assembleia, prevendo apenas (de forma sintomática) a possibilidade de esta vir a assumir um cariz mais radical, propondo, nesta linha, o encurtamento do período necessário à reconversão da separação de pessoas em divórcio. Considerações que, aos seus olhos, revestem toda a legitimidade, na medida em que "*a imprensa adversa ao governo não teve, na lei do divorcio, ensejo para combater.*"¹⁹⁶

¹⁹³"O Divorcio - O Sr. Dr. Cunha e Costa e a S^a D. Albertina Paraíso dizem para *O Dia*, as suas impressões sobre a Lei do Divorcio", 11^a anno (20^o anno), n^o 3198 (6065), 5-XI-1910, p. 1, cols. 5 e 6. Refira-se, a título de curiosidade, o detalhe inovador que Cunha e Costa salienta no facto de se considerar como causa legítima do divórcio litigioso o "*vicio inveterado do jogo de fortuna ou de azar*", considerando-o de responsabilidade exclusiva de Afonso Costa. Revelador do carácter conjunto da lei do divórcio e das leis de família (promulgadas a 25-XII-1910) afiguram-se-nos ser as suas palavras sobre a natureza moralizadora da iniciativa legislativa: "*como commovidamente me affirmou o proprio ministro, o seu proposito, quer na lei do divorcio, quer na lei do casamento civil, é reduzir o mais possivel o numero de filhos illegitimos. Até o filho nascido na constancia do matrimonio, mas impugnado pelo pae, é legitimado pelo casamento subsquente da mãe pela pessoa de quem o houve.*" Cf. *idem*, p. 1, col. 1.

¹⁹⁴Cf. Loff de Vasconcellos, "O Divorcio por mutuo consentimento", *O Seculo*, 30^o anno, n^o 10385, 9-XI-1910, p. 3, col. 2.

¹⁹⁵*Idem*. Loff de Vasconcellos sublinha, a este respeito, que o mútuo consentimento para além de se apresentar como o sistema mais moral ("*quer [em termos] de honestidade publica (...) como de decoro dos tribunaes, uma vez que ao contrario do regime anterior, os depoimentos das testemunhas são anexos ao processo*"), constitui ainda o mais económico e menos moroso." *Idem*.

¹⁹⁶*O Seculo*, 30^o anno, n^o 10394, 18-XI-1910, p. 3, cols. 2-3.

Este testemunho afigura-se-nos bem revelador do carácter parcelar da análise relativa às repercurssões da promulgação da lei do divórcio na imprensa. Cite-se, a propósito, a abordagem proposta pelo *Comercio do Porto* sobre a citada medida. Apesar da pretensa objectividade que preside ao exame referente ao valor jurídico e social da lei (não obstante serem sugeridos alguns inconvenientes), o desfecho do artigo aponta, sintomaticamente, para a irremediável perpetuidade da relação conjugal, como o testemunha a transcrição da cena final do drama "Berceau" (Brieux): "*A lei -exclama o pai- póde declarar-nos desunidos; podíamos mesmo ter jurado intimamente indiferença e esquecimento de um pelo outro. Advogados, juizes, todo o Codigo Civil e todas as leis da terra poderam proclamar que eramos duas pessoas estranhas uma á outra; só o não o disséra o nosso filhinho.*" (§) *Essa pequenina voz é, na verdade, mais eloquente e mais decisiva do que quantas se possam fazer-se ouvir.*"¹⁹⁷

O *Diario da Tarde*, ex-órgão portuense da Dissidência Progressista, explora, nomeadamente, as reacções de Roma, a pretexto do anúncio de protesto que o Papado se preparia para proferir na sequência da promulgação da lei do divórcio em Portugal.¹⁹⁸ Na perspectiva do *Diario da Tarde*, essa iniciativa revelar-se-ia inoportuna e reveladora da fragilidade do poder da Igreja, tanto mais que a citada lei conta com o apoio do povo das cidades. Os padres, em contrapartida, "*ao aderirem em massa ao novo regime*"¹⁹⁹ não se apresentam na condição de a combaterem,

¹⁹⁷In "O Divorcio", *Comercio do Porto*, anno LVII, nº 263, 6-XI-1910, p. 1, col.1.

¹⁹⁸"Notas a Lapis, *Diario da Tarde*, anno XIII, nº 254, 5-XI-1910, p. 1, col. 3.

¹⁹⁹In *idem*.

concluindo, nestas circunstâncias, que o silêncio se apresentaria como o "*acto de maior alcance*."²⁰⁰

As informações sobre o movimento divorcista constituem, a seu modo, uma expressão da lei do divórcio, ainda que interpretadas, regra geral, como sintoma de anseio e de receptividade da população face à iniciativa. Diversos periódicos (*O Seculo, O Dia, Diario de Noticias*, entre outros) noticiam o número de clientes que já teriam contactado alguns dos advogados mais ilustres do foro, enquanto outros informam sobre o número de causas que teriam já dado entrada nos tribunais de Lisboa e do Porto. O primeiro casal que se divorciou no país, teve, assim, as honras de ser publicitado nos jornais. Foram eles Miguel Ignacio Pereira, 1º condutor de máquinas da Armada, e Emilia Rosa da Conceição Ventura, tendo-se efectuado no dia 29 de Novembro de 1910²⁰¹.

A imprensa católica, por sua vez, não deixou de manifestar o seu desagrado em relação à lei do divórcio. *A Voz da Juventude, órgão da Juventude Catholica de Lisboa*, reconhece, porém, a impossibilidade de no momento de alterar o quadro, em virtude da mencionada lei ser considerada pelos republicanos como uma iniciativa liberal. Mesmo assim, exorta à participação todos aqueles que discordam das leis do divórcio e do registo civil, no sentido de assinarem as listas que "*foram profusamente distribuidas em tempo, contra a introdução [das mesmas]] nos Codigos*" As listas destinar-se-iam a ser entregues à Assembleia Nacional Constituinte, com o fim de evidenciarem o protesto de uma parte substancial da

²⁰⁰In idem, ibidem.

²⁰¹Cf. "A Lei do Divorcio", *Diario da Tarde*, anno XIII, nº 288, 16-XII-1910, p. 2, col.5.

população, solicitando-se, para o efeito, o seu envio para a sede do jornal²⁰².

O Discurso Feminista sobre o Casamento e o Divórcio

O discurso feminista é, por essência, um discurso estritamente particular, centrado na mulher e na especificidade da condição feminina, moldado pelos condicionalismos que marcaram a realidade sócio-cultural e económica da sociedade portuguesa nas últimas décadas de oitocentos e primeiros anos do século XX.²⁰³ Bastará recordar, a este respeito, os efeitos tímidos que acompanharam os sintomas da industrialização em finais do século, em particular na capital, -crescimento urbano, desenraizamento da população migrante, agitação operária- como que 'impotentes' no sentido de se repercutirem, de forma activa, sobre o despertar do universo feminino burguês para a questão da mulher. Não surpreenderá, por conseguinte, o perfil "moderado" e elitista que o feminismo português revestiu, desde as suas manifestações

²⁰²Sobre o desfecho desta iniciativa não encontramos documentação apesar de termos pesquisado o Arquivo da Assembleia da República. Vale a pena mencionar a manifestação de protesto dos bispos à política anti-clerical - concretamente, em relação à lei do divórcio- através de uma pastoral, elaborada em finais de Dezembro e tornada pública em Fevereiro de 1911. Apesar da hostilidade política face ao clero, reflectida na atitude do governo proibindo a leitura da citada pastoral, muitos párocos, sobretudo no norte, desafiaram o poder instituído. Deste incidente resultou a deposição do bispo do Porto, responsabilizado pelo incitamento dos párocos. Cf. A.H. Oliveira Marques, *Portugal, da Monarquia para a República*, ob. cit., p. 500.

²⁰³Sobre o conceito de feminismo veja-se Karen Offen, "Definir el Feminismo: un Análisis Histórico Comparativo", *Historia Social*, nº 9, Invierno, 1991, pp. 103-135; "Sur l'origine des mots 'Féminisme' et 'Féministe'", *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, 34, nº 3 (Jul.-Sept.), 1987, pp. 492-496, da mesma autora.

precursoras, consubstanciado na ênfase atribuída à dimensão cultural do problema feminino²⁰⁴ (concebida como espécie de panaceia susceptível de devolver à mulher a dignidade e correspondente estatuto social) a par da relativa marginalização a que foi votada a vertente sócio-económica da questão²⁰⁵.

Os primeiros anos de novecentos assistem, porém, à reanimação da questão feminina (e feminista), estimulada pelos contactos estabelecidos entre a futura elite dirigente do movimento feminista com as correntes ideológicas de vanguarda, à semelhança das trajectórias que pautaram os feminismos europeus²⁰⁶. Ana de

²⁰⁴Simbolizado nos escritos pioneiros de Maria Amália Vaz de Carvalho, Alice Pestana (1860-1929), ambas escritoras, e Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925), notabilizada pelos seus trabalhos em filologia românica. Sobre o contributo destas figuras veja-se: Cecília Barreira, *História das Nossas Avós, Retrato da Burguesa em Lisboa*, ob. cit., pp. 158-160, no tocante à primeira escritora, e Maria Regina Tavares da Silva, Ana Vicente, *Mulheres Portuguesas, Vidas e Obras Celebradas- Vidas e Obras Ignoradas*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres, s.d., pp. 45-68 (colectânea de artigos publicados no Boletim da Comissão da Condição Feminina sobre mulheres que intervieram no processo da emancipação feminina) relativamente às duas últimas mencionadas.

²⁰⁵Vd. Maria Regina Tavares da Silva, "Feminismo em Portugal na voz das mulheres escritoras de início do século XX", *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), 3º, 4º, 5º, pp. 875-907. Vejam.-se, ainda, os estudos sobre os periódicos femininos publicados no *Boletim da Comissão da Condição Feminina*, nomeadamente, Ivone Leal, "A Voz Feminina, Jornal Semanal Científico, Literário e Noticioso, 1868-1869", 1981, nº 3, pp. 18-26; Maria Regina Tavares da Silva, "A Mulher, Revista Ilustrada das Famílias", 1981, nº4, pp. 27-51; Ivone Leal, "Um Século de Periódicos Femininos - Inventário de periódicos publicados entre 1807 e 1926", 1982, nº1, 9-19, e da mesma autora "Os Papéis Tradicionais Femininos: continuidade e rupturas de meados do século XIX a meados do século XX" in *A Mulher na Sociedade Portuguesa* [...], ob. cit., 2º vol., pp. 353-367.

²⁰⁶Para uma visão geral sobre a questão veja-se Anne-Marie Käppeli, "Scènes Féministes", in Georges Duby, Michelle Perrot, *Histoire des Femmes en Occident*, ob. cit., vol. IV, pp. 495-525. Importará, porém, frisar os resultados pouco significativos resultantes dessas alianças, nomeadamente, no caso do feminismo francês finissecular, marcado pela estratégia de aproximação à Maçonaria e ao movimento livre pensador delineada por Maria Deraismes e Léon Richer, e pelo esboço de aproximação à corrente socialista por Hubertine Auclert, cf. Laurence Klejman, Florence Rochefort, *L'Égalité en Marche, Le Féminisme sous la Troisième République*, Paris Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1989, pp. 61-65.

Castro Osório, Adelaide Cabete, Angelina Vidal, Maria Veleda²⁰⁷ entre outras, figuras de vulto do feminismo de então, distinguiram-se ainda como livres pensadoras e como partidárias de concepções políticas inspiradas nos ideários do republicanismo e socialismo, doutrinas que não deixaram de enformar as posições progressistas que avançaram sobre o casamento, expressas, por exemplo, na defesa formal do amor livre ou na apologia do divórcio, reflectindo-se, a seu modo, nos conteúdos do próprio feminismo.

É à luz deste quadro que se inserem os esforços organizativos que então se verificam, traduzidos na experiência (ainda que breve) do Grupo Português de Estudos Feministas (1907) e na criação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (Fevereiro de 1909), projectos liderados por Ana de Castro Osório e Maria Veleda²⁰⁸. Particular destaque afigura-se-nos dever ser atribuído a estas iniciativas na medida em que, se por um lado constituem um indiciador de uma maior receptividade face à questão feminina e feminista, simultaneamente, são reflexo do envolvimento mais directo da elite dirigente do feminismo a meios politizados, nomeadamente republicanos, por intermédio da Maçonaria.

Excluídas tradicionalmente do universo do político, as mulheres evidenciam sinais paulatinos de aproximação a essa esfera,

²⁰⁷Dados sobre o percurso feminista de Adelaide Cabete (1867-1935), médica e publicista, e de Ana de Castro Osório (1872-1935), escritora e igualmente publicista, encontram-se em Maria Regina Tavares da Silva, Ana Vicente, *Mulheres Portuguesas, Vidas e Obras Celebradas- Vidas e Obras Ignoradas*, ob. cit. pp. 69-82; no tocante à trajectória de Angelina Vidal (1853-1917), jornalista e membro activo dos movimentos republicano e socialista, veja-se, Maria Helena Vilas-Boas e Alvim, "Angelina Vidal- Uma Vida ao Serviço da República", in *Comunicações apresentadas ao Congresso A Vida da República Portuguesa 1890-1990*, ob. cit., p. 414.

²⁰⁸ A propósito dos objectivos do Grupo Português de Estudos Feministas ver Ana de Castro Osório, *A Educação Cívica da Mulher, Conferência feita no Centro Dr. Affonso Costa*, Lisboa, Typographia Liberty, 1908, pp. 5-7.

fenómeno que se nos afigura resultar de uma conjuntura dupla, marcada, porém, pelo interesse manifesto revelado por figuras de charneira do republicanismo -como são exemplo, Magalhães Lima, Fernão Botto Machado, Bernardino Pinheiro- no sentido de atraírem à sua causa as representantes do movimento feminista. Apesar de a questão da mulher não ser estranha às preocupações da corrente republicana, como já o dissémos²⁰⁹, constata-se uma súbita valorização do elemento feminino, ilustrada, nomeadamente, pela reabertura da Maçonaria às mulheres ocorrida entre 1904 e 1908 [após os efémeros episódios associados às lojas *Direito e Razão* (1864) *Filipa de Vilhena* (1881-1885²¹⁰)], sob a égide de Magalhães Lima, materializada na criação das lojas de adopção *Humanidade e 8 de Dezembro*²¹¹. Sublinhe-se, no entanto, a estreita sintonia observada entre este fenómeno e a estratégia propagandística delineada então pelo partido republicano, tendente a alargar a sua base social de apoio, bem como a reforçar o seu lugar na cena política, como corrente aglutinadora do combate ao regime agonizante²¹². Em idêntico sentido, parece apontar a fundação da

²⁰⁹Recorde-se que a valorização do elemento feminino se enquadra doutrinariamente no espírito do projecto republicano, atendendo ao lugar reservado à mulher e à família na construção da 'nova' sociedade, expresso, nomeadamente, nos conteúdos dos programas do partido republicano.

²¹⁰Cf. Fernando Catroga, *A Militância Laica e a Descristianização* [...], ob. cit., p. 369.

²¹¹ Cf. Fernando Marques da Costa, *A Maçonaria Feminina*, Lisboa, Editorial Vega, s.d., pp. 47-62. Note-se, como o salientou Marques da Costa, como este processo reflecte, a seu modo, a trajectória do feminismo francês na sua articulação à Maçonaria. À tentativa frustrada de penetração das mulheres nesta instituição, verificada através da iniciação da Maria Deraismes, em Janeiro de 1882, o fenómeno apenas ganhará ênfase, nos inícios de novecentos, na sequência da iniciação de Louise Michel em 1901, grande apologista da entrada de mulheres na Maçonaria. Cf. Laurence Klejman, Florence Rochefort, *L'Égalité en Marche, Le Féminisme sous la Troisième République*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1989, p. 64.

²¹²Cf. Fernando Marques da Costa, "Mulheres, Elites e Igualitarismo na 1ª República", in *A Mulher na Sociedade Portuguesa* [...], ob. cit., vol. II, pp. 369-

Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, nascida sob o impulso de Bernardino Machado, Magalhães Lima e António José de Almeida²¹³ e presidida por Ana de Castro Osório, uma das paladinas do movimento feminista, destacado elemento da Maçonaria²¹⁴. Indicadores que parecem denunciar, precisamente, o estímulo exercido em particular pela facção republicana (em processo de expansão) no incremento do movimento feminista, inserindo-o, porém, no espírito do seu ideário e no combate em prol da república²¹⁵.

Neste contexto, valerá a pena examinar os objectivos da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas com o fim de auscultarmos

383. Sobre a trajectória do Partido Republicano na fase terminal do regime monárquico, veja-se, Amadeu Carvalho Homem, *A Propaganda Republicana* e Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal, Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, ob. cit., pp. 95 e ss.

²¹³Cf. "Discurso pronunciado na reunião preparatoria da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas pela sua Presidente D. Anna de Castro Osorio" *A Mulher e a Criança, Órgão da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas*, I anno, nº 1, Abril de 1909, p. 1, col.1.

²¹⁴Com efeito, na sequência da acção relevante exercida por algumas mulheres no seio da Maçonaria, a loja Humanidade, presidida por Ana de Castro Osório, foi elevada à categoria de loja independente, usufruindo dos direitos correlativos ao seu novo estatuto (Abril de 1907), símbolo do triunfo parcial da tese a favor da igualdade de direitos dos seus membros. Cf. Fernando Marques da Costa, *A Maçonaria Feminina*, ob. cit., p. 50.

²¹⁵Vale a pena mencionar, a este respeito, o papel que António José de Almeida atribuía à mulher no período conturbado que o país atravessava então: "*Debatemo-nos n'uma crise pavorosa de que só com dificuldade conseguiremos sair. A intelligencia e os sentimentos teem que dar as mãos para ser possível o triumpho do patriotismo e da democracia. Ora, para espalhar sentimento, para semear emotividade, que germine e floresça no coração humano, não ha como a mulher, fonte perene de amor irradiante....*". E mais adiante esclarece, "*que cada uma d'ellas exerça na sua esphera de relações, o influxo do seu espirito e o exercicio da sua propaganda, inscrevendo-a "[n]o trabalho pela Patria republicana*". (In "Palavras do Dr. António José de Almeida", *A Mulher e a Criança, Órgão da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas*, I anno, nº 3, Maio de 1909, pp. 3-4.) Palavras ponderadas que deixam transparecer as resistências sócio-mentais relativas à participação das mulheres na propaganda política e à necessidade de a acautelar: "*A mulher não hade fazer politica? Então não hade ocupar-se, já não digo da sua, mas da sorte de seu marido, dos seus filhos, ella que é toda dedicação?!*" Bernardino Machado, citado por Ana de Castro Osório, *As Mulheres Portuguesas*, Lisboa, Livraria Editora Tavares Viuva Cardoso, 1905, p. 57.

o rumo do feminismo sob os auspícios do republicanismo, 'aliança' que não deixou de originar algumas tensões entre destacadas individualidades do repectivo movimento²¹⁶.

De acordo com o artigo 1º dos seus Estatutos, a associação emergente tinha por fim: "1º -*Orientar, educar e instruir, nos principios democraticos a mulher portugêsa, como mãe de familia, esposa, filha, educadora, tornando-a um individuo autonomo e consciente (...); 2º -Fazer propaganda civica, inspirando-se no ideal republicano e democratico; 3º -Promover a revisão das leis na parte que interessa especialmente a mulher e a criança; taes como o direito paternal e maternal equalados, autonomia economica da mulher casada, egualdade de direitos perante o codigo, na tutoria, testemunho, etc. Promover immediatamente, de preferencia a outro qualquer assumpto, a discussão no parlamento, do projeto sobre a questão do divorcio, já apresentado em côrtes.*"²¹⁷ Reveladores, em idêntico sentido, da orientação assumida pela L.R.M.P. afiguram-se os artigos 5º, 6º e 11º dos seus Estatutos. Os dois primeiros, explicitações dos princípios consignados atrás, prescrevem, por um lado, o projecto de criação de organismos educativos e assistenciais à criança bem como de iniciativas tendentes à elevação da condição sócio-cultural da mulher (artº. 5º), e por outro, a orientação do corpo redactorial do boletim da Liga, definido em termos vastos, através da inclusão de

²¹⁶Tensões que se repercutiram no seio da L.R.M.P, em resultado de posicionamentos distintos no tocante à orientação da mesma, protagonizados por Maria Veleda, apologista do carácter prioritário do combate político, e Ana de Castro Osório, partidária da defesa da causa feminista como objectivo primeiro, reflectidas, designadamente, no abandono desta última, presidente da L.R.M.P, da redacção da sua revista. Cf. *A Mulher e a Criança* [...], anno II, nº 15, Agosto de 1910.

²¹⁷Idem, p. 11, col.1. Sublinhados nossos

temáticas de índole diversa, desde as político-sociais, passando pelas históricas e educativas (art.º 6º). Em suma, reafirmação do cunho marcadamente feminista deste organismo, postulando-se, porém, um olhar aberto sobre o 'mundo', ainda que direccionado, preferencialmente, sob o ponto de vista da mulher e da criança. O último artigo versa sobre a atitude da Liga no tocante à matéria religiosa, estipulando-se que esta "*tem o dever de respeitar as crenças das suas socias, seja qual fôr a sua crença*"²¹⁸, posição de tolerância que nos parece inscrever nos intuitos mobilizadores perseguidos.²¹⁹

Do exposto, ressalta o perfil "moderado" do feminismo subjacente aos Estatutos da L.R.M.P. centrado no processo de consciencialização e autonomia femininas, à luz da concepção tradicional da mulher baseada no referencial familiar: mãe, esposa, filha, irmã e educadora. Inserido no espírito que caracterizou as primeiras manifestações do feminismo português, o seu programa parece salientar-se pela tomada de posição (explícita) face ao problema político, traduzida pela assunção do papel de agente propagandeador dos ideais republicanos. Em contrapartida, nele são ausentes as reivindicações em prol dos direitos políticos.²²⁰ A ênfase

²¹⁸Idem, ibidem, p. 11, col. 2.

²¹⁹Como o sugerem as palavras de António José de Almeida a propósito do espírito da Liga Republicana: (Nela) "*Não haverá embates de philosophia, nem conflitos de religião. Campo aberto a todos os pensares, um só ponto de vista tem de ser commum: a ideia de redimir a Patria commum*". (A Mulher e a Criança [...],) A acção da Liga confinava-se, desta forma, ao combate anticlerical (como o ilustram artigos vários publicados na sua revista relativos à educação religiosa, à confissão auricular, entre outros) orientação que vem a ser contestada por Maria Veleda, partidária da adesão deste organismo ao livre pensamento a qual enceta uma campanha a favor da adesão deste organismo ao livre pensamento. Vd. Idem, anno II, nº 16 (Setembro de 1910) e ss.

²²⁰Importa, contudo, salientar que o perfil moderado do feminismo consubstanciado nos estatutos da L.R.M.P. não impedia, ainda assim, expressões mais progressistas sobre a matéria, traduzidas, nomeadamente, pela ênfase

do combate feminista situa-se, com efeito, na conquista dos direitos civis, através da revisão dos artigos do Código Civil responsáveis pela condição de menoridade civil atribuída à mulher, e por outro, na campanha a favor do divórcio.

Assim se define a "*primeira étape da ... jornada*".²²¹ Na perspectiva de Ana de Castro Osório, a tarefa afigura-se árdua, e, inclusivé, susceptível de transcender a questão de regime, como o leva a admitir a realidade histórica francesa, justificando-se, acima de tudo, a necessidade imperiosa de mobilização das mulheres como "*força social*"²²².

Concretamente, o movimento feminista (e falamos em movimento, na medida em que as reivindicações em torno do Código Civil são anteriores à constituição da L.R.M.P.) exige a abolição dos artigos legitimadores da supremacia marital ao nível da sociedade conjugal, na medida em que estes contradizem, por

atribuída à autonomia económica da mulher ou na defesa dos direitos políticos, advogadas por algumas das suas sócias, vertentes, em todo o caso, conciliáveis com a filosofia da associação.

²²¹In "Discurso pronunciado na reunião preparatoria da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas pela sua Presidente D. Anna de Castro Osorio", ob. cit., p. 3, col. 2.

²²²Idem. Observe-se o tom cauteloso através do qual Ana de Castro Osório se exprime, na perspectiva da causa feminista, à questão do regime: se é certo que da monarquia nada resta a esperar, a república, por seu turno, oferece "*mais garantias de progresso*". (Idem, ibidem p. 3, col.1) Palavras que denunciam a consciência do teor vanguardista subjacente ao programa preconizado -inspiradas sem dúvida, na experiência feminista francesa centrada em torno de exigências idênticas ainda não realizadas pela 'república burguesa'- a ter lugar apenas no contexto de uma república revolucionária. A realidade histórica veio a revelar a justeza (parcial) das suas dúvidas. Não obstante, a satisfação das exigências maiores do feminismo pelo regime republicano, as reivindicações sobre matéria económica e política não foram atendidas. Vd. J. Garcia de Lima, *A Mulher perante as Leis, Solteira -Casada -Divorciada -Viuva -, Binuva e Mãe -Direitos -Deveres - Obrigações -Regime Dotal*, Lisboa, Edição da Biblioteca d'Educação Nacional e Aurora de Castro e Gouveia, I- *Reivindicações Politicas da Mulher Portuguesa; II-Situação da Mulher Casada nas Relações Matrimoniais dos Bens do Casal, Teses apresentadas pela congressista Aurora de Castro Gouveia no primeiro Congresso Feminista realizado em Lisboa*, Lisboa, Tip. da Casa Garrett, s.d..

um lado, a concepção de casamento como contrato bilateral, e, por outro, são fundadores de desigualdade. Reivindicam, nestas circunstâncias, a revogação do dever de obediência da mulher casada ao marido (art. 1185º) e dos seus respectivos corolários: obrigação de esta acompanhar o marido nas suas deslocações (art. 1186º), e a proibição de a mulher casada publicar os seus escritos sem a prévia autorização marital (art. 1187º). Contestam, por outro lado, a subordinação económica da mulher casada expressa na concessão da administração dos bens do casal ao chefe de família (art. 1189º) -agravada pelos artigos nºs.1191º, 1193º e 1114º relativos à capacidade de alienar bens, contrair dívidas- bem como o facto de o exercício de qualquer actividade profissional por parte da mulher se encontrar dependente da aprovação do marido (art. 1187º). Da mesma forma, preconizam a eliminação dos artigos fundadores da desigualdade no tocante aos poderes paternal e maternal (130º e 131º), incompreensíveis, em última instância, pelo papel privilegiado que a mulher desempenha na educação dos filhos; a reformulação do Conselho de Família através da inclusão de um mesmo número de parentes dos respectivos ramos familiares (art. nº 200º); e a revogação da preferência atribuída à linha paterna na escolha dos tutores.

Vale a pena frisar, a este respeito, que a reivindicação legal em torno da revisão do Código Civil, repousa em intuítos reformadores mais latos, ao visar, em última instância, pôr em causa o modelo tradicional do casamento, referencial, por excelência, da mulher. Devolver a esta última a dignidade social compatível com o seu estatuto de esposa e mãe, ou abrir-lhe novos horizontes, não forçosamente confinados ao universo do doméstico, constituem os

objectivos prioritários da luta feminista, os quais apelam, no seu conjunto, para a exigência basilar da instrução e educação femininas. A estas acrescentam, a breve trecho, a emancipação económica, meio de atingir a plena autonomia da mulher.

Nesta ordem de ideias, compreende-se a crítica acutilante formulada pelas feministas ao casamento, bem expressa nas palavras de Angelina Vidal e da Ana de Castro Osório, apesar de separadas por mais de vinte anos:

*"A mulher é ainda hoje um ser sem posição definida no meio social [...]. Aspira ao matrimónio por necessidade de ser alimentada e vestida, ou admirada pelo seu luxo e não vê que o matrimónio lhe cerra o pensamento, destrói a vontade, reduzindo-a não á nobre condição de companheira do homem [...] mas á abdicação do direito da livre acção que assiste aos proprios irracionais."*²²³

"O casamento português é, na maioria dos casos, pura e simplesmente uma arrumação para a mulher, o amparo, como que o asilo, para a pobre invalida, incapaz de ganhar pelo trabalho a subsistencia e o conforto."*²²⁴

Desta forma, o feminismo, apesar de tão mal compreendido de acordo com as suas paladinas²²⁵, visava contribuir para a satisfação

²²³In "A mulher e a actualidade, perante o criterio philosophico", extracto da conferência proferida por Angelina Vidal nas salas da associação União Fraternal dos Operarios da Fabrica do Tabaco em 19-XII-1880, *A Voz do Operario*, 3º anno, nº66, 16-I-1881, p. 4, cols. 1-2. Referência mencionada por Fernando Catroga,

²²⁴Anna de Castro Osorio, *As Mulheres Portugêsas*, Lisboa, Livraria Editora Viuva Tavares Cardoso, 1905, p. 198. *Em itálico no original.

²²⁵"Trazer a mulher a esta nova phase da existencia [estado sociologico], eis o scopo e a essencia do Feminismo. Não se visa a que a mulher se liberte ou se exima das naturaes dependencias biologicas*, revoltando-se contra o seu par social, como em divorcio organico, em antagonismo ou concorrência com o homem, mas compete-lhe o elevar-se ao estado sociologico, exercendo acção simultanea e concomitante com a do homem. Assim o par sexual se transformará no par sociologico*; se um constitui essa maravilhosa construcção da familia, o outro tem de estabelecer o estado normal da

do casamento como "a união mais íntima, mais perfeita, -[pois] sendo o amor sexual o mais completo,- o unico mesmo, que pode ter o nome de amor, porque é electivo e não obrigatorio, porque obedece á atracção simpatica de dois seres que a natureza formou um para o outro, invencivelmente, como as duas partes integrantes de um todo, que só assim se torna perfeito". 226

No plano individual -e recorde-se o propósito feminista em despertar a mulher para outras dimensões para além da familiar no sentido de ampliar o seu contributo social- reivindicam a abolição dos artigos inibidores do estatuto civil da mulher expressos na proibição de esta testemunhar qualquer acto da vida civil (desde testamentos, aos títulos de dívida pública, passando pelo testemunho em cerimónias civis de nascimento ou casamento), de estar em juízo sem a autorização marital (art. nº 1193º e ss.), e de prestar fiança por outrém (art. nº). Rejeitam, por último, os princípios discriminatórios que regulam a investigação da paternidade e maternidade ilegítimas (art. nºs. 130 e 131),

humanidade." Theophilo Braga, "Rasão do Feminismo", *Alma Feminina*, Anno 1º, nº2 13 de Maio de 1907, p. 11.

"... Ser feminista* é o dever de todos os pais. Porque ser feminista* não é querer as mulheres umas insexuais, umas masculinas de caricatura, como alguns cuidam; mas sim desejá-las criaturas de inteligencia e de razão, educadas util e praticamente de modo a vêrem-se ao abrigo de qualquer dependencia, sempre amarfanhante para a dignidade humana. " Ana de Castro Osório, *idem*, p.24.

Testemunhos reveladores do 'estigma' que pairava sobre o movimento. Veja-se, a este título, o trabalho já citado de Maria Regina Tavares da Silva, "Feminismo em Portugal na voz das mulheres escritoras de início do século XX", pp. 878-890.

226In Ana de Castro Osorio, *A Mulher no Casamento e no Divorcio*, Lisboa, Guimarães § Cª Editores, 1911, p. 108. Releve-se mais do que a concepção do casamento como contrato civil, a abordagem do mesmo como um facto incontestável, ao ponto de a matéria não ser objecto de problematização.

expressões diversas da inferioridade e menoridade atribuída à mulher.²²⁷

Todavia, do confronto entre a situação legal da mulher, em especial da casada, e a realidade, Ana de Castro Osório, à semelhança de outros autores, conclui que esta "*encontra no casamento uma relativa alforria á sua vida de crisálida*" (enquanto solteira), atendendo, entre outras razões, à generosidade do homem português e à suavidade e evolução dos costumes²²⁸. Circunstâncias, que no seu entender, constituem um argumento a favor da revisão do Código Civil, visto "*os costumes precede[r]em as leis, que se modificam, mais dia, menos dia, segundo a vontade e os hábitos da sociedade que as reclama.*"²²⁹

²²⁷Cf. "Representação entregue ao Governo Provisorio da Republica pela Liga Republicana das Mulheres Portuguesas", idem, pp. 159-162. Vejam-se, ainda, os trabalhos de Ana de Castro Osório onde estas matérias são explanadas mais detalhadamente e num período anterior à criação da L.R.M.P., como são exemplo *As Mulheres Portuguesas*, ob. cit., pp. 27-79, ou os artigos publicados na revista *O Mundo Legal e Judiciario*, anno 19º, nos. 6 (25-XII-1904, pp. 89-91; 12 (25-III-1905), pp. 193-195; 18 (25-VI-1905), 289-291. Refira-se, por outro lado, o contributo de figuras masculinas nesta campanha, ilustrada em conferências subordinadas a esta temática, nomeadamente, Loff de Vasconcelos e Antonio Macieira.

Vale a pena salientar que parte das reivindicações civis e políticas então avançadas, haviam sido já preconizadas, a título individual, em finais do século XIX, por Lopes Praça, professor de Direito da Universidade de Coimbra, na obra *A Mulher e a Vida* (1870) e, igualmente, por D. António da Costa, ministro da Instrução Publica em 1870, *A Mulher em Portugal: obra posthuma publicada em beneficio de uma criança*, Lisboa, Typ. da Companhia Editora, 1892. Se é certo que este último se manifestava mais reticente no tocante à atribuição da capacidade eleitoral (mesmo restrita) à mulher, e em particular, no que diz respeito ao exercício de actividades profissionais e científicas pela mesma (encaradas a título de excepção) importa destacar os bons augúrios que D. António da Costa reservava à causa a favor da emancipação feminina. Dependente da "*força da opinião publica e da corrente das ideias*", ambas se encontravam, na sua perspectiva, em fase de progresso, atendendo ao impulso político proveniente do republicanismo, ao estímulo das escolas superiores, lideradas por professores pertencentes à ala mais liberal, bem como, a acção exercida pelo elemento feminino e pelos escritores. Cf. D. António da Costa, *A Mulher Portuguesa*, pp. 447-457 (p. 447).

²²⁸Cf. Ana de Castro Osório, *As Mulheres Portuguesas*, ob. cit., pp. 213-214.

²²⁹In idem, p. 219, em itálico no original. Note-se que a reivindicação relativa à extensão dos direitos políticos à mulher não deixava de estar presente no quadro das preocupações feministas, constando, inclusivé, da

O contributo da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas na campanha em prol do divórcio

O combate a favor do divórcio apresenta-se, porém, como o objectivo prioritário no programa da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, reivindicação que, inserindo-se no quadro do feminismo europeu, se nos afigura relacionada com o perfil da propaganda livre pensadora em curso, traduzida, nomeadamente, na ênfase atribuída ao registo civil obrigatório e à campanha em prol da secularização do casamento.²³⁰

Com efeito, da análise das iniciativas levadas a cabo pela L.R.M.P. ressalta, precisamente, a ideia de que a propaganda feminista se insere num contexto mais vasto, articulando-se com a propaganda desenvolvida por outros organismos, nomeadamente, com a Associação do Registo Civil, Partido Republicano, bem como com entidades subordinadas a este último. Testemunham-no, por exemplo, o programa de conferências noticiadas no boletim da L.R.M.P. subordinadas ao divórcio, ou referências a outras versando temas relativos à emancipação da mulher, ou ainda, a colaboração

"Representação entregue ao Governo Provisório da Republica, pela Liga Republicana das Mulheres Portuguesas". Partidárias do sufrágio universal, solicitam apenas o sufrágio restrito (confinado às mulheres que sejam comerciantes, industriais, funcionárias públicas, "administradoras de fortuna própria ou alheia", diplomadas e escritoras, na medida em que receiam que tal medida se repercuta desfavoravelmente sobre o governo da república. A matéria revela-se, porém, complexa, dada a inexistência de unanimidade sobre o assunto. Maria Veleza, por exemplo, manifestava-se como anti-sufragista, pois na sua óptica o âmago da questão feminista radicava na situação económica. Por outro lado, discordava do recurso a soluções intermédias. Vd. *A Mulher e a Criança* [...], ob. cit., anno II, nº 19, Dezembro de 1910.

²³⁰Vale a pena referir, a este propósito, o lugar diminuto que o boletim da Liga reservou à propaganda do registo civil, traduzido, por exemplo, na publicitação dos formulários relativos às cerimónias de nascimento e casamento, não obstante, o estabelecimento de contactos com a Associação do Registo Civil. Vd. nt. seguinte.

jornalística prestada por publicistas republicanos através de escritos apologéticos da causa do divórcio²³¹. Em idêntico sentido se inscreve a participação da L.R.M.P. na manifestação de 2 de Agosto de 1909, promovida pela Junta Liberal -e que contou com a colaboração de diversos organismos como o Grande Oriente Lusitano, a Associação Promotora do Registo Civil, a Associação dos Lojistas, grupos republicanos e socialistas²³²- a qual assumiu um cunho claramente anti-clerical, ao reivindicar-se a reposição da legislação anti-congregacionista e a promulgação das leis do registo

²³¹Aponte-se, a título ilustrativo, as conferências subordinadas ao divórcio proferidas por Ana do Castro Osório no Centro de António José d'Almeida e no salão da *Ilustração do Seculo*, em Abril de 1909, e as agendadas para os meses de Julho e Agosto, sob a iniciativa da L.R.M.P., a cargo do Dr. Antonio Macieira, Dr. Cunha e Costa, Dr. Botto-Machado, Dr. Carneiro Moura, figuras de relevo do republicanismo. De acordo com a nossa fonte, outras estariam previstas, tendo já sido contactados alguns dos conferencistas, enquanto os restantes apesar de ainda não convidados a Liga "já conta[r] moralmente." com a presença dos mesmos. (In *A Mulher e a Criança*, [...], I anno, nº 3, Maio de 1909, p. 7, col. 2, sublinhado nosso.) Por outro lado, eram noticiadas conferências promovidas por organismos affectos à causa democrática, como são exemplo as realizadas na sede da Associação do Registo Civil pelo Dr. Loff de Vasconcellos subordinadas ao Código Civil (cf. idem, I anno, nº 10, Janeiro de 1910, p. 1, col.1) ou pelo Dr. Amaro Conde, ilustre advogado, não pertencente às fileiras do partido republicano, intitulada "A Reserva Familiar ou Biens de Famille", bem como, a proferida pelo professor Borges Grainha, sobre a educação dos Jesuítas, integrada no programa da Liga Liberal (cf. idem, ibidem, I anno, nº 11, Fevereiro de 1910, p. 15, cols. 1-2).

António José de Almeida, Magalhães Lima figuram, entre outros, na lista das personalidades masculinas que contribuíram através de artigos para a propaganda feminista, sendo de destacar, Leão Grave e João Chagas pelos seus escritos relativos ao divórcio. (Idem ibidem, I anno, nos. 8 e 10, Novembro de 1909, Janeiro de 1910, p. 5 e p. 2.) Aponte-se ainda a participação de elementos da L.R.M.P. em reuniões do Partido Republicano, locais que se prestavam identicamente à publicitação das reivindicações feministas.

Por último, registre-se que a presença masculina se afigura transcender a campanha do divórcio repercutindo-se, inclusivé, na agitação do movimento feminista. Vale a pena citar, a este respeito, o comentário da redacção da revista *A Mulher e a Criança* a propósito do Sarau da Obra Maternal (iniciativa da L.R.M.P., realizada a 13 de Fevereiro de 1910), momento festivo em que foram levados à cena episódios relativos à condição da mulher na história e o tema do divórcio (*Bem préga, Frei Thomaz, comédia*), que contou com uma assistência de cerca de 300 pessoas, maioritariamente masculina. Idem, anno I, nº 11, Abril de 1910, p. 46.

²³²Cf. Fernando Catroga, *A Militância Laica e a Descristianização* [...], ob. cit., p. 540.

civil obrigatório e a lei do divórcio. Saliente-se o bom acolhimento que foi prestado à delegação da L.R.M.P., à frente do extenso cortejo, naquilo que constitui o primeiro acto público e oficial da associação.²³³ Recorde-se, por último, os preparativos (encetados desde os inícios da associação) tendentes ao envio de uma representação ao Parlamento, com o fim de solicitar a discussão da lei do divórcio na assembleia, iniciativa que as suas promotoras visavam que constituísse a expressão "[d]o *querer** d[a] *grande maioria consciente da nação*"²³⁴, ou por outras palavras, reflexo da consciência do cariz elitista subjacente à medida.

A Representação veio a ser entregue a Afonso Costa, na qualidade de ministro da Justiça do Governo Provisório da República, no dia 26 de Outubro de 1910, "*juntamente com as listas de [assinaturas] reclamando a lei do divórcio, contendo milhares de nomes*"²³⁵. Entre eles figuravam personalidades de diversos quadrantes políticos, desde republicanos e livre-pensadores, bem como conhecidos "*homens de todos os partidos do velho regimen, de todas as profissões e crenças* ", sintoma revelador da preocupação de conferir à reivindicação da lei do divórcio um cariz suprapartidário (à semelhança da vertente que revestia o movimento laicizador, no qual ela se insere), e simultaneamente de legitimidade social decorrente da sua 'aprovação' pelos representantes das élites políticas e intelectuais masculinas do

²³³Cf. Idem, ibidem, I anno, nº 5, Agosto de 1909, pp. 14-15.

²³⁴In *A Mulher e a Criança, Boletim da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas*, anno 1, nº 4, p. 13. * Em itálico no original, sublinhado nosso.

²³⁵"Representação entregue ao Governo Provisorio da Republica pela Liga Republicana das Mulheres Portuguesas", *A Mulher no Casamento e Divorcio*, ob. cit., p. 154.

país.²³⁶ Nestas circunstâncias, afigura-se-nos que o papel da mulher neste processo ter-se-á pautado pela modéstia²³⁷ - tradução, a seu modo, do lugar social ocupado por esta - inscrevendo-se a sua participação numa campanha marcada desde os seus inícios pelas esferas do poder masculino, como o ilustra simbolicamente o relato de Ana de Castro Osório referente ao acto de entrega da Representação pela comissão da L.R.M.P.:

Recebida de "*maneira cativante*" pelo Dr. Afonso Costa, este levou "*a sua deferencia e amabilidade e a ponto de nos mostrar as provas tipograficas da lei do Divorcio-consentindo-nos até algumas observações*".²³⁸

Em sentido idêntico, apontam as produções literárias denunciadoras da inexistência de um discurso feminista autónomo sobre a matéria. Com efeito, este último reproduz, em termos argumentativos, as linhas de força delineadas pelos 'correlegionários masculinos' - expressão que engloba,

²³⁶Releve-se a centralidade conferida ao poder masculino numa iniciativa reivindicativa a cargo de um organismo feminista.

²³⁷Também em termos cronológicos pode ser visto como tardio o seu contributo, ilustrado, por ex., pelo cariz auto-justificativo e cauteloso subjacente à abordagem do tema pela revista, *Alma Feminina*: "*Não se assustem as nossas leitoras com a epigraphe do artigo (O Divorcio). Está no dominio do programma d'este jornal e na ordem de ideias dos seus assumptos sociaes, tratarmos e debatermos questões como a que hoje para aqui trazermos* ." (*Alma Feminina*, I anno, nº 17, 14-XI-1907 p. 130, col. 1) Vertente que nos parece de realçar, visto tratar-se de uma revista que se reclamava de feminina e feminista e que contou com a colaboração de ilustres apologistas do movimento (e.g. Angelina Vidal, Beatriz Pinheiro, Virgínia Quaresma, entre outras). Nestas circunstâncias, não surpreenderá a posição manifestada face ao divórcio baseada no despropósito da sua instauração atendendo ao ambiente mental e cultural do país- Cf. idem nº 18, 21-XI-1907 p. 138. Testemunho que não invalida, porém, expressões individuais mais progressistas, ainda que mais raras, como é exemplo o artigo precursor de Angelina Vidal sobre o divórcio por impulso do debate francês. Cf *A Voz do Operário*, 2º anno, nº 56, 7-XI-1880, p. 2, col. 4, p. 3, col. 1.

²³⁸In *A Mulher no Casamento e no Divorcio*, p. 154.

concretamente, os materiais documentais de natureza jurídica, política e científica já analisados- ainda que enquadrado pelos propósitos particulares perseguidos pelo movimento feminista: a emancipação da mulher prolongada à dimensão económica. Em contraponto a este elemento inovador, transparece neste discurso, em paralelo, um cariz de auto-justificação: a maioria das mulheres que reclama o divórcio não o quer usar, convidando-se, inclusivé, os casais felizes a propagandeá-lo.²³⁹

*"O divorcio hõje é uma condição de felicidade e um direito á sagrada liberdade individual."*²⁴⁰ ...porque sendo o casamento "por um lado, a união livre de dois seres que se amam e que juntos pretendem atravessar a vida, [...] é também um contrato bi-lateral, em que os dois contratantes assumem responsabilidades e encargos, têm deveres a cumprir e vantagens também a reclamar. Ora não se compreende que um contrato em que tanto se arrisca, porque se arrisca a liberdade individual, [...] não possa dissolver-se quando as circunstancias imperiosamente o exijam"²⁴¹.

*"Vâmos sempre caminhando, e, embora ás vezes pareça que voltâmos atraz, se observamos a linha ascendente veremos que foi apenas um desvio para contornar a dificuldade."*²⁴².... A mulher reclamando hõje o divorcio, não aceita o repudio, nem aceita a antiga lei que a punha ou tirava dos braços do marido consoante a vontade do pai, do esposo, do irmão, do chefe da familia, emfim.²⁴³

²³⁹Cf. idem, ibidem, p. 83. Ana de Castro Osório contrariando os seus princípios invoca até a sua experiência conjugal a título de argumento a favor do divórcio. Idem, ibidem, p. 99.

²⁴⁰Idem, ibidem, p. 86, sublinhado nosso.

²⁴¹Idem, ibidem, p. 98.

²⁴²Idem, ibidem, p. 85.

²⁴³Idem, ibidem, p. 86.

2

*"[A lei] já está nos costumes, porque raro existirá hoje uma pessoa entre nós que não conheça um ou mais casos de divórcio de facto, embora não o sejam de direito."*²⁴⁴

*"O que queremos é o divórcio na lei civil, porque é com as suas leis civis que um povo se governa hoje: o tempo das leis religiosas passou, pelo menos para os povos que chegaram a um grau de civilização em que se apela para a ciência e para a lei em vez de se esperar o milagre divino".*²⁴⁵

As citações poderiam ser multiplicadas com o fim de evidenciar a reprodução do corpo argumentativo formulado pelos legítimos produtores ideológicos²⁴⁶. Importa, contudo, salientar o seu enquadramento naquilo que ousaríamos designar por perfil do discurso feminista, pautado, regra geral, pelo seu carácter pouco erudito e pragmático. Ao contrário dos demais discursos, neste é escasso o recurso à legitimação através da invocação das grandes autoridades. Alega-se a ciência, por exemplo, mas em contrapartida, não se mencionam os seus representantes. Afloram-se problemáticas, nomeadamente, a posição ortodoxa do positivismo sobre o divórcio ou o problema religioso subjacente ao equacionamento desta matéria, sem contudo, estas serem

²⁴⁴Idem, ibidem, p. 91.

²⁴⁵Idem, ibidem, p. 96.

²⁴⁶Na argumentação de Ana de Castro Osório, que temos vindo a citar, encontra-se, identicamente, o rebate das razões tradicionalmente apontadas pelos opositores do divórcio a respeito da dissolução da família, da questão dos filhos, ou a imagem da mulher como vítima...De igual modo não escapa à autora a referência à ilegitimidade, aos filhos adulterinos, à criminalidade ... (cf.idem, ibidem, pp. 111-112, 115, 135, 133). Merece, no entanto, ser salientada a perspectiva progressista através da qual Ana de Castro Osório equaciona a acusação de agravamento do estatuto social da divorciada, criticando, em última instância, as bases do código moral regulador das relações afectivas centradas na ideia da posse e da pureza física feminina. Cf. idem, ibidem, pp. 132-133.

exploradas até às últimas consequências. Nesta ordem de ideias, interrogamo-nos sobre a (pretensa ou não) simplicidade que subjaz ao discurso das 'mulheres' sobre o divórcio. Corresponderá ela a uma mera estratégia discursiva, em consonância com os intuitos educativos e propagandísticos perseguidos, a que não será estranha a potencial heterogeneidade cultural do público a que se dirige? Ou deveremos percepcioná-la preferencialmente como reflexo da condição social particular das mulheres, passível de se materializar em termos discursivos? Recorde-se, a este título, a preocupação corrente entre as feministas de dissociarem a emancipação da mulher da imagem socialmente negativa aliada à *sabichona*, à *instruída*, artifício que é passível de ser interpretado como mero argumento ou tradução do real. Identicamente, afigura-se-nos de sublinhar o recurso sistemático ao estatuto de esposa e mãe como forma de legitimar as reivindicações das mulheres (feministas ou não) fenómeno que não passou despercebido às próprias²⁴⁷. E ainda, as distâncias que se observam entre o discurso masculino sobre o feminismo comparativamente ao feminino, não obstante este tender a assumir roupagens diversas em função dos seus respectivos contextos político-ideológicos. Indicadores que devendo ser percepcionados à luz dos horizontes sócio-mentais da sociedade de então, isto é, como comportamentos configurados em função das possibilidades do meio social (enquadrados, ainda, pela

²⁴⁷Como o sugerem pela negativa as palavras de Ana do Castro Osório: "Assim como o homem pode ser professor, jornalista, sabio, artista, empregado, operario, tudo emfim, sem que ninguem lhe pergunte pela certidão do matrimonio, sem embargo de serem quasi todos chefes de familia, não vejo inconveniente a que a mulher procure a sua colocação, tenha o seu curso scientifico, estude, trabalhe para si, para o seu futuro, para a sua vida autonoma, sem lhe inquirir do seu estado...". *As Mulheres Portuguesas*, ob. cit., p. 32.

especificidade do contexto político de então, associado ao combate contra a monarquia e correlativa estratégia propagandística movida pelo republicanismo), não deixam de evidenciar, por outro lado, a distância (aliás, claramente percebida pelas próprias) relativamente a outros contextos sociais (invoque-se, a título de exemplo, a realidade francesa²⁴⁸). No entanto, parece-nos de sublinhar, precisamente, o modo como essa distância foi plasmada ao nível da intervenção feminista (que como sabemos se pautou pelo seu cariz moderado) sem invalidar a coexistência de duas dimensões, a explícita e a oculta, ao nível das suas produções discursivas. Propostas de reflexão que nos parecem dever ser aprofundadas, dada a centralidade que "*o uso do discurso*" reveste na história do feminismo desta época, momento em que as mulheres (numa perspectiva mais lata) conquistam, de forma mais expressiva, o espaço da escrita em termos públicos²⁴⁹.

Em todo o caso, e em termos de uma análise mais globalizante, afigura-se-nos de salientar que a luta perseguida conjuntamente com os seus "*companheiros*" com o fim de ocuparem "*um lugar ao sol da existencia*"²⁵⁰ gerou os seus frutos, pelo menos no campo das ideias, (e no universo do político, ainda que de uma forma mais marginal), ao atribuir-se à mulher a condição de objecto de conhecimento ou de problematização (esta última, alargada

²⁴⁸Aponte-se concretamente o perfil do discurso de Maria Deraismes símbolo do feminismo moderado francês das últimas décadas do século XIX. Vd. Laurence Klejman, Florence Rochefort, *L'Égalité en Marche, Le Féminisme sous la Troisième République*, ob. cit., pp. 34-39.

²⁴⁹Cf. Geneviève Fraisse, "Singularité Féministe; Historiographie Critique de l'Histoire du Féminisme en France" in Michelle Perrot (dir.), *Une Histoire des Femmes Est-Elle Possible?*, Paris, Rivages, 1984, (pp. 190-204), p. 197-198.

²⁵⁰Idem, ibidem, p. 103.

identicamente à esfera do feminismo), como o leva a admitir a proliferação de estudos sobre o tema da mulher.²⁵¹

²⁵¹A título ilustrativo das abordagens múltiplas sobre o tema apontem-se: Jayme Pereira d'Almeida, *Elementos para a condição física e intelectual da mulher*, *Dissertação inaugural apresentada á Escola Médico-Cirurgica do Porto*, Porto, Magalhães & Figueiredo Lda, 1907; João Ayres de Azevedo; *Estudos Feministas I- A Mulher*, Coimbra, João de Moura Marques, 1905 (perspectiva biológico-psicológica e histórica da mulher); Carlos de Mello, "1º Livro, A Lenda da Inferioridade da Mulher e a Inconsciência Feminina" in *O Escandalo do Feminismo*, Lisboa, A Editora, 1910 (a tese da inferioridade da mulher revista à luz da história religiosa e das épocas históricas); M. Abundio da Silva, *Feminismo e Acção Feminina*, *Cartas a uma Senhora*, Braga, Editores: Cruz & Cª, 1912 (visão católico-conservadora sobre a mulher); Virginia de Castro e Almeida, *A Mulher -Historia da Mulher -A Mulher Moderna - Educação*, Lisboa, Livraria Classica Editora, 1913. Da exploração da listagem apresentada em *Bibliografia sobre a Família e a Mulher no Portugal do Século XX*, contabilizámos 50 exemplares entre livros e revistas subordinados à mulher, no período 1900 a 1926. Cf. Almeida, Ana Nunes de, *Bibliografia sobre a Família e a Mulher no Portugal do Século XX*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1987.

Capítulo IV

VISÕES LITERÁRIAS DA PROBLEMÁTICA CASAMENTO/DIVÓRCIO: O EXEMPLO DA DRAMATURGIA

A opção pelo teatro

No intuito de apreender a ressonância no plano literário¹ das reflexões sobre o casamento/divórcio², realizámos uma digressão

¹Como se sabe, o quadro filosófico positivista-cientista repercutiu-se no universo literário deste período, consubstanciando-se na literatura de sabor realista-naturalista, em particular no seu género maior, o romance (definido teoricamente por Eça como "*experimental, de observação positiva e todo estabelecido em documentos*". In Eça de Queiroz, *Notas Contemporâneas*, Porto, Livraria Chardron, de Lello & Irmão Lda., 1917, p. 243.) As influências destas correntes materializam-se tanto no plano estético-literário (i.e., no modo de conceber/fazer a literatura) como, mais especificamente, na própria concepção da intriga. Na mesma linha, a literatura, entre alguns autores, tanto romancistas como dramaturgos (designadamente, Teixeira de Queirós, Júlio Lourenço Pinto, e outros), assume uma vertente doutrinária, de cariz político-ideológico. (Ver, a este propósito, Lia Armandina Sá Paulo, *Laicização e Propaganda Republicana na Literatura Dramática*, Coimbra, 1992, Trabalho realizado no âmbito do Seminário de História Contemporânea do Curso de História da Faculdade de Letras de Coimbra.) Neste sentido, não é de estranhar que encontremos entre os conteúdos temáticos das obras dos escritores deste período temas da propaganda laicizadora e das correntes políticas de vanguarda. Citem-se, a título de exemplo e no campo do romance, *O Crime do Padre Amaro* (Eça de Queirós, 1876) e *Salustio Nogueira* (Teixeira de Queirós, 1883) inseridas, respectivamente, na problemática do anti-clericalismo e na temática da contestação das estruturas políticas do regime monárquico. Cf. Joel Serrão, *Temas Oitocentistas-II, Para a História de Portugal no Século Passado*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978, cap. II (para uma análise da

exploratória pela literatura deste período que nos levou a centrar a nossa abordagem no género dramático.

A opção pelo teatro deveu-se essencialmente a uma questão de conteúdo relacionada com a especificidade da nossa problemática e com a sua relativa raridade no universo temático da literatura da época, em particular no campo do romance³. A dramaturgia, dadas

influência do Positivismo e Cientismo no romance português entre 1875-1919), Luis Francisco Rebello, *O Teatro naturalista e neo-romântico (1870-1910)*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978, p. 31 e ss. e Fernando Catroga, *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal (1865-1911)*, ob. cit., pp. 197-201, para uma visão panorâmica da influência destas correntes filosóficas no universo literário.

² Apesar de termos focalizado a nossa abordagem apenas no par casamento/divórcio, gostaríamos de sublinhar as potencialidades documentais oferecidas pela literatura deste período no tocante aos universos amoroso, matrimonial e feminino, particularmente no campo do romance. A amplitude desses temas justificaria por si só um estudo centrado nessas realidades, que até ao momento têm sido relativamente descuidadas, se exceptuarmos alguns trabalhos pontuais. (Apontam-se a título de exemplo: Cecília Barreira, "Imagens da mulher na literatura portuguesa oitocentista", *Análise Social*, vol. XXII (92-93), 1986-3^a-4^a, pp. 512-525, João Medina, "Luísa ou a triste condição (feminina) portuguesa", *Colóquio-Letras*, nº 46, Nov. de 1978, pp. 5-10, entre outros.) Assinale-se, a título ilustrativo, no campo das práticas sociais, como as percepções sugeridas sobre a 'realidade' do casamento burguês nos remetem para concepções particulares sobre o mesmo. Veja-se o caso de Eça de Queirós. Não obstante a visão crítico-satírica que transparece dos seus escritos e romances a propósito da educação feminina ou do casamento (cf. *Uma Campanha Alegre*, *O Primo Basílio*), ela reenvia-nos para uma imagem tradicional das mesmas, ainda que inserida numa perspectiva reformista. À mulher, na sequência do pensamento de Proudhon, apenas se reservam dois destinos, ser doméstica ou cortesã. Cf. Joel Serrão, *Temas Oitocentistas-II*, [...] p. 75 e ss.. Veja-se, a propósito da problemática da utilização de fontes literárias no âmbito dos estudos historiográficos: Joel Serrão, *Temas Oitocentistas-II*, [...] pp. 65-68 e 99-101; José Machado Pais, "Fontes documentais na análise da vida quotidiana", in Maria José da Silva Leal e Miriam Halpern Pereira (coord.), *Colóquio sobre Fontes da História Contemporânea Portuguesa*, Lisboa, I.N.C.M., 1988, pp. 289-306; Isabel Pires de Lima, *As Máscaras do Desengano*, Lisboa, Editorial Caminho, 1987, cap. 1, em especial, pp. 17-23 (síntese sobre a abordagem do objecto literário como fenómeno social no âmbito da Sociologia da Literatura); G. M. Goulemot, "Histoire Littéraire" in Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel (dir.), *La Nouvelle Histoire*, Paris, Retz, 1978, pp. 308-313; G. Boquet, "Théâtre et Histoire" in André Burguière (dir.) *Dictionnaire des Sciences Historiques*, Paris, P.U.F., pp. 656-659 e, em particular, a proposta de Roger Chartier ao nível da análise da relação do texto literário (ainda que não exclusiva a esta modalidade discursiva) com o real, Roger Chartier, *A História Cultural* [...], ob. cit., pp. 62-63.

³ Com efeito, no campo do romance, e dentro do período cronológico deste estudo, vislumbramos apenas uma obra centrada na questão do divórcio,

as características que lhe são inerentes e a função de combate que lhe atribuíram então alguns autores, revelou-se o meio mais consistente de aceder à problemática do divórcio, abrindo-nos novas perspectivas de análise. As palavras de Lino d'Assunção, extraídas da peça dramática *Os Lazaros*, testemunham claramente esta posição, partilhada por outras figuras da cena política, defensoras, identicamente, de propostas político-ideológicas progressistas⁴:

intitulada, precisamente, *A Divorciada* (José Augusto Vieira, 1881). Em contrapartida, no plano da dramaturgia detectamos um maior número de exemplares: *Um divórcio* (Antonio Ennes, 1877); *Nó Cego* (Henrique Lopes de Mendonça, 1905); *A Lei do Divórcio* (Augusto de Lacerda, 1910); *Infelicidade Legal* (Coelho de Carvalho, 1911); *Divorciemo-nos* (Guilherme Rodrigues, 1881), *Divorciemo-nos*, (Pinheiro Chagas, anterior à citada), e *O Artigo 1:204*, (Diogo Jose Serômenho, 1883). Esta listagem não deverá ser vista como uma inventariação completa das peças sobre o divórcio, apesar dos esforços desenvolvidos nesse sentido. (Revelaram-se, no entanto, vãs as pesquisas realizadas nas principais bibliotecas do país, bem como em obras de especialidade, no intuito de encontrarmos outros exemplares subordinados a esta temática. Resultado idêntico obtivemos da compulsão de jornais e de revistas da época, designadamente, *O Século*, *Alma Feminina* e *O Mundo Legal e Judiciário*, apesar de estes, regra geral, terem publicitado obras deste teor). Na década de 20 multiplicam-se as obras que retratam esta temática, apontando-se a título de exemplo: *O Direito da Mãe* (Ana de Castro Osório, 1925), *Uma Divorciada* (Sousa Costa, 1927), *Os Três Estados - V Divorciados* (Henrique Vaz Ferreira, 1928), *O Divórcio* (Adriano Anthero, 1930), e a peça *Divórcios*, (Lorjô Tavares, 1933).

⁴ Com efeito, a consciência do papel social imputável ao género dramático transparece nos escritos dos representantes de maior relevo da Geração de 70, designadamente em Eça de Queiroz e Teófilo Braga, (o que não invalida que o contributo destes ao nível da produção dramática se tenha saldado pela sua irrelevância ou mesmo inexistência), bem como em jornalistas comprometidos nas propostas da esquerda liberal de então. Sintomático desta atitude é o comentário da Revolução de Setembro, a propósito da peça *Os Lazaristas*, de autoria de Antonio Ennes: "... os lazaristas têm a escola e o púlpito para a sua propaganda. Nós temos o jornal, a tribuna, o livro e o teatro. Sim, o teatro, que se eleva, que se nobilita quando advoga causas tão simpáticas como aquela que vigorosamente tratou o auspicioso dramaturgo; o teatro que quando fala com tal eloquência e tão profícuo ensinamento é escola e cadeira sagrada também." *Revolução de Setembro*, 25 de Abril de 1875, cit. por, Vítor Manuel Aguiar e Silva, *O Teatro de Actualidade no Romantismo Português (1849-1875)*, Coimbra, 1965, p. 71. Sobre o contributo da Geração de 70 na renovação teatral veja-se Luciana Stegagno Picchio, *História do Teatro Português*, Lisboa, Portugália Editora, 1964, pp. 274-276, e Luiz Francisco Rebello, *História do Teatro Português*, Lisboa, Pub. Europa América, 1967, pp. 84-86, entre outros.

"... não sei porque o theatro ha de ficar excluido de tratar as grandes questões do dia; sendo, como é, um dos mais poderosos órgãos da opinião publica. Elle serve, hoje, unica e exclusivamente para esclarecer os grandes problemas, e não para fazer a arte pela arte. [...] O theatro hoje ha de ampliar a grande obra da imprensa, completal-a e viver com ella das questões palpitantes, esclarecel-as e discutil-as; ha de ser o livro dos que não sabem ou não querem lêr."⁵

Ao teatro destina-se, assim, uma função de intervenção social idêntica à da imprensa, reforçada pelas suas potencialidades de persuasão. Equiparam-se jornalistas e dramaturgos pela capacidade de veicularem ideias e de contribuírem para a renovação da sociedade⁶. Mais do que isso, 'franjas' do teatro constituem-se como instrumentos de contestação anti-clerical, em consonância com a conjuntura político-social da época, ao serviço dos 'movimentos culturalmente significativos' da época, laicismo e republicanismo, explorando vários temas que se filiam nos seus respectivos ideários. Neste contexto, afigurou-se-nos prioritário centrar a nossa

⁵ Lino d'Assunção, *Os Lazaros*, Lisboa, Tavares, Cardoso & Irmão, 1889, pp. 65 e 67.

⁶Atitude que remonta, não obstante, ao chamado drama de actualidade ou drama social emergente por volta de 1850 como reacção ao drama histórico romântico materializada na proposta de aproximação com o real. Não deverão, no entanto, ser confundidas as preocupações didáctico-moralizadoras que sobressaem desta iniciativa, relativamente às intenções de índole progressista que transparecem entre alguns textos dramaturgicos a partir dos anos 70. Em ambos os fenómenos não poderemos deixar de entrever os reflexos dos respectivos contextos históricos: no 1º caso, o espírito de harmonia sócio-política perseguido pela Regeneração, que então despontava; no 2º, a 'agitação' política e ideológica associada à reanimação dos movimentos exteriores ao regime monárquico-liberal, Republicanismo e Socialismo. Cf. Maria de Lourdes Lima dos Santos, *Para uma Sociologia da Cultura Burguesa em Portugal no século XIX*, Lisboa, Editorial Presença, 1983, p. 67 e ss. e Vítor Manuel Aguiar e Silva, *O Teatro de Actualidade no Romantismo Português (1849-1875)*, ob. cit., p. 60 e ss. .

abordagem nos mecanismos de produção do discurso literário sobre o divórcio⁷. A análise destes, na medida em que nos remete para as condições sociais que possibilitam aquele discurso, contribui para a sua inteligibilidade. Em suma, visámos captar as estratégias literárias utilizadas para plasmar essa problemática, bem como apreender as visões sugeridas sobre o divórcio.

A inserção da problemática casamento/divórcio no contexto da dramaturgia da época (1875-1910)⁸

Por volta dos anos 70, os teatros animam-se com a transposição para os palcos de temas controversos, filiados, como apontámos anteriormente, nos temas da propaganda dos movimentos político-ideológicos progressistas. O anti-clericalismo representa o seu tema maior (sem assumir, no entanto, uma vertente anti-religiosa), desdobrando-se numa multiplicidade de motivos a ele associados. Assim, é levado à cena o tradicional anti-

⁷Cf. Roger Chartier, *A História Cultural [...]*, ob. cit., p. 62 e ss..

⁸A título meramente informativo, uma vez que a abordagem literária transcende o âmbito da nossa pesquisa, assinala-se que o período cronológico em causa, sob o ponto de vista estético-literário, corresponde a uma época híbrida, dado que nela convivem tendências literárias distintas. A par do romantismo, teoricamente em declínio mas prolongando-se nos palcos até finais do século, conjugam-se as novas correntes artísticas num processo de afirmação gradual (patente, num primeiro momento, apenas no repertório dramatúrgico, *grosso modo* entre os anos 70-80). Nesta linha, assiste-se, nos primeiros anos do século XX, à expressão mais conseguida da estética naturalista, materializada nas iniciativas das companhias Teatro Livre e Teatro Moderno. É então que o teatro se assume plenamente como teatro de intervenção segundo o lema do Teatro Livre "redimir pela arte e vencer pela educação", objectivo que se filia na estratégia propagandística republicana. Cf. Luis Francisco Rebello, *O Teatro naturalista e neo-romântico [...]*, ob. cit. pp. 58-89. Ver ainda a bibliografia indicada na nota 4.

congregacionismo (materializado por excelência nos Lazaristas e Jesuítas), bem como a contestação liberal às doutrinas ultramontanas, passando pela crítica ao celibato eclesiástico e à confissão auricular, assim como o casamento canónico e questões afins (casamento civil, divórcio, amor livre)⁹. O alvo privilegiado desta dramaturgia é, sem dúvida, a Igreja, prolongando-se a contestação à sociedade, pela sua atitude de passividade relativamente à primeira. Denunciam-se, desta forma, os efeitos nefastos da influência dos membros do clero, tanto no âmbito das estruturas do poder, como, particularmente, ao nível das relações domésticas. Neste último, a mulher aparece-nos como a principal vítima da acção destes, mas também como responsável, em última instância, pela persistência de um mal que atinge a totalidade do corpo social¹⁰. Em contraponto, reafirmam-se insistentemente, os valores do Liberalismo face ao obscurantismo, repressão e ignorância característicos do ultramontanismo¹¹. Na mesma linha,

⁹Em termos de coordenadas cronológicas, assinala-se que a dramaturgia de teor anti-clerical regista dois surtos, um primeiro localizado entre os anos 70 e 80, e um segundo, situado em finais do século, prolongando-se à primeira década do século seguinte. Refira-se ainda, em termos de uma visão de conjunto da dramaturgia de combate, que a temática de contestação política ocupou identicamente um lugar de destaque, inserida em particular no drama histórico neo-romântico, emergente nos anos 90, reavivado pela conturbada conjuntura político-colonial então reinante. Cf. Luiz Francisco Rebello, *O Teatro Naturalista* [...], ob. cit., p. 59 e ss. e Óscar Lopes e António José Saraiva, *História da Literatura Portuguesa*, ob. cit., pp. 965-966 e 1010-1012.

¹⁰Como ilustram as palavras do Padre Domingos: "*O segredo da nossa existência resume-se em uma palavra: mulher; o caminho a seguir é este: enquanto os livres pensadores, os liberaes, desprezam a mulher e a reduzem á condição de criada de servir, nós aproveitamol-a. [...] da influencia materna alguma cousa fica no espirito do homem; da influencia da esposa ha sempre rastos no coração do marido: da mulher crente e piedosa fazemos a mulher beata: o homem nascerá d'alli...*" Silva Pinto, *Os Homens de Roma*, Drama original em 4 actos, Porto, Livraria Portuguesa e Estrangeira, 1875, pp. 2-3.

¹¹Apontem-se os títulos mais representativos desta temática anti-clerical, alguns dos quais servir-nos-ão como contraponto à análise das peças que apresentamos: *Os Lazaristas* [Antonio Ennes, 1875 (veja-se, a propósito das repercursões públicas originadas por este drama, o primeiro de uma longa série, Vítor Manuel Aguiar e Silva, *O Teatro de Actualidade no Romantismo*

abre-se espaço à defesa de propostas ideológicas inovadoras associadas ao laicismo e Republicanismo.

Visões sobre o divórcio

Seis obras compõem o *corpus* da análise que visamos empreender com o fim de explicitar os mecanismos de produção do discurso dramatúrgico sobre o divórcio, que passamos a apontar: *Um divórcio* (Antonio Ennes, 1877), *Nó Cego* (Henrique Lopes de Mendonça, 1905), *A Lei do Divórcio / Por Falta de Lei* (Augusto de Lacerda, 1909/1910), *Infelicidade Legal* (Coelho de Carvalho, 1911), *Divorciemo-nos* (Guilherme Rodrigues, 1881) e *O Artigo 1:204* (Diogo Jose Serômenho, 1883). O elemento unificador das mesmas consiste na presença do tema do divórcio, ainda que perspectivado de formas distintas. Assim, os três primeiros exemplares constituem obras apologéticas do divórcio, o quarto - *Infelicidade Legal*, drama já nascido na vigência do regime republicano- denuncia o hiato existente entre a instituição jurídica e a sua realidade social e pessoal. As duas últimas, pertencentes sintomaticamente ao género da comédia, sugerem uma visão depreciativa do divórcio, mediante a desvalorização/redução da sua problemática. Desenham-se, desta forma, três perspectivas de abordagem do divórcio, com a correspondente tradução no plano

Português (1849-1875), ob. cit., pp. 71-74.]], *Os Homens de Roma*, (Silva Pinto, 1875, o tema da emancipação feminina), *Padre Gabriel* (Silva Pinto, 1877, a contestação do celibato eclesiástico), *O Pedreiro Livre* (Cunha Belém, 1876, a apologia da maçonaria), *O Casamento Civil* (Cipriano Jardim, 1882), *Segredo de Confissão* (Lorjô de Tavares, 1892), *Novo Altar* (Bento Mântua, 1905, a defesa do casamento dos padres), entre outros.

conceptual, que constituímos como objectos de análise autónomos, em termos de exposição.

Por outro lado, as obras seleccionadas integram-se em tendências teatrais distintas. Apenas as quatro primeiras poderão ser consideradas representativas da dramaturgia de combate (apesar do carácter *sui generis* da primeira), enquanto as duas últimas nos reenviam, ainda que um tanto sumariamente, para o universo de valores da ordem social dominante, em que se enquadram. Lamentavelmente, atendendo à inferioridade literária e argumentativa destas, não se nos afigurou adequado enveredar por uma abordagem comparativa em relação às restantes. Assim, a presença destas obras deverá ser equacionada em termos de uma mera ilustração da temática do divórcio, no contexto de uma dramaturgia destinada a um público indiferenciado do ponto de vista sócio-cultural, de raiz popular, que procura no teatro uma distracção de índole moralizante¹².

Quanto ao contexto social das peças, evidenciam-se algumas regularidades, que reflectem, a seu modo, a natureza do público a que se destinam¹³. As personagens movem-se, preferencialmente, no universo da média burguesia, no tocante ao drama, enquanto o

¹²Cf. a caracterização proposta por Fialho d'Almeida sobre o público teatral pequeno burguês. Fialho d'Almeida, *Os Gatos*, vol. 3, Lisboa, Livraria de A. M. Teixeira, 2ªed., 1911, pp. 213-217 (texto datado de Novembro de 1890).

¹³Assinale-se, neste contexto, a repartição social dos espaços teatrais e a correspondente distribuição por géneros dramáticos, apresentada por Luiz Francisco Rebello. O S. Carlos, o D. Maria II e o D. Amélia destinavam-se preferencialmente à alta e média burguesias, sendo especializados, o primeiro em ópera, e os dois últimos conjuntamente em drama e alta comédia. Em contrapartida, ao público popular reservavam-se o Ginásio, o Trindade, o Condes, o Avenida e o Príncipe Real, sendo dominante, no primeiro, a farsa e a baixa comédia, nos três seguintes, a opereta e a revista, e, no último, o melodrama. Por vezes, no Trindade e no Condes representava-se também drama e comédia. Cf. Luis Francisco Rebello, *O Teatro naturalista e neo-romântico*. [...], ob. cit. p. 57.

meio pequeno burguês em ascensão, 'modesto mas decente', serve de palco às duas comédias¹⁴. Repare-se, a este título, no processo de construção das personagens, o qual segue, regra geral, o modelo subjacente ao ideal-tipo dos respectivos grupos sociais retratados. Veja-se, por exemplo, os pares Emília/Filipe (*Nó Cego*), e Celeste/Paulo (*Lei do Divórcio*)¹⁵, representantes dos ideais burgueses de marido e esposa. As vítimas de infelicidade, derivada da inexistência do divórcio, constituem autênticos reportórios de virtudes da nova ordem social que se procura implementar: a mulher prima pelo amor maternal, pela discrição e dignidade moral, enquanto o homem se evidencia pela honestidade, gosto pelo trabalho e amor à família¹⁶. O quadro completa-se mediante a presença tradicional da divisão de papéis masculino/feminino.

¹⁴Com efeito, a preocupação de sugerir o ambiente social da média burguesia, através da indicação enfática de elementos exteriores do status associados a este grupo, resulta no seu inverso, traíndo a origem pequeno-burguesa do mesmo. Atente-se, como exemplos, no modo como Cypriana apresenta a profissão do marido- "*É esta a surpresa que preparo ao sr. Des-Prunelles, distinto advogado... porque meu marido é advogado... é uma bonita posição!*"- ou, nas referências elogiosas à presença de criados -"*creada de confiança*", "*creado antigo, servo fiel*" (apesar de só se encontrar casada há um mês!) e ainda, na presença 'obrigatória' de madame Aubray, "*dignissima directora de um collegio francez.*" (Guilherme Rodrigues, *Divorciemo-nos*, Comedia em um acto, Lisboa, Livraria de J. Marques da Silva, 1882, p. 4 e p. 3.) A linearidade destes esquemas deverá, no entanto, ser problematizada no âmbito da qualidade literária do texto ou no plano da crítica/retrato de costumes. Inclina-mo-nos para a primeira hipótese, reforçada pela simplicidade que transparece ao longo do mesmo, sem a exclusão forçosa da segunda.

¹⁵Apenas Emília, em *Um Divorcio*, nos parece escapar a esta linearidade, na medida em que, mais dificilmente, se presta a ser apropriada (em termos mais imediatistas) através dos mecanismos de identificação personagens/público, presentes no teatro. Do seu perfil psicológico de 'grande' mulher ressalta, para além de outras qualidades -capacidade de controlo emocional, coragem, espírito de luta e de abnegação- a sua firmeza de carácter, bem como a sua mentalidade aberta. Aponte-se, a título de exemplo, uma situação um tanto inverosímil, em termos das expectativas sociais da época que pautavam o comportamento das mulheres: Emília pronuncia-se, na presença do marido e de Luísa, contra as convenções sociais que regem o código amoroso dos esposos, declarando-se a favor de um amor mais livre e autêntico, desprovido de dissimulações, na linha do amor entre amantes.

¹⁶A exaltação moral das personagens centrais realiza-se, frequentemente, pelo recurso ao confronto com outras figuras menos escrupulosas (e

Mas entremos na análise propriamente dita das peças, subdividida em duas fases. Num primeiro momento, traçamos, em linhas gerais, a intriga de cada exemplar e propomos a desmontagem das estratégias argumentativas e literárias que se nos afiguraram mais relevantes. Num segundo, apresentamos uma síntese conclusiva dos principais vectores que perspassam ao nível da abordagem dramática do divórcio.

A construção dramatúrgica da apologia do divórcio

Em *Um Divorcio*¹⁷, cronologicamente a primeira peça a abordar esta temática, a suspeita do adultério masculino desencadeia na sua vítima, Emília, um intenso conflito interior,¹⁸ levando-a a uma reflexão sobre os fundamentos do casamento oficial, à luz da qual é introduzida a questão do divórcio.

Através da expressão romântica¹⁹ do sofrimento lúcido de uma mulher, apresenta-se a tese da irredutibilidade do amor na união

desenhadas de forma um tanto maniqueísta) mas, sintomaticamente, defensores teóricos dos bons costumes, e, por conseguinte, críticos relativamente às situações familiares marginais patenteadas nos primeiros.

¹⁷ Por impossibilidade de consulta do original, apesar de inventariado na sala do Dr. Jorge de Figueiredo de Faria, Faculdade de Letras de Coimbra, recorreremos à sua tradução disponível no mesmo arquivo: Antonio Ennes, *Un Divorce*, Paris, Librairie des Bibliophiles, 1878 (trad. e adaptação de Mme. Rattazzi). A título de curiosidade, assinale-se que este drama foi representado em Paris em 1878, no Hotel d'Aquila. Segundo indicação de Luciana Stegagno Picchio, este drama data de 1877, cf. *História do Teatro Português*, ob. cit., p. 276.

¹⁸ Agravado pelo grau de ligação existente entre as duas peronagens femininas do triângulo amoroso, Emília e Luísa, esta última considerada como filha, pela primeira. Cf. Antonio Ennes, *Un Divorce*, ob. cit..

¹⁹ Aliás, ao longo do texto são manifestos os reflexos do código estético-literário do romantismo, traduzidos, nomeadamente, na definição da personagem de Emília, e na inverosimilhança de alguns diálogos e situações. Idem.

conjugal, ao mesmo tempo que se 'denuncia' a fragilidade do alicerce religioso-normativo que sustêm o matrimónio canónico²⁰. A ideia do divórcio surge, assim, como um prolongamento da natureza do casamento -perspectivado como realidade essencialmente humana e profana, na linha de Augusto Santos Carneiro- como o único meio de salvaguardar a liberdade do sentimento -"a menos limitável de todas as liberdades humanas"²¹- atendendo à insustentabilidade da separação judicial.

Através do suicídio de Emília, António Ennes denuncia, à maneira romântica, o drama humano das vítimas do desamor submetidas a uma jurisdição opressiva e anti-humana, que as leva a encontrar na morte a solução moral da sua fatalidade. Ao mesmo tempo, evidencia as contradições patentes no ordenamento jurídico, pelo confronto com uma concepção moderna do casamento²² que apela, como complemento lógico, para a instituição do divórcio. Não obstante, um tanto paradoxalmente, o divórcio é perspectivado segundo um ângulo filosófico-moral²³. Legitimado, em termos

²⁰ É precisamente a vítima do adultério, Emília, que veicula esta posição: "*É o amor, e não a lei, que santifica o casamento [...]. Henrique é meu para toda a vida. A lei e o padre mo deram. Obrigado! Que o padre e a lei me restitua o seu coração se puderem*". Idem, ibidem, ob. cit., p. 25, (tradução de nossa responsabilidade).

²¹ Idem, p. 26

²² De forma sintomática, postulada por Emília, duplamente vítima: vítima do adultério/desamor do marido e vítima da defesa do amor mesmo que, em benefício dos outros. Fórmula provável de dignificar a concepção de casamento veiculada na peça.

²³ As palavras de Emília testemunham-no: "*Eu poderia pretender a separação, mas a que é que a separação traria remédio? À minha dor? Não. À desonra de Lúsa? Não. Legitimaria ela, pelo menos, a paixão culposa de meu marido? Não. Ah! o sublime remédio que mutila três vidas, que expõe à plena luz um escândalo escondido, uma catástrofe irreparável! Sim, aos corações partidos o casamento não oferece senão uma saída: a morte. O casamento não pode ser dissolvido senão pela morte [...]. É a lei ... é a fatalidade antiga. Lei monstruosa que anuncia friamente a inúmeras vítimas que só o aniquilamento as liberta. Lei estúpida que não deixa à liberdade do sentimento, a menos limitável de todas as liberdades humanas, senão o suicídio. ... Sim, só o suicídio pode salvar*

teóricos, pela invocação da liberdade individual e da dignidade humana, (para além do reconhecimento, já assinalado, do carácter profano do casamento e da família), o problema não deixa, no entanto, de ser observado segundo um prisma moral, ao penalizar-se Henrique pela sua "paixão culposa" e ao enaltecer-se Emília pela sua grandeza de carácter.

Não podemos deixar de sublinhar a invulgaridade e a força persuasiva²⁴ do esquema arquitectado por Antonio Ennes para abordar esta temática: escolhendo como personagem central a maior vítima do triângulo amoroso (sem deixar de reconhecer a infelicidade dos restantes), denunciando as duas faces do divórcio (sofrimento/ potencial felicidade) e defendendo o amor como fundamento último da relação conjugal.

Na peça *Nó Cego*²⁵ -considerada pelo seu autor, "*como o rebate precursor da lei do divórcio, promulgada seis anos depois*"²⁶- a contestação à indissolubilidade matrimonial é perspectivada sob um prisma essencialmente religioso²⁷. Nesta linha, o ataque supremo é

em mim a dignidade humana, a nobreza da mulher, o direito divino da esposa!" Idem, pp. 25-26, (tradução de nossa responsabilidade).

²⁴Não obstante a 'artificialidade' subjacente aos esquemas literários românticos ser passível de condicionar, de forma diversa, os mecanismos de identificação/adesão do público em relação à peça.

²⁵Henrique Lopes de Mendonça, *Nó Cego*, Peça em três actos, Lisboa, Ferreira Oliveira, 1905. Peça representada no Teatro D. Maria II a 27 de Janeiro de 1905, tendo sido objecto de 11 representações. (Cf. Arquivo das Peças levadas à cena no Teatro D. Maria II.)

²⁶Cit. por Luiz Francisco Rebello, "Evocação de Henrique Lopes de Mendonça no cinquentenário da sua morte", in *Memória da Academia das Ciências de Lisboa*, classe de Letras, tomo XXII, Lisboa, 1981, p. 217. Proceda-se a uma ligeira correcção: cinco e não seis anos mediaram entre este drama e a instauração do divórcio.

²⁷Silenciam-se, assim, as implicações político-ideológicas do problema, de acordo com os fins perseguidos pela estratégia anti-clerical. Procura-se abalar o poder social da Igreja de forma a abrir espaço à expansão de

dirigido contra a Igreja, condenando-se o seu "despotismo" pela persistência de um dogma gerador de infelicidade humana. O teor anti-clericalista da peça, no entanto, está longe de assumir uma vertente radical, inserindo-se, antes, na linha do anti-clericalismo de índole liberal²⁸. A suavidade desta postura prolonga-se ao equacionamento da questão do divórcio, uma vez que são esquecidas as suas implicações mais profundas. Abordagem moderada²⁹... provavelmente, a forma possível de propagandear o divórcio em palco com o recurso precioso a artifícios literários, alguns dos quais passamos, sinteticamente, a apontar.

O poder argumentativo da peça parece-nos residir na simplicidade da história³⁰ -o drama de Filipe, a impossibilidade de este reconstruir a sua vida através da criação de um novo lar-família para si e sua filha na companhia de Emília, em virtude de ter sido abandonado pela esposa legítima- e na grandeza moral das

-concepções dessacralizadas sobre os organismos sociais. Nesta perspectiva, a temática do divórcio é reduzida à sua dimensão religiosa.

²⁸Corrente que se distancia do anti-clericalismo livre pensador, precisamente pela forma como é encarado o problema religioso. Enquanto o primeiro sublinha a importância do cristianismo, "*na fundamentação da ética e da moral, [bem como] o seu papel na reprodução de elos sociabilitários familiares, sócio-profissionais e nacionais, o segundo repousa em concepções agnósticas ou mesmo ateias*," o que, em última instância, implica um novo tipo de posicionamento perante o mundo, em sentido lato. Fernando Catroga, *A Militância Laica e a* [...] ob. cit., p.

*Sintoma desta atitude é o modo como é definida a relação do personagem central com a religião: "*Eu confesso que a minha religião ... é tibia para expansões de culto externo*." Henrique Lopes de Mendonça, *Nó Cego*, ob. cit., p. 20.

²⁹Especialmente se confrontada com a abordagem radical que se materializa em outras peças cuja temática incide na denúncia da interferência perniciosa dos membros da Igreja ao nível da esfera doméstica. Cite-se, a este propósito, a tentativa de assassinato por envenenamento provocada pelo Padre Ignacio, Jesuíta, a Paulo Degean, com o fim de afastar os inimigos da Igreja e concretizar, deste modo, o seu projecto mais imediatista: o casamento entre Angela d'Aubeterre e o Conde de Mignon. Episódio extraído da peça de T. Lino d' Assunção, *Os Lazaros*, Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão, 1889.

³⁰Subinhe-se a perspectiva essencialmente moralista através da qual é problematizado o divórcio.

personagens centrais, Filipe e Emília, ambas retratos-tipo dos ideais burgueses de marido e esposa³¹. O drama humano (associado à coerência dessas personagens) parece, assim, sobrepôr-se aos princípios filosófico-políticos e religiosos presentes (mas não expressos) nas posições incarnadas pelo par José Gaspar/Pe. Campello, relativamente à religião, à Igreja e particularmente, ao casamento. A fragilidade da oposição Progressismo/Conservadorismo, consubstanciada no par citado, fazem-no supor. Com efeito, o progressismo de José Gaspar³² (elemento da pequena burguesia comerciante e representante de um sector da Maçonaria iletrada) 'auto-desvaloriza-se'³³ pelo carácter da personagem, visto tratar-se de um homem pouco escrupuloso e de fraca formação moral. O contraste com a figura do padre é claro³⁴. Mais ainda, com a de Filipe. Em última instância, a

³¹A honestidade, o gosto pelo trabalho, o amor à família, constituem os traços dominantes da personalidade-tipo de Filipe. Até a escolha da sua profissão, engenheiro, é bem representativa da nova ordem social que se procura implementar. Emília, por seu turno, prima pelo amor maternal, pela discrição e dignidade moral. Identicamente, constata-se a tradicional definição de papéis masculino e feminino: a Emília reserva-se-lhe o casamento ou acompanhar o irmão. Sobressaem, não obstante, alguns laivos de modernismo ao nível da figura feminina, nomeadamente na atitude de Emília perante a leitura e a instrução e na abordagem rudimentar dos modelos de educação feminina.

³²Precise-se, e atendendo ao perfil do personagem, que as ideias progressistas de José Gaspar se resumem a uma mera invocação dos temas polémicos propagandeados pelo movimento laicista, desprovida de qualquer fundamentação teórica, salientando-se, os ataques ao celibato eclesiástico e aos votos perpétuos, a crítica ao Jesuíta, passando pela questão da natureza do casamento.

³³Desvalorização parcialmente recuperada por Filipe em diálogo posterior com o Padre: "... Olhe, meu padre! Todos os seus apóstolos, todos os seus evangelistas, todos os seus doutores da Igreja, não podem destruir a sumula d'essas phrases mal alinhavadas, que ouvimos da boca de um pateta. Esse pateta, a quem ambos nós desdenhamos, é quem tem razão. Manteve-se dentro dos limites acanhados do ser humano, não quiz... ou não poute... diluir o pensamento pelos espaços infindos. E o que achou dentro da sua consciencia estrita e rude, é a pérola porque nós todos anciamos: é a verdade. A verdade relativa, se assim o quer. Com essa se contentam os homens. O absoluto é só para os deuses." Idem, p. 93.

³⁴Atendendo à sua superioridade humana.

fragilidade desta primeira oposição reverte em favor de uma segunda, aparentemente mais ténue, a existente entre o personagem central e o padre. O criticismo de Filipe face à Igreja, adquire, então, um significado pleno:

*"Reveja-se n'estas lagrimas de agonia, mire-se n'este olhar pasmado de desespero! Quer mais positiva, mais lancinante condenmação dos seus dogmas? (Com força) Pois aqui tem, padre, aqui tem n'este desgraçado, que levanta um grito de revolta ... um grito no deserto contra o despotismo da lei divina e da lei humana, que lhe despedaçam a alma! (Cae n'uma cadeira, acabrunhado)."*³⁵

O desfecho do drama fica em suspenso. Nada nos é dito sobre a opção do 'casal': enveredar pelo concubinato e suas implicações sócio-morais ou a partida de Emília para África³⁶. Em ambos os casos, e portanto independentemente da solução encontrada, é o Amor e não o temor ou a obediência a Deus, o critério que preside à escolha. Nesta linha, não são as leis divinas a "*salvaguarda*" do casamento e da família, mas sim a "*estima e ...[a] afeição reciproca*"³⁷. Identicamente, o divórcio é encarado como elemento de reforço familiar, mas apenas em situações particulares, de acordo com o sentido da peça. Note-se, no entanto, que a situação

³⁵Idem ibidem, p. 94. Outras situações são ilustrativas da natureza do seu criticismo, mas escusamo-nos de as apresentar, sob pena de sobrecarregarmos o texto. Repare-se, a título de exemplo, na argumentação utilizada por Filipe para contestar o celibato eclesiástico: "*Ah! meu caro prior! Foi um erro da Egreja o banir os seus ministros das serenas regiões da família! Os senhores podem lá perceber um sentimento, deante do qual o preceito divino -Amar ao proximo como a nós mesmos- não é mais do que a consagração do egoísmo humano!*" Idem ibidem, p. 24.

³⁶Justificada pela necessidade de preservar a criança da hostilidade social na hipótese de o 'casal' optar pelo concubinato, "*recurso vilipendioso*". Idem ibidem, p. 26.

³⁷Idem ibidem, p. 94-95.

descrita representava uma das razões avançadas pelos promotores da campanha em favor da instauração do divórcio.

A peça *A Lei do Divorcio*³⁸ proporciona-nos uma dupla abordagem sobre a problemática que temos vindo a analisar, na medida em que nela confluem dois momentos históricos distintos. Com efeito, enquanto o argumento nos remete para o movimento pró-divórcio desenvolvido na vigência da monarquia constitucional, a estreia da peça tem lugar alguns dias após a promulgação da respectiva lei, possibilitada pela instauração do regime republicano. Neste sentido, afigurou-se-nos de todo o interesse explorar, para além da dimensão textual da peça (de acordo com o procedimento que temos vindo a seguir), as reacções da imprensa à mesma, com o fim de apreender eventuais ressonâncias sobre a lei do divórcio, bem como, sobre o papel atribuído à dramaturgia de combate.

A infelicidade pessoal aliada à dignidade moral das suas vítimas constitui, uma vez mais, o argumento base, a partir do qual se constrói a reivindicação (moral) do divórcio, ilustrada pelo par Celeste e Paulo, símbolo da autenticidade, pureza e honestidade. O infortúnio de Paulo, separado judicialmente, prolonga-se a Celeste, potenciado ainda pelo sofrimento desta, dada a sua condição de filha adulterina. Vãos se revelaram os esforços desenvolvidos por ambos no sentido de pôr cobro a este amor, pecaminoso aos olhos

³⁸Augusto de Lacerda, *A Lei do Divorcio, peça em prologo e três actos originaes*, 1910. A peça foi escrita entre Novembro de 1909 e Janeiro de 1910, tendo sido admitida pelo teatro D. Maria, em Março do mesmo ano. Intitulava-se então *Por Falta de Lei*, título posteriormente riscado e alterado aquando da sua representação. Cf. manuscrito nº 121.01, Biblioteca/Arquivo do Teatro Nacional D. Maria II.

da sociedade: o suicídio fracassado de Paulo, a distância física a que se impuseram, a resignação firme de Celeste quando a revolta de Paulo por fim emergiu.

Em contraste com o drama pessoal dos protagonistas, esboçam-se, em paralelo, três outras situações de infortúnio, para as quais são encontradas saídas legais.

Luisa (educadora de Mimi, filha de Paulo) encarna a marginalidade/sofrimento a que é votada a mulher desprovida de amparo familiar e apoio masculino, cujo estatuto é agravado pela sua condição de 'separada de facto', uma vez que se viu forçada a abandonar o marido "infame". A morte deste vem possibilitar o casamento de Luisa com Alvaro, o qual, por sua vez, permite "*reparar serenamente a (...) precipitação*"³⁹ camuflada de ambos. Hortencia, meia irmã de Luisa, enfrenta simultaneamente um processo de desquite provocado pela "*vida crapulosa de Edmundo*"⁴⁰ e o fruto da sua fraqueza que a colocou na situação de grávida de um filho adulterino. O recurso ao dinheiro permite evitar o escândalo que se avizinha, através da dissolução do casamento por Roma, mediante a alegação (falsa) da impotência do marido. A união com Júlio torna-se, assim, realizável. Por último, o Dr. Pinto e Castro, que intervém na peça na condição de advogado apesar de ser também padre, põe fim à reprovação social de que era alvo ao abandonar o sacerdócio, o que lhe permite legalizar a sua relação amorosa bem como a condição do seu filho.⁴¹

³⁹Augusto de Lacerda, *A Lei do Divorcio*, [...], ob. cit., p. 32 v.

⁴⁰Idem, p. 35 v.

⁴¹Reflexo dos episódios de despradamento registados na época. Cf. Fernando Catroga, *A Militância Laica e a Descristianização da Morte* [...], ob. cit.

Ao contrário de Celeste e Paulo, a contestação que as personagens acima apontadas empreendem ao poder arbitrário da sociedade está longe de ser levado às últimas consequências. O conformismo é dominante, expressando-se por um comportamento pautado pelo respeito exterior às normas e regras sociais, ainda que violadas silenciosamente. Nesta linha, conserva-se intacto o dualismo que transparece entre a moral social e a moral pessoal e a correspondente subordinação desta em relação àquela. Identicamente, ficará adormecida a reivindicação da liberdade de amar⁴² (coarctada pela sociedade) quando os obstáculos particulares que a condicionam/restringem são superados. Em paralelo, persistem intocáveis (apesar dos laivos de modernidade que timidamente afloram nos discursos destas personagens),⁴³ as imagens tradicionais da mulher e do homem: à fragilidade, fraqueza e emotividade da primeira corresponde a força, segurança e racionalidade do segundo⁴⁴.

A iniciativa de romper com a falsidade das amarras sociais cabe, uma vez mais, ao homem. Paulo revolta-se contra a natureza "*retrograda e deshumana*"⁴⁵ da lei conjugal, contrária à dos demais países, onde o divórcio é já uma realidade. Neste sentido, põe em causa a concepção tradicional do casamento, ao considerar que o contrato que o regula, longe de ser perpétuo, se apresenta como o

⁴²As palavras de Hortência, partilhadas pelas restantes personagens, denotam uma nova concepção de amor, ao contemplarem a sua dimensão física: "... com que direito ha de cortar-se a uma mulher as legítimas aspirações a amar com a sua alma, com o seu corpo, com toda a dedicação do seu ser, outro homem que não aquelle ao qual a acorrentou para todo o sempre um indissolúvel contracto?" Idem ibidem, p. 38.

⁴³Aponte-se, a título de exemplo, o direito de amar referido na nota anterior.

⁴⁴Entre outras, citem-se a este propósito as palavras de Júlio: "*Elas só teem o coração: nós temos também a cabeça, que ao nosso coração e ao dellas deve servir de governo.*" Idem ibidem, p. 36.

⁴⁵Idem ibidem, p. 46 v.

mais falível entre todos. Mas a última palavra é ditada pela mulher, pois a ela se destina, em última instância, a missão de salvaguardar a moral social. Celeste solta, assim, o golpe de misericórdia ao aperceber-se da hipocrisia que envolve a lei humana e a lei divina, ao mesmo tempo que reconhece a superioridade da consciência pessoal, afinal portadora da verdade mais autêntica.

A peça termina, obviamente, através da reivindicação da lei do divórcio.

A *Lei do Divorcio* transformou-se na "primeira peça de propaganda ao novo regimen."⁴⁶ Inúmeros indicadores o testemunham. A publicidade que a imprensa lhe move desde meados do mês de Outubro⁴⁷, a afluência do público, o convite dirigido aos membros do Governo Provisório para assistirem à sua estreia⁴⁸. A presença de apenas dois dos seus elementos, Afonso Costa e Bernardino Machado⁴⁹, não terá, no entanto, diminuído o significado simbólico do espectáculo atendendo ao clima criado na

⁴⁶*O Seculo*, 31 de Outubro de 1910, in Arquivo de Imprensa do Teatro D. Maria II, 1910 (20 de Setembro a Fevereiro de 1911).

⁴⁷Diversos periódicos se referem a ela de forma extremamente elogiosa. *O Seculo* apresenta-a "como um eloquente elemento de propaganda a accrescentar aos que desde ha muito a imprensa tem manifestado sobre o assumpto." (15 de Outubro de 1910). Outros insistem sobre a actualidade do tema e a sua relevância dada a acuidade social de que se reveste. (*Diario de Noticias*, 28 de Outubro). Sublinha-se, ainda, a sua oportunidade como "elemento de corroboração à justeza que a nossa legislação foi preenchida uma tão sensível lacuna" (*O Liberal*, 8 de Novembro de 1910), bem como meio de pressionar/impulsionar "a adopção rápida da lei" (*O Dia*, 9 de Novembro de 1910). Cf. Arquivo de Imprensa do Teatro D. Maria II, ob. cit.

⁴⁸A peça estreou a 10 de Novembro de 1910 tendo sido objecto de 13 representações. (Cf. Arquivo das Peças levadas à cena no Teatro D. Maria II.) A imprensa regista a grande afluência de público à sala nas primeiras sessões, fenómeno que contrariava a tendência de crise que desde há alguns anos se fazia sentir nas salas teatraes.

⁴⁹Apesar de terem assistido apenas a parte do espectáculo.

sala, no momento da entrada destes no camarote. Para além de terem sido recebidos entre palmas dos espectadores, "a orchestra tocou *A Portuguesa* que foi ouvida de pé e applaudida com entusiasmo."⁵⁰

Quanto à crítica, ela oscilou entre o aplauso incondicional e o comentário velado, deixando entrever reticências sobre a validade relativa à lei, recentemente, promulgada. Em ambos os casos, porém, é dominante a superficialidade da abordagem, situação claramente denunciada por Alberto Bramão, tanto ao nível da crítica literária como jornalística, ao lamentar a falta de receptividade dos críticos perante a dimensão filosófica e ideológica subjacente aos textos teatrais, e ilustrada, acrescentaríamos nós, na peça em questão⁵¹. Nesta linha, sucedem-se os elogios à denúncia da chaga da indissolubilidade matrimonial, demonstrativa da exigência da lei, ainda que considerada por demais reconhecida pela opinião pública. Tecem-se, por outro lado, considerações sobre as estratégias literárias adoptadas pelo escritor, apontando-se, por exemplo, a falta de contraste entre as situações, ou o excesso de coincidências, bem como o predomínio da palavra sobre a acção/conflito.

Deixando de lado os aspectos propriamente teatrais da questão (nomeadamente a actuação dos actores, por sinal bastante contraditória de acordo com a imprensa compulsada), centremo-nos

⁵⁰*O Seculo*, 11 de Novembro de 1910 in Arquivo de Imprensa do Teatro D. Maria II, 1910.

⁵¹"A nossa critica litteraria limita-se, em geral, a encarar simplesmente o significado superficial dos episodios e as qualidades de expressão formal que os revestem. Uma grave conflagração de factos impressiona a retina dos criticos apenas pelo seu aspecto pittoresco ou dramatico. O alcance philosophico d'esses factos pertence ao dominio de idéas que a vista da critica não tem querido alcançar." *Diario Popular*, 11 de Novembro de 1910, Arquivo de Imprensa do Teatro D. Maria II, ob. cit.

nos comentários avançados sobre a natureza da argumentação invocada para sustentar a reivindicação da lei do divórcio. A imprensa favorável ao tema da peça apresenta-se lacónica, ficando-se no elogio rasgado. Em contrapartida, a crítica reticente à instituição do divórcio assume-se pretensamente problematizante, sem deixar de percepcionar o problema através de uma óptica essencialmente moralista. Citem-se, a este propósito, os comentários de *O Liberal* e do *Correio da Manhã*.⁵² Ambos se propõem equacionar a validade da peça na exacta medida em que esta legitima, ou não, a lei do divórcio. Concluem pela insuficiência do fundamento apontado -o interesse pessoal baseado no "amor-paixão- atendendo à complexidade da questão que obriga a enquadrá-la no âmbito das relações entre o indivíduo, a família e a sociedade. Todavia, o postulado da supremacia do interesse da sociedade sobre o indivíduo, que advogam, recebe a sua fundamentação última no contexto da moral social que preconizam⁵³. Neste sentido, a problemática do divórcio tende a ser restringida a um problema de natureza moral, omitindo-se, curiosamente, a dimensão religiosa da questão, provavelmente por

⁵²Artigos referentes, respectivamente, a 11 de Novembro e 15 de Novembro de 1910, in in Arquivo de Imprensa do Teatro D. Maria II, ob. cit. Annibal Soares, responsável pelo artigo do *Correio da Manhã*, reconhece a sua indefinição sobre a matéria em discussão.

⁵³Cite-se, a este propósito, a leitura curiosa sugerida pelo crítico de *O Liberal* relativa à presença das "duas senhoras desquitadas" na peça, considerando que esta "em vez de esclarecer a acção prejudica-a, accumulando casos distintos, em circumstancias especiaes, aliás, pouco recommendaveis ao criterio do legislador." *O Liberal*, 11 de Novembro de 1910 in Arquivo de Imprensa do Teatro D. Maria II, ob. cit. E avança com reticências relativas à definição das personagens pondo em causa a idoneidade moral das mesmas, sendo seguido por Annibal Soares, segundo o qual, a peça carece de grandiosidade sentimental e de respectabilidade moral. O autor do artigo do *Correio da Manhã*, é ainda levado a justificar a propensão do português face à argumentação pró-divórcio, por questões temperamentais: facilmente imprisionável, egoísta e superficial.

efeito da conjuntura política reinante pouco propícia à abordagem da mesma.

As limitações do Divórcio

A problemática do Amor Livre (ou, melhor dizendo, a dos limites da contestação individual à ordem social) materializa-se na peça *A Infelicidade Legal*⁵⁴. Lugar comum da literatura,⁵⁵ o tema adquire, não obstante, uma nova expressão, atendendo à complexidade através do qual é abordado. Conflito entre dois olhares, o da contestação e o do conformismo, o desfecho do drama aponta, no entanto, para o triunfo do segundo...

O carácter inovador do texto ressalta, de imediato, na concepção de amor que perpassa nas palavras de Afonso, um dos protagonistas do drama:

"Afonso: Fostes minha, serás sempre a esposa da minha alma, a sempre noiva da minha alma.

[...]

*Só se pertence a quem a natureza nos entrega pelo goso reciproco dos sentidos (...) Esposa da minha alma!*⁵⁶

⁵⁴Coelho de Carvalho, *A Infelicidade Legal*, peça em quatro actos, Lisboa, Cernadas & C^a,-Livraria Editora, 1911. Peça estreada no Teatro Nacional Almeida Garrett, antigo D. Maria II, a 22 de Abril de 1911.Foi levada à cena nesta sala em duas épocas teatrais, 1910/1911 e 1917/1918, sendo objecto, respectivamente, de 5 e 6 representações. Cf. Arquivo das Peças levadas à cena no Teatro D. Maria II.

⁵⁵Veja-se, a este título, Luiz Barreto da Cruz e Manuel Neves, *Um Lar*, Lisboa, Tipografia Costa Sanches, Sucessores Galhardo e Costa Lda., 1924. (Peça representada pela primeira vez no Teatro de D. Maria II em 1908.) Nela se retrata a oposição entre o casamento convencional e o casamento natural personificado no 'casal' Maria e Alvaro.

⁵⁶Coelho de Carvalho, *A Infelicidade Legal*, ob. cit., p. 185.

Observe-se que Afonso intitula Lúcia de esposa apesar da inexistência de qualquer vínculo legal entre eles. O amor é o seu fundamento, mas um amor concebido numa dupla acepção, espiritual e física, agora fundida em termos idênticos⁵⁷. Neste sentido, diferencia-se das imagens que sobre ele temos vindo a sublinhar, centradas em especial na primeira componente⁵⁸.

A defesa do amor como fundamento legítimo da união entre os seres arrasta, em paralelo, a condenação da instituição social do casamento, atendendo, regra geral, ao seu carácter anti-natural. Nesta linha, denunciavam-se as considerações sociais e materiais subjacentes ao casamento, assim como as suas deficiências -a imaturidade e a impreparação femininas, a falta de autenticidade na relação conjugal⁵⁹. Em particular, contesta-se o casamento como

⁵⁷Em Lúcia, esta imagem é menos clara. Apesar de reivindicar o carácter natural do amor, não deixa de se socorrer da intervenção divina para o justificar. Meio provável de tornear os poderosos constrangimentos sociais que sobre a mulher, em especial, se fazem sentir.

⁵⁸Não queremos com isto significar que até então o elemento físico se encontrava ausente na expressão do amor*. Apenas pretendemos sugerir a sua reabilitação e a sua re-inserção no quadro humano-natural, visando afastar a condenação moral de que era alvo. Veja-se, a este título, a peça anteriormente analisada. Em *A Lei do Divorcio* a vivência física do amor desinserida do seu contexto legal é penalizada pelos próprios. Luisa culpabiliza-se por ter cedido ao irresistível desejo reconhecendo-se indigna da afeição de Celeste e Paulo.

*No plano do romance a ele se referem explicita e anteriormente vários escritores como Eça de Queirós, em *O Primo Basílio* e José Augusto Vieira, em *A Divorciada*. Sublinhem-se, porém, as suas diferenças: em Eça a vertente erótica da sexualidade é preponderante e inserida apenas no contexto da relação ilícita, enquanto no segundo, menos frequente, é-nos sugerida em termos de dimensão humano-natural e integrável no quadro do casamento. O 'apelo da carne' influi na decisão de Emília de se reunir ao Comendador apesar do concubinato (a única saída possível atendendo ao seu estado) ser moral e socialmente reprovado. No campo da dramaturgia, em particular entre os textos que contestam o celibato eclesiástico, manifestam-se, na mesma linha, sintomas da sexualidade humana, desinserida, regra geral, do contexto amoroso. Cf. *Casamento de conveniência* ou *Os Homens de Roma*. Pelo contrário, em *Novo Altar*, sugere-se uma imagem de amor idêntica à expressa em *A Infelicidade Legal*, sintomaticamente, datado de 1911. (Bento Mantua, *Novo Altar*, um acto e um verso, Lisboa, Cernades & C^a-Livraria Editora, 1911.)

⁵⁹Temas que se filiam na crítica ao modelo burguês de casamento que lhe é anterior.

destino inevitável da mulher burguesa, reflexo da partilha de papéis sexuais que conduz à exclusão do elemento feminino do mercado de trabalho. Em suma, questiona-se a dimensão social desta instituição, cuja lógica normativa-moral se revela inconciliável com a do amor⁶⁰.

Mas a defesa teórica do amor livre enfrenta poderosos obstáculos ditados por considerações morais e sociais que norteiam o comportamento individual dos actores sociais. Neste linha, o drama de Lúcia e Afonso retratado na peça -a impossibilidade de estes vivenciarem o seu amor em consequência do laço matrimonial posterior que uniu a primeira a Melchior- mostra-se irresolúvel, apesar da saída legal oferecida pelo divórcio. Com efeito, entre os diversos obstáculos apontados para a persistência do drama -o sentimento de culpabilização de Lúcia perante a bondade de Melchior, a imagem de perpetuidade associada ao casamento, a crítica do mundo- apenas um se revela intransponível: o código amoroso, ou melhor dizendo, os seus fundamentos ético-morais.

"... o encanto quebra-se desde que sabemos que outro homem possuiu a mulher que antes tínhamos por nossa, só nossa".⁶¹

A reivindicação plena do amor livre na esfera social confronta-se, assim, com as limitações inerentes à sua perspetivação no plano individual, derivadas em última instância, do peso da primeira.

⁶⁰ "Lucia: Pobre coitado! Julga que a lei, os códigos, a moral, regulam a troca de affectos como regulam e asseguram a venda das mercadorias." Idem ibidem, p. 142.

⁶¹ Idem ibidem, p. 199.

Nesta linha, o "*divórcio salvador*"⁶² não ultrapasssa a dimensão jurídica, atendendo ao desfasamento com a sua realidade⁶³. Ultrapassadas as barreiras religiosas e jurídicas condicionadoras do amor (e prolongadas ao divórcio) revela-se, afinal, o poder dos seus constrangimentos mais implacáveis, os de natureza sócio-individual, até então, relativamente silenciados.

Visões Tradicionais do Divórcio⁶⁴

Em *O Artigo 1:204*⁶⁵ e *Divorciemo-nos*⁶⁶ aborda-se jocosamente o tema da ameaça de separação judicial⁶⁷. Nesta linha, desfilam, caricaturalmente, os defeitos atribuídos ao casal burguês: o romantismo da mulher derivado da leitura excessiva de romances acompanhada da sua transposição para o quotidiano, o vício masculino de cortejar o sexo oposto, a leviandade do adultério, entre outros. De forma idêntica, alude-se passivamente⁶⁸ a

⁶²Idem ibidem, p. 197.

⁶³A condenação social do divórcio mantém-se viva perante aqueles que a ele ousam recorrer, expressa entre risos e segredos. Cf. idem ibidem, pp. 122-123.

⁶⁴Dada a pobreza argumentativa destas peças, não se nos afigurou adequado adoptarmos o procedimento seguido em relação às restantes, pelo que nos limitamos a evidenciar os aspectos mais significativos das mesmas.

⁶⁵Diogo Joze Seromêno, *O Artigo 1:204*, Comedia em um acto, Lisboa, Escriptorio da Empreza, Rua Nova do Almada, 1883.

⁶⁶Guilherme Rodrigues, *Divorciemo-nos*, comedia em um acto, ob. cit.

⁶⁷A separação judicial era, na época, correntemente designada pela palavra divórcio, o que equivalia a anular as diferenças de natureza jurídica (e suas implicações práticas) existentes entre os dois institutos, reduzindo-os a uma única realidade: a da separação judicial. Na peça *O Artigo 1:204* (título que corresponde ao número do artigo do Código Civil Português que institui e regula a separação judicial) inversamente, faz-se corresponder o estatuto jurídico do divórcio à separação judicial, ao reconhecer-se nesta última o meio de readquirir a liberdade individual. Esta indiferenciação terminológica patenteada em ambos os exemplares é também ela, sintomática da ausência de qualquer propósito em participar na campanha reivindicativa do divórcio.

⁶⁸Observe-se, a este título, o diálogo entre as duas personagens femininas da peça *O Artigo 1:204*:

preconceitos sociais que regulam os papéis da mulher e do homem casados. Em contrapartida, sugerem-se os respectivos antídotos, de forma a fazer 'passar' a mensagem das peças: a transmissão de valores explícitos, subjacentes ao modelo ideal de 'casal': o amor, a honestidade e o respeito (com o fim, provável, de que estes se prolongarem entre o público⁶⁹). Quanto à ordem social, nenhum sintoma de contestação transparece, pelo contrário, a sua intocabilidade é mesmo reforçada pela preocupação moralizante de ambas as peças⁷⁰. Nesta óptica, o divórcio persiste como o símbolo do fracasso da relação conjugal, a antítese do bom casamento, motivado, regra geral, pelo desrespeito das suas regras morais.

Explorar a visão sobre a problemática do divórcio sugerida pela literatura dramática em termos das dimensões do discurso materialmente produzido, eis a opção que intentámos realizar. Nesta óptica, ressalta como elemento comum aos textos analisados a defesa do amor em termos substancialmente humanos, concepção que tende a integrar, ainda que sub-repticiamente, a dimensão

"Adelia. (...) não és livre e a sociedade condenar-te-hia irremediavelmente, se cedesses á tentação, sem mesmo te ouvir, porque a falta n'esse caso não tem atenuantes, é sempre pecaminosa.

Eliza. Tens razão, a sociedade condemna sempre a mulher e absolve um marido como o meu, que passa a vida a fazer a côrte a todas as mulheres." ob. cit., p. 6.

⁶⁹Na sequência do desejo de reformar a sociedade através da difusão do ideal de vida burguês, reflectido na preocupação em moralizar os hábitos e valores das camadas inferiores. Cf. Catherine Hall, "Lar, doce lar", in Philippe Ariès e George Duby (dir.), *História da Vida Privada*, [vol. 4º dir. por Michelle Perrot], Porto, Ed. Afrontamento, 1990, pp.70 e ss..

⁷⁰Atente-se, como exemplo, ao desfecho da peça *Divôrcio-mos*. A esposa congratula-se com o facto de a filha ilegítima do marido ter sido acolhida no seu lar. Em contrapartida, nenhuma alusão crítica transparece sobre essa relação, uma vez que o marido era então solteiro.

físico-natural⁷¹. Sugerimos⁷², assim, que o Amor, à semelhança de outras dimensões da vida teria sido, também ele, objecto de um processo secularizador. A proposta, aos olhos de então, apresentar-se-ia, provavelmente, demasiado radical. Implicitamente, ela pressupunha a afirmação do individualismo -ou melhor, o alargamento social do espaço atribuído ao indivíduo em detrimento do valor reconhecido à colectividade- o que equivale a questionar as fronteiras tradicionais entre o sujeito e a sociedade, e, em última instância, a reinterpretar a dimensão ontológica do ser. Mais ainda, ela questiona códigos ancestrais relativos à moral e à ética, abalando, de forma idêntica, as estruturas familiares e suas correspondentes relações de poder. Talvez, daí, a suavidade que perpassa na abordagem dramática sobre o divórcio. A 'delicadeza' do tema leva-os a ser cautelosos, centrando-se na questão sentimental e evitando, deste modo, aflorar os fundamentos filosóficos e ideológicos que sustentam a reivindicação. Mas por que razão enveredar por caminhos complexos quando o combate perseguido se afigura, afinal, susceptível de ser levado a cabo pelo recurso a casos triviais, a episódios do imaginário quotidiano⁷³, detentores, provavelmente, de um potencial persuasivo superior?⁷⁴

⁷¹Não queremos com isto significar que a concepção humana do Amor não seja anterior, em termos cronológicos, a esta fase da dramaturgia. Apenas pretendemos assinalar a distância existente entre a reivindicação frustrada e resignada, (materializada, nomeadamente, nas peças de Camilo), e a reivindicação concebida a título de direito pleno. Cf. Vítor Manuel Aguiar e Silva, ob. cit..

⁷²As considerações que se seguem centram-se nas cinco primeiras peças analisadas, excluindo portanto *O Artigo 1:204* e *Divorciemo-nos*, uma vez que estas escapam ao âmago da nossa investigação.

⁷³Observe-se, a este título, o comentário bem revelador de Reis Dâmaso a propósito do romance *A Divorciada*, de autoria de José Augusto Vieira: "*Nada mais simples nem mais profundo do que este assumpto. Uma these bem moderna se discute: A tyrannia da lei que só permite a separação de pessoa e bens a pretexto de moralidade, quando factos eloquentes demonstram bem o contrario do que hypocritamente se pretende.* (§) José Augusto Vieira dá-nos

Na sequência desta estratégia, direcciona-se o combate ao universo burguês, responsável pela construção/manutenção da identidade moral que se pretende estruturante do corpo social. É ela, em última instância, que se procura abalar, ou, melhor dizendo, os seus fundamentos. Nesta linha, o processo de construção das personagens que encarnam o conflito da separação encontra a sua razão de ser. O modelo burguês, acompanhado dos seus respectivos corolários, rege a definição das mesmas. Entre os valores retratados -honestidade, dignificação do trabalho, amor pela família- salienta-se, afinal, o respeito pela moral estabelecida⁷⁵, a qual se visa renovar, mais do que destruir, à luz dos princípios de autenticidade

*n'este seu romance um grande exemplo de como a lei do divorcio longe de desmoralisar traria ainda a felicidade a uma pobre mulher que fôra victima das suas illusões, que se apaixonára "pelo que suppunha ser o romance da vida." A lei absurda não lhe permittindo uma outra união legal e condemnando-a a 'uma honestidade eterna' sem que ella nada devesse á dignidade do marido, não era deveras brutal? Aquelle voto que a sociedade lhe houvera imposto com o processo de separação' como se fosse possível abafar-se as eternas leis do amor, não era uma indignidade revoltante? O que queria a lei senão a immoralidade? Ermelinda amou segundo homem porque o primeiro não ha comprehendera, porque se tornára abjecto e indigno d'ella; mas lá estava o convencionalismo social a prohibir-lhe a manifestação d'esse sentimento e portanto a provocar-lhe a revolta. Porque não havia de encetar 'uma vida nova formando uma familia honesta e honrada?' A lei a isso se oppunha. E como recompensar a grande dedicação d'esse homem que a protegia? Sendo sua concubina já que não podia ser sua mulher? Era a esta falsa situação condemnada pela sociedade que uma lei absurda a impellia. Reis Damaso "Romancistas Naturalistas, José Augusto Vieira", Teophilo Braga e Teixeira Bastos (dir.), *Revista de Estudos Livres*, 1885-1886, Nova Livraria Internacional Editora, 1887, pp. 285-86. Nele perpassam os vectores que temos vindo a assinalar, o primado da lei do amor, e a contestação à moral social.*

⁷⁴Naturalmente, a interrogação não se pretende totalizante! Haverá, ainda, a considerar e integrar o lugar reservado ao artifício literário, dimensão que deixamos em aberto.

⁷⁵Como bem o ilustra a declaração de amor de Paulo a Celeste: "*Não foi o que ha em si attraente nas exterioridades de mulher o que me falou aos sentidos: foi a puresa, a honesta simplicidade, o ambiente de calma doçura que a cerca; a sua alma, emfim, que em seu olhar me parecia envolver-me todo, elevando-me com ella muito acima do brutal positivismo -Só na terra, com um passado de desenganos, eu encontraria um suavissimo lenitivo.*" *A Lei do Divorcio*, ob. cit., p. 41.

e verdade humana⁷⁶. Desta forma, dificilmente descortinamos, entre estas personagens, uma que se evidencie como símbolo do homem ou da mulher 'modernos'. Depreendem-se, quando muito, entre as figuras masculinas, laivos de receptividade aos novos princípios filosóficos que vão ao encontro das suas preocupações. (Não são sempre eles a reafirmarem a natureza contratual do casamento?). Em contrapartida, do ponto de vista das mulheres, auscultamos, apenas, a contestação silenciosa e a resignação, desvirtuadas sob a pressão masculina. As expectativas sociais que regulam a sua conduta pública são respeitadas, praticamente, até ao desfecho da peça. Como se tanto não bastasse reproduz-se, a tradicional divisão de papéis, confinando-se o papel da mulher à família, aos filhos, à casa⁷⁷. Nesta óptica, o processo de construção das personagens architectado segundo padrões de identificação entre estas e o público (e eventualmente acompanhado de mecanismos projectivos inconscientes) visa, também ele, gerar entre este último um clima de abertura em relação à mensagem que se procura veicular. Não obstante, este esquema poderá, ainda, ser percepcionado como um meio de ampliar a temática do divórcio a uma audiência mais vasta, evitando-se o risco de esta ser

⁷⁶Recorde-se que a defesa do divórcio era concebida, aos olhos dos seus promotores, como um meio de reforçar o papel da família, pela integração dos princípios atrás assinalados.

⁷⁷A emancipação feminina sustentada pelos movimentos ideológicos progressistas, apesar de reconhecer o direito da mulher a exercer um papel mais activo na ordem pública, não deixava, no entanto, de sublinhar a sua missão primeira no quadro familiar, como responsável directa pela educação dos futuros cidadãos. Nesta linha, advogava o acesso à instrução com o fim de combater a influência da Igreja na esfera doméstica, bem como elevar a sua preparação para a missão crucial que lhe estava reservada. Apenas os sectores mais radicais preconizavam uma emancipação completa.

automaticamente conotada com os movimentos políticos e ideológicos que a sustentam de forma mais evidente⁷⁸.

Uma última referência às estruturas familiares que modelam estas peças. Em nenhuma delas se plasma o quadro familiar habitual. A figura da mãe surge-nos, apenas, esboçada e envolvida entre recordações queridas. Quanto à figura paterna, e à segurança a ela associada, manifestam-se, de forma idêntica, pela ausência⁷⁹. Desta forma, reconstrói-se a ambiência familiar, em termos dos valores tradicionais a ela aliados, evitando-se, por outro lado, a tarefa embaraçosa de ter que lidar com o conservadorismo das figuras parentais.

Do quadro que acabámos de traçar relativa ao olhar da literatura dramática sobre o divórcio ressalta, provavelmente, o carácter ardiloso das estratégias literárias e argumentativas adoptadas pelos seus autores na abordagem de um tema tão controverso. Tendo presente a especificidade inerente ao texto literário, afigura-se-nos, no entanto, que este segue, de acordo com o código que lhe é particular, mecanismos de produção similares aos adoptados por outros discursos -político e feminino; e, em certa

⁷⁸Como contraponto à situação descrita, citem-se, a título ilustrativo, os modelos de combatividade e de contestação clara à ordem estabelecida, masculinos e femininos, sugeridos em peças de cariz mais radical: Luiza (*O Casamento Civil*, Cypriano Jardim, 1882) e Deolinda (*O Pedreiro Livre*, A. M. da Cunha Belém, 1876) constituem símbolos da mulher instruída e liberta da influência da Igreja, protótipos da mulher que se pretende criar à luz da ideologia republicana, enquanto Jorge de Sousa ou mesmo Ernesto da Silveira (*Os Lazaristas*, Antonio Ennes, 1875) para além de representantes do anti-clericalismo, se apresentam, ainda, como defensores de ideais políticos progressistas. Nestas peças, o tom expressamente panfletário das mesmas é acompanhado pelo recurso a estratégias mais primárias, designadamente o confronto entre personagens traçadas de forma maniqueísta, inseridas em contextos de intriga que primam pela sua malvadez e imoralidade.

⁷⁹Exceptuando a peça *Um Divorcio*, onde o pai de Emilia intervém, precisamente, como seu conselheiro.

medida, filosófico e jurídico- no sentido de propagandear um novo modelo de conceber a relação do ser social no contexto do casamento e da família, sob um fundo secularizador. Reafirmam-se, porém, alguns princípios tradicionais, designadamente o ideal monogâmico, considerado a etapa final do curso evolutivo desta instituição (ainda que a sua validade em termos sociais seja problematizada, na linha da defesa do Amor Livre), bem como, alguns dos fundamentos morais do código amoroso⁸⁰.

⁸⁰Não obstante a defesa do Amor Livre ou Natural, Afonso rejeita Lúcia uma vez que esta pertenceu fisicamente a outro homem. A valoração do corpo, da virgindade, da exclusividade física, continua a equacionar-se, apenas, em termos femininos. Nesta linha, a fidelidade física a que se guardavam os esposos segundo a lei, conserva-se um apanágio da mulher, testemunhado pelo lugar de relevo atribuído ao adultério feminino, "*ao qual se atribui carácter moral paradigmático*", tanto no campo do romance, como o sublinhou Joel Serrão, como da dramaturgia. Ver ainda Cecília Barreira, *História das nossas Avós, Retrato da Burguesa em Lisboa 1890-1930*, Lisboa, Colibri, 1992, pp. 129-135.

CAPÍTULO V

CRITÉRIOS ENFORMADORES DA LEGISLAÇÃO DIVORCISTA

Propostas de Legislação Divorcista

Em paralelo às justificações teóricas do divórcio, foram avançados diferentes perfis de legislação divorcista que, obedecendo fundamentalmente aos princípios doutrinários perfilhados pelos seus autores, procuravam nalguns casos contemplar o peso dos imperativos de natureza política e sócio-cultural, relacionados com a matéria.

Apreendem-se, neste quadro, três modelos, correlativos de referências legislativas distintas, que se consubstanciam no que designámos por 'divórcio conservador' -que apenas admite a dissolubilidade por motivo justificado, na linha da lei francesa de 1884-, 'divórcio moderno' -que estipula o acordo mútuo e o consenso dos cônjuges, na linha legislativa então dominante sobre a matéria- e 'divórcio revolucionário' -que prescreve o direito à ruptura matrimonial por vontade de um só, mesmo sem fundamento, fórmula inspirada na lei francesa de 20 de Setembro

de 1792-¹ Um quarto modelo, bastante mais raro, poderá ser apontado- o 'divórcio sanção'-, embora, em última instância, ele traduza a inadmissibilidade da ruptura do vínculo conjugal, como o exemplifica a proposta de Alfredo Pimenta. Com efeito, este autor, apesar de se declarar contrário ao divórcio, é levado a admitir a dissolubilidade matrimonial em casos extremos, alegando, como razão justificativa, a relatividade da doutrina filosófica por si postulada, o positivismo ortodoxo (ou a fragilidade da relação de forças em confronto?). Advoga, mais especificamente, que o cônjuge contra o qual foi decretado o divórcio seja duplamente penalizado: aos olhos da opinião pública e em termos legais, através da supressão de direitos políticos e civis.²

Atentemos, então, nas modalidades divorcistas avançadas, assentes nos três modelos atrás citados (conservador, moderado e revolucionário), com o fim de evidenciarmos as diferentes latitudes conferidas ao divórcio litigioso, e, em especial, a influência reconhecida aos motivos de natureza política e sócio-cultural, patente, em particular, no projecto de divórcio de Luiz de Mesquita.

¹O debate interno sobre esta matéria é naturalmente alimentado pelos desenvolvimentos externos, sendo de realçar, pela sua insistência, as referências às iniciativas tendentes ao alargamento do princípio da ruptura conjugal num sentido de crescente progressismo (animadas pelos sectores intelectuais radicais), e, igualmente, as menções frequentes sobre as legislações existentes sobre a matéria. De acordo com os analistas jurídicos, a Suíça e a Alemanha apresentavam então a legislação mais moderna. A lei suíça, de 24-XII-1874, autorizava de acordo com o artigo 47º, o pedido de divórcio por um dos cônjuges desde que a vida em comum se tornasse impraticável (motivo que, pela sua amplitude, se aproximava das reivindicações mais vanguardistas sobre a matéria), enquanto pelo art.º 1568º do Código Civil Alemão, em vigor desde 1 de Janeiro de 1900, se prescrevia a faculdade de o divórcio ser solicitado por um dos cônjuges "*pela violação grave dos deveres conjugaes, ou pela sua conduta deshonrosa e immoral caus[adora de] uma perturbação tão profunda nas relações entre os esposos, que a continuação do casamento é impossível.*" [In José Montez, *Do Divorcio, Estudo sociologico-juridico*, (Dissertação para concurso), ob. cit., p. 61.] Cf. Sampaio e Mello, ob. cit., p. 307.

² Cf. Alfredo Pimenta, "O Divorcio", ob. cit., p. 132.

Abel de Andrade, protagoniza o modelo conservador, apresentando o divórcio como uma exigência do "*actual estado da sciencia*"³. Nesta linha, afirma que a dissolubilidade conjugal deve ter lugar sempre que organismo familiar não cumpra adequadamente as funções sociais que lhe estão reservadas, de forma a impedir perturbações aos esposos, à descendência e à própria sociedade, prescrevendo, como critérios enformadores da legislação divorcista: 1º motivos precisos (concretamente "*delicto, infidelidade, vícios profundos e incuráveis, aversão completa e invencível, producto de causas graves e permanentes*"⁴); 2º "[rejeição d']o *mutuo consentimento e a incompatibilidade de character dos dois esposos*"⁵; 3º- proibição do cônjuge-réu de requerer o divórcio.

Por seu turno, Sampaio e Mello invoca como princípio legitimador da dissolubilidade matrimonial, o direito à liberdade individual, preconizando um leque alargado de motivos, fundados, em última instância, no espírito de tolerância⁶. A sua proposta integra-se, como veremos, no modelo revolucionário. Em 1º lugar o autor admite a conservação temporária do regime de separação de pessoas, com base no respeito pela liberdade religiosa. Defende como essencial, em 2º lugar, o divórcio por causas determinadas, pois, apesar de pôr a descoberto factos íntimos da vida da família, fornece ao tribunal, em contrapartida, elementos que lhe permitam ajuizar de forma mais criteriosa sobre os interesses do filhos e do

³Abel Andrade, ob. cit., p. CXCV.

⁴Idem, p. CCIII.

⁵Idem, ibidem, p. CCIII.

⁶Vale a pena salientar a distância entre o projecto de lei apresentado pelo autor na Câmara dos Deputados, e modelo teórico que o mesmo advoga, reveladora do reconhecimento tácito face a exigências políticas e sociais.

cônjuge inocente, bem como salvaguardar socialmente o último. Estipula, desta forma, os seguintes motivos para o divórcio litigioso: *"demencia, loucura ou furor d'um dos esposos, a condenção a pena afflictiva ou infamante; os excessos, sevicias ou injurias graves; notável desregramento de costumes; abandono por dois annos, ausencia sem noticias por cinco annos, pelo menos"*⁷; o adultério do cônjuge contra o qual seja solicitada a ruptura conjugal; a recusa do marido em sustentar a mulher de acordo com os seus rendimentos; *a impotencia anterior ou posterior ao casamento; doenças repugnantes ou incuraveis; (...) [e] toda a causa não prevista, e sufficientemente grave na opinião de o tribunal, para ferir o laço conjugal"*.⁸ Prescreve, por último, como causas do divórcio o mútuo consenso devidamente confirmado (seria o terceiro critério enformador da legislação)⁹; e o divórcio por vontade de um só (4º)¹⁰.

⁷Réplica do artigo 4º, da lei francesa de 20 de Setembro de 1792. Sampaio e Mello, ob. cit., p. 303.

⁸ Cf. idem, p. 307. Este último de acordo com o art.º 47º da lei suíça, de 27-XII-1874.

⁹Remonta à lei francesa de 1792, constando, então, das legislações austríaca, belga, dinamarquesa, suíça, maioria dos estados norte-americanos, estados nórdicos, verificando-se, ainda, na Itália e no Brasil, no tocante ao regime de separação de pessoas. (Cf. idem, ibidem, p. 311) [Curiosamente, em Portugal aquando da discussão do Código civil na Câmara dos Deputados, Dias Ferreira solicitou a sua regulamentação, facto que não se veio a verificar.]. Em França intensificava-se, entretanto, o movimento a favor da sua introdução, expressa na campanha promovida por Paul e Victor Margueritte, pelo jurista Valensi, entre outros.

A presença do "mútuo consenso" é denunciadora do carácter progressista da legislação divorcista, apesar das críticas que lhe são dirigidas como elemento de dissolução da família, tornando o casamento equiparável à união livre. Sampaio e Mello discorda, no entanto, desta interpretação, considerando que este motivo constitui a tradução dos princípios do direito natural e do direito positivo, possibilitando, por sua vez, a ruptura da união nos casos em que não é possível documentá-la com provas materiais, que originam, nos países em que este motivo não é reconhecido, a 'produção de materiais' por intermédio das agências ditas divorcistas. Cf. idem, ibidem, p. 313.

¹⁰Na linha da lei revoluconária de 1792.

Projecto igualmente radical é avançado por Carrasco Guerra, que, na condição de médico e de homem da ciência, sustenta a adopção de um corpo legislativo amplo, compreendendo razões de natureza físico-patológicas (sífilis, loucura, alcoolismo), morais (adultério, infâmia grave, condenação), bem como o mútuo consenso e o divórcio pela vontade de um só cônjuge, estas dois últimos apresentados como expressão da absoluta justiça¹¹.

Luiz de Mesquita desenvolve uma proposta mais moderada no seu *Projecto de Lei do Divorcio*,¹² elaborado em 1909, referencial primeiro da futura lei do Divórcio-podemos situá-lo num lugar intermédio, entre o conservador e o moderno. Com efeito, o espírito do projecto reflecte uma solução de compromisso a única, na perspectiva do autor, teoricamente aceitável, no contexto do regime político de então¹³. É, aliás, o próprio, partidário das teses mais progressistas sobre a matéria, que o reconhece, ao apresentar o projecto como "*defeituoso, inscientifico, difficiente, ultra-*

¹¹Carrasco Guerra, ob. cit., pp. 99-100.

¹²Luiz de Mesquita, *Projecto de Lei do Divorcio em Portugal*, Lisboa, Guimarães e C^a Ed., 1910. Esta iniciativa corresponde ao culminar de um longo estudo realizado pelo autor, que remonta ao tempo da uiversidade, mas foi intensificado, nos últimos anos do regime monárquico, reflectindo-se na sua contribuição para a campanha republicana em favor da instauração do divórcio. Ao contrário das demais propostas analisadas, a de Luiz de Mesquita constitui um autêntico projecto de lei, explanando-se, em paralelo, aos motivos de ruptura do vínculo, as disposições quanto aos bens e aos filhos e o processo regulamentar da matéria.

¹³A proposta do autor pretende, desta forma, conciliar a instauração da dissolubilidade matrimonial com o conservadorismo político e mental da sociedade portuguesa, como o testemunham as suas palavras: "[procurei] quanto possivel, temporisar e harmonizar (...) com o preconceito, com as crenças e os costumes tradicionaes que a longa pratica, os prejuizos de educação e de hereditariiedade, a moral especulativa e a lei beata fizeram proclamar e admittir por muitos como dogma incontestavel, e que só o tempo pela acção progressiva da insctrucção e pelo effeito benefico da reforma, que se inicia, virão a destruir por completo". Idem, p. 8 (sublinhados nossos).

*conservador, (...) exigindo, em futuro proximo a racional e justa ampliação".*¹⁴

Parece-nos, assim, que a proposta de Luiz de Mesquita visaria explorar uma (pretensa) via de consenso, em consonância com o rumo político governativo, à luz da qual são inteligíveis os princípios orientadores do seu projecto.

Nesta linha, prescreve-se, em paralelo à instituição do divórcio, a manutenção do sistema de separação de pessoas, como meio de salvaguardar, em simultâneo, o respeito pelos preceitos religiosos e a liberdade de consciência que assiste aos cidadãos. Com base neste último princípio, concede-se o direito à reconversão da separação em divórcio, desde que solicitado por um dos cônjuges (na condição de a separação judicial ter sido decretada há pelo menos dois anos).

Em contrapartida, por razões de transigência com a legislação vigente e com o teor das reclamações da Igreja, o projecto de Luiz Mesquita consigna a faculdade de restabelecimento da sociedade conjugal. O autor, não obstante, discorda deste princípio, por duvidar da autenticidade da reconciliação, proibindo-se nesta linha aos divorciados alterarem, pelo seu novo casamento, o regime inicial de bens, e de forma idêntica, o direito de se divorciarem segunda vez.

No tocante às modalidades do divórcio, são prescritos apenas dois sistemas: o litigioso (ou "*motivado*") e o divórcio por acordo e mútuo consenso. Exclui-se, desta forma, o divórcio por vontade de um dos cônjuges sem fundamento determinado, apesar de Luiz Mesquita o qualificar como o "*mais liberal*". Na sua perspectiva, esta fórmula, para além de implicar uma remodelação completa da

¹⁴Idem, *ibidem*, p. 13.

legislação matrimonial e familiar, pressupõe um elevado nível educacional e cívico inexistente na sociedade de então, correspondente ao ideal do amor livre, atingível apenas numa fase de desenvolvimento social posterior.

O sistema de mútuo consenso é, assim, considerado a fórmula (de momento) mais perfeita, consentânea com a filosofia do direito, com a moral, com o interesse público e familiar e a dignificação pessoal, materialização plena dos fundamentos da doutrina contratualista. Restringe-se, contudo, a sua faculdade aos casais sem filhos ou aos que os tenham em idade igual ou superior a 18 anos de idade (disposição que visa obstar às reclamações dos anti-divorcistas baseadas no empolamento dos efeitos da ruptura conjugal em relação à descendência).

Em relação ao divórcio litigioso, prescrevem-se como motivos o adultério da mulher ou do marido, a condenação definitiva de um dos cônjuges a pena maior, as sevícias ou injúrias graves, o abandono completo por mais de um ano sem fundamento, a ausência sem notícias não inferior a três anos e a loucura. Os três primeiros correspondem à tradução do sistema de separação de pessoas vigente, apenas corrigido pela igualitarização do adultério masculino ao feminino,¹⁵ pela distinção entre sevícias e injúrias, passíveis de constituírem alegações autónomas do divórcio¹⁶, e pela

¹⁵Justificado pela necessidade de diferenciar entre a compreensão natural feminina face ao desvairo pontual do marido e o conteúdo indignificante da lei relativamente à mulher, ao impôr a obrigatoriedade do "perdão".

¹⁶Mais concretamente, Luiz de Mesquita advoga que a jurisprudência deverá perspectivar "as sevícias e as injúrias graves" em termos latos, aproximando-a do sentido inerente à fórmula da "incompatibilidade de génios", porque necessária para atender aos desfasamentos que se fazem sentir, em particular, entre os casais de meios sócio-culturais superiores, processo indirecto, de alargar, a amplitude do princípio divorcista. Cfr. *idem*, *ibidem*, p. 29-31.

reconversão da pena perpétua em pena maior.¹⁷ O abandono do lar é fundamentado, por sua vez, no desrespeito das obrigações legais inerentes à sociedade matrimonial (coabitação, ajuda e socorro recíproco)¹⁸, a ausência por três anos sem notícias justificada por denunciar morte potencial do cônjuge ou abandono e a loucura (equivalente ao significado legal de demência) pelas implicações mais gravosas da doença na relação conjugal.¹⁹

Em suma prescreve-se um projecto de lei do divórcio moderado e cauteloso -consolidado pela missão atribuída ao juiz de promover, em todas as circunstâncias, a reconciliação prévia- de forma a que a ruptura do vínculo se consubstancie no princípio de prática excepcional, ainda que constitua "*a única solução honesta, racional e humana*"²⁰ perante situações de vivência conjugal desastrosas.

*"No estado actual da sociedade portugueza não podem alterar-se os principios fundamentaes estabelecidos no Projecto se se quizer fazer uma reforma útil e justa. Tudo que vá além, é condemnar antecipadamente a obra e tolher a mais delicada e preseverante iniciativa."*²¹

¹⁷Cfr. Código Civil, art.º 1204º, ver Anexo III.

¹⁸Cfr. Código Civil, art.º 1184º. Luiz de Mesquita alega, ainda, que o abandono do lar representa uma grave ofensa moral para o cônjuge 'inocente'.

¹⁹Relativamente às doenças contagiosas, o autor, apesar de reconhecer os efeitos nefastos das mesmas em termos sociais e individuais sustenta, a impossibilidade legal de as prescrever como causas fundadoras do divórcio, atendendo, entre outras razões, à negligência do Estado perante a constituição da família.

²⁰Luiz de Mesquita, ob. cit., p. 40.

²¹Idem, p. 41.

A Lei do Divórcio: a instauração do modelo moderno

Edificada à luz dos princípios contratualistas e dos direitos fundamentais do cidadão, a Lei do Divórcio consigna o princípio da dissolubilidade do vínculo matrimonial em termos modernos, articulado com o princípio da co-responsabilização dos cônjuges em matéria conjugal e familiar.

A irredutibilidade do diferendo indivíduo versus família - propagandeado, em moldes distintos, pelos representantes das elites intervenientes na polémica divorcista- afigura-se, assim, juridicamente contornada pela salvaguarda da liberdade individual e da consagração da especificidade dos universos conjugal e familiar.

Nestas circunstâncias, institui-se a faculdade do divórcio fundamentado por solicitação de um dos cônjuges (divórcio litigioso) e o divórcio por mútuo consentimento (art.º 3º), subsistindo, em paralelo, o regime de separação de pessoas e bens (art.º 43º), denunciador do espírito de tolerância religiosa que anima o documento legislativo, ainda que subordinado, em última instância, ao princípio primeiro da liberdade de consciência.²²

²²Visto ter sido contemplado o direito à reconversão da separação em divórcio, "*se no prazo de cinco anos a contar do seu transito em julgado, os conjugues não se reconciliarem*", a pedido de qualquer deles. In art.º 46º, *Lei do Divórcio*, Decreto de 3-XI-1910 do Governo Provisorio da Republica Portuguesa, Typographia Peninsular.

A promulgação da lei do divórcio, à semelhança da demais legislação 'revolucionária', foi acompanhada pela proliferação de uma literatura jurídica de cariz popular com o fim de divulgar as alterações processadas, mas particularmente, com o propósito de propagandear a obra moralisadora da república. Apontem-se, a título ilustrativo, J. Garcia de Lima, *A Mulher perante as leis -solteira-casada-divorciada-viúva-binuva e mãe-direitos-deveres-obrigações-regimen dotal-*, Lisboa, Ed. da Biblioteca d'Educação

Estipula-se, por seu turno, um leque alargado de motivos legitimadores do divórcio litigioso e da separação de pessoas e bens (consonantes, *grosso modo*, com os perfis advogados pelos paladinos da instituição) fundados no princípio da igualdade dos cônjuges, no não cumprimento das obrigações legais inerentes à sociedade conjugal, no desrespeito pela integridade física e moral da pessoa humana, na salvaguarda da liberdade individual e do direito à felicidade -desde que fatalmente comprometidos e testemunhados. A ciência médica constitui-se, por sua vez, fonte auxiliar e legitimadora da ruptura do vínculo conjugal nos casos de loucura, doenças contagiosas ou de "aberração sexual", sintoma evidente das repercursões do cientismo sobre o corpo jurídico.²³

Atentemos na formulação dos motivos legítimos do divórcio (e da separação das pessoas e bens) enunciados no artigo 4º do decreto de 3-XI-1910:

1º O adultério da mulher;

2º O adultério do marido;

3º A condenação definitiva de um dos conjuges a qualquer das penas maiores fixas dos artigos 55º e 57º do Código Penal;

4º As sevícias ou as injúrias graves;

5º O abandono completo do domicílio conjugal por tempo não inferior a três anos;

6º A ausência, sem que do ausente haja notícias, por tempo inferior a quatro annos;

Nacional, do mesmo autor, *Manual do Processo do Divorcio*; Edmundo Gorjão, *Leis da Família*, Lisboa, Ed. da Biblioteca d'Educação Nacional, entre outras.

²³Afigura-se-nos, porém, que a capacidade manipulativa do discurso médico foi devidamente percebida pelos membros das elites culturais da época, e utilizada ponderadamente com o fim de corroborar os princípios doutrinários preconizados.

Apesar da polémica constatada, já então, face ao recurso do conhecimento médico como instrumento legitimador do divórcio (por ex. em Luiz Mesquita), ganham mais ênfase as teses contestárias, como o ilustra o trabalho de Abílio Mesquita, *O Divórcio e a Medicina (erros e crimes da Lei Portuguesa)*, Porto, Casa Editora de A Figueirinhas, 1924 (tese apresentada à faculdade de Medicina).

7º A loucura incuravel quando decorridos, pelo menos, três annos, sobre a sua verificação por sentença passada em julgado, nos termos dos artigos 419º e seguintes do Codigo do Processo Civil;

8º A separação de facto, livremente consentida, por dez annos consecutivos qualquer que seja o motivo dessa separação;

9º O vicio inveterado do jogo de fortuna ou de azar;

10º A doença contagiosa reconhecida como incuravel, ou uma doença incuravel que importe aberração sexual."²⁴

Seguindo o modelo moderno das legislações europeias (à excepção das cláusulas consagradas pelas legislações suíça e alemã, que conferiam a faculdade quase ilimitada da autorização do divórcio), denota-se a intenção do legislador no sentido de assegurar que o pedido de dissolubilidade corresponda a situações-limite, denunciadoras da impossibilidade da manutenção do vínculo conjugal. Dito de outro modo, visa-se impedir "*o relaxamento*" dos laços familiares, 'efeito perverso' susceptível, no entanto, de ocorrer na hipótese de juridicamente não serem devidamente acautelados os motivos fundadores do divórcio.

É neste quadro que se nos afiguram compreensíveis os prazos temporais relativamente dilatados exigidos pela lei, no sentido de autorizar o pedido do divórcio, a título de precaução e de protecção dos interesses múltiplos presentes no interior da célula familiar (pontos 5º, 6º, 7º, 8º), a protecção conferida ao cônjuge-réu ausente ou 'incapaz' através da nomeação de um representante do Ministério Público (pontos 5º, 6º e 7º). Na mesma linha, se insere a

²⁴Cf. *Lei do Divorcio*, Decreto de 3-XI-1910 do Governo Provisorio da Republica Portuguesa, ob. cit.. O paralelismo com projecto de lei de Luiz de Mesquita é evidente. Veja-se, a este propósito, a análise comparativa realizada por Vaz Ferreira, em *Commentario á Lei do Divorcio*, Lisboa, Aillaud, Alves, Bastos § Cª Editores.

dignificação da instituição, ao prescrever-se (implicitamente) um cumprimento mais rigoroso das obrigações conjugais, passíveis de constituírem motivos legítimos de divórcio na hipótese de estas serem desrespeitadas (pontos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 8º e 9º).²⁵ Responsabiliza-se, por seu turno, o cônjuge que, tendo requerido o divórcio fundamentado em qualquer dos números 1º a 4º, 9º e 10º do artigo 4º, e que não venha a ser autorizado pelo tribunal, ao interpretar-se o seu acto como "*presunção de injúria grave para o conjugue vencedor*" -legitimando, por conseguinte, o pedido de divórcio ou de separação contra o cônjuge vencido (§ único do art. 34º e artigo 45º). Prescrevem-se, ainda, como legítimos motivos do divórcio causas extrínsecas de natureza médico-patológica, inibidoras da manutenção plena da sociedade matrimonial (pontos 7º e 9º).²⁶

No tocante a esta matéria, globalmente, os comentadores jurídicos realçam a qualidade do decreto de 3-XII-1910, advogando, apenas, algumas alterações. Vaz Ferreira e José Montez, nomeadamente, propõem a eliminação do ponto 9º do art.º 4º, argumentando a ausência de fundamento legal na alegação do

²⁵Vale a pena sublinhar, a este título, as considerações desenvolvidas a propósito da igualitarização dos efeitos do adultério masculino e feminino, pelos analistas jurídicos, ao sustentarem a legitimitade doutrinal e teórica desta disposição, advogando, em contrapartida, que as mulheres "[não afirmam] o adultério masculino (segundo) o mesmo critério exclusivista que os maridos devem ter para o adultério da mulher. [Pois] seria um nunca acabar de divórcios." In Vaz Ferreira, ob. cit., p. 22. Em consequência desta disposição, foi abolida a discriminação punitiva, que regulava até então os adultérios feminino e masculino. Pelo artigo 61º da Lei do Divórcio, o adultério do marido ou da mulher só é considerado criminoso desde que ocorra na constância da vida conjugal comum, prescrevendo-se que a pena não pode ultrapassar o máximo da prisão correcional para o cônjuge réu e co-réu.

²⁶O divórcio fundado na loucura do cônjuge é, inclusivé, simplificado pelo decreto de 21-XII-1910, que autoriza a substituição da sentença de interdição por demência por declaração de peritos, testemunhando a anterioridade da doença. Cfr. José Montez, ob. cit., pp. 105-107.

divórcio por vício do jogo, na medida em que o perigo maior desta situação -a ameaça de ruína económica- não impossibilitar a constância da vida conjugal, podendo ser contornado pelo pedido de interdição por prodigalidade. Solicitam, por outro lado, a reformulação do ponto três, no intuito de serem eliminadas as dúvidas quanto ao conteúdo da 'pena maior'. Vaz Ferreira sublinha, inclusivé, a originalidade do ponto 10º (separação de facto), dado ser inexistente nas legislações estrangeiras, reputando-o "*apezar da largueza do prazo (...) [como] a mais liberal emenda introduzida no presente decreto.*"²⁷

O carácter mais liberal da lei, de acordo com os parâmetros da época, reside, no entanto, nas condições que regulam o divórcio por mútuo consentimento, ao estipular-se como condições necessárias ao pedido do mesmo, a vigência da união há pelo menos dois anos e a idade dos cônjuges igual ou superior a 25 anos (art.º 35º). Com o fim de assegurar a irredutabilidade da ruptura, a sentença de divórcio conserva, durante o espaço de um ano, um carácter provisório (art.º 39º).²⁸

É, especialmente, nas disposições consignadas quanto aos efeitos do divórcio no tocante aos filhos e aos cônjuges que se nos afigura mais notória a intenção de marcar a particularidade das sociedades familiar e conjugal, no sentido de os interesses destas

²⁷In Vaz Ferreira, ob. cit., p. 46. O mesmo comentador apresenta uma súmula dos motivos fundadores do divórcio litigioso patentes noutras legislações não reconhecidos pelo decreto de 3-XII-1910, salientando-se: a impotência e a esterilidade; delitos contra a natureza; a bigamia; a recusa do dever conjugal; a aversão; o mau comportamento; a mudança de religião e outras causas genéricas. Idem, pp. 54-56.

²⁸Persistem, naturalmente, as divergências quanto esta matéria. Os sectores mais radicais o seu progressismo -por razões várias, desde a salvaguarda do recato familiar até ao respeito pela liberdade individual-, outros, porém, contestam-na, interpretando-a como um factor propiciador do declínio familiar, postulando, inclusivé, a sua penalização. Cfr. Idem, ibidem, p. 151.

instituições não serem submergidos pelo interesse individual. Nesta linha, e uma vez abolido o carácter punitivo associado à ruptura motivada por adultério feminino, vigente na legislação anterior, preceitua-se:

a)- quanto aos filhos:

- a entrega preferencial dos mesmos ao cônjuge a favor do qual foi pronunciado o divórcio (art.º 21º)²⁹

- a salvaguarda dos interesses educacionais e materiais dos mesmos (art.os. 24º e 25º);

b)- quanto aos cônjuges:

- o direito do cônjuge (independentemente do sexo) solicitar alimentos (art.º 29º, § único), até um terço dos rendimentos do outro ex-cônjuge;³⁰

- a separação dos bens e a livre administração (art.º 26º)³¹;

- a divisão do pátrio poder sobre os filhos, conferindo-se, assim, o direito de ambos superintenderem na sua educação (art.os. 22º e 23º);

- obrigação de ambos concorrerem para as despesas dos filhos (art.º 24º),;

- a proibição de a mulher conservar o(s) apelido(s) do ex-cônjuge (art.º 19º, § 2º);

²⁹Esta matéria foi por sua vez ampliada nas Leis da Família no sentido de salvaguardar a proximidade de mãe nos primeiros anos de vida dos filhos, inclusivé, quando esta era sentenciada como responsável pela anulação do matrimónio (art.º 35º). Cf. Leis da Família, decreto de 25-XII-1910.

³⁰O direito a alimentos ou a obrigação à sua prestação cessa na eventualidade do beneficiário contrair novo matrimónio, na hipótese de este se tornar indigno do 'benefício' por comportamento imoral e no caso de cessarem as suas dificuldades materiais ou se o ex-cônjuge que presta esse direito deixar de dispôr de condições para o realizar (art.º 32º).

³¹A única penalização diz respeito à perda, por parte do cônjuge causador do divórcio, dos bens por estes recebidos ou que venha a receber por acordo ante-nupcial (art.º 27º).

- a possibilidade de os divorciados contraírem novo casamento, passado um ano sobre a dissolução do casamento no caso da mulher, e seis meses no caso do homem (art. 55º).

O conteúdo destas disposições parece-nos reveladoras da intenção do legislador, no sentido de salvaguardar os interesses de todos os membros da família, afigurando-se-nos de revelar a ausência de considerações de índole moralizadora na regulação dos mesmos. Concretamente, o artigo 29º suscitou alguma estranheza entre os juristas, nomeadamente, a José Montez, que manifesta, inclusivé, a sua incompreensão face à concessão do direito de alimentos na hipótese de o divórcio ter sido fundado em causa grave, isto é, nos pontos 1 a 6 do artigo 4º.³² De salientar, ainda, a igualitarização da condição do homem e da mulher, em termos de direitos e de deveres, no tocante à esfera familiar e conjugal, pese embora, a diferenciada prescrição normativa dos papeis atribuídos aos mesmos de acordo com as Leis da Família, na senda, aliás, da vertente republicana dominante sobre a matéria.³³

³²Cfr. José Montez, ob. cit., p. 119. Frise-se, porém, que estas disposições eram contempladas, à semelhança das precauções quanto aos filhos, na legislação anterior. Cfr., respectivamente, artigos nos. 1207º e 1212º do Código Civil Português.

³³"Artigo 39º *A sociedade conjugal baseia-se na liberdade e na igualdade, incumbindo ao marido, especialmente, a obrigação de defender a pessoa e os bens da mulher e dos filhos, e à mulher principalmente, o governo doméstico e uma assistência moral tendente a fortalecer e aperfeiçoar a unidade familiar.*" in *Leis da Família*, decreto de 25-XII-1910 promulgado pelo Governo Provisório da República Portuguesa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1928, p. 9.

Conclusão

Da análise de discursos multifacetados sobre o casamento, espaçados cerca de quarenta anos, apreendem-se fundamentalmente duas visões distintas relativas à sociedade conjugal, que tendem a cristalizar-se, na sequência da ameaça política da promulgação do divórcio.

A partir da afirmação tímida do direito individual à realização afectiva no interior do universo conjugal, perceptível em algumas peças documentais dos anos 60, assiste-se, de forma paulatina, à sua reivindicação, assumida plenamente. Sintoma de abertura de matérias que acantonadas tradicionalmente à esfera do privado e da Igreja, tendem a invadir a esfera do público, atravessadas por dois movimentos aparentemente contraditórios: o reforço do individualismo e o interesse político por elas manifestado.

Subjacente às apropriações políticas, ideológicas e religiosas do debate sobre o casamento vislumbrámos uma idêntica realidade: o interesse pela família, evidenciado por ambos os protagonistas em confronto.

Assim, sob a capa das acusações múltiplas, expressão do conflito nuclear entre a instância religiosa-eclesiástica e a instância política de índole secular-laicizadora, detecta-se uma mesma intenção hegemónica sobre a 'célula base' da sociedade. Reflexo, em

suma, da assunção valorativa do universo familiar, manifestado pelas forças em confronto, como meio de veicular concepções particulares (ainda que apresentadas como exclusivas) e impor, através dela o domínio sobre o social.

Nestas circunstâncias, não surpreenderá a centralidade que as forças políticas de vanguarda imprimiram ao debate sobre a secularização do casamento e do divórcio, avaliável pela desigualdade combativa que pautou os desenvolvimentos desta temática, em particular a partir dos anos 70. A disparidade dos termos do conflito justificava-o.

A apropriação da campanha a favor do divórcio por parte das forças republicanas insere-se, nessa mesma linha, correlativa ao processo de afirmação das mesmas ao nível das correntes contestárias, na cena política de finais da monarquia. Realidade consubstanciada nos discursos então produzidos, que reivindicando o passado liberal legitimador -concretamente a polémica em torno do casamento civil- visavam, no entanto, apresentar a exigência do divórcio como uma exigência do seu própria. Assim, se é certo que não descuraram a intervenção de figuras afectas ao regime, negligenciaram, no entanto, as iniciativas precursoras (Vicente Ferrer, Freitas Gonçalves) no intuito de sublinharem a demarcação do combate divorcista em relação à monarquia.

Aparentemente mais laterais, não deixaram no entanto de se repercutir nos debates as expectativas e apropriações relativas às problemáticas da ilegitimidade e dos contextos familiares irregulares, funcionando também elas como vectores de legitimação do divórcio.

A proclamação da lei do divórcio, a que se seguiram as chamadas leis da Família, são ilustrativas do modo como o projecto republicano concebeu a conciliação dos interesses individuais e familiares, relevando, muito particularmente, a importância da instância familiar na prossecução do seu projecto sócio-político.

ANEXO 1

QUADRO Nº 00- Distribuição de Frequência da Idade no Casamento, por Sexo e Períodos, referente aos nubentes da cidade de Lisboa(1879-1905).

IDADES													
PERÍODOS	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	TOTAL
HOMENS													
1879-1888													
N	10	74	109	84	50	26	13	10	9	9	3	2	399*
%	2,50	18,55	27,32	21,05	12,53	6,52	3,26	2,50	2,26	2,26	0,75	0,50	100
1889-1898													
N	11	91	111	81	63	30	36	13	10	7	2	5	460
%	2,39	19,78	24,13	17,61	13,70	6,52	7,30	2,83	2,17	1,52	1,08	1,08	100
1899-1905													
N	12	104	139	85	53	36	24	18	10	6	8	4	499
%	2,40	20,84	27,86	17,03	10,62	7,21	4,81	3,61	2,00	1,20	1,60	0,80	100
1879-1905													
N	33	269	359	250	166	92	73	41	29	22	13	11	1358**
%	2,43	19,80	26,44	18,41	12,22	6,77	5,38	3,02	2,13	1,62	0,96	0,81	100

Fonte: Livros de Casamentos Cíveis da cidade de Lisboa. Ver nota 1, p.

* O total de frequências não inclui dois casos de idade desconhecida relativos ao Bairro Ocidental/3º Bairro. (Total de Homens entre 1879-1889= 401). Todos os quadros onde intervêm a variável idade estarão, pois, nesta situação.

** Ter em atenção a nota*.

QUADRO Nº 01 Distribuição de Frequência da Idade no Casamento, por Sexo e Períodos, referente aos nubentes do Cidade de Lisboa (1879-1905)

IDADES													
PERÍODOS	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	TOTAL
MULHERES													
1879-1888													
N	62	109	73	61	30	28	15	9	5	4	3	0	399*
%	15,53	27,32	18,23	15,29	7,51	7,01	3,76	2,25	1,25	1,00	0,75	0	100
1889-1898													
N	78	124	102	50	38	33	13	10	7	1	2	2	460
%	16,96	26,97	22,17	10,87	8,26	7,17	2,83	2,17	1,52	0,21	0,43	0,43	100
1899-1905													
N	92	120	99	59	42	36	21	10	7	9	3	1	499
%	18,44	24,05	19,84	11,82	8,42	7,21	4,21	2,00	1,40	1,80	0,60	0,20	100
1879-1905													
N	232	353	274	170	110	97	49	29	19	14	8	3	1538**
%	17,08	25,99	20,18	12,52	8,10	7,14	3,61	2,14	1,40	1,03	0,59	0,22	100

Fonte: Livros de Casamentos Cíveis da cidade de Lisboa. Ver nota 1, p.

* O total de frequências não inclui dois casos de idade desconhecida relativos aos Bairros Central/2º Bairro e Ocidental/3º Bairro. (Total de Mulheres entre 1879-1889= 401). Todos os quadros onde intervêm a variável idade estarão, pois, nesta situação.

** Ter em atenção a nota*.

QUADRO Nº1A-Distribuição dos Contraentes segundo a Comunidade, Bairro ORIENTAL/1º Bairro, Lisboa 1879-1905

TIPO DE COMUNIDADE	PERÍODOS/NOIVO/A							
	1879-1888		1889-1898		1899-1905		1879-1905	
	H	M	H	M	H	M	H	M
ESTRANGEIRA	0	3	2	3	3	2	5	8
	0	2,4	1,6	2,4	1,8	1,2	1,2	1,9
NACIONAL	122	118	121	114	162	162	405	394
	99,2	95,9	97,6	91,9	95,8	95,8	97,4	94,7
BRASIL/ESPANHA	1	2	1	7	4	5	6	14
	0,8	1,6	0,8	5,6	2,4	2,9	1,4	3,4

Fonte: Livros de Registo dos Casamentos Cíveis do Bairro Oriental/1º Bairro, Lisboa.

QUADRO Nº1B-Distribuição dos Contraentes segundo a Comunidade, Bairro Central/2º Bairro, Lisboa 1879-1905

TIPO DE COMUNIDADE	PERÍODOS/NOIVO/A							
	1879-1888		1889-1898		1899-1905		1879-1905	
	H	M	H	M	H	M	H	M
ESTRANGEIRA	4	6	16	14	8	6	28	26
	5,6	8,5	12,1	10,6	6,2	4,6	8,4	7,8
NACIONAL	67	62	109	110	118	118	294	290
	94,4	87,3	82,6	83,3	90,1	90,8	88,3	87,1
BRASIL/ESPANHA	0	3	7	8	4	6	11	17
	0	4,2	5,3	6,1	3,1	4,6	3,3	5,1

Fonte: Livros de Registo dos Casamentos Cíveis do Bairro Central/2º Bairro.

QUADRO Nº1C-Distribuição dos Contraentes segundo a Comunidade, Bairro Ocidental/3º Bairro, Lisboa 1879-1905

TIPO DE COMUNIDADE	PERÍODOS/NOIVO/A							
	1879-1888		1889-1898		1899-1905		1879-1905	
	H	M	H	M	H	M	H	M
ESTRANGEIRA	9	15	5	11	7	7	21	33
	5,6	9,3	5,6	12,2	9,2	9,2	6,4	10,1
NACIONAL	148	138	80	75	66	64	294	277
	91,9	85,7	88,9	83,3	86,8	84,2	89,9	84,7
BRASIL/ESPANHA	4	8	1	3	1	4	6	15
	2,5	5,0	1,1	3,3	1,3	5,3	1,8	4,6
INDETERMINADA	0	0	4	1	2	1	6	2
	0	0	4,4	1,1	2,6	1,3	1,8	0,6

Fonte: Livros de Registo dos Casamentos Cíveis do Bairro Ocidental/3º Bairro.

QUADRO Nº1D-Distribuição dos Contraentes Segundo o Tipo da Comunidade, 4º Bairro, LISBOA 1879-1905

	PERÍODOS/NOIVO/A							
	1879-1888		1889-1898		1899-1905		1879-1905	
	H	M	H	M	H	M	H	M
COMUNIDADE	7	6	17	9	22	13	46	28
ESTRANGEIRA	17,9	13	14,9	7,9	21,8	10,5	16,2	9,9
COMUNIDADE	39	39	93	101	101	107	233	247
NACIONAL.	84,8	84,8	81,6	88,6	88,6	86,3	82,4	87
BRASIL/ESPANHA	0	1	44	4	1	2	5	7
	0	2,2	3,5	3,5	0,8	1,6	1,8	2,5
Indeterminada	0	0	0	0	0	2	0	2
	0	0	0	0	0	1,6	0	0,7

Fonte: Livros de Casamentos Cíveis do 4º Bairro.

QUADRO Nº2-Distribuição dos Contraentes Segundo o Tipo de Comunidade, Bairro Ocidental, PORTO, 1880-1905

TIPO DE COMUNIDADE	PERÍODOS/NOIVO/A							
	1879-1888		1889-1898		1899-1905		1879-1905	
	H	M	H	M	H	M	H	M
COMUNIDADE	11	5	14	10	6	3	31	18
ESTRANGEIRA	39,3	17,8	33,3	23,8	18,2	9,1	30,1	17,5
COMUNIDADE	17	22	28	32	27	29	72	83
NACIONAL.	60,7	78,6	66,7	76,2	81,8	87,9	69,9	80,6
BRASIL/ESPANHA	0	1	0	0	0	1	0	2
	0	3,6	0	0	0	3	0	1,9

Fonte: Livros de Casamentos Cíveis do Bairro Ocidental, PORTO.

QUADRO Nº3A-Indicadores de Idade ao Casamento da População Contraente Masculina por Estado Civil e Períodos, Lisboa (1879-1905)

INDICADORES	PERÍODOS/ESTADO CIVIL							
	1879-1888		1889-1898		1899-1905		1879-1905	
	S	V	S	V	S	V	S	V
N	355	44	398	60	437	59	1190*	163
MÉDIA	31,3	45,5	32,0	44,4	31,4	45,8	31,5	45,2
MEDIANA	29,6	43,8	29,6	45	28,9	44,6	29,3	44,5
MODA	27,6	-	27,2	32,7	27,1	37,3	27,3	33,1

FONTE: Livros de Registo dos Casamentos Cíveis da cidade de Lisboa.

*O total de frequências não inclui 7 efectivos relativos a dois casos de idade desconhecida (solteiros, B. Ocidental/3º Bairro, 1º Período), 4 casos de estado civil ignorado (4º Bairro, distribuídos igualmente pelo 2º e 3º Períodos) e 1 divorciado (B. Central/2º Bairro, 3º Período).

QUADRO Nº3B-Indicadores de Idade ao Casamento da População Contraente Feminina por Estado Civil e Períodos, Lisboa (1879-1905)

INDICADORES	PERÍODOS/ESTADO CIVIL							
	1879-1888		1889-1898		1899-1905		1879-1905	
	S	V	S	V	S	V	S	V
N	363	36	403	55	441	58	1207*	149
MÉDIA	28,3	41,9	27,4	39,5	28,0	42,4	27,9	41,2
MEDIANA	27,0	39,4	26,4	38,5	26,9	41,8	26,7	40,1
MODA	22,7	-	22,8	37,5	22,5	42,2	22,7	41,9

FONTE: Livros de Registo dos Casamentos Cíveis da cidade de Lisboa.

*O total de frequências não inclui 4 efectivos relativos a dois casos de idade desconhecida (solteiras, 1º Período, 2º e 4º Bairros), 1 caso de estado civil ignorado (2º Período, 4º Bairro), e uma divorciada (2º Período, 3º Bairro).

QUADRO Nº4-Idade Média ao Casamento por Sexos, nos distritos de Lisboa e Porto, respectivas cidades e Continente, entre 1890 a 1911

IDADE MÉDIA /ZONAS	PERÍODOS/SEXOS			
	1890		1911	
	H	M	H	M
Lisboa				
I. M. C.	30,6	27,8	29,9	28,6
I.C.	74,5	72,4	78,4	75,2
C.D.	25,5	27,6	21,6	24,8
Dist. Lisboa				
I. M. C.	30,3	26,4	29,5	27,3
I.C.	78,6	79,8	80,8	81,2
C.D.	21,4	20,2	19,2	18,8
I. M. C.	28,8	27,2	26,4	26,4
I.C.	85,3	80,8	81,6	81,7
C.D.	14,7	19,2	18,4	18,3

Fonte: Censos da População Portuguesa 1890 e 1911.

QUADRO Nº5-População Contraente por Estado Civil, Sexo e Períodos, Cidade de Lisboa (1879-1905)

ESTADO CIVIL	PERÍODO/SEXO							
	1879-1888		1889-1898		1899-1905		1879-1905	
	H	M	H	M	H	M	H	M
SOLTEIRO(A)	357	365	398	403	437	441	1192	1209
	89,0	91,0	86,5	87,6	87,6	88,4	87,7	88,9
VIÚVO(A)	44	36	60	55	59	58	163	149
	11,0	9,0	13,0	12,0	11,8	11,6	12,0	10,9
DIVORCIADO(A)	0	0	0	1	1	0	1	1
	0	0	0	0,2	0,2	0	0,1	0,1
DESCONHECIDO	0	0	2	1	2	0	4	1
	0	0	0,4	0,2	0,4	0	0,3	0,1

Fonte: Livros de Registo dos Casamentos Cíveis de Lisboa.

QUADRO Nº6-Casamentos por Estado Civil à Escala Distrital (1891-1905) e Concelhia (1901-05) LISBOA E PORTO

ESTADO CIVIL/ZONAS	UNIDADES ADMINISTRATIVAS/ANOS								
	*	**	**	***	§	***	§	***	§
	+1891	+1895	1900	1901	@1901	1903	@1903	1905	@1905
LISBOA									
CASAM. N	1716	1810	4556	4635	2160	4503	2248	4588	2257
SOLTEIROS	91,7	92,7	92,2	93,0	93,1	92,1	91,5	92,6	91,8
VIÚVOS	8,3	7,3	7,8	7,0	6,9	7,9	8,5	7,4	8,2
SOLTEIRAS	91,7	92,2	93,6	94,1	94,4	94,1	93,5	94,0	93,1
VIÚVAS	8,3	7,8	6,4	5,9	5,6	5,9	6,5	6,0	6,9
PORTO									
CASAM. N	3701	4090	4090	4074	1237	4325	1261	4599	1415
SOLTEIROS	87,8	91,2	89,5	90,8	89,4	90,8	87,5	91,0	86,9
VIÚVOS	12,2	8,8	10,5	9,2	10,6	9,2	12,5	9,0	13,1
SOLTEIRAS	90,2	92,0	92,4	93,0	91,4	94,6	92,9	94,0	90,9
VIÚVAS	9,8	8,0	7,6	7,0	8,6	5,4	7,1	6,0	9,1

FONTES: *Anuario Estatístico de Portugal 1892, ** Anuario Estatístico de Portugal 1900; ***Anuario Estatístico de Portugal 1904-1905; § Tabela do Movimento Fisiológico 1910.

+ Os dados não incluem, respectivamente, 2246 e 1891 casamentos relativos à cidade de Lisboa por se desconhecer o estado civil dos contraentes.

@ Dados referentes ao concelho de Lisboa e do Porto.

QUADRO Nº7-Incidência do Concubinato entre a População Contraente por Períodos, cidade de Lisboa (1879-1905)

SITUAÇÃO PERANTE O CONCUBINATO	1879-1888	1889-1898	1899-1905	1879-1905 -
PRÁTICA	128 31,9	224 48,7	234 46,9	586 43,1
NÃO PRÁTICA	273 68,1	234 50,9	265 53,1	772 56,8
INDETERMINADO	0 0	2 0,4	0 0	2 0,1

FONTE: Livros de Registo dos Casamentos Cíveis da cidade de Lisboa.

QUADRO Nº8-Filiação da População Contraente por Sexo e Períodos, cidade de Lisboa, (1879-1905)

FILIAÇÃO	PERÍODOS/SEXO							
	1879-1888		1889-1898		1899-1905		1879-1905	
	H	M	H	M	H	M	H	M
LEGÍTIMO	353 88,0	345 86,0	380 82,6	359 78,0	404 81,0	398 79,8	1137 83,6	1102 81,0
ILEGÍTIMO	48 12,0	53 13,2	80 17,4	100 21,7	95 19,0	101 20,2	223 16,4	254 18,7
DESCONHECIDO	0 0	3* 0,8	0 0	1** 0,2	0 0	0 0	0 0	4 0,3

FONTE: Livros de Registo dos Casamentos Cíveis de Lisboa.

*Bairro Ocidental/3º Bairro. **Bairro Central/2º Bairro.

QUADRO Nº9-Evolução da Natalidade Ilegítima por Sexos, nos distritos de Lisboa e Porto e no Continente, entre 1862-1906

ILEGITIMIDADE POR SEXOS/ DISTRITOS		ANOS									
	*	**	**	***	***	***	***	***	****	****	*****
	1862	1887	1889	1891	1893	1895	1897	1899	1901	1903	1906@
LISBOA	+26,0										
MASCUL.	-	++	++	++							
		19,5	18,8	19,1	19,5	21,2	22,3	22,3	21,7	21,9	23,2
FEMININA	-	20,6	20,1	19,0	19,7	21,8	22,8	22,8	23,3	23,7	26,9
PORTO	+15,3										
MASCUL.	-	13,8	13,8	14,0	14,1	14,7	14,6	13,8	13,8	12,2	11,8
FEMININA	-	14,5	14,6	14,1	14,7	14,1	15,0	14,5	14,5	13,7	13,2
CONTIN.											
MASCUL.	-	12,6	12,1	12,1	12,5	12,9	13,0	12,2	12,3	11,8	11,7
FEMININA	-	13,0	12,6	12,6	13,2	13,4	13,8	12,9	13,1	12,6	12,7

Fontes: *Mapas estatísticos dos baptismos, casamento e óbitos que houve no Reino de Portugal e Ilhas Adjacentes durante o ano de 1862, Lisboa, 1869, in Joel Serrão, *Demografia Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, p.180; **Anuario Estatístico de Portugal 1892; ***Anuario Estatístico de Portugal 1900; ****Anuario Estatístico de Portugal 1904 a 1905, e *****Anuario Estatístico de Portugal 1908 a 1910.

+ Os valores reportam-se ao somatório dos efectivos ilegítimos e expostos de ambos os sexos, os quais representam, respectivamente, 5,1% e 20,9%, no tocante ao distrito de Lisboa, e 14,5%, 0,8% no atinente ao do Porto. Não considerámos os dados relativos à legitimação (ainda que irrelevantes do ponto de vista quantitativo), uma vez que o seu estatuto era distinto da condição inerente ao ilegítimo.

++Não são incluídos: 22 efectivos do sexo masculino e 19 do sexo feminino, em 1887, 6 efectivos de ambos os sexos em 1889 e 5 do sexo masculino e 12 do sexo feminino em 1891, por se desconhecer a natureza da filiação.

@ Só a partir de 1906 é possível calcular a percentagem da natalidade ilegítima relativa às duas principais cidades do país, situando-se esta, na capital e por sexo, em 37,2% e 36,4%, e no Porto em 25,4% e 27,5%.

QUADRO Nº10-Naturalidade da População Contraente segundo a Filiação e por Sexos, Lisboa (1879-1905)

NATURALIDADE	NATUREZA DA FILIAÇÃO/SEXOS		ILEGÍTIMOS		DESCONHECIDO	
	LEGÍTIMOS					
	H	M	H	M	H	M
LISBOA	404	485	106	141	0	3
	35,5	44,0	47,5	55,5	0	75,0
FORA DE LISBOA	644	511	107	98	0	1
	56,6	46,4	48,0	38,6	0	25,0
ESTRANGEIRO	47	32	6	3	0	0
	4,1	2,9	2,7	1,2	0	0
BRASIL/	29	50	4	5	0	0
ESPAÑA	2,6	4,5	1,8	2,0	0	0
DESCONHECIDO	13	24	0	7	0	0
	1,1	2,2	0	2,8	0	0

FONTE: Livros de Registo dos Casamentos Civis da cidade de Lisboa.

QUADRO Nº11-Filiação do Noivo por Categorias Sócio-Profissionais, Lisboa (1879-1905)

FILIAÇÃO	CATEGORIAS SÓCIO-PROFISSIONAIS										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
LEGÍTIMO	47	44	29	18	45	379	255	146	21	63	90
	4,1	3,9	2,6	1,6	4	33,3	22,4	12,8	1,9	5,5	7,9
ILEGÍTIMO	4	2	6	0	11	83	52	21	2	17	25
	1,8	0,9	2,7	0	4,9	37,2	23,3	9,4	0,9	7,6	1,2

Fonte: Livros de Registo dos Casamentos Civis Lisboa.

Legenda: 1- Proprietários; Industriais e Capitalistas; 2- Profissões Liberais; 3- Profissões Liberais não Letradas; 4- Força Pública; 5- Funcionalismo Público e Municipal; 6- Artesãos e Operários; 7- Empregados de Serviços e Transportes; 8- Comerciantes e Negociantes; 9- Rurais e Marítimos; 10- Outras Profissões; 11- Não Mencionadas (ver Apêndice 2).

QUADRO Nº12-Filiação do Noivo segundo a Categoria Sócio-Profissional do Pai, Lisboa (1879-1905)

FILI- AÇÃO	CATEGORIAS SÓCIO-PROFISSIONAIS											A *
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	
LEGÍTI.	48	9	5	15	19	103	34	36	44	47	777	0
	4,2	0,8	0,4	1,3	1,7	9,1	3,0	3,2	3,9	4,1	68,3	0
ILEGÍTI.	4	3	0	1	0	9	1	4	1	2	53	145
	1,8	1,4	0	0,5	0	4,0	0,5	1,8	0,5	0,9	23,8	65,0

Fonte: Livros de Registo dos Casamentos Civis Lisboa.

*A Paternidade Ignorada. Ver Legenda QUADRO Nº 11.

QUADRO Nº13-Filiação da Noiva segundo a Categoria Sócio-Profissional do Pai, Lisboa (1879-1905)

FILI- AÇÃO	CATEGORIAS SÓCIO-PROFISSIONAIS											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10*	11	A*
LEGÍTI.	22	5	2	11	21	114	35	47	32	55	758	0
	2,0	0,5	0,2	1,0	1,9	10,3	3,2	4,3	2,9	5,0	68,8	0
ILEGÍTI.	3	0	3	2	2	11	5	8	1	4	64	151
	1,2	0	1,2	0,8	0,8	4,3	2,0	3,1	0,4	1,6	25,2	59,4

Fonte: Livros de Registo dos Casamentos Cíveis Lisboa.

NOTA: Não foram considerados 4 efectivos por se desconhecer a natureza da filiação.

*A Paternidade Ignorada. Ver Legenda QUADRO Nº 11.

QUADRO Nº14-Naturalidade da População Contraente por Sexos e Períodos, Cidade de Lisboa (1879-1905)

NATURALIDADE	PERÍODOS/SEXOS							
	1879-1888		1889-1888		1899-1905		1879-1905	
	H	M	H	M	H	M	H	M
CIDADE	141	185	179	201	190	243	510	629
LISBOA	35,2	46,1	38,9	43,7	38,1	48,7	37,5	46,3
EXT. CONCELHO OU AO DIST. LISBOA	240	175	238	213	273	222	751	610
	59,9	43,6	51,7	46,3	54,7	44,5	55,2	44,9
ESTRANGEIRO	9	11	22	16	22	8	53	35
	2,3	2,7	4,8	3,5	4,4	1,6	3,9	2,6
BRASIL/ ESPANHA	7	14	15	19	11	22	33	55
	1,8	3,5	3,3	4,1	2,2	4,4	2,4	4,0
NÃO MENCIONADA	4	16	6	11	3	4	13	31
	1,0	4,0	1,3	2,4	0,6	0,8	1,0	2,3

FONTE: Livros de Registo dos Casamentos Cíveis da cidade de Lisboa.

QUADRO Nº15- Naturalidade da População de Lisboa e do Bairro Ocidental do Porto, entre 1890 a 1900.

NATURALIDADE	PERÍODO			
	1890		1900	
	LISBOA	B. PORTO	LISBOA	B. PORTO
Concelho de	151317	33324	170758	41374
Residência.	50,2	53,3	48,0	53,7
Outro Concelho	26435	7398	31862	10156
do Distrito	8,8	11,9	8,9	13,2
Outro Distrito	105237	18864	135751	22888
	35,0	30,2	38,1	29,7
Estrangeiro	18217	2884	17638	2600
	6,0	4,6	5,0	3,4

Fonte: Censos da População Portuguesa 1890, 1900 e 1900.

QUADRO Nº16-Distribuição da População Contraente segundo o contexto Familiar (relação com a figura paterna avaliada pela proximidade Física), Lisboa, 1879-1905

Situação do Pai	PAI DO NOIVO	PAI DA NOIVA
CIDADE DE LISBOA	206 15,1	357 26,3
EXTERIOR AO CONCELHO OU DISTRITO DE LISBOA	208 15,3	115 8,5
ESTRANGEIRO	15 1,1	8 0,6
BRASIL/ESPANHA	7 0,5	8 0,6
NÃO MENCIONADA	186 13,7	209 15,4
PATERNIDADE IGNORADA	145 10,7	151 11,1
FALECIDO	593 43,6	512 37,6

FONTE: Livros de Registo dos Casamentos Civis da cidade de Lisboa.

QUADRO Nº17- Distribuição da População Contraente Masculina por Categorias Sócio-Profissionais e Períodos, cidade de Lisboa (1879-1905)

Períodos	Categorias Sócio-Profissionais										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1879-1888											
N= 401	12	11	5	7	11	149	77	41	9	34	45
% (100)	3,0	2,7	1,3	1,8	2,7	37,2	19,2	10,2	2,2	8,5	11,2
1889-1898											
N= 460	16	18	15	8	29	153	100	55	6	24	36
% (100)	3,5	3,9	3,3	1,7	6,3	33,3	21,7	12,0	1,3	5,2	7,8
1899-1905											
N= 499	23	17	15	3	16	160	130	71	8	22	34
% (100)	4,6	3,4	3,0	0,6	3,2	32,1	26,1	14,2	1,6	4,4	6,8
1879-1905											
N= 1360	51	46	35	18	56	462	307	167	23	80	115
% (100)	3,8	3,4	2,6	1,3	4,1	34,0	22,6	12,3	1,7	5,9	8,5

FONTE: Livros de Registo dos Casamentos Cíveis da cidade de Lisboa.

Ver Legenda Quadro Nº 11. Cf. Apêndice 2.

QUADRO Nº18-Distribuição da População Activa segundo as Categorias Profissionais dos Censos, cidades de Lisboa e Porto (1890-1911)

CATEGORIAS		PERÍODOS/CIDADES					
SÓCIO-PROFISSIONAIS		1890		1900		1911	
		LISBOA	PORTO	LISBOA	PORTO	LISBOA	PORTO
I-Act. Agrícolas		4229		6489		5451	
		3,6		5,0		3,3	
II-Pesca e Caça		297		249		291	
		0,3		0,02		0,2	
III-Minas		68		3		16	
		0,06		0,002		0,01	
IV-Indústria		44532		46751		60599	
		38,1		35,7		36,2	
V-Transportes		9596		14078		16941	
		8,2		10,7		10,1	
VI-Comércio		17057		26847		35308	
		14,6		20,5		21,1	
VII-Força Publica		11110		12783		13230	
		9,5		9,8		7,9	
VIII-Ad. Pública		5888		5370		6022	
		5,0		4,1		3,6	
IX-Prof. Liberais		3278		4569		6448	
		2,8		3,5		3,9	
X-Pessoas Vivendo		4655		5484		5152	
Excl. Rendimentos		4,0		4,2		3,1	
XI-Trabalhos Domésticos		2642		2162		1992	
		2,3		1,7		1,2	
XII-Improdutivos		13551		6219		15802	
		11,6		4,7		9,4	
TOTAL		116903		131004		167252	
		100,1		100		100	

FONTE: Censos da População do Reino de 1890, 1900 e 1911.

QUADRO Nº19-Condição perante a Instrução da População Contraente por Sexos e Períodos, cidade de Lisboa (1879-1905)

GRAU DE INSTRUÇÃO	PERÍODOS/SEXOS							
	1879-1888		1889-1898		1899-1905		1879-1905	
	H	M	H	M	H	M	H	M
ASSINA	354	287	425	369	466	386	1245	1042
	88,3	71,6	92,4	80,2	93,4	77,4	91,5	76,6
NÃO ASSINA	45	108	29	88	28	112	102	308
	11,2	26,9	6,3	19,1	5,6	22,4	7,5	22,7
DESCONHECIDO	2	6	6	3	5	1	13	10
	0,5	1,5	1,3	0,7	1,0	0,2	1,0	0,6

Fonte: Livros de Registo dos Casamentos Cíveis da cidade de Lisboa.

QUADRO Nº19A-Condição perante a Instrução da População Contraente por Sexo e Idade, cidade de Lisboa (1879-1905)

G. ETÁRIOS	ASSINA		NÃO ASSINA		DESCONHECIDO	
	H	M	H	M	H	M
15-19	31	196	2	35	0	1
	93,9	84,5	6,1	15,1	0	0,4
20-24	249	299	17	52	3	2
	92,6	84,7	6,3	14,7	1,1	0,6
25-29	331	216	24	58	4	0
	92,2	78,8	6,7	21,2	1,1	0
30-34	231	115	17	53	2	2
	92,4	67,7	6,8	31,2	0,8	1,2
35-39	148	74	17	34	1	2
	89,2	67,3	10,2	30,9	0,6	1,8
40-44	84	66	7	29	1	2
	91,3	68,0	7,6	29,9	1,1	2,1
45-49	68	30	4	19	1	0
	93,2	61,2	5,5	38,8	1,4	0
50-54	38	21	3	7	0	1
	92,7	72,4	7,2	24,2	0	3,5
55-59	27	12	2	7	0	0
	93,1	63,2	6,9	36,8	0	0
60-64	16	7	6	7	0	0
	72,7	50	27,3	50	0	0
65-69	11	4	1	4	1	0
	84,6	50	7,7	50	7,7	0
70-74	9	1	2	2	0	0
	81,8	33,3	18,2	66,7	0	0
IDADE	2	1	0	1	0	0
DESCONHECIDA	100	50	0	50	0	0

FONTE: Livros de Registo dos Casamentos Cíveis da cidade de Lisboa.

QUADRO Nº20-Instrução da População de Lisboa e do Bairro Ocidental do Porto (1890-1911)

SEXOS	PERÍODOS/ CIDADES					
	1890*		1900**		1911**	
	LISBOA	PORTO	LISBOA	B. OC. PORTO	LISBOA	B. OC. PORTO
HOMENS	64409	14113	86631	16004	111446	20015
ASSINA	56,7	60,4	68,6	65,1	73	71,5
MULHERES	50659	8556	72077	11782	93326	15584
ASSINA	46,5	31,1	55	42,9	56,9	46,8

FONTE:Censos da População Portuguesa 1890, 1900 e 1911.

*Os valores relativos a 1890 contemplam apenas a população que sabe ler e escrever.

**Os valores referentes a 1900 e 1911 abrangem a população que sabe ler.

Nota: Os cálculos incidem sobre a população compreendida entre os 15 e os 74 anos.

QUADRO Nº21-Distribuição da 1ª e 2ª Testemunhas por Categorias Sócio-Profissionais e por Períodos, Lisboa (1879-1905)

Sócio- Profissionais	1ª e 2ª Testemunhas/Períodos							
	1879-1888		1889-1898		1899-1905		1879-1905	
	1ªTest.	2ªTest.	1ªTest.	2ªTest.	1ªTest.	2ªTest.	1ªTest.	2ªTest.
1	41	26	47	38	55	51	143	115
	10,2	6,5	10,2	8,3	11,0	10,2	10,5	8,5
2	31	20	33	26	30	31	94	77
	7,7	5,0	7,2	5,7	6,0	6,2	6,9	5,7
3	5	7	14	12	23	9	42	28
	1,3	1,8	3,0	2,6	4,6	1,8	3,1	2,1
4	18	19	17	15	21	9	56	43
	4,5	4,7	3,7	3,3	4,2	1,8	4,1	3,2
5	33	35	48	53	44	38	125	126
	8,2	8,7	10,4	11,5	8,8	7,6	9,2	9,3
6	98	126	99	119	100	135	297	380
	24,4	31,4	21,5	25,9	20,0	27,1	21,8	27,9
7	42	53	75	80	100	126	217	259
	10,5	13,2	16,3	17,4	20,0	25,3	16,0	19,0
8	112	95	110	93	108	84	330	272
	27,9	23,7	23,9	20,2	21,6	16,8	24,3	20,0
9	4	3	7	5	4	1	15	9
	1,0	0,8	1,5	1,1	0,8	0,2	1,1	0,7
10	10	9	6	10	11	9	27	28
	2,5	2,2	1,3	2,2	2,2	1,8	2,0	2,1
11	7	8	4	9	3	6	14	23
	1,8	2,0	0,9	2,0	0,6	1,2	1,0	1,7
TOTAL	401	401	460	460	499	499	1360	1360
	100	100	99,9	100,2	99,8	100	100	100,2

FONTE: Livros de Registo dos Casamentos Cíveis da cidade de Lisboa.

Ver Legenda Quadro nº 11. Cf. Apêndice 2.

QUADRO Nº22-População Masculina em Concubinato por Categorias Sócio-Profissionais e Períodos, Lisboa 1879-1905

Categorias Sócio- Profissionais	Pop. Concububinato./Períodos			
	1879-1888	1889-1898	1899-1905	1879-1905
1	4(33,3) 3,1	8(50,0) 3,6	11(47,8) 4,7	23(45,1) 3,9
2	2 (18,2) 1,6	7(38,9) 3,1	11(64,7) 4,7	20(43,5) - 3,4
3	0(0) 0	7(46,7) 3,1	8(53,3) 3,4	15(42,9) 2,6
4	3(42,9) 2,3	3(37,5) 1,3	2(66,7) 0,9	8(44,4) 1,4
5	6(54,6) 4,7	19(65,5) 8,5	10(62,5) 4,3	35(62,5) 6,0
6	42 (28,2) 32,8	67(43,8) 29,9	69(43,1) 29,5	178(38,5) 30,4
7	26(33,8) 20,3	47(47,0) 21,0	59(45,4) 25,2	132(43,0) 22,5
8	12(29,3) 9,4	29(52,7) 13,0	29(40,9) 12,4	70(41,9) 12,0
9	1(11,1) 0,8	2(33,3) 0,9	4(50,0) 1,7	7(30,4) 1,2
10	14(41,2) 10,9	16(66,7) 7,1	13(59,1) 5,7	43(53,8) 7,3
11	18(40,0) 14,1	19(52,8) 8,5	18(52,9) 7,7	55(47,8) 9,4

FONTE: Livros de Registo dos Casamentos Cíveis da cidade de Lisboa.

Legenda: Percentagem em linha- peso da população em concubinato em função da população total por categoria; Percentagem em coluna-distribuição da população em concubinato por categorias. Ver Legenda das categorias Quadro nº 11. Cf. Apêndice 2.

QUADRO Nº23 A -Naturalidade da População Masculina em Concubinato por Períodos, Lisboa, 1879-1905

NATURALIDADE	PERÍODOS			
	1879-1888	1889-1898	1899-1905	1879-1905
LISBOA	39 30,5	89 39,7	72 30,8	200 34,1
FORA DE LISBOA	82 64,1	118 52,7	142 60,7	342 58,4
ESTRANGEIRO	2 1,6	8 3,6	12 5,1	22 3,8
BRASIL/ESPANHA	3 2,3	9 4,0	7 3,0	19 3,2
DESCONHECIDO	2 1,6	0 0	1 0,4	3 0,5

FONTE: Livros de Registo dos Casamentos Cíveis da cidade de Lisboa.

QUADRO Nº23B -Naturalidade da População Feminina em Concubinato por Períodos, Lisboa, 1879-1905

NATURALIDADE	PERÍODOS			
	1879-1888	1889-1898	1899-1905	1879-1905
LISBOA	45 35,2	76 33,9	86 36,8	207 35,3
FORA DE LISBOA	68 53,1	123 54,9	127 54,2	318 54,3
ESTRANGEIRO	3 2,3	10 4,5	6 2,6	19 3,2
BRASIL/ESPANHA	6 4,7	8 3,6	12 5,1	26 4,4
DESCONHECIDO	6 4,7	7 3,1	3 1,3	16 2,7

FONTE: Livros de Registo dos Casamentos Civis da cidade de Lisboa.

QUADRO Nº24 -Contexto Familiar da População em Concubinato por Filiação, Sexo e Períodos, Lisboa, 1879-1905

SITUAÇÃO PATERNA	CONCUBINATO		CONCUB./FILIAÇÃO LEGÍTIMO(A)		CONCUB./FILIAÇÃO ILEGÍTIMO(A)	
	H*	M**	H	M***	H	M***
Residente em Lisboa	58(28,2) 9,9	101(28,3) 17,2	51(27,6) 10,5	89(28,1) 19,3	7(33,3) 7	12(30,8) 9,7
Residente Fora de Lisboa	109(52,7) 18,6	61(53) 10,4	106(54,1) 21,8	53(50,5) 11,5	3(25,0) 3	7(77,7) 5,7
Residente no Estrangeiro	6(40) 1,0	6(75) 1,0	6(42,9) 1,2	6(75) 1,3	0 0	0 0
Residente Brasil/ Espanha	4(57,1) 0,7	6(75) 1,0	4(57,1) 0,8	5(71,4) 1,1	0 0	1(100) 0,8
Residência Desconhecida	71(38,2) 12,1	74(35,4) 12,6	67(39,0) 13,8	70(36,6) 15,2	4(28,6) 4	4(23,5) 3,2
Paternidade Ignorada		82(55,6) 14,0	0 0	0 0	71(49,0) 71	82(54,3) 66,1
Falecido	267(45,0) 45,6	256(50,1) 43,7	252(47,8) 51,9	238(50,2) 51,6	15(50,0) 15	18(48,6) 14,5

FONTE: Livros de Registo dos Casamentos Civis da cidade de Lisboa.

*Foram excluídos dos calculos dois efectivos masculinos por se desconhecer a situação destes relativamente à variável concubinato, bem como os pais respectivos cuja condição se inseria nas categorias "Residente fora de Lisboa" e "Residência Desconhecida". Total da população Masculina em análise=1358.

**Excluimos dos calculos dois efectivos femininos por se ignorar a situação destes em relação à variável concubinato, bem como os pais respectivos cuja condição se inseria nas categorias "Paternidade Ignorada" e "Falecido". Total da População em análise=1358.

***O calculo da população feminina em concubinato em função da filiação não inclui um efectivo por se desconhecer a respectiva filiação. Total=585.

QUADRO Nº25A-Incidência do Concubinato na População Masculina segundo a Idade e Períodos, Lisboa(1879-1905)

GRUPOS ETÁRIOS	PERÍODOS			
	1879-1888	1889-1898	1899-1905	1879-1905
15-19	1(10) 0,8	4(36,4) 1,8	1(8,3) 0,4	6(18,2) 1,0
20-24	18(24,3) 14,1	41(45,1)	39(37,5) 16,7	98(36,4) 16,7
25-29	24(22,0) 18,8	46(41,4) 20,5	55(39,6) 23,5	125(34,8) 21,3
30-34	27(32,1) 18,8	39(48,2) 31(49,2)	39(45,9) 16,7	105(42,0) 17,9
35-39	17(34,0) 21,1	14(46,7) 6,3	35(66,0) 15,0	83(50,0) 14,2
40-44	11(42,3) 13,3	24(66,7) 10,7	19(52,8) 8,1	44(47,8) 7,5
45-49	7(53,9) 8,6	24(66,7) 10,7	12(58,3) 6,0	45(61,6) 7,7
50-54	7(70) 5,5	9(69,2) 4,0	12(66,7) 5,1	28(68,3) 4,8
55-59	4(44,4) 3,1	5(50) 2,2	8(80) 3,4	17(58,6) 2,9
60-64	5(55,6) 3,9	5(71,4) 2,2	3(50) 1,3	13(59,1) 2,2
65-69	3(100) 2,3	2(100) 0,9	1(33,3) 0,4	10(76,9) 1,7
70-74	2(100) 1,6	4(80) 0,9	1(100) 0,4	10(90,9) 1,7
Idade	2(100)	0	0	2(50)
Desconh.	1,6	0	0	0,3

FONTE: Livros de Registo dos Casamentos Civis da cidade de Lisboa.

QUADRO Nº25B-Incidência do Concubinato na População Feminina segundo a Idade e Períodos, Lisboa(1879-1905)

GRUPOS ETÁRIOS	PERÍODOS 1879-1888	1889-1898	1899-1905	1879-1905
15-19	5(8,1) 3,9	30(38,5) 13,4	27(29,4) 11,5	62(26,7) 10,6
20-24	26(23,9) 20,3	52(41,9) 23,2	44(36,7) 11,8	122(34,6) 20,8
25-29	27(37,0) 21,1	50(49,0) 22,3	51(51,5) 21,8	128(46,7) 21,8
30-34	21(34,4) 16,4	23(46,0) 10,3	30(50,9) 12,8	74(43,5) 12,6
35-39	13(43,3) 10,2	19(50,0) 8,5	30(71,4) 12,8	62(56,4) 10,6
40-44	17(60,7) 13,3	25(75,8) 11,2	17(47,2) 7,3	59(60,8) 10,1
45-49	8(53,3) 6,3	11(84,6) 4,9	14(66,7) 6,0	33(67,4) 5,6
50-54	5(55,6) 3,9	6(60) 2,7	9(90) 3,9	20(69,0) 3,4
55-59	3(60) 2,3	3(42,9) 1,3	5(71,4) 2,1	11(57,9) 1,9
60-64	1(25) 0,78	1(100) 0,5	5(55,6) 2,1	7(50) 1,2
65-69	1(33,3) 0,8	2(100) 0,9	1(33,3) 0,4	4(50) 0,7
70-74	0 0	2(100) 0,9	1(1)100 0,43	3(100) 0,5
Idade	1(50)	0	0	1(50)
Desconh.	0,8	0	0	0,2

FONTE: Livros de Registo dos Casamentos Cíveis da cidade de Lisboa.

QUADRO Nº26A-Incidência do Concubinato segundo o Estado Civil da População Masculina por Períodos, Lisboa, (1879-1905)

ESTADO CIVIL	PERÍODO/SEXO 1879-1888	1889-1898	1899-1905	1879-1905
SOLTEIRO	110(30,8) 85,9	192(48,2) 85,7	202(46,2) 90,2	504(42,3) 86,0
VIÚVO	18(40,9) 14,1	32(53,3) 14,3	29(49,2)) 12,9	79(48,5) 13,5
DIVORCIADO	0 0	0(0) 0	1(100) 0,4	1(100) 0,2
DESCONHECIDO	0 0	0(0) 100	2(100) 0,9	2(50) 0,3

FONTE: Livros de Registo dos Casamentos Cíveis da cidade de Lisboa.

Legenda: Percentagem em Linha- Cálculo em função do total da população masculina por categoria de estado civil; Percentagem em Coluna- Peso das diferentes categorias do estado civil entre a população masculina em concubinato.

QUADRO Nº26B-Incidência do Concubinato segundo o Estado Civil da População Feminina por Períodos, Lisboa, (1879-1905)

ESTADO CIVIL	PERÍODO/SEXO			
	1879-1888	1889-1898	1899-1905	1879-1905
SOLTEIRA	116(31,8) 90,6	197(48,9) 87,9	202(45,8) 86,3	515(42,6) 87,9
VIÚVA	12(33,3) 9,4	25(45,5) 11,2	32(55,2) 13,7	69(46,3) 11,8
DIVORCIADA	0 0	1(100) 0,5	0 0	1(100) 0,2
DESCONHECIDO	0 0	1(100) 0,5	0 0	1(100) 0,2

FONTE: Livros de Registo dos Casamentos Cíveis da cidade de Lisboa.

Legenda: Percentagem em Linha- Cálculo em função do total da população feminina por categoria de estado civil; Percentagem em Coluna- Peso das diferentes categorias do estado civil entre a população feminina em concubinato.

QUADRO Nº 27A -Condição Perante a Instrução da População Masculina em Concubinato, por Períodos, Lisboa, (1879-1905)

CONDIÇÃO PERANTE A INSTRUÇÃO	PERÍODOS			
	1879-1888	1889-1898	1899-1905	1879-1905
ASSINA	114(32,2) 89,1	205(48,2) 91,5	210(45,1) 89,7	529(42,5) 90,3
NÃO ASSINA	14(31,1) 10,9	18(62,1) 8,0	22(78,6) 9,4	54(52,5) 9,2
DESCONHECIDO	0(0) 0	1(16,7) 0,5	2(40) 0,9	3(23,1) 0,5

FONTE: Livros de Registo dos Casamentos Cíveis da cidade de Lisboa.

QUADRO Nº 27B-Condição Perante a Instrução da População Feminina em Concubinato, por Períodos, Lisboa, (1879-1905)

CONDIÇÃO PERANTE A INSTRUÇÃO	PERÍODOS			
	1879-1888	1889-1898	1899-1905	1879-1905
ASSINA	84(29,3) 65,6	172(46,6) 76,8	165(42,8) 70,5	421(40,4) 71,8
NÃO ASSINA	44(40,7) 34,4	51(58) 22,8	69(61,6) 29,5	164(53,3) 28,0
DESCONHECIDO	0(0) 0	1(33,3) 0,5	0(0) 0	1(10) 0,2

FONTE: Livros de Registo dos Casamentos Cíveis da cidade de Lisboa.

QUADRO Nº: 28-Incidência do Concubinato segundo a Natureza da Filiação dos noivos por Sexo e Períodos, Cidade de Lisboa (1879-1905):

NAT. FILIAÇÃO	1879-1888		1889-1898		1899-1905		1879-1905	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
LEGÍTIMO.(A)								
N	115 (353)	106 (345)	181 (380)	170 (359)	190 (404)	185 (398)	486 (1137)	461
%	32,58	30,72	47,63	47,35	47,03	46,48	(1102) 42,74	41,83
ILEGÍTIMO(A))								
N	13 (48)	21 (53)	43 (80)	54 (100)	44 (95)	49 (101)	100 (223)	124 (254)
%	27,08	39,62	53,75	54	46,32	48,51	44,84	48,82

FONTE:Livros de Registo dos Casamentos Cíveis da cidade de Lisboa.

**Quadro nº 29-Actividade Profissional
da População Feminina**

PROFISSÕES	N= 1360
	%
Não Mencionada	1295
	95,2
Doméstica	16
	1,2
Proprietária	5
	0,4
Costureira	13
	1,0
Empregada de Servir/	16
Criada	1,2
Operária	4
	0,3
Modista	4
	0,3
Professora	5
	0,4
Leiteira	2
	0,1

Fonte: Livros de Registo dos Casamentos Cíveis
da cidade de Lisboa.

ANEXO 2

Tipologia Sócio-Profissional

Com o objectivo de caracterizar o universo social da população em causa e de apreender os grupos sociais envolvidos na prática do casamento civil, projectámos a elaboração de uma tipologia sócio-profissional. Pretendíamos, assim, ultrapassar as limitações inerentes a uma mera classificação profissional por sectores de actividade (como é exemplo a introduzida no Censo de 1890¹), susceptível de escamotear eventuais especificidades sociais que nos importava evidenciar. Porém, atendendo ao carácter sumário da informação dos Registos Cíveis de Casamento -regra geral só é indicada a profissão dos indivíduos e, mais raramente, o lugar ocupado por estes na hierarquia profissional- fomos 'forçados' a flexibilizar o projecto inicial, optando pela formulação de uma classificação híbrida no respeitante à definição das categorias.

Concretizando, a presente classificação sócio-profissional (ver Quadro nº 1) compõe-se de 11 categorias,² definidas em função do material empírico e

¹ *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890*, III vol., Lisboa, Imprensa Nacional, 1896-1900. A Classificação Profissional introduzida neste Censo e conservada até 1930, consiste numa adaptação da Classificação por Classes Profissionais de autoria de Jacques Bertillon, apresentando como critérios orientadores à sua construção a demarcação entre produtivos e improdutivos e a discriminação das profissões por sectores de actividade. Cf. António Pinto Ravara, "A Classificação socioprofissional em Portugal (1806-1930)", *Análise Social*, vol. XXV (103-104), 1988, (4º, 5º), pp.1161-1184.

² Quadro A- Tabela de Correspondências entre as profissões registadas e as categorias construídas

Profissões Registadas	Categorias Socioprofissionais
Proprietário, Industrial, 'vive dos seus capitais', capitalista, fazendeiro...	1-Proprietários, Industriais e Capitalistas
Juíz, advogado, médico, solicitador encartado, engenheiro, professor, independentemente do grau, escritor 'público', ministro de outros cultos	2-Profissões Liberais
Actor, músico, jornalista, ponto teatral, desenhador, farmacêutico, enfermeiro, fotógrafo, oculista.	3- Profissões Liberais 'não letradas'
Forças armadas, polícia (independentemente do grau, dada a irrelevância dos efectivos de patente superior).	4- Força Pública
(Não foi considerada a condição na profissão prevalecendo como critério o vínculo estatal) 'funcionário público', empregado municipal, varredor camarário, empregado de repartição, director de serviços, entre outras.	5-Funcionalismo Público e municipal
Marceneiro, torneiro de metais, caldeireiro, serralheiro, carpinteiro, tipógrafo, impressor, charuteiro, funileiro, cabeleireiro, manipulador de tabaco, padeiro, sapateiro, pintor, corticeiro, alfaiate, entre muitas outras profissões	6-Artesãos e Operários

enquadradas segundo o espírito da "Classificação Profissional" aplicada no Censo da População de 1890. As semelhanças entre elas são notórias, nomeadamente no que diz respeito à nomenclatura utilizada e às classes consideradas. As diferenças, e sublinhe-se mais uma vez a nossa impossibilidade de aplicarmos uma correcta classificação sócio-profissional, traduzem-se no seguinte:

- reconversão das classes I-"Agricultura" e II-"Pesca e Caça" numa única categoria, 9-"Rurais e marítimos", atendendo à irrelevância dos nossos efectivos;
- eliminação da classe III-"Extracção de materiaes mineraes da superficie do solo" pela inexistência de efectivos³;
- substituição da classe IV-"Indústria" pela categoria 6-"Artífices e Operários", que contempla apenas aqueles que trabalham directamente na produção por conta de outrem;
- subdivisão da classe IX- "Profissões Liberais"- em 'Letradas' e 'Não letradas', respectivamente, categorias 2 e 3, de forma a evidenciar o peso da 'élite intelectual';
- ampliação da classe X-"Pessoas vivendo exclusivamente dos seus rendimentos", pela integração dos 'industriais' na categoria 1-"Proprietários, Industriais e Capitalistas", de acordo com o critério estruturador da mesma-detentores de meios de produção;
- eliminação da classe XI-"Trabalhos Domésticos", dado o número restrito dos efectivos;
- criação de uma categoria própria "Empregados de Serviços e de Transportes" (7), a qual encontra o seu reflexo parcial nas classes V e VI da Classificação Profissional de 1890 , respectivamente, "Transportes" e "Comércio";
- criação da categoria 11-"Profissões não Mencionadas".

Empregado comercial, caixeiro, empregado bancário e de outras instituições, escriturário, conductor de carros, maquinista, guarda-freio, e outras idênticas.	7-Empregados de Serviços e de Transportes
Comerciante, negociante, vendedor ambulante, 'vive da sua agência', merceiro, livreiro, almocreve, entre outras.	8-Comerciantes e Negociantes
Agricultor, horticultor, jardineiro, pescador, marítimo.	9-Rurais e Marítimos
Profissões indevidamente discriminadas ou irrelevantes em termos numéricos de forma a não justificarem uma categoria própria, tais como: 'trabalhador', 'reformado', 'criado de servir', 'criado da casa real', 'estudante'	10-Outras profissões
	11-Profissões não mencionadas

NOTA: A *Classificação das Profissões* revelou-se um importante instrumento auxiliar na operação de seriação, ainda que ajustada à estrutura da nossa classificação. As situações de 'ambiguidade' e/ou de irrelevância numérica foram inseridas na categoria "Outras Profissões".

³ Na realidade fomos confrontados com situações 'ambíguas' como é exemplo a designação de carvoeiro, passível de ser interpretada como sinónimo de mineiro ou de distribuidor de carvão. Nestas situações, optámos pela integração destas profissões na categoria 10- "Outras", ou seja, profissões insuficientemente discriminadas.

Quadro Nº1- Comparação entre a classificação sócio-profissional e a Classificação Profissional utilizada no Censo da População de 1890

Classificação sócio-profissional	Classificação Profissional (Censo de 1890) ⁴
1-Proprietários, Industriais e Capitalistas	Correspondente parcialmente à classe "X-Pessoas vivendo exclusivamente do seu rendimento"
2-Profissões Liberais 'letradas'	"IX-Profissões Liberais"
3- Profissões Liberais 'não letradas'	"IX-Profissões Liberais"
4- Força Pública	"VII-Força Pública"
5-Funcionalismo Público e Municipal	"VIII-Administração Pública"
6-Artesãos e operários	Correspondente parcialmente à classe "IV-Indústria"
7-Empregados de Serviços e de Transportes	Correspondente parcialmente às classes "V- Transportes" e e "VI-Comércio"
8-Comerciantes e Negociantes	Correspondente parcialmente à classe "VI-Comércio"
9-Rurais e Marítimos	Fusão das classes "I-Trabalhos Agrícolas" e "II-Pesca e Caça"
10-Outras	Parcialmente traduzida na classe "XII-Improductivos. Profissões desconhecidas"
11-Não mencionadas	Inexistente
	Eliminação das classes III-Extracção de materiais minerais da superfície do solo" e XI-Trabalhos domésticos.

FONTE: *Censo da População de 1890*, vol. III, p.

Em conclusão, a classificação sócio-profissional elaborada estrutura-se em torno de três critérios: 1º sectores de actividade (Agricultura e Actividade Marítima, Indústria, Comércio e Serviços); 2º a condição perante o trabalho (patrão, assalariado/trabalhador por conta de outrem, trabalhador independente, considerando isoladamente as situações em que a entidade empregadora é o Estado); 3º adequação à natureza/especificidade do material empírico. Não considerámos, por conseguinte, a demarcação entre indivíduos produtivos e não produtivos, princípio presente na Classificação Profissional de 1890, por razões que se prendem directamente com os objectivos desta análise. Com efeito, afigurou-se-nos mais relevante considerar a profissão exercida pelos 'reformados', à alternativa de criarmos uma categoria própria, de forma a reconstruir, *grosso modo*, o universo sócio-profissional da população em causa⁵. Na eventualidade de adoptarmos outro critério, por hipótese excluirmos os indivíduos nas situações descritas no âmbito da construção do indicador, reduziríamos substancialmente o número de efectivos, sob pena de

⁴ *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890*, vol. 3, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900, p..

⁵ Identicamente, contabilizámos a actividade profissional dos pais já falecidos, sem invalidar que em termos analíticos considerássemos o estatuto particular destes efectivos masculinos.

descaracterizarmos a população em causa por efeito de homogeneização dos resultados.

ANEXO 3

PROJECTOS DE LEI DO DIVÓRCIO APRESENTADOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Projecto de Lei de Luis Antonio Gonçalves de Freitas (1883)¹

Senhores:

"Dispensa relatorio extenso o projecto de lei, que tenho a honra de subordinar á vossa justa e douta apreciação.

Largo debate teve na Camara franceza a doutrina, que elle expande, e que traduz ideias, germinadas de ha muito, robustecidas e vivificadas agora, á brilhante luz deste seculo, impregnado dos bons aromas de sezonados fructos, e revestido e aureolado das resplandecentes grinaldas do progresso, de liberdade e do bem.

*Montaigne dissera o já: - *a honra e a pureza dos casamentos dimana sempre da liberdade que houve em dissolvêl-os'.*² (Liv. 2º, Cap. 15.)

Naquet, o illustre e celebre deputado de Vaucluse, inspirou-se em principios, de ha muito proclamados, mas de exaltação melindrosa, para fazer vingar as suas ideias elevadas e generosas, recortadas no altissimo juizo da sua consciencia recta e nobre.

Contra a firmeza e tenacidade dos preconceitos, a razão quando firme e tenaz tambem triumphava sempre.

Sem procurar, portanto, adduzir razões, que uma polemica de ha muitos annos, avigorada no seculo XVIII e consagrada pela lei de 20 de Setembro de 1772, na França, brilhantemente estampou n'um fundo de luz, submetto á apreciação da Camara dos Deputados da nação portugueza o seguinte

ARTIGO 1º *É instituido o divorcio, em todos os casos, em que pelo Código Civil Portuguez, a separação tem lugar.*

¹In Luis Antonio Gonsalves de Freitas, *Obras Completas, Discursos e Trabalhos Parlamentares, 1882-87*, s.d., n.l. (Discurso Parlamentar 6).

²Em itálico no original.

Artigo 2º Fica d'esta fôrma, revogado o art. 1204 e §§ do dito Codigo Civil, e mais legislação em contrario.

Sala das sessões, março de 1883, Luis Antonio Gonsalves de Freitas, deputado de Ponta do Sol."

Projecto de Lei de Duarte Gustavo Roboredo Sampaio e Mello (1900)³

Artigo 1º A contar da promulgação d'esta lei, é permittido o divorcio para todos os effeitos civis.

§ unico Os judicialmente divorciados de matrimonio que tenham contrahido segundo a igreja catholica apostolica romana, não poderão contrahir novo matrimonio segundo a mesma igreja, mas podel-o-hão contrahir civilmente.

Art. 2º Podem ser causa ou fundamento de divorcio as mesmas causas que para a separação de pessoas e bens se acham estabelecidas pelo artigo de 1204º do codigo civil e ainda o mutuo consenso dos conjuges.

§ unico O mutuo consenso so decorridos seis mezes depois de apresentado o pedido em juizo e depois de tentativa conciliatoria com conselho de familia e juiz, sem resultado, é que poderá permittir o divorcio.

Art. 3º Fica subsistindo o regimen de separação de pessoas e bens estabelecido pelo codigo civil e com as mesmas causas por ele designadas e ainda com o mutuo consenso os coconjuges nos termos consignados para o divorcio, no artigo anterior e § unico.

Art. 4º Aos conjuges será licito recorrer ao regimen de separação de pessoas e bens ou ao do divorcio.

Art. 5º Fica revogada a legislação em contrario.

Camara dos deputados, em 1 de Março de 1900= O deputado

Lido na mesa foi admittido e enviado á comissão de legislação civil.

³In *Actas das Sessões da Camara dos Srs. Deputados da Nação*, (Periodo de 2 de Janeiro a 28 de Junho de 1900), Lisboa, Imprensa Nacional, 1900, p. 3, col. 1 e 2.

Motivos Fundadores da Separação de Pessoas e de Bens (Código Civil, 1867)

Artigo 1204º Podem ser causa legitima de separação de pessoas e bens:
1º O adulterio da mulher; 2º O adulterio do marido com escandalo publico, ou completo desamparo da mulher, ou com concubina teúda e manteúda no domicilio conjugal; 3º A condemnação do conjuge a pena perpetua, 4º As sevicias e injurias graves.

Código Civil Portuguez, 1867.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

A. MANUSCRITAS

Lacerda, Augusto de, *Lei do Divorcio*, (escrita entre Novembro de 1909 e Janeiro de 1910), Manuscrito nº 121.01 da Biblioteca/Arquivo do Teatro de D. Maria II.

Livro de Casamentos Cíveis do Bairro Ocidental, 2º Bairro, Livro 1, 1879-1907, Livro 2, 1908-

Registo de Casamentos Cíveis: Bairro Oriental e 1º Bairro, Livro 1, 1879-1897, Livro 2, 1897-1906; Bairro Central e 2º Bairro, Livro 1, 1879-1896, Livro 2, 1896-1905; Bairro Ocidental e 3º Bairro, Livro 1, 1879-1889, Livro 2, 1890-1905, 4º Bairro, Livro 1, 1880-1898 (até à fl. 22 reporta-se ao registo do Concelho de Belém e, a partir daí apenas ao 4º Bairro), Livro 2, 1899-1908.

Representação do Povo de Lisboa enviada à Camara dos Senhores Deputados da Nação, em 7 de Julho de 1908, Arquivo Histórico da Assembleia da República, Secção I e II, caixa 409.

B. IMPRESSAS

JORNAIS E REVISTAS

A *Alma Feminina*, 1907-1908, revista dirigida por Virgínia Quaresma.

A *Mulher e a Criança*, *Boletim da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas*, 1909-1911

A *Semana de Loyola*, *Semanário anti-jesuitico*, 1884.

A *Voz do Operário*, 1880.

Arquivo de Imprensa do Teatro de D. Maria II, vols. relativos a 1910, 1911.

Diário de Lisboa, 1867.

Diário do Governo, 1909, 1910.

O Dia, *O Mundo*, *O Século*, *A Lucta*, *A Vanguarda*, *Novidades*, *A Palavra*, *A Nação*, *O Diário Ilustrado*, *A Paródia*, *A Tarde*, *Diário da Tarde*, *Commercio do Porto*, sondagens realizadas a 1883, 1900, 1901, 1908, 1909 e 1910.

O Mundo Legal e Judiciario, 1895 a 1912.

O Direito, 1867, 1868 e 1910.

Revista de Legislação e Jurisprudencia; 1867, 1868 e 1910.

Arquivo das Peças levadas à cena no Teatro D. Maria II.

Diário da Camara dos Senhores Deputados da Nação, [1883, 1900, 1908, 1909 e 1910], Lisboa, Imprensa Nacional.

DEMOGRÁFICAS

Anuario Estatistico de Portugal de 1892, 1900, 1904 a 1905, 1908 a 1910.

Censos da População do Reino de 1890, 1900 e 1911.

Tabelas do Movimento Fisiologico, 1910 .

OUTRAS

Alcoforado, Alexandre. L., *A Lei e o Clero na Questão do Casamento Civil*, Lisboa, Imprensa de A. G. de Sousa Neves, 1866.

Almeida, Fialho d', *Os Gatos*, vol. 3, Lisboa, Livraria de A. M. Teixeira, 2ªed., 1911

Almeida, Jaime d', *A Questão Feminista, Esboço Critico*, Porto Livraria Portuguesa Editora, 1909.

Almeida, Jaime Pereira d', *Elementos para a condição física e intelectual da mulher, Dissertação inaugural apresentada á Escola Médico-Cirurgica do Porto*, Porto, Magalhães & Figueiredo Ldª, 1907.

Almeida, Virginia de Castro e, *A Mulher -Historia da Mulher -A Mulher Moderna -Educação*, Lisboa, Livraria Classica Editora, 1913

Amado, P. José de Sousa Amado, *Carta sobre o casamento civil*, Lisboa, Typ. de G. M. Martins, 1865.

Andrade, Abel d', *Commentario ao Codigo Civil Portuguez*, Coimbra, Livraria Portugueza e Estrangeira, 1985.

Assunção, Lino d', *Os Lazaros*, Lisboa, Tavares, Cardoso & Irmão, 1889.

Azevedo, João Ayres de, *Estudos Feministas I- A Mulher*, Coimbra, João de Moura Marques, 1905.

- Azevedo, L. M. Prado de, *Defesa do Casamento Civil*, Porto, Typ. Portuense, 1866.
- Bahia, Arcebispo da, *Representação do Ex^{mo}. e Rev^{mo}. Sr. Arcebispo da Bahia*, Lisboa, Typ. de G. M. Martins, 1865.
- Barbosa, José de Freitas Amorim, *O Casamento Civil, resposta á carta do Sr. Alexandre Herculano dirigida ao Jornal do Commercio*, Lisboa, 1866.
- Barros, P. Manuel da Conceição e, *Carta de 'Patritius' ao senhor Arcebispo Primaz*, Braga, 1865.
- Bastos, Teixeira, *A Família*, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz Editores, 1884.
- Bastos, Teixeira, "O Theatro Moderno em Portugal", *Revista de Estudos Livres*, nº 2, Março de 1883, pp. 67-77.
- Bastos, Teixeira, "Origem da Família", *O Positivismo, Revista de Philosophia*, Theophilo Braga e Julio de Matos (dir.), Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz Editores, 1879, 1º vol. pp. 255-268.
- Bellem, A. M. da Cunha, *O Pedreiro Livre, Drama em Quatro Actos*, Lisboa, Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1877.
- Bento Mantua, *Novo Altar*, um acto e um verso, Lisboa, Cernades & C^a-Livraria Editora, 1911.
- Bonança, João, *Contra a Carta do Sr. Duque de Saldanha sobre o Casamento Civil*, Lisboa, Typ. Universal, 1865.
- Brado Catholico contra o Casamento Civil*, Porto, Typ. Portuense, 1865.
- Braga, J.J. D'Almeida, "Considerações sobre o Projecto do Casamento Civil", *Brados contra o casamento civil*, Porto, Liv. de F. G. da Fonseca, 1865.
- Bramão, D. Alberto, *Casamento e Divorcio*, Lisboa, Livraria Central de Gomes e de Carvalho Editor, 1908.
- Bruno, Sampaio, *A Questão Religiosa*, Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1907.
- Carneiro, Augusto Neves dos Santos, *O Casamento Civil e seus adversarios*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1866.
- Carvalho, Luiz Augusto Pinto de Mesquita, *Estudo sobre o Casamento e a Família, Dissertação para a 4ª Cadeira da Faculdade de Direito*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1888.
- Carvalho, Luiz Augusto Pinto de Mesquita, *Projecto da lei divorcio em Portugal*, Lisboa, Guimarães & C.^a, 1910.
- Codigo Civil Portuguez*, 1989.
- Coelho de Carvalho, *A Infelicidade Legal*, peça em quatro actos, Lisboa, Cernadas & C^a,-Livraria Editora, 1911.

- Coelho, Carvalho de, *Casamento de Conveniencia, Peça em 4 actos representada no Theatro de D. Maria II*, Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1904.
- Conceição, Alexandre da, "O Amor e o Casamento", *O Positivismo, Revista de Philosophia*, Theophilo Braga e Julio de Matos (dir.), Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz Editores, 1879, 1º vol. pp. 171-175.
- Costa, D. António da, *A Mulher em Portugal: obra posthuma publicada em benefício de uma criança*, Lisboa, Typ. da Companhia Editora, 1892.
- Costa, D. António da, *O Casamento Civil perante os principios. Terceira resposta ao sr. Alexandre Herculano*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866
- Costa, D. António da, *O Casamento Civil. Resposta ao sr. Alexandre Herculano*, Lisboa, Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza, 1865.
- Coutinho, M. da C. Pereira, *Breves reflexões sobre o Casamento Civil*, Coimbra, Imprensa Literaria, 1866.
- Cruz, Luiz Barreto da e Neves, Manuel, *Um Lar*, Lisboa, Tipografia Costa Sanches, Sucessores Galhardo e Costa Lda., 1924. Peça representada pela primeira vez no Teatro de D. Maria II em 1908.
- Damaso, Reis, "Romancistas Naturalistas, José Augusto Vieira", *Revista de Estudos Livres*, 1885-1886, Teophilo Braga e Teixeira Bastos (dir.), Nova Livraria Internacional Editora, 1887.
- Ennes, Antonio, *Un Divorce, Drame*, Paris, Librairie des Bibliophes, 1878.[*Um Divorcio*, Drama em um acto, Antiga Casa Bertrand - José Bastos & C^ª- Livraria Editora, 1877.]
- Falcão, Maria Candida Collaço, *O Casamento Civil e as Senhoras*, Lisboa, 1866.
- Ferreira, José Dias, *Codigo Civil Portugues Annotado*, 2ª ed., 4 vols., Coimbra, Imprensa Nacional, 1894-96.
- Ferrer, Vicente, *O Casamento Civil. Colecção das cartas do snr. Vicente Ferrer em resposta ao snr. Visconde de Seabra*, Porto, Imprensa Popular se J. L. de Sousa, 1866.
- Freitas, Luis António de Gonçalves, *Obras Completas. Discursos e Trabalhos Parlamentares*, 1882-87, s.l., s.d..
- Gama, Manuel de Azevedo Araujo e, *Estudo sobre o Casamento Civil, Dissertação Academica para o concurso a uma das substituições vagas na Faculdade de Theologia da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa Academica, 1881.
- Gama, Manuel de Azevedo de Araujo e, *Estudo sobre o Casamento Civil, Dissertação Academica para o concurso a uma das vagas*

- na Faculdade de Theologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, Imprensa Académica, 1881.
- Girão, Manuel Cardoso de, *Algumas Palavras sobre o Casamento Civil*, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1866.
- Gouveia, Aurora de Castro e, *I- Reivindicações Políticas da Mulher Portuguesa; II-Situação da Mulher Casada nas Relações Matrimoniais dos Bens do Casal, Teses apresentadas pela congressista Aurora de Castro Gouveia no primeiro Congresso Feminista realizado em Lisboa*, Lisboa, Tip. da Casa Garrett, 1924.
- Guerra, Carrasco, *Perigos do Casamento*, Lisboa, Livraria Maia, 1908.
- Herculano, Alexandre, *O Casamento Civil. Primeira carta [2ª, 3ª e 4ª] do senhor Alexandre Herculano*, Lisboa, Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1866.
- Herculano, Alexandre, *O Casamento Civil.explicado por ... ou os Hypocritas desmascarados*, Porto, 1865.
- Jardim, Cypriano, *O Casamento Civil, Comedia-drama em 4 actos*, Lisboa, Typographia de Adolpho Modesto & Cª, 1882.
- Jorge, Ricardo, *Demographia e Hygiene na Cidade do Porto -I -Clima -População -Mortalidade*, s.l., Editado pela Repartição de Saude e Hygiene da Camara do Porto, 1899.
- Lavaradio, Marquês de, *Algumas Observações sobre o Casamento Civil*, Lisboa, Typ. de G. M. Martins, 1865.
- Lei do Divórcio, Decreto de 3-XI-1910, Typographia Peninsular, s.d..
- Leis da Família, Decreto de 25-XII-1910, Lisboa, Imprensa Nacional, 1928.
- Lima, J. Garcia de, *A Mulher perante as Leis, Solteira -Casada - Divorciada -Viuva - Binuva e Mãe -Direitos -Deveres - Obrigações -Regime Dotal*, Lisboa, Edição da Biblioteca d'Educação Nacional.
- Magalhães, Luis (Cipriano Coelho) de, *O Casamento (sobre o artigo 1056 do Codigo Civil) Contractibilidade-Legitimidade-Divorcio*, Dissertação para a 9ª Cadeira da Faculdade de Direito, Porto, Imprensa Portuguesa, 1880.
- Mantua, Bento, *Novo Altar, um acto e um verso*, Lisboa, Cernades § Cª Livraria Editora, 1911.
- Marques, Alexandre da Costa & Xavier, *Casamento Escandaloso, comedia burlesca em 3 actos (imitação)*, Lisboa, Arnaldo Bordalo, 1900 (peça representada pela primeira vez no Teatro Avenida, em Novembro de 1897).
- Matos, Julio de, "Ensaio sobre a Evolução em Biologia", *O Positivismo, Revista de Philosophia*, Theophilo Braga e Julio de Matos (dir.), Porto, Livraria Universal de Magalhães § Moniz Editores, 1879, 1º vol. pp. 94-101, 208-212, 291-294.

- Matos, Julio de, "O Problema da Felicidade Individual", *O Positivismo, Revista de Philosophia*, Theophilo Braga e Julio de Matos (dir.), Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz Editores, 2º vol., pp. 182-196.
- Matos, Julio de, "A Constituição da Família Primitiva por Consiglieri Pedroso (These para o Concurso da Cadeira de Historia Universal e Patria no Curso Superior de Lettras, 1878)", *O Positivismo, Revista de Philosophia*, Theophilo Braga e Julio de Matos (dir.), Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz Editores, 1879, 1º vol. pp. 239-244.
- Mello, António Augusto Ferreira de, *Nem tanto ao mar nem tanto à terra*, Porto, Typ. do Commercio, 1865.
- Mello, António Augusto Ferreira de, Segunda Observação sobre o Casamento Civil, Porto, Typ. do Commercio do Porto, 1866.
- Mello, Carlos de, *O Escandalo do Feminismo*, Lisboa, A Editora, 1910.
- Mello, Duarte Roboredo Sampaio e, *Família e Divorcio*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1906.
- Mello, João Mascarenhas de, *Contra o Divorcio, Resposta ao Livro - Casamento e Divorcio- do sr. D. Alberto Bramão*, Lisboa, Livraria Central de Gomes de Carvalho, editor, 1908.
- Mendonça, Henrique Lopes de, *Nó Cego*, Peça em três actos, Lisboa, Ferreira Oliveira, 1905.
- Mesquita, Abílio, *O Divórcio e a Medicina (êrros e crimes da lei do Divórcio Portuguesa)*, Porto, Casa Editora de A. Figueirinhas, 1924.
- Mesquita, Luiz, *A Família e o Casamento Primitivos, Sua origem, Formas e Evolução Estudo Sociologico, 2ª Conferencia*, Porto, Magalhães & Moniz Lda, 1908.
- Mesquita, Luiz, *A Família e o Casamento, Estudo Sociologico, 1ª Preliminares* Porto, Magalhães & Moniz Editores Lda, Porto, Magalhães & Moniz Lda, 1908.
- Mesquita, Luiz, *A Família e o Casamento, Estudo Sociologico, 7ª Conferencia*, Porto, Magalhães & Moniz Lda, 1909.
- Mesquita, Luiz, *A Mulher através dos Tempos, Via Dolorosa, 4ª Conferência (I e II partes)*, Porto, Magalhães & Moniz Lda, 1909.
- Mesquita, Luiz, *A Mulher através dos Tempos, Via Dolorosa, 5ª Conferência*, Porto, Magalhães & Moniz Lda, 1909).
- Mesquita, Luiz, *A Mulher através dos Tempos, Via Dolorosa, 6ª Conferência*, Porto, Magalhães & Moniz Lda, 1909.
- Mesquita, Luiz, *Filiação e Parentesco. Matriarcado e Patriarcado. 3ª Conferência*, Porto, Magalhães & Moniz Lda, 1909.
- Mesquita, Luiz, *O Divorcio e a Separação das Pessoas, Conclusão, 8ª Conferencia*, Porto, Magalhães & Moniz Lda, 1909.

- Mesquita, Luiz, *Projecto de Lei do Divorcio em Portugal*, Lisboa, Guimarães & C^a Ed., 1910.
- Moniz, P. Patrício, *Reflexões sobre a carta do senhor Alexnadre Herculano*, Rio de Janeiro, 1866.
- Montez, José, *Do Divorcio, Estudo sociologico-juridico*, Dissertação para concurso, Tipografia Bayard, 1913.
- Naquet, Alfred, *A Caminho da União Livre*, Lisboa, Guimarães e C^a, 1912.
- Osório, Ana de Castro *A Educação Civica da Mulher, Conferência feita no Centro Dr. Affonso Costa*, Lisboa, Typographia Liberty, 1908.
- Osório, Ana de Castro, *A Mulher no Casamento e no Divorcio*, Lisboa, Guimarães & C^a Editores, 1911.
- Osório, Ana de Castro, *As Mulheres Portuguesas*, Lisboa, Livraria Editora Tavares Viuva Cardoso, 1905.
- Paiva, Vicente Ferrer Neto, *Elementos de Direito Natural ou de Philosophia de Direito*, 2^aed. correcta e augmentada, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1850.
- Pimenta, Alfredo, "A Acção do Positivismo", in *Estudos Sociologicos*, Lisboa, Centro de Publicidade Editor, 1913, pp. 241-255.
- Pimenta, Alfredo, "A Moral Positiva", in *Estudos Sociologicos*, Lisboa, Centro de Publicidade Editor, 1913, pp. 256-263.
- Pimenta, Alfredo, "O Divorcio", in *Estudos Sociologicos*, Lisboa, Centro de Publicidade Editor, 1913, pp. 128-133.
- Pinho, P. António Ayres Tavares de, *Discurso do sr. Arcebispo de Braga sobre o Casamento Civil, um sonho do Prior da Freguezia de S. Martinho de Salreu*, Aveiro, Typ. Aveirense, 1866.
- Pinto, Silva, *Os Homens de Roma*, Drama original em 4 actos, Porto, Livraria Portugueza e Estrangeira, 1875.
- Pinto, Silva, *Padre Gabriel, drama original em três actos*, Porto, Imprensa Commercial de Santos Corrêa Mathias, 1878.
- Prova da Divindade dos Sete Sacramentos da Egreja e a Superioridade do Sacramento do Matrimonio sobre o pretendido Casamento Civil*, Porto, Typ. de Francisco Gomes da Fonseca, s.d..
- Queiroz, Eça de, *Notas Contemporâneas*, Porto, Livraria Chardron, de Lello & Irmão Lda., 1917.
- Representação do Arcebispo de Bahia às Camaras Legislativas do Império do Brasil ácerca da proposta do governo sobre o casamento civil*, Lisboa, 1865.
- Ribeiro, V. da C. Alves, *O Casamento Civil Reprovado pela Carta Constitucional*, s.l., Typ. do Panorama, 1866.
- Rocha, M. A. Coelho, *Instituições de Direito Civil*, 2^a ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 2 tomos, 1848.

drigues, Guilherme, *Divorciemo-nos*, Comedia em um acto, Lisboa, Livraria de J. Marques da Silva, 1882.

aldanha, Duque de, *Carta sobre o Casamento Civil* dirigida ao Exmo. Presidente do Conselho de Ministros, Lisboa, 1865.

antos, Joaquim Alves do, *O Problema da Origem da Familia e do Casamento*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1901.

abra, Visconde, *Duas Palavras sobre o casamento*, Lisboa Imprensa Nacional, 1866.

romênho, Diogo Joze, *O Artigo 1:204*, Comedia em um acto, Lisboa, Escriptorio da Empreza, Rua Nova do Almada, 1883.

lva, M. Abundio da, *Feminismo e Acção Feminina, Cartas a uma Senhora*, Braga, Editores Cruz & C^a, 1912.

vano, Mgr. Almeida, *Divorcio- Refutação Histórica, Juridica e Philosophica dum Projecto Desastrado dum Deputado Infeliz*, Braga, Typografia Lusitana, 1904.

ixeira Bastos, "Origens da Familia", *O Positivismo, Revista de Philosophia*, Theophilo Braga e Julio de Matos (dir.), Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz Editores, 1879, 1^o vol., pp. 255-268.

cente Ferrer em *O Casamento Civil, Colecção das Cartas do Snr. Vicente Ferrer em resposta ao Snr. Visconde de Seabra*, 3^a Carta,

eira, José Augusto, *A Divorciada*, Porto, Editor Joaquim Leitão, 1881.

BIBLIOGRAFIA

ller, Laure, *Segredos de Alcova, História do Casal, 1850-1930*, Lisboa, Terramar.

meida, Ana Nunes de, *Bibliografia sobre a Família e a Mulher no Portugal do Século XX*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1987.

meida, Fortunato, *História da Igreja em Portugal*, vol. III, Porto, Livraria Civilização Editora, 1970.

vim, Maria Helena Vilas-Boas e, "Angelina Vidal- Uma Vida ao Serviço da República", in *Comunicações apresentadas ao Congresso A Vida da República Portuguesa 1890-1990*, Lisboa, 14 a 16 de Outubro de 1991, Maria Helena Carvalho dos Santos

- (coord.), Lisboa, Cooperativa de Estudos e Documentação Universitária Editora, 1991, pp. 415-445.
- Ariès, Philippe, "O Casamento Indissolúvel", in Ph. Ariès e André Bejin (ed.), *Sexualidades Ocidentais*, Lisboa, Contexto Editora, 1983.
- Arnaud, Pierre, *Politique D'Auguste Comte*, Paris, Armand Colin, 1965.
- Arnaud-Duc, Nicole, "Les Contradictions du Droit", in Georges Duby e Michelle Perrot (dir.), *Histoire des Femmes en Occident*, vol. IV- Le XIX^e. siècle, [IV vol. dir. por Geneviève Fraisse e Michelle Perrot], Plon, 1991.
- Arreira, Cecília, *História das nossas Avós, Retrato da Burguesa em Lisboa 1890-1930*, Lisboa, Colibri, 1992.
- Arreira, Cecília, "Imagens da mulher na literatura portuguesa oitocentista", *Análise Social*, vol. XXII (92-93), 1986-3^o-4^o, pp. 512-525.
- Aroquet, G., "Théâtre et Histoire" in André Burguière (dir.), *Dictionnaire des Sciences Historiques*, Paris, Press Universitaires de France, 1986, pp. 656-659.
- Arttelli, Caroline B., *Homens que Partem, Mulheres que Esperam, Consequências da Emigração numa Freguesia Minhota*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991.
- Auescu, Ana Isabel, "Crença, Religião e História. Reflexões sobre o Anticlericalismo em Alexandre Herculano" *Revista de História Económico-Social*, nº 15, Jan.-Junho, 1985, pp. 71-81.
- Abraal, Manuel Villaverde, *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais, Poder Político e Crecimento Económico de 1890 a 1914*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.
- Arvalho, Joaquim de, "Formação da Ideologia Republicana (1820-1880)", in Luís de Montalvor et al., *História do Regimen Republicano em Portugal*, Lisboa, 1932.
- Ascão, Rui, "Família e Divórcio na Primeira República", in *A Mulher na Sociedade Portuguesa, Visão Histórica e Perspectivas Actuais*, Actas do Colóquio, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras, vol. 1, 1986, pp. 153-169.
- Atroga, Fernando, "A Importância do Positivismo na Consolidação da Ideologia Republicana Em Portugal", *Separata de Biblos*, LIII, Coimbra, 1977.
- Atroga, Fernando, "A Laicização do Casamento e o Feminismo Republicano", in *A Mulher na Sociedade Portuguesa, Visão Histórica e Perspectivas Actuais*, Actas do Colóquio, Coimbra,

- Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras, vol. 1, 1986, pp. 135-152.
- Catroga, Fernando, *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal, 1865-1911*, Coimbra, Ed. do Autor, 1988, 2 vols.
- Catroga, Fernando, *O Republicanismo em Portugal, Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991, 2 vols.
- Catroga, Fernando, "Os Inícios do Positivismo em Portugal, O Seu Significado Político-Social", *Separata da História das Ideias*, Universidade de Coimbra, 1977.
- Chartier, Roger, *A História Cultural, entre Práticas e Representações*, Lisboa, Difel, 1988.
- Costa, Fernando Marques da, *A Maçonaria Feminina*, Lisboa, Editorial Vega, s.d.
- Costa, Fernando Marques da, "Mulheres, Elites e Igualitarismo na 1ª República", in *A Mulher na Sociedade Portuguesa, Visão Histórica e Perspectivas Actuais*, Actas do Colóquio, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras, vol. 1, 1986, pp. 369-383.
- Costa, Mário Júlio de Almeida e, "Enquadramento Histórico do Código Civil", *Separata do Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, 1962.
- Cruz, Manuel Braga da, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1980.
- Daumard, Adeline, "A mulher na sociedade burguesa em França no século XIX", *Ler História*, 20 (1990), pp. 109-130.
- Duby, Georges, *Le Chevalier, la Femme et le Prêtre*, Paris, Hachette, 1981.
- Evans-Pritchard, E. E., *Antropologia Social*, Lisboa, Ed. 70, 1978.
- Flandrin, Jean-Louis, *Le Sexe et l'Occident*, Paris, Éd. du Seuil, 1981.
- Fonseca, Carlos da, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, 4 vols., Viseu, Publicações Europa América, 1982 a 1983.
- Fraisse, Geneviève, "La double raison et l'unique nature; fondaments de la différence des sexes", in Irène Théry e Christian Biet (dir.), *La Famille, La Loi, L'Etat de la Révolution au Code Civil*, Paris, Centre Georges Pompidou/Imprimerie Nationale Éditions, 1989, pp. 45-52.
- Fraisse, Geneviève, "Singularité Féministe; Historiographie Critique de l'Histoire du Féminisme en France" in Michelle Perrot (dir.), *Une Histoire des Femmes Est-Elle Possible?*, Paris, Rivages, 1984.
- Franca, Leonel, *O Divorcio*, Lisboa, Pro Domo, 1945.

- rança, José Augusto, *Conferências do Casino no Parlamento*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973.
- audemet, Jean, "L'engagement conjugal -Le regard des canonistes à la veille de la Révolution" in *La Famille, la Loi, l'Etat de la Révolution au Code civil*, Paris, Coed. Imprimerie Nationale et Centre Georges Pompidou, 1989, pp. 91-103.
- oulemot, G. M., "Histoire Littéraire" in Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel (dir.), *La Nouvelle Histoire*, Paris, Retz, 1978, pp. 308-313.
- all, Catherine, "Lar, doce lar", in Philippe Ariès e George Duby (dir.), *História da Vida Privada*, [vol. 4º dir. por Michelle Perrot], Porto, Ed. Afrontamento, 1990.
- enry, Louis, *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Lisboa, Gradiva, 1988.
- espanha, António Manuel, "Prática Social, Ideologia e Direito nos séculos XVIII e XIX", *Separata de Vértice*, nº 340 e 341-342, 1972.
- omem, Amadeu Carvalho, *A Propaganda Republicana, 1870-1910*, Coimbra, 1990.
- astino, David, *A Formação do Espaço Económico Português. Portugal 1810-1913*, 2 vols. , Lisboa, Vega, s.d.
- äppeli, Anne-Marie, "Scènes Féministes", in Georges Duby, Michelle Perrot, *Histoire des Femmes en Occident*, 4- XIXe, Paris, Plon, 1991.
- lejman, Laurence, Rochefort, Florence, *L'Égalité en Marche, Le Féminisme sous la Troisième République*, Paris Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1989.
- aslett, Peter et al. (eds.), *Bastardy and Its Comparative History*, Cambridge, Harvard University Press, 1980.
- aslett, Peter, *Family Life and Illicit Love in Earlier Generations*, Cambridge, Cambridge University Press, 1977.
- deal, Ivone, "A Voz Feminina, Jornal Semanal Científico, Literário e Noticioso, 1868-1869", in *Boletim da Comissão da Condição Feminina*, 1981, nº 3, pp. 18-26.
- deal, Ivone, "Um Século de Periódicos Femininos - Inventário de periódicos publicados entre 1807 e 1926", in *Boletim da Comissão da Condição Feminina*, 1982, nº1, pp. 9-19.
- deal, Ivone, "Os Papéis Tradicionais Femininos: continuidade e rupturas de meados do século XIX a meados do século XX" in *A Mulher na Sociedade Portuguesa, Visão Histórica e Perspectivas Actuais*, Actas do Colóquio, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras, vol. 1, 1986, pp. 353-367.

- brun, François, *A Vida Conjugal no Antigo Regime*, Lisboa, Ed. Rolim, 1983.
- crivain, Philippe, "Uma Travessia Difícil", in Marcel Bernos *et all*, *O Fruto Proibido*, Lisboa, Edições 70, 1991, pp. 229-271.
- ma, Fernando Andrade Pires de, Varela, João de Matos Antunes, *Noções Fundamentais do Direito Civil*, vol. I, 4ªed., Coimbra, Coimbra Editora, 1957.
- ma, Isabel Pires de, *As Máscaras do Desengano*, Lisboa, Editorial Caminho, 1987.
- pes, Virgílio, *Divórcio em Portugal*, Lisboa, Aster, 1978.
- rigues, A. H. de Oliveira, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, Lisboa, Editorial Delta, 1986, 2 vols.
- rigues, A. H. Oliveira Marques, *Guia de História da 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1981.
- rigues, A. H. Oliveira, (coord.), *Portugal da Monarquia para a República*, vol. XI da Nova História de Portugal dirigida por Joel Serrão e A.H. Oliveira Marques, Lisboa Editorial Presença, 1991.
- rigues, Mário Reis, *O Liberalismo e a Codificação do Direito Civil em Portugal*, Separata do vol. XXIX do Suplemento ao Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1987.
- rozenod, Lucienne, Schoeller, Gishlaine, *Dictionnaire des Femmes Célèbres, de tous le temps et de les pays*, Paris, Robert Laffont, 1992.
- edina, João, "Luísa ou a triste condição (feminina) portuguesa", *Colóquio-Letras*, nº 46, Nov. de 1978, pp. 5-10.
- oncada, L. Cabral de, *O Liberalismo de Vicente Ferrer Neto Paiva (1798-1886), a época, o homem, o filósofo, o jurista e o político*, Coimbra, Oficinas Coimbra Editora, 1947.
- oncada, L. Cabral, "O casamento em Portugal na Idade Média", in *Estudos de História do Direito I*, Coimbra, 1948.
- illiez, Jacques, "Droit et morale conjugale", *Revue Historique*, Juil.-September, 1987, pp. 35-106.
- zareth, J. Manuel, *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.
- is, José Machado, *Artes de Amar da Burguesia*, Lisboa, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986.
- is, José Machado, "Fontes documentais na análise da vida quotidiana", in Maria José da Silva Leal e Miriam Halpern Pereira (coord.), *Colóquio sobre Fontes da História Contemporânea Portuguesa*, Lisboa, I.N.C.M., 1988, pp.289-306.

- Paulo, Lia Armandina Sá, *Laicização e Propaganda Republicana na Literatura Dramática*, Coimbra, 1992 (Trabalho elaborado no âmbito do Seminário de História Contemporânea do Curso de História da Faculdade de Letras de Coimbra).
- Pereira, Isaías da Rosa, "Considerações em torno do Livro de Herculano 'Estudos sobre o casamento civil' ", in *Alexandre Herculano à Luz do Nosso Tempo*, Lisboa, 1977, pp. 93-139.
- Peres, Damião et al., *História de Portugal*, vol. 7, Barcelos, Portucalense Editora Lda, 1935.
- Picchio, Luciana Stegagno, *História do Teatro Português*, Lisboa, Portugália Editora, 1964.
- Pinto, Eulália, Guinote, Paulo, "Amor a quanto obrigas, Crimes passionais e violência conjugal na I República", *Comunicações ao Congresso A Vida da República Portuguesa, 1890-1990*, Lisboa, 14 a 16 de Outubro de 1991, Maria Helena Carvalho dos Santos (coord.), Lisboa, Cooperativa de Estudos e Documentação Universitária Editora, 1991, pp. 415-445.
- Poovey, Mary, "Covered but not bound: Caroline Norton and the 1857 Matrimonial Causes Act", *Uneven Developments, The Ideological Work of Gender in Mid-Victorian England*, London, Virago Press, 1989.
- Ravara, António Pinto, "A Classificação Socioprofissional em Portugal (1806-1930)", *Análise Social*, vol. XXV, (103-104), 1988, (4º, 5º), pp. 161-184.
- Rebello, Luiz Francisco, "Evocação de Henrique Lopes de Mendonça no cinquentenário da sua morte", in *Memória da Academia das Ciências de Lisboa*, classe de Letras, tomo XXII, Lisboa, 1981.
- Rebello, Luiz Francisco *O Teatro naturalista e neo-romântico (1870-1910)*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.
- Rebello, Luiz Francisco, *História do Teatro Português*, Lisboa, Pub. Europa América, 1967.
- Rodrigues, Samuel, *A Polémica em torno do Casamento Civil (1865-1867)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.
- Ronsin, Francis, *Le Contrat sentimental -débats sur le mariage, l'amour, le divorce, de l'Ancien Régime à la Restauration*, Paris, Aubier, 1990.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos, *Para uma Sociologia da Cultura Burguesa em Portugal no século XIX*, Lisboa, Editorial Presença, 1983.

- araceno, Chiara, "Women, Family, and the Law, 1750-1942", *Journal of Family History*, vol. 15, nº 4, pp. 427-442.
- araiva, António José e Lopes, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, 11ª ed., Porto, Porto Editora, 1879.
- canlon, Geraldine, *La Polemica Feminista en la España Contemporanea, 1864-1974*, Madrid, Akal, 1986.
- errão, Joel, *Da Situação da Mulher Portuguesa no Século Passado*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987.
- errão, Joel, *Demografia Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 4ªed., 1988.
- errão, Joel, "Regeneração", *Dicionário de História de Portugal*, Joel Serrão (dir.), Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, vol. V, pp. 251-256.
- errão, Joel, *Temas Oitocentistas-II, Para a História de Portugal no Século Passado*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978.
- horter, Edward, *Naissance de la Famille Moderne*, Paris, Seuil, 1977.
- ilva, Espinosa Gomes da, *História do Direito Português* (Lições universitárias), Lisboa, 1969.
- ilva, Maria Regina Tavares da, "A Mulher, Revista Ilustrada das Famílias", in *Boletim da Comissão da Condição Feminina*, 1981, nº4, pp. 27-51.
- ilva, Maria Regina Tavares da, "Feminismo em Portugal na voz das mulheres escritoras de início do século XX", *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), 3º, 4º, 5º, pp. 875-907.
- ilva, Maria Regina Tavares da, Vicente, Ana, *Mulheres Portuguesas, Vidas e Obras Celebradas- Vidas e Obras Ignoradas*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres, s.d.
- ilva, Vítor Manuel Aguiar e, *O Teatro de Actualidade no Romantismo Português (1849-1875)*, Coimbra, 1965.
- engarrinha, José, "As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920", *Análise Social, (O Movimento Operário em Portugal)*, vol. XVII (67-68), 1891-3º-4º-, 573-601.
- héry, Irène, Biet, Christia, "Portalis ou l'esprit des siècles, la rhétorique du mariage dans le Discours préliminaire au project de Code Civil" in *La Famille, la Loi, l'Etat de la Révolution au Code civil*, Paris, Coed. Imprimerie Nationale et Centre Georges Pompidou, 1989, pp. 104-121.
- illy, Louise, Scott, Joan e Cohen, Miriam, "Women's Work and European Fertility Patterns" in *Journal of Interdisciplinary History*, 3, 1976, pp. 447-476.

ÍNDICE

rodução		1
ítulo I	Visões da Sociedade Conjugal e Familiar à luz do debate sobre a secularização do casamento (1865-1867)	8
	Enquadramento do debate no processo de elaboração do código civil, 8. Discurso religioso-político sobre o casamento e a família, 18. Discurso político-filosófico sobre o casamento e a família, 25. O lugar do divórcio na polémica sobre o casamento civil: a emergência da problemática casamento/ divórcio enquanto construção histórica, 32. Balanço jurídico-político da polémica em torno da secularização, 44.	
ítulo II	Reflexos Sócio-Culturais da Prática do Casamento Civil	46
	A prossecução do combate em prol da secularização do casamento, 46. Ressonâncias sócio-culturais da prática do casamento civil, 62.	
ítulo III	A Felicidade no Amor como Prerrogativa e Direito Legal. Visões Distintas do Divórcio.	92
	As primeiras expressões da problemática do divórcio, 96. O discurso filosófico-científico, 98. Da abordagem teórica do divórcio à sua reivindicação ou refutação: o discurso apologético, 113. Os anti-divorcistas, 125. O discurso teológico-religioso, 127. O discurso publicista, 140. O discurso político-partidário, 144. Reacções parlamentares aos projectos de lei do divórcio, 144. Ecos do debate do divórcio no parlamento, 153. Ressonâncias na imprensa sobre a apresentação dos projectos de lei do divórcio: um esboço de ilustração, 155. O 5 de Outubro e o divórcio, 166. O discurso feminista sobre o casamento e o divórcio, 174. O contributo da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas na campanha em prol do divórcio, 186.	

Capítulo IV	Visões Literárias da Problemática	195
	Casamento/Divórcio: o exemplo da dramaturgia.	
	A opção pelo teatro, 195. A inserção da problemática casamento/divórcio no contexto da dramaturgia da época (1875-1910), 199. Visões sobre o divórcio, 201. A construção dramática da apologia do divórcio, 204. As limitações do divórcio, 216. Visões tradicionais sobre o divórcio, 219.	
Capítulo V	Critérios Enformadores da Legislação Divorcista.	226
	Propostas de legislação divorcista, 226. A lei do divórcio: a instauração do modelo moderno, 234.	
Conclusão		241
Apêndice I	Quadros Estatísticos relativos à Nupcialidade Civil e Geral.	I
Apêndice 2	Tipologia Sócio-profissional Utilizada na Análise da Nupcialidade Civil	XVI
Apêndice 3	Transcrição dos Projectos de Lei do Divórcio apresentados na Câmara dos Deputados	XXIX
Índices e Bibliografia		i